

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO**  
**FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO**  
**CAMPUS BAURU**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

Muriel Emídio Pessoa do Amaral

TESE DE DOUTORAMENTO

Bauru  
2019

Muriel Emídio Pessoa do Amaral

Comunicação, perversão e política: o impeachment da presidente Dilma Rousseff em circuito

Tese de doutoramento apresentado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, da área de concentração Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação da UNESP, campus de Bauru, como requisito à obtenção do título de Doutor em Comunicação Social, sob orientação do Prof. Dr. Claudio Bertolli Filho.

Bauru  
2019

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO**  
**FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO**  
**CAMPUS BAURU**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

Tese de doutoramento

Tese de doutoramento elaborada por **MURIEL EMÍDIO PESSOA DO AMARAL**, à **Banca Examinadora** como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação, junto ao **Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática** da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista, Campus de Bauru – SP.

**Bauru, 29 de Março de 2019.**

**Prof. Dr. José Carlos Marques**  
Membro da Banca Examinadora

**Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente**  
Membro da Banca Examinadora

**Prof. Dr. Manoel Dourado Bastos**  
Membro da Banca Examinadora

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliza Bachega Casadei**  
Membro da Banca Examinadora

**Prof. Dr. Claudio Bertolli Filho**  
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

## **Agradecimentos**

Talvez de todo o texto escrito esta seja a parte mais significativa, agradecer às vitórias e aos percalços, ainda mais em tempos tão nebulosos como estão a passar diante dos nossos olhos. Agradecer à espiritualidade amiga por mais uma etapa que se finaliza, na confiança de dias mais prósperos.

Agradeço à minha família, Neila, Manuel e Marcos e, agora Mayara, que traduz a presença em nome da confiança e aconchego em dias tão turvos.

Agradeço à Capes pela oferta de bolsa durante grande parte do doutoramento, que inclui a bolsa de doutorado sanduíche que me proporcionou uma das experiências mais ricas da minha vida em Portugal, onde deixei parte do coração a bater.

Agradeço ao meu orientado Prof. Claudio Bertolli pela confiança depositada e pelo respeito que ao longo desses anos, que incluem os anos de mestrado, respeito e admiração, até mesmo quando mudei o tema da pesquisa. Também agradeço à minha orientadora portuguesa Prof<sup>a</sup> Maria Manoel Rocha Teixeira Baptista, que me acolheu de braços e coração abertos na Universidade de Aveiro.

Agradeço aos meus amigos que, nessa fase da vida, tornaram-se escassos, e tendem a ficar cada vez mais escassos, todavia, intensos. Em especial a Renta Frigeri, Vivian Sola Teixeira e Elaine Alves, figuras que carrego pela vida. Além de Victor Hugo Simões, Camael Lima e demais integrantes da Baitolage que me apresentaram que os afetos podem ser legítimos e perversos e Mayra Fernanda Ferreira, que nunca pediu nada em troca aos favores solicitados e à Olivia Matni, que pegou meu coração em Aveiro e nunca mais o devolveu. A minha gratidão.

Aos professores e funcionários da Unesp/Bauru, em especial aos funcionários da FAAC pelo auxílio em assuntos burocráticos.

Aos ilustres bolsistas do grupo Bolsistas/Capes que mostraram que a solidariedade vai além da pesquisa.

Para finalizar, agradeço à Viação Garcia e à Guerino Seiscento pelos poucos atrasos no trajeto Londrina-Bauru, o que me auxiliou muito para que eu pudesse estudar.

Dedico esta tese à vovó Helena, que em 2019 completou 89 anos.

**Resumo:** O objeto dessa pesquisa é de estabelecer diálogos entre a comunicação e estudos psicossociais, em especial da psicanálise, pelo viés da perversão, ainda não muito explorado nos estudos da comunicação. Para alcançar essa intenção, a proposta dessa tese é de reconhecer como a ausência de reflexão dentro do cenário público engrandeceu a ponto de se tornar uma condição moral nos movimentos de produção, consumo e circulação da comunicação em nuances perversas, tendo como recorte o cenário político sobre o *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff em 2016, a partir da leitura que participantes anônimos fizeram de 54 capas de 2014 a 2017 da revista *Veja*. Esta tese não pretende defender, amenizar ou camuflar os movimentos corruptos elaborados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas de reconhecer como as movimentações para a realização do *impeachment* foram perversos, que foram analisados segundo o circuito de cultura desenvolvido por Richard Johnson. A tese defende que o *impeachment* foi sintoma da abstenção de pensar e refletir da sociedade em nome de uma série de fatores que se encontram fora da questão política, fomentada pela mídia a ponto de tornar-se uma qualidade moral de circulação de valores.

**Palavras-chave:** Perversão; Comunicação; Circuito; Impeachment

**Abstract:** The purpose of this research is to establish dialogues between communication and psychosocial studies, especially psychoanalysis, by the bias of perversion, not yet explored in communication studies. In order to achieve this intention, the proposal of this thesis is to recognize how the absence of reflection within the public scenario has increased to the point of becoming a moral condition in the movements of production, consumption and circulation of communication in perverse nuances, having as a cut the political scenario about the impeachment suffered by Dilma Rousseff in 2016, from the reading that anonymous participants made of 54 covers from 2014 to 2017 of *Veja* magazine. This thesis is not intended to defend, to soften or to camouflage the corrupt movements elaborated by the Partido dos Trabalhadores (PT), but to recognize how the movements for the accomplishment of the impeachment were perverse, that were analyzed according to the circuit of culture developed by Richard Johnson. The thesis argues that impeachment was a symptom of the abstention to think and reflect of society in the name of a series of factors that are outside the political question, fomented by the media to the point of becoming a moral quality of circulation of values.

**Keywords:** Perversion; Communication; Circuit; Impeachment

Amaral, Muriel Emídio Pessoa do.

Comunicação, perversão e política: impeachment  
de Dilma Rousseff em circuito/ Muriel Emídio  
Pessoa do Amaral, 2019

313 f. : il.

Orientador: Claudio Bertolli Filho

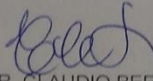
Tese (Doutorado)-Universidade Estadual  
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e  
Comunicação, Bauru, 2019

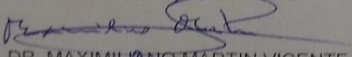
1. Perversão. 2. Comunicação. 3. Circuito 4.  
Política. 5. Impeachment. I. Universidade  
Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura,  
Artes e Comunicação. II. Título.

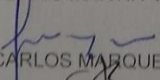


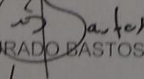
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE MURIEL EMÍDIO PESSÓA DO AMARAL, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

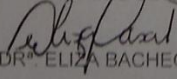
Aos 29 dias do mês de março do ano de 2019, às 14:00 horas, no(a) Auditório dos Programas de Pós- graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Adj. CLAUDIO BERTOLLI FILHO - Orientador(a) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru / UNESP Bauru, Prof. Adj. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Prof. Dr. JOSE CARLOS MARQUES do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professor Doutor ELIZA BACHEGA CASADEI do(a) Programa de Pós-graduação em Comunicação e Consumo / Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo, Prof. Dr. MANOEL DOURADO BASTOS do(a) Departamento de Comunicações UEL / Londrina, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da TESE DE DOUTORADO de MURIEL EMÍDIO PESSÓA DO AMARAL, intitulada Comunicação, perversão e política: o impeachment da presidente Dilma Rousseff em circuito. Após a exposição, o discente foi argüido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: aprovado . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

  
PROF. DR. CLAUDIO BERTOLLI FILHO

  
PROF. DR. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE

  
PROF. DR. JOSÉ CARLOS MARQUES

  
PROF. DR. MANOEL DOURADO BASTOS

  
PROF. DR. ELIZA BACHEGA CASADEI

## Sumário

<b>1- Apresentação</b>	1
<b>2- Introdução</b>	4
<b>3- As perversões e suas histórias</b>	19
<b>3.1 – Sexualidades, perversões e seus traumas</b>	31
<b>4- Freud explica</b>	41
<b>4.1 Édipo e a castração</b>	56
<b>5- A letra de Lacan</b>	60
<b>5.1 Estruturas e psiquismo</b>	74
<b>6- A condição estruturante perversa</b>	80
<b>7- A perversão no contexto social</b>	91
<b>8- Perversão rima com comunicação: nuances perversas no jornalismo e publicidade</b>	108
<b>9- A presença de sinais perversos na política e na democracia</b>	153
<b>10- Lei e perversão em diálogos turvos midiáticos</b>	182
<b>10.1 Entre o espetáculo e a perversão</b>	195
<b>11- Metodologia: circuito de cultura/comunicação e a relação com a experiência estética</b>	200
<b>11.1 Participantes da pesquisa</b>	213
<b>12- A experiência estética da política pelas capas da Veja</b>	219
<b>13- Discursos e práticas midiáticas perversas: desavenças políticas</b>	240
<b>14- Muito antes de 2013</b>	260
<b>15- Considerações finais</b>	279
<b>16- Referências bibliográficas</b>	289
<b>Anexos</b>	

## 1- Apresentação

O objeto dessa pesquisa é de estabelecer diálogos entre a comunicação e estudos psicossociais, em especial da psicanálise, pelo viés da perversão, ainda não muito explorado nos estudos da comunicação. Para alcançar essa intenção, a proposta dessa tese é de reconhecer como a ausência de reflexão dentro do cenário público engrandeceu a ponto de se tornar uma condição moral nos movimentos de produção, consumo e circulação da comunicação em nuances perversas, tendo como recorte o cenário político sobre o *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff em 2016, a partir da leitura que participantes anônimos fizeram de 54 capas de 2014 a 2017 da revista *Veja*<sup>1</sup>. Esta tese não pretende defender, amenizar ou camuflar os movimentos corruptos elaborados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas de reconhecer como as movimentações para a realização do *impeachment* foram perversos. A tese defende que o *impeachment* foi sintoma da abstenção de pensar e refletir da sociedade em nome de uma série de fatores que se encontram fora da questão política, fomentada pela mídia a ponto de tornar-se uma qualidade moral de circulação de valores. Para analisar essa hipótese, a pesquisa se apoia em algumas considerações teórico-metodológicas.

O entendimento de política adotado por essa pesquisa se ampara fortemente no conceito desenvolvido por Hannah Arendt (1983, 2001, 2004, 2010). Para ela, a política é a condição da população de participação no espaço público na discussão para escolha de melhores possibilidades para o bem-estar da polis. Essa condição está intimamente ligada a questões de liberdade e visibilidade dos sujeitos no espaço público. A tentativa de minar os modos de visibilidade e ação torna-se um gesto que não dialoga com a política e passa a ser o exercício da violência. Essa referência será importante para a tese na medida em que forem apresentadas a produção e leitura dos textos, perceberemos que a intenção não era exatamente de promover o diálogo em nome de ações em comum, mas de aniquilar referenciais, sujeitos e partidos em nome da promoção de valores pessoais fora do esquadro da política pensada pela autora. Ainda no compasso de Arendt, ela não considera que política e liberdade sejam a mesma coisa, todavia, estabelece pontes entre os dois conceitos que são indissociáveis como a condição de visibilidade e comunicação para o engrandecimento do espaço político. Por esse motivo que ela não considera os

---

<sup>1</sup> Houve a sondagem de realizar a pesquisa com a leitura completa da edição 2455, de 9 de dezembro de 2015 com dois participantes, todavia, a dificuldade que a leitura da revista e o comprometimento da pesquisa fez que mudasse as estratégias de investigação. Os dados coletados foram descartados e não constam nessa tese.

regimes totalitários e autoritários como ações políticas, mas movimentos de violência. Guardadas as proporções entre o período totalitário vivido por Arendt e a polarização partidária brasileira nas eleições de 2014, por esse motivo que tentar exterminar ou aniquilar sujeitos filiados a determinados partidos também pode se tornar uma qualidade perversa porque obscurece a condição de visibilidade, algo semelhante ao ocorrido em todo processo de *impeachment*.

Além disso, essa tese pretende discorrer sobre as perversões nos mais variados aspectos, o que incluem reflexões sobre as perversões nas sexualidades, na composição dos estudos dos mais variados estudos, na estruturação do psiquismo, nas práticas sociais e também nas práticas midiáticas. Por esse panorama formado, será possível compreender como os conceitos e reconhecimento das perversões acompanham os códigos culturais e tornam-se sintomas das qualidades de recortes no tempo e no espaço.

Assim, a introdução dessa tese vai se encarregar de apresentar de modo sucinto os conceitos que permeiam a pesquisa, bem como a metodologia, a seleção do grupo que participou e a presença de diálogos perversos na sociedade e nas práticas da comunicação. O capítulo 3 irá apresentar as manifestações históricas das perversões ao longo dos anos, contemplando desde manifestações na antiguidade até os dias mais contemporâneos. Esta perspectiva elucida sobre as movimentações conceituais acerca das perversões.

O capítulo 4 traz à tona a epistemologia da psicanálise que revolucionou o modo de compreender o psiquismo humano ao acreditar que o comportamento não seria suficiente para a composição dos sujeitos, como apresentado por Sigmund Freud. Assim, esse capítulo se divide em apresentar o complexo de Édipo e a formação estrutural do psiquismo, itens importantes para a formação da subjetividade.

Já o capítulo 5 apresenta as reflexões de Lacan para a psicanálise a partir das reconfigurações do estruturalismo pela linguagem. Uma das contribuições mais marcantes dele foi o desenvolvimento do objeto *a* e acreditar que o psiquismo é uma estruturação da linguagem para a formação do Inconsciente. E o capítulo 6 se debruça sobre a perversão como condição estruturante do psiquismo e as relações de renegação da castração.

O capítulo 7 apresenta como as perversões podem estar presentes no aspecto social, não apenas enquanto reflexão clínica assim como foram os horrores da guerra, algumas práticas científicas e comportamentos ordinários, mas carregados de hierarquização do outro. O capítulo 8 se debruça em apresentar como as práticas da

comunicação podem conter perversões, desde as práticas em redações, as teorias da comunicação e também os modos de produção, recepção e reverberação de conteúdos.

O capítulo 9 pretende discorrer como a presença de discursos e práticas perversos no meio política e no entendimento de democracia podem ser nocivos ao espaço público, como a ascensão de elementos de ódio e distinção social. Ainda nessa seara, no capítulo 10, serão apresentadas como as leis podem ser, na verdade, travestidas de perversão e não são garantia de ações políticas, como foi o caso do *impeachment* analisado e a espetacularização em movimentos perversos.

O capítulo 11 apresenta a metodologia do circuito de cultura desenvolvido por Richard Johnson (2006) que irá evidenciar a participação mais ativa dos interlocutores na produção, recepção e circulação de conteúdos, e o perfil dos participantes da pesquisa. O capítulo 12 pretende analisar os discursos coletados pela experiência estética dos participantes com o objeto analisado.

Na sequência, o capítulo 13 apresenta como os discursos e práticas midiáticas agridem o espaço público com a construção de movimentos perversos. O capítulo 14 se debruça a perceber que os sentimentos antipetistas foram construídos muito antes de 2013, o que fortalece a ideia de circulação e fomento de paixões. E, para encerrar, a tese apresenta as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos.

## 2- Introdução

Propor uma tese dentro dos estudos da comunicação cujo tema envolve perversões foi algo prazeroso e instigante na mesma medida que suscitou dificuldades para tecer a ideia de que há discursos, práticas e, principalmente, reverberações perversas a partir das ações midiáticas. As faces das perversões me foram apresentadas nos primeiros meses em que passei a morar em Bauru<sup>2</sup> para cumprir os créditos necessários das disciplinas, e logo me despertou fascínio. Encontrar literatura sobre o tema não foi propriamente dito um empecilho, uma vez que as perversões se encontram muito debatidas no campo da psicanálise, psicologia e outros campos do saber que permeiam as várias instâncias em que a perversão se encontra como também nas ciências jurídicas e medicina. No campo da comunicação, as perversões não foram temas de pesquisa e investigação a ponto de tornarem-se assunto de grande relevância, um fato que aos meus olhos, foi percebido como uma possibilidade próspera de investigação que pudesse contribuir para outras percepções e direcionamentos para o campo. Interessante foi perceber que alguns dos estudos que fazem a interface entre comunicação e perversão foram elaborados por profissionais da psicologia e psicanálise, como foram as produções de Maria Rita Kehl, que publicou na revista *Comunicação, Mídia e Consumo* o artigo *A publicidade e o mestre do gozo*, e Maria Izabel Oliveira Szpancekopf, que publicou vários artigos e livros sobre o tema<sup>3</sup>. Esses estudos são elucidativos e indispensáveis para reconhecer a interface entre psicanálise e comunicação.

Cada uma ao seu modo para compreender as interfaces, Kehl traça a relação do desejo na formação discursiva da publicidade e Szpancekopf relata sobre a presença da montagem<sup>4</sup>, conceito da moral perversa para renegar a realidade, dentro das construções imagéticas e discursivas da televisão. De modo diferente, mas em situações semelhantes, esses estudos ficaram mais retidos nos estudos das composições discursivas, o que trouxe reflexões muito frutíferas para estabelecer interdisciplinaridade e perceber a comunicação em diálogo com outras metodologias e epistemologias. Entretanto, a proposta dessa tese

---

<sup>2</sup> Agradeço principalmente aos meus amigos Camael Lima e Victor Hugo Simões por me apresentarem a Psicanálise de modo tão didático e instrutivo.

<sup>3</sup> Ela foi orientada do professor Antônio Fausto Neto, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no programa de Comunicação e Cultura com a tese *O olhar do poder*, pesquisa que apresenta a presença de traços perversos na composição discursiva do telejornal *Jornal Nacional*.

<sup>4</sup> Esse conceito será abordado ao longo dessa pesquisa na perspectiva da qualidade da perversão enquanto condição estruturante do psiquismo como na sua relação com o campo da Comunicação.

não é apenas de reconhecer que há traços perversos nas poéticas verbais e visuais, mas também que há valores e signos perversos em circulação na cultura que fomenta e reverbera sinais perversos a partir das práticas comunicacionais e que essa reverberação de teor perverso é feita por sujeitos convencionais que não conseguem aspirar por criticidade e reflexão.

Com esse propósito, a tese será desenhada com a intenção de reconhecer valores perversos na circulação e reverberação de práticas e discursos igualmente perversos tendo como recorte o impeachment da presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir da leitura das capas de 2014 a 2017 da revista *Veja* feita por participantes convocados a participar da pesquisa. É importante frisar que minha intenção não é de fazer uma pesquisa militante a favor do partido, das ideologias defendidas pelos simpatizantes e partidários, tampouco de defender a figura da presidente. A despeito dessa consideração, ao reconhecer que os valores de política e democracia foram fragmentados antes, durante e após o processo de impedimento da presidente, considereirei pertinente a reflexão sobre os acontecimentos que apresentaram sinais perversos para a destruição do espaço político de comunicação e debate. Como o objetivo dessa pesquisa não é apenas de analisar as composições verbais e imagéticas dos discursos midiáticos, foi necessário também debruçar-se nos modos de recepção e circulação desses discursos por parte dos interlocutores.

A hipótese apreciada para essa tese foi de reconhecer a participação dos interlocutores na formação discursiva midiática, ou seja, há códigos culturais que apresentam como sintoma aquilo que é publicado na mídia. Por esse viés de pensamento que se torna frágil acreditar que a recepção é uma ação passiva e pontual, mas que traz movimentações subjetivas, emocionais e, principalmente, políticas, dialogando com perspectivas contextuais e culturais. No posicionamento de Lopes (2014), os processos de recepção “devem ser vistos como parte integrante das práticas culturais que articulam processos tanto subjetivos como objetivos, tanto de natureza micro (o ambiente imediato controlado pelo sujeito) como macro (a estrutura social que escapa a esse controle)” (LOPES, 2014, p.67), ou seja, o consumo e audiência são estruturas ativas na vida cotidiana de indivíduos e grupos.

Essa percepção de compreender e analisar a recepção traz à tona a participação dos interlocutores nos processos comunicacionais e também de valorizar os contextos culturais que estão inseridos nesses processos. Por esse viés que o conceito de midiacentrismo perde forças. O que isso exatamente quer dizer? Há outra reconfiguração

dos processos de recepção e comunicação que para além de considerar a força da mídia pelos discursos, reconhece também a potência de reverberação e circulação dos acontecimentos no meio social. Isso não quer dizer que os discursos midiáticos não apresentam força de convencimento, persuasão e retórica, (até, porque, o discurso é uma tecnologia de poder, na visão de Michel Foucault) mas reconhecem que a potência de circulação se encontra nos afetos que são reverberados. Por esse olhar, os interlocutores também são percebidos sob a perspectiva que são integrantes do processo de comunicação e recepção. A partir desse pensamento, a comunicação apresenta também potência para elaborar códigos culturais e sociabilidade.

Um outro ponto importante para a conclusão dessa tese foi o de desmistificar os conceitos da perversão. Não raro, dentro da significância ordinária, as perversões foram reconhecidas em comportamentos e atitudes repugnantes e escatológicas. Foi no desenvolvimento do conhecimento científico positivista que ofereceu, além da categorização dos comportamentos perversos sexuais, a relação entre biologia, sexualidade e moralidade. Destaque para obra emblemática *Psychopathia Sexualis*, de Richard von Krafft-Ebing, publicado originalmente em 1886, e que apresentou ao mundo aquele que seria o estudo mais completo para a época sobre comportamentos aversivos à sexualidade humana. Necrofilia, pedofilia, zoofilia, homossexualidades, travestismo (termo em desuso por uma questão de identidade) e outras tantas práticas sexuais e de desejos foram consideradas como patológicas e perversas. O modo do pesquisador entender esse universo, na verdade, era atravessado pelo viés do poder normativo das sexualidades, ou seja, como aponta Michel Foucault (2012), houve (e ainda há, de certa forma) a intenção de promover corpos e subjetividades que se encontram a par dos discursos de poder oferecidos por diversas ordens sociais: biológica, jurídica, econômica e, também, reprodutiva. Krafft-Ebing nivelou esses comportamentos como patológicos, não levando em consideração os desejos e afetos que alguns poderiam trazer à tona, como é o caso das homossexualidades e travestilidades, que há pouco tempo deixaram de ser considerados distúrbios de comportamento do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Por esse motivo, que Foucault considerou que o século XIX talvez tenha sido um dos mais perversos justamente por negar, abafar e silenciar as sexualidades que seriam consideradas aversivas à dita sociedade sadia almejada por aquela época.

Pensar as perversões é, de certa forma, refletir sobre os vários movimentos que aconteceram enquanto flutuação conceitual, não apenas reter-se aos valores das perversões dentro das sexualidades ou como algo exclusivamente repugnante. O primeiro



capítulo dessa tese explora essa perspectiva: analisar as movimentações conceituais das perversões ao longo dos anos, por isso, a ocorrência do termo, em sua maioria das vezes, no plural. Essa parte aborda as perversões e as mudanças que ocorreram, bem como as suas diferentes formas de aplicação e entendimento. É importante reconhecer que os valores culturais e as novas propostas epistemológicas desenvolveram a instabilidade conceitual do termo.

Certamente que se torna importante e necessário analisar e perceber que as perversões, ainda mais a partir do século XIX, foram concebidas enquanto desvios de comportamentos ou como condições patológicas, não apenas pelo viés biológico, mas também moral. Esse modo de compreender as perversões foi tema de reflexão de Foucault, como citado anteriormente que, para além da condição médica-biológica, houve também o reconhecimento de algumas práticas e comportamentos pelo viés da moralidade. Isso, para Foucault, vai ao encontro de conceber que os discursos ultrapassam os limites de apenas organizações semânticas para tornarem-se também dispositivos tecnológicos de poder. A intenção de normatizar, esquadrihar, investigar e categorizar os desejos, os corpos e as subjetividades é também, pelo olhar foucaultiano, sintoma de perversão justamente pela condição de anular e aniquilar signos que não dialogam com as estruturas de poder

O modo de compreender as perversões sob outra óptica partiu de Sigmund Freud com a epistemologia da Psicanálise também no final do século XIX. Os primeiros ensaios propostos por Freud foram elaborados na tentativa de explicar os sintomas somatizados principalmente pelas mulheres histéricas, ainda no exercício da psiquiatria, sem o advento da psicanálise. Nos estudos realizados, ele percebeu que havia algo para além da condição biológica para a manifestação do quadro patológico. Aquelas mulheres que eram consideradas doentes dos nervos, na verdade, elas somatizavam as angústias sofridas ao longo dos anos que começaram nos primeiros anos de vida. Os comportamentos adquiridos as levaram muitas vezes à internação hospitalar ou manicomial seriam sintomas da relação entre as angústias não simbolizadas ao longo da vida, pertencentes no inconsciente.

Não foi Freud quem descobriu o inconsciente; durante muitos anos, inclusive antes de Cristo, o inconsciente foi objeto de reflexão para Filosofia. Entretanto, possivelmente, tenha sido ele quem esquematizou de forma mais sistemática a existência, a função e a formação do inconsciente não pelos métodos positivistas que estavam em voga no final do século XIX, mas ele trouxe à tona a sexualidade (incluindo a sexualidade

infantil) para diagnosticar as patologias não necessariamente do corpo, mas da mente e da subjetividade humana. O pai da psicanálise acreditou que haveria relação entre o desejo e a fantasia que é arquitetada a partir dos afetos, principalmente envolvendo as figuras do pai e da mãe e os processos simbólicos da castração e gozo. De modo sintético, até porque esse assunto será tratado por menores no decorrer da tese, a perversão seria uma das qualidades da condição estruturante do psiquismo humano que é estabelecida pelo afeto relacionado à sexualidade, já nas palavras de Jacques Lacan, que acreditou que o inconsciente é uma linguagem constituída por uma relação estrutural. Como, para psicanálise, todo o sujeito, independente do sexo, é submetido ao processo de castração simbólica pela interferência do falo paterno para cessar a relação incestuosa de gozo entre mãe e criança, esse procedimento é compreendido como estágio para incorporar o sujeito à vida civilizada. Assim como as neuroses (histeria e obsessão) e a psicose, a perversão seria uma dessas condições do psiquismo.

A perversão é o resultado da qualidade de renegar a castração simbólica e de desafiar as estruturas que impediriam o gozo. Dentro do campo da psicanálise, a perversão também não é um consenso, podendo ser encontrada como uma situação elementar da condição humana e não obrigatoriamente como uma das estruturas do psiquismo, mas uma condição estruturante. A diferença entre as duas situações é que a estruturação foi estabelecida pela relação de afeto e desejo, já a condição estruturante é realizada de modo polimorfa, isto é, não há exatamente um cerne único, mas uma série de situações que evidenciam e formam as perversões, que podem perpassar as neuroses e a psicose também. Além disso, como será apresentado no decorrer da pesquisa, elementos da moral que seria perversa como fetiche e montagem também se encontra na formação de outras estruturas, o que fortalece e a ideia de polimorfia das perversões.

Um dos apontamentos feitos por Freud, na clássica obra *Três ensaios sobre a sexualidade*, ele classifica que uma das qualidades infantil é a presença de traços perversos, justamente pela condição egoica em que se encontra, a presença da perversão polimorfa e elementos da pulsão imparcial, ou seja, elementos que ainda denotam signos da imaturidade sexual. Para além da situação da psicanálise clínica, houve a necessidade de refletir e analisar as atitudes para fora do divã e reconhecer as contribuições sociais e culturais para a formação do psiquismo individual e social. Até mesmo Freud, em alguns dos seus estudos, apontou a necessidade de refletir também os efeitos da coletividade na formação psíquica como na obra *A psicologia das massas e análise do eu*, escrita originalmente em 1921, que reconheceu as interfaces entre a formação da sociedade de

massa e as tecnologias da época nas sociabilidades e formas de comunicação. Em uma das suas obras inaugurais, como *O totem e o tabu*, Freud se debruçou sobre os aspectos culturais para formação do pensamento e hábitos tanto na coletividade como em aspectos individuais. Em perspectivas do século XX, Erich Fromm também refletiu, sob o prisma marxista frankfurtiano, nas obras *Psicanálise da sociedade contemporânea* e *O medo à liberdade* acerca das correlações entre aspectos sociais e a formação do lado emocional, entretanto sob o olhar da dominação, uma vertente peculiar aos afeitos da Escola de Frankfurt.

Em alguns dos seus estudos, Szpancekopf apresenta como a perversão se encontra de modo muito corriqueiro no cotidiano. No livro *Perversão social e reconhecimento na atualidade*, a autora reconhece a presença de traços perversos não apenas enquanto uma condição estruturante do psiquismo, mas também como um modo de simbolização das práticas de sociabilidade e de reconhecimento da ausência de alteridade. Esse modo da autora entender a perversão será apropriado pela pesquisa porque hierarquiza, subjuga e estabelece diferenças entre pessoas que não se encontram naquilo que pode ser considerado vigor de poder. Ou seja, aquilo que, de alguma forma, é diferente do eu e os meus semelhantes pode ser descartado, subestimado ou agredido. Em outra pesquisa, já em diálogo com os estudos da comunicação, como no livro *O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal*, Szpancekopf apresenta como a perversão se encontra na construção poética dos discursos midiáticos, o que contempla, para a autora, a elaboração de processos manipulativos e também de montagem, elemento da moral perversa que forja a realidade em nome do gozo. Dessa forma, sons, cores, o modo de narrativa, as pausas e uma série de outros elementos compõem o cenário para o exercício de poder dos discursos do telejornal, com a ponderação de ser branca, no sentido de fazer parte das práticas convencionais da produção do telejornalismo e serem aceitas pelos interlocutores

Para além dessas reflexões, é relevante perceber que, mesmo reconhecendo a existência das potências nos discursos, com a especificidade dos discursos midiáticos, entretanto, a potência desses discursos não teria vigor se não houvesse também os afetos que são criados pela ação as interfaces com os interlocutores. Esse fenômeno provoca a circulação dos conteúdos, o fomento de sentimentos e também o envolvimento entre os discursos e os interlocutores.

É importante frisar que a ocorrência de afetos não quer dizer obrigatoriamente que a promoção deles seja política, no sentido de ser benéfico ao espaço e à discussão pública,

o valor empreendido diz respeito em ser tocante aos interlocutores, isto é, esses discursos promovem sensações e despertam afinidades (que podem ser negativas ou positivas) suficientes como potência e vigor de circulação. Além disso, não se pode descartar também os códigos e signos culturais que se encontram em circulação que estão a par dos afetos que são promovidos. A noção de circulação de afetos é importante para compreender essa tese porque ratifica a hipótese de que há a colaboração dos interlocutores na reverberação dos discursos e sentimentos e que isso contribui de modo significativo na potência da circulação, promovendo qualidades de sinestesia e afeto, a despeito de haver poder pela influência pelos seus discursos. Com base nesse pensamento, a metodologia escolhida foi a proposta de circuito desenvolvida por Richard Johnson (2006): o circuito de cultura.

A metodologia desenvolvida por Johnson integra o campo dos Estudos Culturais. De base essencialmente marxista, os Estudos Culturais reconfiguram o marxismo clássico por acreditar que os aspectos econômicos não são suficientemente fortes para explicar a dominação e no exercício de poder, por esse lado, há atenção maior nas práticas culturais, nos modos de consumo e na percepção dos sujeitos que se encontram em determinados contextos culturais. Como os Estudos Culturais compõem um vasto campo de epistemologias e metodologias diversas, a percepção adotada pelo circuito vai ao encontro das concepções baseadas no estruturalismo. Isso quer dizer que compreender qualquer fenômeno é também levar em consideração acontecimentos que circulam esse fenômeno, seja do ponto de vista historiográfico, social, econômico e, também, subjetivo. O circuito desenvolvido por Johnson não foge à regra, há várias referências que resultam no consumo dos produtos e evidenciam a produção de sentido na circulação dos mesmos. Ainda mais, segundo Escosteguy (2007), o circuito desenvolvido por Johnson pode ser compreendido com circuito de comunicação devido às semelhanças com estudos de recepção de Stuart Hall e Jesús Martin-Barbero.

A proposta de circuito também vai ao encontro de compreender os processos de comunicação pela chave de entendimento da mediação. Esse conceito consegue compreender a atuação dos discursos e práticas midiáticas não apenas no sentido empreendido da comunicação funcionalista ou dominadora, como apresentado por Eco (1993), mas enquanto a construção de códigos culturais e sociabilidades a partir da relação entre mídia e os interlocutores. Essa nova concepção também contempla as novas tecnologias, ainda mais em se tratando das redes sociais e aplicativos de conversas instantâneas como WhatsApp para disseminação e circulação de informação, entretanto,

não fica retira apenas na frente tecnológica de compreender a comunicação. Pela midiatização é possível investigar, analisar e perceber os efeitos da mídia não apenas no ato de consumo, mas nas reverberações de acontecem ao longo do tempo em diferentes formas sob vários aspectos. Além disso, há a contemplação as mediações que são realizadas para a formação do sentido dos discursos. Como aponta Barros:

A midiatização seria um processo de longa duração que inclui a mediação e que é formado pela contínua ação dos media. Esse metaprocessos assume que os meios de comunicação não apenas modificam as estruturas sociais, culturais e políticas. De maneira mais radical, o programa de pesquisa baseado na midiatização argumenta que os processos sociais não podem ser entendidos sem a função ativa dos media, uma vez que as ações sociais, os produtos culturais e os programas políticos tornaram-se eles todos mediais. (Barros, 2012, p. 69).

A proposta de Johnson se divide em quatro estágios; o primeiro que vamos identificar é a Produção. Esse estágio não diz respeito exclusivamente ao modo de compreender a produção como parte integrante do sistema capitalista que tem como objetivo o lucro na comercialização. Para compreender melhor os modos de produção, o autor também leva em consideração o termo condição, que é dividida em dois aspectos: as representações públicas, que se assemelha aos referenciais existentes no campo de circulação dos discursos existentes; e a vidas privadas, que estão a par das concepções privadas dos sujeitos ou grupos envolvidos nos contextos analisados.

Nesse estágio não há obrigatoriamente consenso entre os aspectos citados, entretanto, haverá códigos e signos que permitem identificar relações complacentes que consolidam os modos de produção. O outro estágio diz respeito aos textos. Dentro dessa metodologia, os textos não são apenas as formações semânticas e verbais, mas tudo aquilo que pode ser produzido enquanto produção discursiva dentro de um determinado contexto: música, fotografia, filmes, objetos. Johnson acredita que deverá perceber as formas desses textos, entretanto, não deverá se ater no reconhecimento dos textos fora dos signos culturais. Isso quer dizer que há a necessidade de refletir para além dos pressupostos semióticos e também da chave de entendimento que os textos foram produzidos apenas enquanto uma força de manipulação. Para o autor, o texto é “carregado com significados que lhe foram atribuídos a partir de uma alguma outra prática social” (JOHNSON, 2006, p.108). A outra etapa do circuito é a leitura. Mais uma vez, a leitura não é apenas a identificação, encadeamento e interpretação dos signos envolvidos na

composição dos textos. A leitura também envolve como são os aspectos culturais que promovem a leitura.

Por isso, a necessidade de ponderar o universo/abstrato e concreto/particular. Reconhecer quem são os sujeitos que leem e como leem determinados textos. Por essa perspectiva, que essa pesquisa também traz à tona a experiência estética que foi pensada por Mikel Dufrenne (2008). Esse conceito será explorado com a mais profundidade no decorrer do trabalho com a intenção de reconhecer que os interlocutores, bem como suas subjetividades, histórias e vivências, oferecem base para a promoção de valores e de sentidos. A experiência estética foi uma reflexão de Dufrenne tendo como base também o pensamento de Kant ao considerar que o valor do belo é desinteressante, ou seja, o reconhecimento do belo não tem propósito no sentido de apresentar qualquer serventia utilitária, como, por exemplo, se acreditava na Antiguidade (para o uso, inclusive de atividade do cotidiano) e também no Medievo (ações de doutrinação e religiosidade), citando algumas perspectivas. Sob outro aspecto, o pensamento kantiano estabelece que o belo não se encontra no objeto; cabe ao juízo de gosto, desenvolvido pelo sujeito enquanto uma qualidade da razão atribuir ao objeto a qualidade de belo. A afirmativa de Kant “Isso é belo” representa de modo sintético e singular a explanação de que é atributo das faculdades humanas o reconhecimento do belo pelo juízo. Com isso, a leitura proposta por Johnson e a experiência estética pensada por Dufrenne reconhecem e trazem à tona noções de subjetividade que são importantes no processo de comunicação enquanto circuito.

O último estágio do circuito de Johnson é a percepção entre as culturas vividas e as relações sociais, em que mais uma vez, os valores culturais que são desenvolvidos enquanto discursos e práticas que já se encontram em face também com as percepções dos indivíduos. Esse estágio do ciclo é reconhecido como sendo uma espécie de reflexão acerca do processo como um todo da cultura; um balão de ensaio que integra os discursos, as produções, a recepção e o consumo dos textos enquanto potências de fomento cultural, o que o qualifica também como sendo uma metodologia para o campo da comunicação. A formação do circuito oferece força metodológica para perceber também como os discursos são compreendidos e reverberados em situações que não são previsíveis. Mesmo havendo semelhanças entre os posicionamentos dos participantes, a perspectiva de olhar e analisar os fatos transcende referenciais estanques, ou seja, o circuito traz à tona as interpretações dos sujeitos, além de constituir e reconhecer espaços heterogêneos de interação, práticas sociais e produção de sentido. Por esse modo, a relação entre

emissores e receptores não opera na chave funcional e pragmática, mas transforma-se enquanto espaço de relações mais complexas e de reconhecimentos dos contextos.

Por esse modo, os discursos midiáticos circulam e constituem o fenômeno da midiaticização. Para além de perceber a mídia como uma entidade centralizadora, a midiaticização reconhece a potência dos discursos também, todavia, inclui a participação dos sujeitos na composição desse cenário. Investigar os circuitos é perceber como os interlocutores oferecem força para promover a circulação de afetos, como aponta Braga, acontece o fluxo adiante, ou seja, outros ambientes são alcançados para além do momento da interface, mas a repercussão “acontece em variadíssimas formas – desde a reposição do próprio produto (...) à elaboração de comentários, (...) a uma retomada de ideais para gerar outros comentários” (BRAGA, 2012, p.39).

Um outro ponto a salutar é quanto à seleção dos participantes da pesquisa. A intenção dessa tese não foi de delimitar um universo específico reduzido à faixa etária, ao sexo, à classe social, ao grau de escolaridade ou a qualquer outra variante que possa oferecer referenciais delimitativos. A intenção de convocar pessoas de diversos estratos sociais, faixa etária ou profissão vai ao encontro da percepção de Hannah Arendt (1994,1999) sobre a disseminação do mal enquanto valor social. Arendt mais que viveu e presenciou as atrocidades dos regimes totalitários na Europa no final da segunda metade do século XX ao sentir na pele os sintomas do horror ao ser presa em campo de concentração na Alemanha.

A obra *Eichmann em Jerusalém –um relato sobre a banalidade do mal* talvez tenha sido um divisor de águas na produção científica de Arendt e no modo de oferecer outro olhar acerca da proliferação do mal e suas repercussões. Para elucidar, Adolf Eichmann era profissional responsável pela logística dos trens na Europa nazifascista, coube a ele a organização dos esquemas de transporte dos condenados à morte pela Solução Final, ou seja, o extermínio de todos aqueles que para os regimes totalitários seriam considerados uma ofensa à qualidade humana. Eichmann conseguiu escapar do julgamento de Nuremberg, processo de condenou, primeiramente à prisão e depois à morte, personagens de diversas áreas do nazismo, e se refugiou na Argentina. Em maio de 1960, ele foi sequestrado por autoridades do estado de Israel para que fosse julgado pelo crime contra o povo judeu. Até à chegada dele no julgamento, a imprensa, autoridades judias, policiais e o próprio povo judeu desenharam a imagem de um sujeito sem escrúpulos, bestial, muito próximo da representação de um monstro, o que garantiu

a ele que fosse julgado através de uma redoma de vidro para contê-lo em possível ataque aos presentes.

Entretanto, segundo o olhar de Arendt, essa imagem não condizia com a realidade<sup>5</sup>. Ao invés de ver um sujeito agressivo e bruto, Arendt percebeu alguém medíocre, limitado, incapaz de pensar e refletir sobre seus atos. Além de não apresentar formação acadêmica de destaque, Eichmann para ela era alguém absolutamente convencional, quando muito, até mesmo patético, porque não conseguia refletir sobre seus próprios comportamentos. Em alguns momentos do julgamento, ele respondia às questões simplesmente com a frase “Estava cumprindo ordens”, “Executava o que me pediam”, ou sentenças semelhantes a essa; Eichmann chegou a afirmar “Até gostava de judeus, convivi com uma família judia na infância”. Ou seja, Arendt percebeu que o mal era banal. Confiar na existência da banalidade do mal, a fez rever seu conceito sobre o mal radical de Kant, isto é, não há raiz para o mal e ele se espalha feito fungo nas pedras, como na própria analogia citada por Arendt. No entendimento da autora, o mal torna-se frutífero à medida em que há a ausência de reflexão e criticidade.

Assim como Eichmann não conseguia perceber o mal que era responsável por apenas seguir ordens, nessa pesquisa se apoia em afirmar que o mal, os discursos e as práticas perversos são sintomas da ausência de reflexão que se encontra em circuito por sujeitos que optam por limitarem suas reflexões acerca do pensamento político sobre a encaminamento do *impeachment* de Dilma Rousseff. Essa concepção também vai ao encontro de uma das hipóteses da tese de acreditar que a manipulação midiática é, na verdade, o sintoma dos desejos dos interlocutores. O que isso quer dizer? Há o circuito em que consta signos perversos que são sintomas da qualidade de sujeitos e grupos que não conseguem pensar para além dos próprios desejos e prazer. Nisso, inclui também, a necessidade de aniquilar e fazer desaparecer códigos de participação política do cenário público.

É importante pontuar também que mesmo tendo participado do horror da guerra, para Arendt, Eichmann não deveria ser compreendido como culpado, até porque a culpa cabe, segundo ela, à condição do privado e não diz respeito às ações políticas. Ele deveria

---

<sup>5</sup> Um outro posicionamento criticado por Arendt, que rendeu desavenças com a comunidade judia, foi de questionar a autoridade do estado de Israel no julgamento de Eichmann. Para ela, se tivesse que haver qualquer tipo de julgamento não deveria ser executado sob a ótica da prática do crime contra o povo judeu, mas contra a humanidade. Dessa forma, a existência do julgamento deveria ser praticada sob outra perspectiva que não fosse reduzida aos olhos de um determinado povo, mas sob o olhar político e mais abrangente



ser entendido sim como responsável porque não conseguiu desenvolver-se para além da ordem estipulada. Da mesma forma, mesmo sendo responsável pelos atos, Eichmann não era um sujeito perverso, pavoroso ou semelhante a uma besta fera; muito pelo contrário, ele era um sujeito banal, convencional, entretanto capaz de disseminar práticas perversas justamente porque se privou da condição de refletir. Essa consideração de Arendt sobre o funcionário também me apropriou para aplica-la os participantes da pesquisa.

Por um outro lado, acusar que todos são culpados não viabiliza uma saída sensata para o problema, pelo contrário, torna-se redundante e ineficaz. Arendt acreditava que deveria haver uma possibilidade de reflexão que fosse para além da culpa e da contribuição de todos para a incidência do mal, por esse olhar, que a pesquisa percebe nas práticas culturais e da circulação da comunicação como um modo de pensar a proliferação de discursos e atitudes perversas. Essa percepção de olhar a comunicação vai ao encontro de compreendê-la como circuito para a circulação de referências e sentido. Obviamente que os participantes dessa entrevista não estão em pé de igualdade à realidade do regime totalitário, entretanto, é possível reconhecer que os discursos desses participantes são sintomas da dificuldade de pensar e refletir sobre o pensamento político e acreditar piamente nos próprios desejos e prazeres como legítimos de serem comungados no espaço público.

Pela explanação realizada, o universo selecionado foi de oito pessoas de diferentes condições (sexo, idade, escolaridade ou classe social) para comprovar que para a formação de discursos perversos, bem como a sua circulação, não há parâmetro pré-estabelecidos, mas condições culturais para a sua propagação<sup>6</sup>. A convocação dessas pessoas foi por contatos com colegas, ex-alunos e demais interessados. Alguns deles fazem parte do meu cotidiano, a despeito de não conhecê-los profundamente, como recepcionistas de estabelecimentos comerciais e promotores de venda. A intenção de convocar pessoas não muito próximas a mim oferece à pesquisa o distanciamento necessário para analisar e esmiuçar os dados coletados. Essa pesquisa não está preocupada em estipular número, porcentagens e quaisquer indícios numéricos ou quantitativos, por trata-se de uma qualitativa, a proposta da pesquisa se debruçar em as qualidades do fenômeno analisado segundo os olhares que comungam dessa realidade. Como apontam Orozco e Reyes (2011), a pesquisa de cunho qualitativo “(...) es una mirada que parte de la premisa de que el hecho no es lo que está ahí fuera (el hecho objetivo), sino lo que los

---

<sup>6</sup> Os participantes assinaram termo de conduta para a realização da pesquisa que preza pelo anonimato e segurança das informações oferecidas.

sujeitos, incluido el investigador, perciben com hecho” (OROZCO; REYES, 2011, p.56). O posicionamento dos autores é rico na compreensão de traços subjetivos na participação da pesquisa, o que fortalece a compreensão e interpretação de discursos e considerações dos participantes.

Houve duas intenções sobre a realização da pesquisa. A primeira delas foi de, além de verificar a circulação de perversão no âmbito da abordagem política, conferir também a circulação de discursos e práticas perversas em duas outras situações: na fotografia de horror com as imagens do menino sírio Aylan Kurdi de três anos morto após naufrágio na Turquia de uma embarcação que saiu da Síria rumo à Europa, e as imagens da revista brasileira *Nin*, publicação erótica brasileira que trata a sexualidade de modo mais desimpedido e sem as amarras das delimitações de gênero e desejo. As fotografias e os textos da revista tratam do sexo pelo viés da naturalidade, borrando as fronteiras entre os desejos e as identidades e as significações binárias (homem x mulher, homossexual x heterossexual, macho x fêmea, etc...). São homens, mulheres, gordos, mulheres maduras, transexuais, homens peludos, enfim, uma série de representações que são tratadas em uma mesma edição que, por enquanto, são três números<sup>7</sup>.

Por uma questão de delimitação do tema, foi necessária a extinção desses outros temas, mas esses assuntos foram abordados em artigos que foram publicados (Amaral; Arias Neto, 2018, 2017a, 2017b) e em outros estudos também (Amaral, Bertolli Filho, Baptista, 2017). Esses estudos permeiam as duas abordagens que foram descartadas sobre os primeiros objetos propostos. A outra modificação para a realização da pesquisa foi quanto aos objetos empíricos que deveriam ser analisados. Em fase de sondagem, foi selecionada a edição da revista *Veja* que trouxe a cobertura do pedido de impeachment de Dilma Rousseff do cargo do executivo nacional, edição de número 2455, de 09 de dezembro de 2015. Entretanto, as duas pessoas selecionadas para participar queixaram-se de que as matérias seriam longas e que não houve tempo de lê-las completamente por conta de compromissos do dia-a-dia. Após reconhecer essa demanda, as matérias foram descartadas, bem como as informações coletadas, e passamos a incluir as capas da revista desde 2014 a 2017, escolhidas aleatoriamente a ponto de chegar a 53 exemplares, número

---

<sup>7</sup> A perversão tratada na revista *Nin* não diz respeito ao lado agressivo da sexualidade, mas enquanto um discurso promovido para abalar as estruturas de poder. No pensamento de Roudinesco (2008) e Dufour (2013), as perversões podem ser geradas a partir da potência de criatividade ou como tecnologia de desafio às condições cristalizadas. Por esse lado, a perversão que consta na revista se envereda por esse lado, além de ser política na medida também que oferece visibilidade a representações que muitas vezes são abafadas pelo exercício de poder e violência (Amaral; Arias Neto, 2018, Amaral; Bertolli Filho; Baptista, 2017).

referente à quantidade de edições que são lançadas por ano. O período escolhido se reconhece porque a perversão tratada na revista *Nin* não diz respeito ao lado agressivo da sexualidade, mas enquanto um discurso promovido para abalar as estruturas de poder. No pensamento de Roudinesco (2008) e Dufour (2013), as perversões podem ser geradas a partir da potência de criatividade ou como tecnologia de desafio às condições cristalizadas. Por esse lado, a perversão que consta na revista se envereda por esse lado, além de ser política na medida também que oferece visibilidade a representações que muitas vezes são abafadas pelo exercício de poder e violência (Amaral; Arias Neto, 2018, Amaral; Bertolli Filho; Baptista, 2017) abrange desde as campanhas eleitorais ao executivo nacional, passando pelo processo de impeachment e finalizando com a posse de Michel Temer à presidência.

Para finalizar, essa tese recorre mais uma vez ao pensamento de Hannah Arendt. No conceito de política desenvolvido por ela, que experimentou na pele as atrocidades dos regimes totalitários da Alemanha nazista ao ser uma dos milhares de prisioneiros em campos de concentração, são resgatados valores clássicos gregos e romanos para compreender política. Arendt acreditava que a cidade-estado grega era um exemplo marcante para diagnosticar a “essência e a esfera do político” (Arendt, 2001, p.201). Para a autora, assim como na antiguidade, o exercício da política era garantia aos homens livres que pudessem usufruir da liberdade e visibilidade. Nesse entendimento, caberia a esses homens, a organização da polis e assuntos pertinentes à vida pública. Desse modo que ela compreende que a política é também o exercício da liberdade desenvolvido a partir do momento da possibilidade de comunicação. Por esse modo de pensar que os assuntos de cunho individual não deveriam alimentar a pauta pública de discussões. Isso não quer dizer que deveria haver unanimidade nos debates e discussões, muito pelo contrário, Arendt não concebe a ação política dentro de valores unificados, mas enquanto possibilidades de pluralidades.

Como aponta Schio (2012, p.184), a política tem como propósito que os “conflitos particulares são transcendidos (...) a manutenção do grupo, como comunidade organizada; a preservação da própria humanidade, (...) são mais importantes que as querelas pessoais dos componentes do grupo”. A privação de assuntos particulares no espaço público de discussão não quer dizer a ausência de liberdade de expressão ou qualquer coisa nesse sentido, mas a reflexão e a criticidade antes de adentrar o espaço público. A contaminação de temas individuais deveria, na melhor das hipóteses, ficar restrita ao âmbito privado; quando ocorre a mescla desses espaços, Arendt acredita que há a possibilidade de

atomização dos sujeitos e a fragmentação da ação política. Em outras palavras, as paixões narcísicas abrem fendas que podem ser frutíferas para prosperidade de movimentos totalitários pela debilidade de fortalecer o pensamento político dos sujeitos.

Os assuntos privados só podem ser considerados de discussão pública a partir do momento em que há a necessidade de discussão política em nome da qualidade da polis. Para Arendt, liberdade, política e vida pública não são exatamente a mesma coisa, entretanto, não tem como conceber a ação política pela possibilidade de fragmentação dos referenciais de liberdade e visibilidade de sujeitos ou grupos. Essa relação que, segundo Arendt, potencializou os horrores do totalitarismo ao conceber que determinados grupos e indivíduos poderiam ser exterminados do espaço público. O desejo e a vontade de eliminar judeus, homossexuais, deficientes físicos, ciganos ou quaisquer que sejam os sujeitos por acreditar na supremacia de uma única raça digna de habitar a Terra não perpassa a ação política, mas potencializa a violência para se pensar o espaço público como individualizante e discriminatório e movimentos perversos. Logicamente que a intenção desse trabalho não é de equipar os movimentos que aconteceram ao favor da realização do impeachment com as atrocidades do nazismo e que a vontade de eliminação de políticos, grupos ou sujeitos afinados com as ideologias do Partido dos Trabalhadores era semelhante ao extermínio de alguns grupos na Europa totalitária. Mesmo havendo diferenças brutais, há em ambos os casos a intenção de anular a visibilidade do outro de modo a não promover a discussão e as melhores saídas para o bem social presentes nos discursos da população, nas relações sociais e também nas práticas midiáticas. Aliás, a mídia, nesse caso, tornou-se uma personagem no contexto dessa realidade e na formação de discursos e práticas culturais, não necessariamente a manipular as mentes e comportamentos, mas, se apresentando como sintoma do desejo de uma população que, muitas vezes, absteve-se de pensar para além das próprias paixões em pensamentos inconsistentes acerca de corrupção e política; pensamentos esses que foram prósperos para a disseminação de práticas, discursos e ações potencialmente perversos.

### 3- As perversões e suas histórias

Verificar as manifestações das perversões ao longo dos anos é reconhecer e trilhar caminhos que perpassam não exclusivamente as manifestações nas sexualidades ou as questões éticas e morais envolvidas como comumente acredita-se, mas também analisar o vigor das forças históricas e sociais que consolidam as formas mais diversificadas das suas representações. A necessidade de tratar o termo sempre que possível no plural remete à própria condição de sê-lo instável e intransigente de definições que sejam conclusivas ou permanentes, justamente pela condição perene e fugaz de compreendê-lo. Assim, se faz valer a intenção de acompanhar algumas manifestações consideradas perversas em alguns momentos da história para que seja possível analisar a influência das considerações sociais, principalmente de base cultural e histórica, que fomentam os diversos sentidos das perversões como sendo comportamentos abjetos ainda no século XV às manifestações presentes nos discursos e práticas midiáticas contemporâneas.

Para começar a desenhar essa densa e complexa linha história dos caminhos das perversões, em um primeiro momento, é importante considerar que, a abordagem sobre as perversões merece respeito e sutilezas para que não sejam consideradas como sendo representações estereotipadas do comportamento humano que envolvem práticas de crueldade e maldade contra indivíduos, grupos ou seres de qualquer espécie. Analisar as perversões, ainda mais na atualidade, é verificar como são estabelecidas as pontes de alteridade e os fomentos de ações políticas, bem como diagnosticar as falhas existentes nesses empreendimentos e em outros movimentos que acontecem no tecido social que colocam em risco a condição de fortalecimento de respeito e consideração entre sujeitos.

A palavra perversão deriva do latim, *perversio*, que ocasiona, na mesma língua, o verbo *pervertere*. O primeiro registro quanto ao uso da palavra na língua francesa<sup>8</sup>, segundo George Lanteri-Laura (1994), seria em 1444 e estaria relacionado à intenção de *retornar* ou *reverter*, mas que foram utilizadas pelo uso comum como sendo algo deplorável, recebendo, assim, denominações que envolviam significações repugnantes, desprezíveis ou negativadas, todavia, sem obrigatoriamente de conotação pejorativa de moralidade. A despeito da primeira aparição da palavra tenha sido empreendida naquele ano, isso não quer dizer que anteriormente a esse momento não houve movimentos e comportamentos perversos; a perversão é uma manifestação da condição humana, não da

---

<sup>8</sup> Como a língua francesa é derivada do latim, na antiguidade já havia registro da palavra perversão, acompanhando o mesmo teor semântico dessa língua morta.

natureza humana, como veremos em algumas passagens dessa pesquisa. Mesmo que brevemente, é importante apresentar algumas notas sobre passagens que apresentam traços de perversões. As condenações à morte que aconteceram na Antiguidade como os espetáculos promovidos em arenas em que os sujeitos eram devorados por feras em abstinência alimentar, principalmente quando se referiam a perseguições aos cristãos que, segundo Veyne (2009), compunham um universo de pessoas que seriam diferentes dos valores culturais vigentes. Os cristãos:

(...) não participavam das festas ou dos espetáculos, não veneravam os deuses nacionais, seu Deus não pertencia à determinada nação<sup>9</sup>, diferente do deus dos judeus. Além de querer se isolar como uma legítima diferença nacional, esse Deus pretendia superar os deuses nacionais” (VEYNE, 2009, p.246).

A perseguição aos cristãos ocorreu como medida para conter esse movimento de fé, começando por volta do século I, com mais ênfase pelo século III e estendendo-se até o século IV, pois cabiam aos cidadãos da antiguidade romana à adoração do imperador e às práticas politeístas.

Na Idade Média, as perseguições mudaram o tom e passaram a ser destinadas aos hereges da fé católica, um movimento de extermínio de indivíduos e destruição de propostas que fossem de encontro com a prática da moral cristã. A intervenção de Deus seria a mediação para a condição de vida na Terra. Elisabeth Roudinesco (2008) traçou um rico e consistente estudo sobre a história das perversões no mundo que abrange das manifestações ainda nas Idades Antiga e Medieval como as intempéries sofridas por sujeitos em nome da fé que, futuramente, foram santificados pela Igreja Católica pelo gesto de bravura; passando pelos movimentos propostos pela ciência que foram erigidos para a proposta de desenvolvimento da nação; os regimes totalitários de cunho nazifascista que aconteceram em alguns países da Europa até chegar à contemporaneidade quando as novas representações das sexualidades afrontam as condições heteronormativas, mas oferecem um lado positivado às perversões porque, justamente, subverteram a ordem engessada da heteronormatividade.

Nesse momento, a pesquisa se atém em analisar manifestações consideradas por Roudinesco como sendo perversas como os comportamentos apresentados por pessoas

---

<sup>9</sup> O conceito empreendido por Veyne de nação cristã não se refere ao romantismo desenvolvido na Idade Moderna com a formação do Estado, de leis e instituições, nem pode ser compreendido da mesma forma que na contemporaneidade. A intenção do autor diz respeito a valores, códigos e signos compartilhados para a formação moral cristã como sendo discursos socioculturais.

que em nome da fé cristã foram submetidas ainda na Antiguidade ou, até mesmo se submeteram ainda hoje por livre espontaneidade, a condições subversivas ou de flagelo. Na visão da autora, o discurso mítico oferecido pelas religiosidades oferece traços perversos como canal para alcançar a santidade e a condição de superioridade aos demais mortais que habitam a Terra e esse discurso foi próspero porque foi ao encontro dos signos morais daquela época, ou seja, os valores morais em circulação também significam os sinais perversos. Até o final da Idade Média, as manifestações do cristianismo eram consideradas como códigos morais para aquela organização social, atentando-se que a vida próspera e digna estava em acompanhar, seguir e reproduzir a vida do Cristo pela Terra, privando-se dos bens materiais em nome da simplicidade oriunda da divindade. Por isso a colocação de Sennett sobre o corpo medieval ao afirmar que:

Recuperando a carne para a religião, a “Imitação de Cristo” fez dela o juiz da hierarquia social, ao estabelecer um contraste evidente entre os laços que uniam aqueles que cuidavam dos outros e as estruturas comerciais, em que o amor ao próximo estava ausente (SENNETT, 1997, p.139).

A carne, pensada como corpo, seria algo contaminado pelo pecado, a despeito de ser uma obra divina ofertada aos homens para o seu cuidado. Assim, Roudinesco acredita que a sublimação das dores, as humilhações e a privações que fossem mediadas pelo corpo, e que poderiam ser experienciadas em público, seriam modos de eliminar as impurezas do corpo como forma de regeneração e clivagem para a vida. Para a autora, “o discurso místico, portanto, alimenta-se de desvios, conversões, margens e anormalidades. O que ele busca captar, sua maneira de perverter o corpo, é da ordem do indizível, mas também do essencial” (ROUDINESCO, 2008, p.24). Uma passagem marcante foi a atuação de Catarina de Siena (1347-1380) que ingeria o pus e outros excrementos com o propósito de cura de doente:

(..) numa época em que a medicina não tratava nem curava, e em que a vida e a morte pertenciam a Deus, as práticas de emporcalhamento, autodestruição, flagelação ou ascetismo – que mais tarde são identificadas como perversões – não eram senão diferentes maneiras de os místicos identificarem-se com a paixão de Cristo (ROUDINESCO, 2008, pp.25-26).

Atitudes com essas seriam compreendidas como exemplos para a vida cristã, a pobreza e a devoção (e porque não a submissão da imposição da moral católica aos sujeitos) a Cristo seriam formas de moldar subjetividades e também o corpo. A autora apresenta também a vida de Liduína de Schiedmans (1380-1433), uma bela moça que, se recusou a casar-se por obrigação do pai e começou a flagelar-se cortando o corpo,

chegando ao extremo de decepar uma perna para não cumprir o juramento do pai. A intenção da deterioração do próprio corpo seria a justificativa para que, assim, pudesse seguir a vida religiosa. Ela não se casou, desfez-se de todos os bens da família e, após a morte, tornou-se, nas palavras da autora, carrasco de si mesma porque viveu 38 anos de uma vida grabatária, obrigando-se a conviver com doenças e comprometimentos sérios de saúde como a gangrena e epilepsia. A autora chama a atenção para o ano em que Liduína foi canonizada em 1890, momento da história em que a medicina mental considerava comportamentos transgressivos e o prazer por excrementos e secreções do corpo como sendo considerados perversos. Dessa forma, a canonização de Liduína foi uma espécie de silenciamento para que outros discursos não prosperassem ao associar a perversão à religiosidade. A observação feita por Roudinesco alerta para o fenômeno da mudança da percepção do sentido das perversões ao longo da história que mesmo operando no cerne da inversão de valores, as transformações socioculturais realizam agenciamentos e significações que acompanham os discursos e práticas morais pelos movimentos históricos que acontecem na sociedade, dentre eles, as mudanças sobre o que pode ser ou não perversão. Essa chave de leitura e interpretação oferece caminhos abertos para compreender que as perversões são consideradas sintomas de qualidades culturais que alteram significativamente seus valores ao longo dos anos.

Na sequência da pesquisa elaborada por Roudinesco, ela aponta os sinais de perversões nos escritos e na própria vida de Marquês de Sade. Libertino das amarras sociais, Sade construiu em seus romances personagens que desafiavam a conduta da moral vigente do século XVIII por serem adeptos de práticas sexuais não convencionais como o sadismo, que prevê o prazer na provocação da dor alheia, uma derivação do seu nome; o masoquismo, quando o indivíduo obtém gozo por sentir a dor. Sade também apresenta personagens sodomitas, uma referência à homossexualidade, considerada dupla transgressão em dois sentidos: a primeira transgressão se encontra na submissão e servidão voluntária no exercício da dominação do outro e a segunda transgressão seria contra a ordem reprodutiva da espécie, ou seja:

Na época cristã – e como em todas as religiões monoteístas -, o homossexual tornou-se a figura paradigmática do perverso. (...) Ser sodomita queria dizer recusar a diferença dita “natural” dos sexos, a qual supunha que o coito fosse consumado com fins procriadores. Daí todo ato que infringisse essa regra era visto como perverso: onanismo, felação, cunilíngua, etc.. A sodomia, demonizada, então considerada a vertente mais escura da atividade perversa e assimilada tanto a uma heresia quanto a um comércio sexual com os animais (bestialidade), isto é, com o Diabo (ROUDINESCO, 2008, p.50).



O modo de entendimento das homossexualidades como signos de perversão será tratado com mais afinco segundo a perspectiva apresentada por Michel Foucault sob a intenção de manter a normatização dos corpos e das subjetividades pelo desenvolvimento do conhecimento da ciência. Aliás, ainda sob a ótica de Roudinesco, com o avanço dos estudos da medicina e das ciências biológicas houve o surgimento de várias representações de perversões, além da reconsideração de muitos comportamentos que deixaram de ser caracterizados como perversos. Entre as reconsiderações apontadas pela autora é quanto à categorização das homossexualidades como perversão. De acordo com os estudos sobre sexualidades apresentados a partir das últimas décadas do século XX, as homossexualidades não podem ser consideradas como representações legítimas de perversões por apenas desafiarem a ordem normativa do desejo entre pessoas do sexo, diferentemente como apresentadas na clássica obra *Psychopathia sexualis*, do médico psiquiatra Richard von Krafft-Ebing, lançada em 1886, reeditada, revista e ampliada em várias outras versões ao longo dos anos. A obra apresenta-se como sendo de caráter científico, elaborada na intenção de investigar as sexualidades e “os sintomas psicopatológicos da vida sexual, de conduzi-los a sua origem e deduzir as leis de seu desenvolvimento e de suas causas” (Krafft-Ebing apud Pereira, 2009, p.382), além de fornecer conhecimento às áreas biológicas poderiam ser úteis também à esfera jurídica em processos e julgamentos. As referências sobre normalidade ou anormalidade, além dos pressupostos de legalidade e amoralidade, também eram perpassadas pelo juízo de valores das sexualidades, um ponto claro de prática de poder.

Nesse período, como sintoma da condição cultural do desenvolvimento das ciências positivistas, as homossexualidades não se assumem, necessariamente, sob a égide do grotesco, animalesco ou monstruoso (embora algumas práticas fossem consideradas sob esse sentido) a sua definição contempla uma variedade de posições, até porque, muitas personalidades de referência nos campos da política, artes e religiosidade poderiam ser consideradas homoeróticas como é o caso, por exemplo, de Sócrates, Michelangelo, Leonardo da Vinci. Dessa forma que nasce um arcabouço farto da ciência para estudos que pudessem estabelecer a tentativa de assegurar a moral conservadora que, além de descortinar os aspectos mais obscuros da mente humana, bem como os desejos que a povoavam, pudesse também catalogar, esquadrihar, pesquisar e investigar as sexualidades destoantes da heterossexualidade não apenas com o intuito de discriminá-las, mas também que pudessem ser feito o controle, rastreamento e identificação das práticas mais bizarras às mais convencionais:

O objetivo confesso é dar um fundamento antropológico ao sexo e ao crime sexual e fundar uma separação radical entre uma sexualidade considerada “normal”, na qual devem encontrar sua base a saúde, a procriação e a restrição do prazer, e uma sexualidade considerada “perversa”, que se situa ao lado da esterelidade, da morte, da doença, da inutilidade e do gozo (ROUDINESCO, 2008, pp.82-83).

A autora vai ao encontro das reflexões de Lanteri-Laura acerca da obra do cientista alemão que, por sua vez, apontou a relação estabelecida entre o sujeito e o gozo entre “grotescos e monstruosos”, sendo que os primeiros seriam as manifestações mais bizarras do uso de objetos e a opção por práticas sexuais que suscitam o riso e o deboche e os demais como sendo as práticas executadas com crueldade como a pedofilia e a gerontofilia ou qualquer outra prática que fosse percebida na condição de menosprezar e humilhar a condição do outro. Operacionalizando na perspectiva da negatividade e mesmo apresentando diferenciações entre as duas manifestações, essas duas qualificações de perversões trariam ônus na convivência e sociabilidade e as homossexualidades estariam fora dessas denominações, com propostas epistemológicas mais diversas:

(...) No final das contas, a clínica minuciosa das perversões conduz o homem de ciência a isolar todo um grupo de conduta que, a despeito de suas variedades, suscita apenas o riso ou o horror, e presume que seus autores pertençam, quer à monstruosidade da qual a zoofilia e o testemunho mais evidente, quer ao grotesco cuja encenação, na casa das ilusões, denuncia tão bem a irrealidade (LANTERI-LAURA, 1994, p.42).

Na sequência, Roudinesco apresenta momentos da história considerados como sendo um dos mais perversos da humanidade, os regimes nazifascistas da Alemanha e Itália, bem como demais governos que foram considerados totalitários. Antes de considerarmos as manifestações perversas desse regime, torna-se importante ponderar que a ocorrência desse tipo de governança pode ser considerada perverso por que, além de subverter a condição do Estado como gerador do bem-estar social à população na oferta de atendimento e serviços importantes para a qualidade de vida aos cidadãos, houve algo igualmente grave que foi a privação da própria população na participação política, uma lacuna que provoca a debilidade das noções de liberdade.

Ao considerarmos as colocações de Hannah Arendt, a perspectiva de liberdade seria um princípio fundamental e primordial para que sejam traçadas as ações políticas, sendo que sem liberdade “(...) a vida política como tal seria destituída de significado. A *raison d'être* [razão de ser] da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação” (ARENDRT, 2001, p.192). A ação, sob a visão de Arendt, seria uma forma de

reconhecimento dos cidadãos e das suas legitimidades no espaço público, prezando por medidas que pudessem objetivar coletividades em detrimento de individualidades, em nome da polis e da pluralidade de representações, um modo de se posicionar na sociedade, revelando a sua identidade enquanto um movimento de liberdade. Essa perspectiva poderia ser traduzida como política, ou seja, a ação é uma forma de fazer política.

Segundo a autora, a deficiência da liberdade como manifestação da política cria lacunas na sociedade para que regimes totalitários e autoritários se apropriassem dessa deficiência para se alojarem. A liberdade não se encontra nas escolhas providas do livre-arbítrio, já que essa condição é uma referência individual, mas na possibilidade de articular suas considerações pela razão e pela capacidade de pensar. Arendt não acredita que o espaço político seja composto de homogeneidade, muito pelo contrário, o espaço político é calcado na diversidade e pluralidade de pensamentos e ações. A ação se refere também em diálogo com a liberdade em algo que seria contemplado à coletividade. Com isso, as formas totalitárias e autoritárias de regimento não poderiam ser tratadas como manifestações políticas e podem ser consideradas perversas, pois, além de usufruírem da falta de união social, adotam medidas para hierarquizar, exterminar e menosprezar qualquer forma de existência que pudesse interferir nesse vigor, caracterizando e fomentando, assim, modos de violência. Não exatamente como aconteceu naquele período, a ocorrência do *impeachment* em 2015 no Brasil é sintoma do vigor dessas qualidades nocivas ao espaço político.

Nessa perspectiva que Arendt analisa o surgimento desses regimes: a debilidade na união entre os sujeitos que integram a sociedade e que oferecem brechas para a instalação do vigor da violência e, qualquer manifestação de violência, não se justifica no espaço político. Como apresenta Bittar:

A castração das dimensões do espaço público que facultam a usurpação do poder, a manipulação da legitimidade popular do poder, bem como a sedimentação de ideologias extremistas são formas de degenerar a política e o espaço público. Arendt percebeu que onde não há verdadeiramente liberdade, onde não há consenso, não há possibilidade de prática política, que é uma atividade essencialmente dialógica e que carece de respeito ao outro para sobreviver. A miserabilidade dos espaços comuns e da cultura de politicidade do convívio é o gérmen para a destruição de uma sociedade. Em verdade, segundo Hannah Arendt, a garantia do espaço público-político é a garantia para a sobrevivência da ação e, portanto, da liberdade (BITTAR, 2011, p.275).

Entre essas falhas nos espaços de política e discussão é que se prosperam as possibilidades para a instauração das perversões, sendo, ainda por cima, justificadas segundo uma falsa ordem de necessidade e integração social entre os cidadãos. Esse

aspecto foi essencial para o fomento do *impeachment* em 2016: a ausência de diálogo e a debilidade de comunicação. Por isso a necessidade de reflexão e criticidade, que não devem ser concebidos enquanto vigília e controle, mas com prática de ação para o bem-comum em nome da ação política. O holocausto foi um dos sintomas mais agudos da ausência de alteridade, da deficiência dos aspectos políticos e de desrespeito à condição humana na privação de liberdade do outro. Tanto Roudinesco como Hannah Arendt apontaram para a naturalidade com que foram exterminados judeus, homossexuais, deficientes físicos e mentais, além de outras minorias sociais; mais do que matar pessoas que seriam consideradas inferiores para o desenvolvimento humano, o regime nazifascista ofereceria uma saída para domesticação genética para melhoramento da raça humana para uma redefinição biológica julgando com base na intolerância e no ódio àqueles que seriam dignos de não permanecerem vivos.

Entre as figuras que lideraram o nazismo na Europa, Roudinesco destacou a atuação do comandante alemão Rudolf Höss<sup>10</sup>, que ficou à frente da administração de Auschwitz, a maior rede de campo de concentração existente na Europa, que foi o local de extermínio de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Em entrevista dada a Goldensohn<sup>11</sup>, dias antes do seu julgamento crime contra a humanidade, Höss manteve-se sereno e apático às perguntas feitas a ele pelo médico, numa demonstração que poderia ser considerada de indiferença à atrocidade ocorrida sob as atividades que desempenhou no campo de concentração. Entre os procedimentos adotados estavam a execução de pessoas dentro das câmaras de gás. O Zyklon B, que era o gás utilizado para dedetizar e desinfetar os alojamentos dos detentos nos campos, passou a ser usado também como artifício para o genocídio devido à eficiência na morte e na economia da execução, com apresentado no depoimento proferido por Höss:

“Elas [câmaras de gás] decorreram da situação. Os tribunais traziam montes de pessoas que tinham de ser fuziladas. Sempre fui contra usar os mesmos homens nos esquadrões de fuzilamento repetidamente. Durante aquele período [antes

---

<sup>10</sup> O sobrenome Höss por ser encontrado como sendo Hoess ou Höß. “Rudolf Hoess, tenente-general da SS, comandante do campo de concentração de Auschwitz de 1940 e 1943, foi preso pelos britânicos em 1946 e entregue à Polônia. Processado por um tribunal militar polonês, foi enforcado em Auschwitz em 7 de abril de 1947” (GOLDENSOHN, 2005, p.347).

<sup>11</sup> Leon Nathaniel Goldensohn nasceu em 1911, em Nova York. Médico e psiquiatra durante a Segunda Guerra Mundial, alistou-se no exército norte-americano em 1943, sendo prontamente destacado por atuar em missões na França e Alemanha. Em 1946, com o final da guerra, trabalhou no presídio de Nuremberg, tendo sido responsável pela saúde física e mental dos líderes alemães presos. Morrem em 1961. Trecho extraído da orelha do livro *As entrevistas de Nuremberg*, Goldensohn (2005). O tribunal de Nuremberg foi um modo de julgar àqueles que teriam cometido atentado à humanidade pela ocorrência do holocausto.

de ser chefe de Auschwitz], um dia, o chefe do meu campo, Karl Fritzsch, me sugeriu que eu tentasse executar pessoas com gás Zyklon B. Até então, o Zyklon B servia apenas para desinfetar alojamentos que estivessem cheios de insetos, moscas etc. Fiz um teste com algumas pessoas condenadas à morte na cela da prisão, e foi assim que a coisa se desenvolveu. Eu não queria mais fuzilamentos de modo que passamos a usar câmaras de gás em seu lugar”. (...)Você supervisionava os assassinatos nas câmaras de gás? “Sim, eu fazia toda a supervisão daquele negócio. Estava muitas vezes, mas nem todas, presente quando as câmaras de gás estavam sendo usadas” (GOLDENSOHN, 2005, pp.350-362).

Ainda em Auschwitz, além do trabalho forçado aos condenados, outras atrocidades eram praticadas. Mesmo não acontecendo durante a gestão de Höss, a gordura humana das pessoas exterminadas era utilizada na produção de sabão, os cabelos das mulheres mortas eram arrancados, trançados e utilizados em ajustes para vedação. Entre os pontos que evidencia a perversão dos integrantes do sistema nazista foi justamente a indiferença apresentada pelos executores para darem cabo à vida de milhares de pessoas pelo simples fato do cumprimento de ordens superiores sob a justificativa do oferecimento de benefício à humanidade. Foi com esse propósito que muitos desses indivíduos atuaram e que, mesmo depois do feito, nem todos perceberam a gravidade da situação provocada. Quando indagado por Goldensohn sobre o que Höss achava do extermínio provocado, ele apático e confuso respondeu ao médico: ““Eu recebia minhas ordens pessoais de Himmler<sup>12</sup>. Você alguma vez chegou a protestar? ‘Eu não podia. Tinha que aceitar as razões dadas por Himmler’” (GOLDENSOHN, 2005, p.348).

A intenção de apenas cumprir regras advindas de uma figura que ocupa um posto superior foi algo intrigante para Hannah Arendt (1999) ao relatar sobre o fomento da banalidade do mal na sociedade, tema central no livro *Eichmann em Jerusalém: relatos sobre a banalidade do mal*. A obra foi o conjunto de reportagens ao *The New Yorker*, veículo de imprensa pelo qual a autora fez a cobertura jornalística sobre o julgamento de Adolf Eichmann, um dos responsáveis pela parte de logística dos trens que transportavam aqueles que seriam trazidos ou sairiam dos campos de concentração rumo à morte. Ele escapou do julgamento de Nuremberg em 1945, conseguindo se refugiar na Argentina

---

<sup>12</sup> Heinrich Himmler (1900-1945) foi uma das figuras importantes do partido SS, sendo um dos fundadores, e ocupou vários cargos importantes: “Reichsführer da SS (título de destaque oferecido às figuras de destaque pelo partido SS), chefe da Gestapo, Ministro do Interior, Reichsleiter do Partido Nazista (segundo cargo mais importante do partido nazista), Generalíssimo do exército de Weichsel (...) era a propriedade de Himmler de ser ‘olho, ouvido e flagelo’ de Hitler” (LUSTIN, 1991, p.78). Ainda de acordo com Lustig, o comandante “tinha vocação para carrasco e organizava o assassinar por paixão e interesse (...)De seu escritório nº318, no quarto andar do prédio da Prinz-Albrecht-Strasse nº8, dirigia os assassinato – das execuções individuais até os extermínios em massa – em toda a Europa e até em outros continentes (LUSTIN, 1991, p.77).

com sua família, de onde foi sequestrado no dia 11 de maio de 1960 e foi julgado em 11 de abril de 1961, em Israel. A imagem construída pela imprensa e até mesmo pelos judeus da época era a de um homem extremamente agressivo e intolerante que era capaz de agredir qualquer pessoa, o que justificaria a instalação de uma cúpula de vidro que o separasse dos demais presentes no dia do julgamento. Eichmann seria uma besta-fera, uma figura atroz à integridade humana.

Todavia, analisando sob outro aspecto, na concepção de Arendt, a figura do julgamento em praticamente nada correspondia ao conceito formado a ele: Eichmann era um homem tacanho, de fala contida e absolutamente medíocre, ordinário. Como Arendt apresenta, nem na formação escolar ele foi reconhecido ou teve destaque por bom desempenho<sup>13</sup>. Após a sua entrada no partido nazista, em 1934, ele passou por vários postos até ocupar o cargo como responsável pelo transporte ferroviário. Eichmann seria apenas um mero executor de tarefas, ele as fazia obedecendo a ordens superiores. Em momento algum ele se arrependeu das atividades exercidas em nome de um comando maior, Arendt aponta que “ele se lembrava perfeitamente de que só ficava com consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam – embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a morte, com grande aplicação e o mais meticuloso cuidado” (ARENDR, 1999, p.37). Durante o julgamento, o discurso de Eichmann girava em torno das atividades desempenhadas acompanhado pela linguagem que se restringia aos assuntos burocráticos do trabalho desempenhado.

Em observação feita por Roudinesco, a partir análise feita da personalidade e das atividades desempenhadas por Eichmann e Höss, ela aponta, a partir da leitura do livro *Le commandant d'Auschwitz*<sup>14</sup>, que a perversão não se aloja apenas na execução desses atos de crueldade que foram realizados pela submissão a ordens superiores, nem na negação do holocausto e no apagamento dos vestígios, provas ou qualquer peça que pudesse resgatar a memória desse tempo sombrio da história, mas nas casualidades equivocadas de acreditarem que essas pessoas seriam elas mesmas responsáveis pelas suas próprias mortes e que os carrascos seriam “meros executantes da vontade autopunitiva dessas vítimas, elas próprias desejosas de se libertar das perversões que as

---

<sup>13</sup> “Bem, os desastres eram comuns: como ele ‘não era exatamente um dos alunos mais estudiosos’ – nem, podemos acrescentar, um dos mais dotados – seu pai o tirou primeiro da escola secundária, depois da escola vocacional, muito antes da formatura” (ARENDR, 1999, p.40).

<sup>14</sup> O livro não tem tradução para o português e trata-se do relato autobiográfico de Höss em que fora lançado depois da publicação da coletânea de entrevistas de Goldenshon, em 1947. A edição francesa: HÖSS, Rudolf. *Le commandant d'Auschwitz* (1947). Paris: La Découverte/Poche, 2005.

caracterizavam em virtude de seu pertencimento a uma raça impura” (ROUDINESCO, 2009, p.144). A consideração da autora fortalece a ideia, também presente nessa tese, que a circulação de afetos promove códigos morais que se tornam movimentos perversos. Essa crença foi proposta pelos nazistas, mas a repercussão dela no meio social foi possível pelo afeto construído da necessidade de mudança a partir da melhoria genética humana, o que implicaria na morte das consideradas minorias e alheias às estruturas de poder.

A condição de absoluta normalidade de Eichmann, que fora atestada e legitimada inclusive pelos exames realizados por médicos<sup>15</sup> anteriormente ao julgamento, é que foi o motivo de intriga para Arendt. A contestação da mediocridade de Eichmann é que a fez formular o conceito de banalidade do mal ao sugerir que qualquer pessoa, independente do grau de instrução, formação escolar ou profissão desempenhada pode ter participação exemplar nos atos da mais alta demonstração de crueldade. Essa ideia é o que vai reger a composição dos participantes da pesquisa. A banalidade do mal, para Arendt, seria a ausência de pensamento crítico, a debilidade moral e ética que assola a sociedade de não estabelecer parâmetros daquilo que seria benéfico entre o exercício da coletividade ou movimentos de violência. Essa reflexão de Arendt é o que oferece base para a edificação dessa tese que acredita que o *impeachment*, a despeito das tramoias entre partidos, foi fomentado na ausência de reflexão pelos discursos midiáticos enquanto uma forma de promoção de afetos e não de manipulação de mentes.

No pensamento de Bethania Assy (2015), “A banalidade do mal passou a sustentar uma série de investigações sobre as implicações da moralidade e da capacidade de distinguir entre o certo e o errado em relação a outras atividades da vida do espírito<sup>16</sup>”

---

<sup>15</sup> “Meia dúzia de médicos haviam atestado a sua ‘normalidade’ – ‘pelo menos, mais normal do que eu fiquei depois de examiná-lo’, teria exclamado um deles, enquanto outros consideravam seu perfil psicológico, sua atitude quanto a esposa e filhos, mãe e pai, irmãos, irmãs e amigos, ‘não apenas normal, mas inteiramente desejável’ – e, por último, o sacerdote que o visitou regularmente na prisão depois que a Suprema Corte terminou de ouvir seu apelo tranqüilizou a todos declarando que Eichmann era ‘um homem de idéias muito positiva’” (ARENDRT, 1999, p.37).

<sup>16</sup> A vida do espírito é uma formulação arendtiana que começou a se estruturar após a obra “Eichmann em Jerusalém – a banalidade do mal”, mas que se estendeu em muitas das obras dela, incluindo os três tomos que levam o nome de “A vida do espírito”. A vida do espírito consiste na formação do sujeito para reflexão. Para isso, Arendt acredita que o ser humano deve ser dotado da intenção de pensar, a capacidade que ele tem de se recuar à própria individualidade, sair do espaço público para reflexão, e, logo após esse momento, em contato com a sociedade, atribuir julgamentos, no sentido proposto por Kant, do desenvolvimento crítico, cabendo a formação do julgamento algo que não seja favorecido ao fomento da individualidade, mas na atribuição do bem geral e específico. Assim, o advento da ação seriam os movimentos originados da atribuição de pensar e julgar do sujeito que trouxesse o desenvolvimento do espaço político. Desse modo que Arendt considera que as atitudes de Eichmann, bem como qualquer atividade executada sob a condição da banalidade do mal, não são concebidas pela vida do espírito, mas

(p.4). Por isso que Arendt (1999) considerou que a normalidade de Eichmann fosse mais aterrorizadora que todas as atrocidades cometidas, pois, “esse novo tipo de criminoso (...) cometesse crimes sob circunstâncias que tornavam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está fazendo algo de errado” (ARENDDT, 1999, p.299).

Em outro estudo sobre a capacidade de pensar, Arendt se indaga e abre precedentes ao refletir que a atividade de pensar poderia ser uma saída para que o sujeito não pratique o mal e que a sua existência não seja meramente uma condição de “ser-no-mundo”, mas se “ser-do-mundo” para ser capaz de criar espaços competentes para o exercício da política. (ARENDDT, 2004). O engrandecimento do mal, bem como das perversões, é realizado pela complacência de indivíduos que podem até não concordarem com as atrocidades executadas, todavia não estabelecem pensamentos críticos sobre os acontecimentos e suas consequências. Pensar para Arendt é uma qualidade do político, isso não quer dizer que os sujeitos que se ausentam dessa condição não pensam, mas se abstêm da condição de pensar politicamente. Esse esclarecimento de Arendt é o que move a condição das dinâmicas sociais em que a ausência de reflexão se torna uma brecha para a instalação de forças que não promovem ações políticas. Esse assunto será retornado ao longo da pesquisa.

Sob outro aspecto, a obra de Roudinesco apresenta a prática científica como discurso da perversão, quando a ética se aloja em segundo plano para a experiências e comandos que são travestidos de sinais de avanços e usufruto de pessoas, animais, recursos ou outros subterfúgios para o desenvolvimento científico. Mesmo reconhecendo os pontos negativos da perversão, a autora também aponta para a positividade que a perversão pode apresentar. Como a perversão não reconhece estruturas de poder e hierarquias, essa perspectiva pode ser interessante na subversão de influências cristalizadas que prevalecem enquanto uma força de representação. Realizar o enfrentamento dessas forças não deixa de ser também perverso, uma vez que as perversões também podem ser encontradas no desafio que é estabelecido em nome da liberdade e da luta pelo reconhecimento social como foram os movimentos realizados pelo reconhecimento da sexualidade *queer*<sup>17</sup>, que prezam pela fragilidade das definições

---

como uma forma de juízo determinante, ou seja, enquanto uma forma de agir sem quaisquer porções de reflexão e pensamento.

<sup>17</sup> A proposta *Queer* pretende reconhecer outras variedades de identidades e desejos para o campo da sexualidade, subvertendo as ações de controle e disciplina de corpos e subjetividades, apresentando críticas também ao movimento gays e lésbico. “O *queer* busca tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e das conversões culturais, violências e injustiças envolvidas tanto na criação dos ‘normais’ quanto dos ‘anormais’ (...) A nova



identitárias e de gênero, principalmente no que tange aos binarismos (homem x mulher; masculino x feminino e homossexual x heterossexual) para compreender os desejos e as sexualidades. O enfrentamento das condições marmorizadas, para a autora, pode ser considerado como movimento de “criatividade, superação de si, grandeza (...) se negam a se submeter à lei dos homens” (ROUDINESCO, 2008, p.11).

A perspectiva das perversões como sendo um discurso histórico para essa pesquisa se encerra com essas apresentações, todavia, não se limitando a apenas essas passagens, mas reconhecendo episódios da história em que as perversões são notórias como a colonização nas Américas, como a que houvera no Brasil, onde foram realizadas exploração e catequização de nativos, escravidão e comércio de negros, por exemplo. Além das condenações à morte em países que permitem esse tipo de execução aos infratores, a mutilação genital em meninas e mulheres em nações africanas, dentre uma série de atrocidades que ainda são realizadas no espaço contemporâneo. Assim, para dar continuidade, a pesquisa se estende para acompanhar as relações que foram estabelecidas entre as sexualidades e as perversões pelo desenvolvimento do pensamento científico e reconhecer como os signos dos comportamentos perversos são ajustados de acordo com as concepções morais e éticas.

### **3.1– Sexualidade, perversão e seus tramas**

No decorrer do tempo torna-se muito evidente as mudanças que aconteceram para a denominação das perversões, ainda mais a partir do século XIX quando comportamentos e fenômenos são estudados sob a luz da ciência e esses são considerados como discursos da “verdade”. No entendimento de Foucault (2014), o discurso é um dispositivo de poder que é estabelecido na intenção de promover a ação, na vontade de promover algo para além da concepção semântica, movimentação e comportamentos, por isso, no entendimento dele, o discurso é compreendido na posição de poder-saber, ou seja, pela intenção de poder o discurso é disseminado e passa a ser compreendido como sinônimo de verdade. Naquele período, o uso do termo perversão era praticamente concebido como sinônimo de aberrações, excrescências ou sinais que ganhassem algum tom pejorativo, principalmente após à adoção do termo no vocabulário médico para diagnóstico de doenças ou distúrbios comportamentais:

---

proposta de gênero – que também pode ser chamada de *queer* - se materializa no questionamento das demandas feitas a partir de sujeitos; em outras palavras, chama a atenção para as normas que os criam (MISKOLCI, 2012, pp. 26-27).

A partir da sua apropriação pelo vocabulário médico, a perversão vai passar a designar a modificação pejorativa de uma função fisiológica que possibilita certas alterações. Daí em diante surgirão noções como a de perversão moral, que encontra seu fundamento na idéia de uma natureza instintiva e implica uma degeneração mental calcada na idéia de loucura moral (PEIXOTO JUNIOR, 1999, p.29-30).

Tanto na visão de Peixoto Junior sobre o século XIX, como na concepção mais remota de Lanteri-Laura, a noção de perversão estava ligada mais a uma função orgânica ou mental da qualidade do que de um sintoma; assim, perverso seria apenas um adjetivo e não um substantivo. Entre as perversões mais presentes foram os desejos e as sexualidades que fugiam às regras da convencionalidade dos códigos morais vigentes, compreendidos como uma afronta para a manutenção da ordem. Certamente que a adoção do termo perversão não se restringiu apenas aos estudos da medicina, mas também passou a integrar o vocabulário das ciências jurídicas e dos estudos sobre os estados emocionais humanos. Os comportamentos considerados perversos deveriam ser enfrentados e, na medida do possível, disciplinados segundo uma ordem de controle por tecnologias discursivas que incluíam também tratamentos medicamentosos ou a intervenção da lei como mecanismo de domesticação das subjetividades enquanto sistema punitivo e disciplinar.

A relação existente entre as perversões e os movimentos dos estudos das sexualidades pode ser explicada segundo a relação estabelecida por Michel Foucault acerca da incidência do poder. A partir do século XVI, na visão do autor, houve a evidência das sexualidades poliformas, ou seja, o diagnóstico daquelas sexualidades que não se enquadravam aos parâmetros da normatividade convencional. Esse novo objeto de estudos científicos providenciou pesquisas e a necessidade de ajuste e averiguação das sexualidades que não fossem de acordo com os padrões vigentes, que seriam os traços que se assemelhavam ao que hoje chamamos de heteronormatividade: o casamento entre pessoas de sexo diferentes, a procriação, até mesmo relações extraconjugais, principalmente por parte dos homens. Esses novos objetos de estudos integrariam a composição da ciência do sexual. A intenção de investigar essas sexualidades, para Foucault, não seria apenas um método que resultaria na punição dos sujeitos, mas seria o sintoma da necessidade de criação de políticas sobre o sexo, um meio de regulá-lo para solucionar questões de cunho político-econômico em que, o Estado, bem como outros órgãos de acompanhamento, pudesse oferecer observância na população. Por isso a fundamentação da ideia de Foucault da relação entre poder-saber. O poder, como não é

identificado apenas pela relação de repressão, também é exercido como sendo uma perspectiva de prazer; há algum gozo na clivagem do sujeito por discursos e dispositivos e tecnologias sociais<sup>18</sup>.

Para a compreensão de Foucault, as perversões se manifestaram em várias perspectivas, ainda mais quando encaradas segundo o ponto de vista histórico, em que algumas das práticas e os desejos seriam considerados abjetos aos códigos morais vigentes. O comportamento sexual humano deveria seguir rédeas que não pudesse ofender as representações que fossem consideradas “normais”, ou seja, os conceitos basilares da condição burguesa que reproduziam as relações falocêntricas, heterocentradas e monogâmicas. A norma será compreendida, como aponta Peixoto Junior (1999), apoiado em Freud, como sendo “fruto da repressão de certas pulsões parciais e certos componentes das disposições (constitucionais) infantis, e a serviço da função de reprodução” (PEIXOTO JUNIOR, 1999, p.72). Foucault sugere que a intenção das *normalidades* das sexualidades poderia ser desenvolvida para “assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; (...) proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora” (FOUCAULT, 2012, p. 44).

Todavia, isso não se tornou suficiente para o desaparecimento das sexualidades que não estivessem a par das manifestações heteronormativas como as homossexualidades, bissexualidades, lesbianidades e transexualidades, tão pouco para conter comportamentos e atitudes que pudessem ferir os códigos moralizantes como o adultério, masturbação, por exemplo. Para Foucault (2012), até o final do século XVIII, havia três discursos que seriam regularizadores que seriam aplicados para a sexualidade humana: “o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil” (FOUCAULT, 2012, p.44) e esses discursos estabeleceram o que poderia ser considerado lícito ou ilícito para o convívio em sociedade. As interferências desses discursos eram tecidas na intenção de acompanhar principalmente a vida matrimonial, bem como os desejos do casal e as questões de reprodução. Assim, o casamento e a ordem familiar estavam sob estrita vigilância para que pudessem ser considerados como legítimos, cabendo às sexualidades periféricas o estudo, a averiguação, o acompanhamento para que pudessem ser revertidas

---

<sup>18</sup> “Se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande supergo, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do (sic) do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível (sic) do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz (Foucault, 2014, p.148).

segundo a relação de poder pela convenção estabelecida pelos discursos mencionados. As práticas desenvolvidas e reproduzidas em sociedade solidificavam culturas e a ordem civil e “sem dúvida, o ‘contra-a-natureza’ era marcado por uma abominação particular” (FOUCAULT, 2012, p.45), dentre desses casos estavam a masturbação, o comportamento sexual infantil e as manifestações neuróticas, principalmente incidentes em mulheres. A necessidade de estudos desses casos foi marcante para o desenvolvimento da ciência em torno das sexualidades e das subjetividades.

Para Foucault, nos séculos XIX e XX, e tomo a liberdade para incluir também o século atual, devido à forte onda conservadora que abrange, houve a dispersão das sexualidades representadas sob as mais variadas formas de desejo e performances do corpo, o que ocasionou o surgimento de muitas *perversões*. O termo cunhado pelo autor não se refere à perversão no sentido atribuído pela psicanálise ou como alguma manifestação que pudesse estabelecer alguma relação de inferioridade ou humilhação à situação alheia. Foucault atribuiu o surgimento dessas manifestações *perversas* como sendo uma afronta aos ditames daquilo que saíria da órbita da normalidade burguesa basilar e estruturada pelos discursos da lei e da biologia. Assim, essas *perversões*, sob a ótica foucaultiana, seriam sintomas das relações travadas entre o poder e o desejo; aquilo que seria a perpetuação dos códigos cristalizados e a naturalização dos comportamentos humanos em contrapartida daquilo que afronta e enfrenta essas relações.

Ainda na perspectiva apresentada por Foucault, o poder não seria exercido apenas pelo vigor da lei ou das forças repressoras do Estado. A intenção desse trabalho não é de apresentar os modos de operacionalizar e perceber as manifestações de poder discutidas por Foucault, todavia, torna-se relevante apreciar a condição de poder para fora da atuação opressora praticada pelo Estado e que é executada no cotidiano da vida. Ainda na perspectiva do autor, o poder não se encontra estático ou permanente nas suas atividades, mas nos discursos e práticas que podem ser encontrados em instituições que estão presentes na sociedade como escolas, presídios e os próprios discursos pedagógicos e da medicina que estruturam, além das práticas e comportamentos, a subjetividades dos indivíduos. Segundo o autor, o poder, na verdade, encontra-se nas relações que são estabelecidas pela análise histórica de como foram construídas essas relações, investigando os movimentos centrífugos da atuação da força do poder, ou seja, nas relações que são formadas na cotidianidade, examinando:

(...) historicamente, partindo de baixo, a maneira como os mecanismos de controle puderam funcionar; por exemplo, quanto à exclusão da loucura ou à

repressão e proibição da sexualidade, ver como, no nível efetivo da família, da vizinhança, das células ou níveis mais elementares da sociedade, esses fenômenos de repressão ou exclusão se dotaram de instrumentos próprios, de uma lógica própria, responderam a determinadas necessidades; mostrar quais foram seus agentes, sem procurá-los na burguesia em geral, e sim nos agentes reais (que podem ser a família, a vizinhança, os pais, os médicos etc.) como esses mecanismos de poder (...) São mecanismos de exclusão, os aparelhos da vigilância, a medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência, é toda essa micromecânica do poder que representou um interesse para a burguesia a partir de determinado momento (FOUCAULT, 2014 p. 287).

Por essa condição que são construídas também as relações entre saber-poder que disciplina o corpo que resulta na produção de subjetividades. O saber não é obrigatoriamente sinônimo de poder, todavia, juntos, operam em consonância para o estabelecimento das relações de dominação, formando os signos e os valores de “verdade” pelas práticas de políticas disciplinares aliadas também aos códigos de controle do grupo e que, de alguma forma, proliferam-se pela participação dos próprios grupos para legitimar a atuação do poder. A atuação desse poder passa a ser concebida pelos profissionais que produzem, circulam, concretizam e ratificam esse poder segundo uma própria ordem oferecendo estatutos, normas, protocolos e padrões para os exercícios das práticas do aparelho repressivo, normatizante e administrativo na sociedade:

A cumplicidade será uma adjetivação para caracterizar essa relação entre poder e saber, na medida em que as instituições estão ao lado do nascimento de saberes – como, por exemplo, a escola estará ao lado do nascimento da pedagogia como domínio de saber, a prisão estará ao lado do nascimento da criminologia e o hospício estará associado ao nascimento da psiquiatria – e esses saberes, por sua vez, terão uma importância fundamental para justificar e legitimar não só a existência dessas instituições como também o exercício de poder decorrente de seu funcionamento. O saber é algo como a titulação de competência ou aptidão que se outorga para o exercício de um determinado poder, é o alvará científico que garante o espaço para o exercício de poder (SOUZA, 2011, p.119).

Por esse pensamento que os discursos científicos podem, em algumas passagens, ser considerados perversos, pois não reconhecem subjetividades e contextos para a promoção e circulação de alteridade, conforme reflexão apresentada por Roudinesco anteriormente. Além disso, o engendro da relação poder-saber foi possível porque promoveu ações, ou seja, para Foucault, a ação consiste na reverberação do discurso no tecido social como sendo uma relação de afeto que foi desenvolvida. Por essa reflexão, é importante considerar a participação de sujeitos convencionais na estruturação das perversões no espaço social pela ausência de reflexão e pensar. E esse comportamento estrutura a produção e circulação de perversões.

Na mesma medida da ocorrência do discurso, faz parte da atuação do poder a manutenção de mecanismos que sejam invisíveis para perceber que há uma “evolução, um caminho percorrido no sentido de uma libertação dos mecanismos de repressão, punição e exclusão” (OLIVEIRA; SILVA, 2008, p.122), assim, o poder é mantido enquanto um discurso uníssono no tecido social, mas também pode ser desafiado. Na perspectiva de Foucault, essa condição não estabelece que o poder seja estável, mas sim fluante. Mesmo havendo a força de cristalização do poder, há as interferências que surgem justamente pela capacidade de atuação do poder, por isso, o aparecimento das representações “perversas”, apresentada pelo autor. Essas formas de representação não reconhecem os elementos estruturantes do poder erigidos e escapam pelas lacunas que não são completas. A despeito do enfrentamento a ser arcado por aqueles que não se encontram contemplados entre os signos do poder reconhecidos, isso não deslegitima a condição de resistência, Foucault também alertou que o poder pode ser uma forma de resistência. Desse modo, aqueles que oferecem resistência pode até ser considerado como anormal, Esther Díaz (2010), baseada nas referências foucaultianas, acredita que o movimento de enfrentamento pode causar mal-estar na sociedade, pois, desaloja os elementos que se encontram em espaço certamente delimitado pelo poder:

Pero los diferentes pueden esforzarse por generar sus propios modelos como condición de posibilidad para acceder a instancias igualadoras. Esto no quiere decir renegar de las diferencias, sino lograr paridad política, jurídica, laboral, social. Abrir espacios donde la diferencia no sea sometida a la constricción del patrón imperante. Habilitar el derecho a diferir, a no ser idéntico al molde que se impone como imperativo, y no pagar un duro precio por ello” (DÍAZ, 2010, p.82).

O pensamento de paridade entre o poder e o desejo desenvolvido por Foucault segue a tendência de tensão entre as duas esferas que ora se contraem, ora se afastam. Em momento algum os dois conceitos são complementares, mas operam segundo uma questão de caminhar ao encontro da falta que é a pulsão do desejo. A intenção da produção discursiva e tecnológica sobre as sexualidades periféricas, advinda do exercício das políticas da economia dos desejos, não pretendiam, necessariamente, o aniquilamento dessas sexualidades, muito pelo contrário, era importante que fossem reguladas, investigadas, esquadrihadas e controladas, como apresenta Díaz, “o menor fragmento de verdade está sujeito ao condicionamento político” (DÍAZ, 2012, p. 134). A vigilância sobre essas sexualidades que, além da formação de sujeitos, também pode ser encontrada no corpo a especificação dos indivíduos, organizando lugares e produzindo verdades. Para Foucault:

O prazer se difunde através do poder cerceador e este fixa o prazer que acaba de desvendar. O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer *não* a todas as sexualidades errantes ou improdutivas mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo (FOUCAULT, 2012, pp. 52-53, grifo do autor).

Por isso que pela ótica do autor que os dois últimos séculos são considerados, devido à condição “burguesa de adestramento de corpo e subjetividades, como sendo formados de representações ‘perversas’ explosivas e fragmentadas” (FOUCAULT, 2012, p.54), pois trata-se de um poder que é exercido sobre o corpo nos mais variados espaços de convivências e sociabilidades e não levadas em consideração manifestações subjetivas e a heterogeneidade do espaço político. A condição do poder como interferência na composição das subjetividades alcança também os gostos, as práticas e as preferências, construindo relações de dependências, submissões e resistências que estão presentes não apenas nas relações conjugais, mas também nas mais variadas formadas de sociabilidade. Para Foucault, essas relações foram extraídas do corpo dos homens, dos seus prazeres e consolidadas no próprio prazer pelos dispositivos e tecnologias de poder e, por isso, que ele considera que a perversão seja real, no sentido de que é um produto da interferência de uma qualidade de poder sobre os corpos e seus prazeres.

Além disso, Foucault acredita que as perversões, além de serem reais, são também diretas na intenção de serem objetivas enquanto ação que deverão promover. Ele desenha que as perversões não sejam consideradas apenas manifestação de deboche das sexualidades dominantes ou vingança das estruturas de poder consagradas, mas como *feito-instrumento*, que através dos movimentos de segregação, intensificação e consolidação das sexualidades periféricas estejam presentes no cenário político como sendo modos de participação social. O desenvolvimento dos poderes construiu e fixou as sexualidades seguindo relações etárias, de lugar ou preferências, sendo que o incremento dos discursos biológicos, médicos e judiciais, principalmente a partir do século XIX, estabeleceram majoração para a constituição e formação desses prazeres desenvolvendo também relações morais para a significação das sexualidades. Nessa perspectiva que Foucault propõe que: “Prazer e poder não se anulam, não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e se relançam. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e de incitação” (FOUCAULT, 2012, p.56).

Por haver a necessidade de estabelecer a necessidade de normalidade e anormalidade pelas ciências, a perspectiva apresentada por Foucault foi fundamental para que alguns comportamentos sexuais fossem considerados perversos, pois fugiam da consideração do padrão daquilo que seria considerado normalidade da sexualidade, assim, a base para a constituição das referências da normalidade para o desenvolvimento da sexualidade seria reprodução para a manutenção da espécie, não se levando em consideração as manifestações de desejo e subjetividades. Como apresentada na visão de Jurandir Freire Costa:

As perversões eram indícios de distúrbios na economia das paixões, das idéias, do cérebro etc. Com a supremacia do evolucionismo, do instintivismo e da teoria da degenerescência, as antigas monomanias e perversões começaram a ser vistas como signos de uma personalidade degenerada ou de um tipo psicológico especial (COSTA, 1995, p. 159).

O discurso científico praticado pelas ciências biológicas ofereceu sustentação para o fomento de moralismo contra as sexualidades consideradas periféricas. Entre as manifestações das sexualidades que seriam consideradas perversas a que recebeu mais destaque foram os estudos das homossexualidades, com mais ênfase no século XIX e no século seguinte. Mesmo não recebendo a denominação de homossexualidades, essas eram interpretadas como aberrações ou imorais justamente por ser considerada como sendo o contraponto da condição da heterossexualidade. Entre as definições que foram propostas para denominar as homossexualidades de modo científico está o termo *uranista*, fazendo alusão à deusa Urânia que, segundo a mitologia grega, mantinha relações sexuais com pessoas do mesmo sexo (FRY; MacRAE, 1985). O termo foi um dos conceitos desenvolvidos pelo médico alemão Karl Heinrich Ulrichs, na primeira metade do século XIX. Além de servir de base para os estudos da psiquiatria sobre sexualidades, os escritos de Ulrichs também foram apropriados pelas ciências jurídicas como legitimação para o controle e disciplina de corpos e subjetividades.

O fundamento para cunhar os indivíduos como uranistas foi de estabelecer um conflito entre o cérebro e os órgãos genitais, uma relação de combate com uma *alma feminina* dentro de um *corpo masculino*, ou vice-versa. Essa condição seria suficiente para que o sujeito fosse considerado perverso, dentro da perspectiva que não se encontrava a par da ordem heteronormativa, mas o que se levava em consideração não era o desejo como expressão da subjetividade, mas a referência biológica. É importante salutar que o termo de Ulrichs não dizia respeito necessariamente a uma questão



patologizante desses indivíduos, como apresentado nos séculos anteriores, mas como sendo representação de uma espécie de comportamentos antinaturais, como se os indivíduos agissem por instinto; como apresenta a pesquisa de Lanteri-Laura (1994) sobre as homossexualidades naquele período, um modo específico de gozo que não tem relação com os degenerados, libertinos ou doentes mentais. Assim, as homossexualidades se distanciam um pouco daqueles que seriam perturbados mentais. Estes eram alvos de ações da medicina e ciências jurídicas para ações de eugenia e acompanhamento psicológico, participariam de programas para sanar comportamentos aversivos, como apresentou Foucault, remetendo-os aos projetos que investiam, inclusive, na triagem hereditária e ação medicamentosa.

Sob a luz dos mais radicais conceitos do progressista positivista, Krafft-Ebin esmiuçou e estudou a sexualidade humana e escreveu no final do século XIX, entre 1886 a 1894, a obra *Psychopathia sexualis* que teve versões aumentadas, ao longo dos anos. A contribuição maior desse título para a ciência da época foi de considerar os instintos como forma do desejo, mas ainda anulando as subjetividades, como se as perversões fossem consideradas como um acidente de percurso da natureza. A obra não se refere apenas às homossexualidades, mas também a comportamentos que seriam divididos por Krafft-Ebin como sendo as *perversões verdadeiras*, que seriam os comportamentos considerados degenerativos-hereditários, ou seja, como se fossem determinados pela ordem genética; e as *perversões adquiridas*, como, por exemplo, as homossexualidades, em que o sujeito seria considerado perverso pelos hábitos denominados bizarros:

As perversões se dividem em dois grandes grupos: primeiro aqueles em que o objetivo da ação é perverso e é preciso pôr aqui o sadismo, o masoquismo, o fetichismo e o exibicionismo; em seguida aquelas em que o objeto é perverso, a ação o sendo quase sempre, em consequência: é o grupo da homossexualidade, da pedofilia, da gerontofilia, da zoofilia, do auto-erotismo (MOLL apud JULIEN, 2003, p.103).

A ruptura com o pensamento médico para a determinação daquilo que poderia ser perversão é realizada com o desenvolvimento dos estudos da mente humana, mas não no viés da análise comportamental ou pela condição biológica dos sujeitos. Perceber como são os comportamentos pode ser uma chave de interpretação não na intenção da condenação ou investigação para a qualificação de uma tipologia mental. No final do século XIX entram em cena os estudos da psicanálise para perceber que a relação entre os comportamentos dos indivíduos não é apenas reflexo de outras contingências e, tão pouco, deveria haver sumariamente a condenação por que tais comportamentos que

estivessem fora da órbita considerada normal, ainda mais dentro do plano das sexualidades. Sigmund Freud rompe com esse pensamento ao trazer à tona que, além daquilo que se é perceptível no campo do visível, há ainda uma estância em que se aloja aquilo que não consegue ser simbolizado e se localiza na parte de mais difícil acesso. O inconsciente formulado por Freud revoluciona os paradigmas do conhecimento científico, ainda mais sobre os estudos da mente. Nessa etapa, a pesquisa se propõe a debruçar sobre a teoria psicanalítica, trazendo à discussão a relação do inconsciente para a estruturação da perversão tanto no psiquismo humano como nas formações sociais, levando em consideração a relação estabelecida pelas formas de identificar o desejo.

#### 4- Freud explica

Antes de considerar sobre a perversão enquanto uma forma estruturante do psiquismo humano é importante pontuar alguns conceitos presentes na psicanálise que foram relevantes para compreender a formação científica e epistemológica desse campo de conhecimento. A psicanálise foi concebida por Sigmund Freud e teve como objeto de estudo o inconsciente a partir do desejo, trazendo a sexualidade como força motriz para suas colocações, em estudos que começaram a partir da segunda metade do século XIX. Anteriormente ao desenvolvimento da psicanálise, ainda como neurologista, maior parte dos seus estudos se voltou em compreender o sistema nervoso, o que o levou aos estudos da clínica das neuroses e a repercussão desse estado no comportamento e atitudes dos indivíduos, em especial a histeria em mulheres. Essa percepção de Freud foi o que o moveu a compreender que haveria alguma outra condição para a formação do comportamento humano que não estivesse instruído à unidade absoluta da consciência ou exclusivamente à condição biológica da existência do indivíduo. Foi pela esquematização do inconsciente como objeto de estudo científico que Freud estruturou a psicanálise. Freud trafegou por várias denominações ao se referir à área de seus estudos (análise, análise psíquica, análise psicológica, análise hipnótica<sup>19</sup>). A área do conhecimento fundada por ele recebeu o nome definitivo em 1896 e foi denominada como psicanálise. Assim, Freud percebeu que as neuroses não seriam afecções do sistema nervoso, tampouco teriam a ver exclusivamente com a condição biológica do indivíduo, mas seriam consideradas enfermidades psíquicas.

Como apontam Lapanche e Pontalis (1992, p.385), amparados nas próprias colocações do pai da psicanálise, esta epistemologia seria um procedimento de investigação dos processos mentais que são praticamente inacessíveis pelas práticas tradicionais, utilizado no tratamento de distúrbios neuróticos que, ao longo do progresso

---

<sup>19</sup> Enquanto um procedimento terapêutico, a hipnose já fora utilizada em sessões de psicanálise. Freud e outros neurologistas do final do século XIX como, por exemplo, Joseph Breuer e Jean-Martin Charcot, muniam-se dessa técnica no tratamento das neuroses como acesso ao inconsciente. O desuso por Freud da hipnose se deu por alguns motivos: o primeiro dele é pelo fato de que nem todos os pacientes conseguiam entrar em estado hipnótico, o que não viabilizaria a análise; um outro motivo foi porque as pacientes, enquanto em estado hipnótico, relatavam experiências e fatos ocorridos no passado alojados no inconsciente, mas que, logo que recuperavam a consciência, elas não se recordavam do relato apresentado, o que comprometida o sucesso da análise. Mesmo não sendo amplamente praticada, a hipnose é um mecanismo legal e liberado pelo Conselho Federal de Psicologia em resolução 013/2000, no artigo 1º “O uso da Hipnose inclui-se como recurso auxiliar de trabalho do psicólogo, quando se fizer necessário, dentro dos padrões éticos, garantidos a segurança e o bem-estar da pessoa atendida”

cria-se uma nova disciplina científica de uma série de concepções psicológicas que são reconhecidas. Com isso, de modo mais direto, a psicanálise seria:

(...) um método que consiste essencialmente em evidenciar o significado inconsciente das palavras, das ações, das produções imaginárias (sonhos, fantasias, delírios) de um sujeito. Esse método baseia-se principalmente nas associações livres do sujeito, que são a garantia da validade da interpretação. A interpretação psicanalítica pode estender-se a produções humanas para as quais não se dispõe de associações livres (LAPANCHE; PONTALIS, 1992, p.385).

A última frase dos autores se torna fundamental para a aplicação da psicanálise pode ser útil para a compreensão de movimentos das artes, literatura, dança e pintura, por exemplo, em que essas práticas se tornam modos de simbolizar a linguagem do inconsciente. Por esse trecho também pode-se deduzir as movimentações sociais não poderiam ser explicadas apenas pela observação objetiva dos acontecimentos, como foi o caso do *impeachment*. A racionalidade não é suficiente para explicar a invasão das paixões no espaço público para clamar pelo impedimento de uma chefe de Estado, quando vieram à tona expressões de gostos e não exatamente políticas. É pertinente considerar que não foi Freud quem percebeu primeiramente a existência do inconsciente, nem o *descobriu*. A contribuição dele foi de reconhecê-lo como uma parte constituinte do psiquismo humano, que sempre existiu e que apresenta dinâmica própria de funcionamento e não apresenta a mesma lógica que a plena consciência. Como o sonho, por exemplo, manifestação mental já foi retratado em passagens bíblicas há vários séculos, é um modo de representação do inconsciente. Na filosofia, o inconsciente já estava presente, logicamente não com essa denominação, como as reflexões de Chauí-Berlinck (2014) que serão mostradas a seguir.

Gottfried Willhen Leibniz (1646-1716) avançou quanto ao pensamento de Locke acerca do surgimento da combinação das sensações como sendo apenas pelas experiências. Para Leibniz, além das experiências, o desenvolvimento do intelecto não é provido exclusivamente no plano empírico. Por isso que ele considera que temos quatro principais atividades em nossas mentes: percepção, apercepção, apetição e expressão<sup>20</sup>.

Dentro dessa concepção de atividade mental, Leibniz ainda aponta que temos as percepções que ocorrem dentro daquilo que pode ser observado e constituído prontamente

---

<sup>20</sup> “As percepções são ideias que representam as coisas do Universo; a apercepção é a percepção que uma mônada tem de si mesma, é a sua autorrepresentação ou consciência de si; a apetição é a sua tendência a fugir da dor e desejar o prazer; e a expressão é o poder interno de nossas ideias para exprimir ou espelhar o Universo a partir de nossas mentes” (Chauí-Berlinck, 2014, p.16).

de sentido, na mesma medida em que alguns fatos não operam com a mesma condição e são chamados de pequenas percepções. Para perspectiva do filósofo, sob olhar de Chauí-Berlinck (2014), a ocorrência da pequena percepção ocorre por que somos finitos e que, embora nossa mente consiga decodificar e interpretar muitos dos fenômenos que acontecem no plano da consciência, não conseguimos mensurar aquilo que é infinito, independentemente da dimensão de grandeza como Deus ou o universo ou a ínfima parte que compõe um ser. O exemplo clássico apresentado por Leibniz são como a gotas do mar que, mesmo não sabendo quantificá-las e contabilizá-las a presença delas são indispensáveis para a composição de algo maior; por isso, são denominadas como pequenas percepções:

Essas percepções de que não temos consciência são as pequenas percepções. Desse modo, a apercepção (a consciência de si) é a percepção consciente obtida pela junção das pequenas percepções não conscientes, que também operam na apetição ou no desejo. As pequenas percepções são, portanto, elementos inconscientes de determinada mente. (CHAUI-BERLINCK, 2014, p.17).

Outros autores, psicólogos e filósofos se debruçaram para teorizar sobre o inconsciente como apresenta Henri Bergson ao mencionar que a constituição da memória pela materialidade pode ser estruturada pela formação inconsciente, como se houvesse uma existência para fora da consciência, em que “essas percepções não são criadas à medida que a sua consciência as acolhe; elas, então, já existiam de certa maneira (BERGSON, 2010, p.167). No campo da psicologia, Theodor Lipps oferece uma nova forma de visão sobre o inconsciente que não seja o psiquismo, mas como sendo um caminho de representação. Ele apresenta que não há apenas um “ser psíquico inerte”, mas, além disso, há as representações inconscientes que consistem na formação de experiências e vivências que ocorrem com o indivíduo, mas que não, necessariamente, que essas passagens possam ser integradas à consciência. Para o autor, a exposição de algum posicionamento seria uma forma de trazer à tona aquilo que fora alocado fora da condição consciente. Lipps acredita que a formulação do posicionamento não é apenas o resultado da reflexão automática do sujeito, mas como o sintoma dos valores éticos, morais, estéticos que o sujeito arrebanha:

Não é como se nunca tivesse existido [as experiências]. Pelo contrário, dessas vivências, conscientes desaparecidas resta em mim algo de desconhecido na sua essência. É a existência desse algo desconhecido que possibilita o fato de a vivência consciente passada poder retornar como vivência consciente, ou, se preferirmos, como um análogo, para minha consciência, da mesma vivência passada. (...) O “traço mnemônico” é uma potência de representação ou uma representação potencial. Poder-se-ia também nomeá-la como uma

representação latente, por analogia ao calor latente, que também não é o calor específico (LIPPS, 2001, p.346).

Na percepção de Lipps o inconsciente é algo que não se manifesta na intenção de ser genérico ou desprovido de sentido, mas algo que seria subjetivado e fruto das relações e experiências de cada indivíduo. Esses parâmetros foram importantes para as considerações de Freud sobre o inconsciente como sintoma da subjetividade do sujeito sobre aquilo que foi recalcado. No decorrer dos seus estudos, Freud percebeu também que mesmo havendo o inconsciente de cada indivíduo, há também as manifestações coletivas do inconsciente enquanto sujeitos integrantes do espaço social. Em outra medida, Carl Gustav Jung desenvolveu a teoria do inconsciente coletivo em que este não é fruto da exclusivo da experiência individual, mas formado pelos arquétipos que se alojam e são lembrados enquanto heranças de gerações ancestrais. Em outra abordagem, Lacan faz releituras de Freud e considera que o inconsciente é também uma linguagem. Além disso, há a concepção de inconsciente social desenvolvido por Erich Fromm que, em diálogo entre Freud e Marx, reconhece que “os elementos habitualmente reprimidos são aqueles de cujo conteúdo a sociedade não deve permitir que seus membros tenham consciência, para que possa, com suas contradições específicas, funcionar com êxito” (FROMM, 1979, p.86). A consideração apresentada por Fromm é elucidativa quando formos levar em consideração os movimentos orquestrados para manter ainda em baixo as manifestações contra socialismo, comunismo e outros posicionamentos de esquerda promovidas paralelamente contra o PT que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff.

Conforme citado anteriormente, não foi Freud o primeiro quem percebeu o inconsciente, mas o primeiro a identificá-lo como parte inerente do psiquismo humano. Freud não apenas desvendou o inconsciente para o mundo, mas formulou uma nova epistemologia que não teve bases positivistas para a sua concepção, o que se tornou um agudo empecilho para o reconhecimento da psicanálise no meio científico e acadêmico. Para compreender o inconsciente na perspectiva da psicanálise freudiana é importante considerar que, para Freud, o inconsciente se refere a um sistema psíquico que não atua como os processos conscientes, além de possuir uma ordem própria de formação que apresenta regras e leis peculiares que também são alheias ao consciente. A percepção dele foi nos estudos com e sobre as histéricas que apresentavam sintomas agudos no comportamento e se manifestavam em desmaios, parapraxias, sonhos, chistes, por exemplo:

(...) sintomas neuróticos estavam em relação com acontecimentos do passado, aparentemente esquecidos, e o simples fato de lembrar-se o paciente destes acontecimentos poderia fazer com que os sintomas desaparecessem. Havia, pois, um liame entre a ignorância de certas recordações e a existência de sintomas (FILLOUX, 1960, p.38).

A observação de Freud foi de perceber que esses eventos que não foram simbolizados e que agora pertencem ao inconsciente e que seriam causados pelos traumas sofridos pelo sujeito ou outras experiências. A forma de demonstração desse trauma na linguagem do sensível seria pela ocorrência dos sintomas que ocorrem de modo que não são organizados segundo a lógica da razão consciente, mas dotada de uma organização própria. Isso não quer dizer que o inconsciente seja uma simbologia do caos, da desordem ou da inutilidade, apenas se articula de acordo com uma proposta que não perpassa pela razão, “O inconsciente não é o mais profundo, nem o mais instintivo, nem o mais tumultuado, nem o menos lógico, mas uma outra estrutura, diferente da consciência, mas igualmente inteligível” (GARCIA-ROZA, 2005, p.173).

Pelos estudos de Freud, o inconsciente não seria apenas a estruturação daquilo que não tivesse sido absorvido. Em uma das obras inaugurais dele para a psicanálise *A interpretação dos sonhos*, publicada em 1899, mas datada na impressão de 1900, Freud apresenta a ordem dos sistemas do Consciente, Inconsciente e Pré-consciente<sup>21</sup> como sendo uma tentativa de apresentar a organização do mecanismo mental, o que ele denominou como sendo a primeira tópica.

Na concepção de Freud, o sonho seria um modo de representação daquilo que fora armazenado no Inconsciente. O sistema psíquico do Inconsciente (Ics), que é em parte inconsciente (como adjetivo), tem diferenciação da estrutura formada pelo sistema do Pré-consciente-Consciente (Pcs/Cs). Por isso a distinção entre inconsciente como algo que não pertence à consciência, mas que pode ser facilmente recuperado pelo exercício da memória, por exemplo, e o Inconsciente que é identificado pela condição de estruturação do psiquismo. O sistema psíquico do Ics não seria propriamente dito o inconsciente (aquilo que não é consciente), mas uma outra forma de organização com regras e procedimentos próprios. Assim, a estrutura psíquica do Ics não seria algo que se

---

<sup>21</sup> Percebe-se agora a diferenciação entre inconsciente e Inconsciente, sendo que o primeiro é reconhecido como sendo uma qualidade, faz referência ao adjetivo, e o segundo termo refere-se como parte do sistema psíquico do ser humano, mas que não pode ser compreendido como sendo um sistema orgânico do corpo, como o sistema digestório, por exemplo, mas um sistema compreendido pelos modos simbólicos de concepção. Mesmo não sendo positivista, Freud traz referências biológicas marcantes para a composição da psicanálise.

encontra nas profundezas abissais do psiquismo humano, mas seria apenas uma formação constituída por outra ordem de organização. Embora Freud cite no livro que esses sistemas se encontram em “lugares psíquicos”, isso não quer dizer que esses lugares se encontram na anatomia orgânica, mas enquanto linguagens que são percebidas pela ocorrência de ações que são produzidas pelos sonhos, atos falhos, os lapsos de linguagem, pelos sintomas decorrentes das neuroses e psicoses e possíveis esquecimentos. São movimentos que aparentemente não teriam uma origem definida, mas que vêm à tona subvertendo a condição consciente.

O conceito e os sintomas do Inconsciente foram temas renitentes na obra de Freud como nas obras *A interpretação dos Sonhos*, *Sobre afasias*, de 1891 e *Três ensaios sobre a sexualidade*, de 1905, para citar os exemplos mais emblemáticos, mas, foi na obra *O inconsciente*, de 1915, que o pai da psicanálise conseguiu desenvolver sua teoria e apresentou, além das representações inconscientes, os mecanismos de operação do Inconsciente. A contribuição importante de Freud por essa obra é o diálogo mais firme entre o desejo, o prazer e as formas de representações que compõem os três momentos do psiquismo, oferecendo percepções tópicas, econômicas e dinâmicas, por isso a adoção de termos de outras áreas do conhecimento (da física, por exemplo) como impulso, força, energia para explicar a dinâmica das formas de estruturação e simbologia do psiquismo humano, como os estudos sobre o inconsciente.

Anteriormente ao texto de 1915, no ensaio *Sobre afasia*, Freud insere as formas de representações que são organizadas no psiquismo. Assim como na linguística, os processos de representações envolvem relações que constroem os signos sob a condição de imagem, ou seja, imagem acústica, imagem sonora, imagem visual e motora das letras que constitui as palavras. Esse modo de representação, Freud denomina como sendo *representação-palavra*. Na sequência, ele aponta que a significação da palavra é realizada pela presença do objeto. Esse processo, ele afirma que seja a representação-de-objeto em que não são mais elencadas as formas de representações enquanto imagens construídas por várias representações visuais, acústica, táteis, etc..., compreendo o objeto como as impressões sensoriais do objeto ou às formações imagéticas sensoriais.

Já no ensaio *O inconsciente*, Freud apresenta uma outra porção de representação considerada como sendo *representação-de-coisa*, uma formação maior com as impressões sensoriais. Assim, o Inconsciente seria formado pelas representações que ainda não seriam denominadas pela capacidade de materialidade do universo do consciente, a representação-coisa, por isso não tem como ser nomeada. Esta outra



proposta mais elaborada por Freud ainda mantém os preceitos de que o Inconsciente é uma forma diferente de organização ausente de censura das representações. A despeito de haver essas representações que se encontram em movimentos psíquicos diferentes, isso não quer dizer que essas sejam estanques, cristalizadas. Por essas considerações que, segundo Freud, a formação do recalque não pode ser compreendida como sendo simplesmente a negação de alguma simbologia não seja consciente, mas é a representação-de-coisa que não se uniu à representação-da-palavra.

A concepção de organização do Inconsciente também foi apresentada por Freud na obra *O inconsciente*. Para ele, há dois processos: primário e secundário, sendo que o cabe ao Inconsciente o processo primário que é caracterizado pelo funcionamento de dois mecanismos: deslocamento e condensação. Por ser considerado como primário, as energias psíquicas trafegam livremente na busca do escoamento para descarga de representação, por isso o deslocamento, que é constituído pela livre associação de sentidos, fora da condição de significância consciente. No Inconsciente também não há precisão de tempo, bem como as referências de espaço também podem ser flutuantes. Desse modo, o investimento para a saída das representações alojadas no Ics acontece de modo controlado para a porção do Pcs/Cs, o que justifica a ocorrência da condensação que são as construções que são feitas em sonhos, chistes e atos falhos, uma válvula de passagem para a consciência daquilo que estava represado enquanto uma condição inconsciente. Mesmo operando em processos diferentes é importante considerar que:

Os processos primário e secundário são ainda respectivamente correlativos do princípio de prazer e do princípio de realidade; isto é, enquanto os processos de Ics procuram a satisfação pelo caminho mais curto e direto, os processos de Cs, regulados pelo princípio de realidade, são obrigados a desvios e adiamentos na procura de satisfação (GARCIA-ROZA, 1985, p.182).

Para Freud, o sistema psíquico se promove na articulação dos movimentos de carga e descarga para a obtenção dos prazeres que seria a energia psíquica que estaria envolvida com a libido do sujeito, sendo que o indivíduo realizaria ações de investimento, desinvestimento ou contrainvestimento inconscientes dessas energias que têm com o propósito de obter prazer, uma outra colocação de Freud para explicar o surgimento do desejo inconsciente. De acordo com o pensamento freudiano, desejo não tem o mesmo sentido que necessidade, sendo que esta é estabelecida pela ordem biológica do sujeito (necessidade de comida, água, descanso, por exemplo) e o desejo está pareado com as percepções e “está indissolúvelmente ligado a traços mnésicos e encontra a sua realização (Erfüllung) na reprodução alucinatória das percepções que se tornaram sinais dessa

satisfação” (LAPLACHE; PONTALIS, 1992, p.114). E, segundo Freud, as percepções do sujeito são transformadas em satisfação que, por sua vez, possui conotação sexual; a sexualidade é movida pelo desejo.

Ainda dentro do processo dinâmico apresentado por Freud para a estruturação do psiquismo, há também a teoria das pulsões. A primeira aplicação do termo pulsão no conjunto da obra freudiana foi nos *Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, em 1905, isso não quer dizer que esse conceito não estivesse presente em outros ensaios, mas apresentavam outras denominações. Além disso, ao longo dos anos, Freud reelaborou os conceitos sobre a sexualidade ao reconhecer pontes entre as fantasias e os desejos, que tiveram origem na infância, mas que foram reverberadas em outras fases da vida do sujeito, inclusive na maturidade. A intenção de Freud ao apresentar a pulsão, que foi traduzida da palavra alemã *Trieb*, foi de afastar qualquer semelhança com indícios que possam confundir com instinto ou tendência e, assim, defini-la como sendo a carga de energia da atividade motora do organismo, mas também uma condição primordial para o funcionamento do psiquismo inconsciente do indivíduo.

A segunda tópica seria a constituição do psiquismo levando em consideração as estruturas com sendo *id*, *ego* e *supergo*. A constituição da primeira tópica foi construída baseada em movimentos narcísicos, a segunda tópica não necessariamente desconsidera a primeira tópica, mas fundamenta o Inconsciente para uma entidade de clivagem do ego e do superego, ou seja, a formação do psiquismo perpassa além da questão narcísica do sujeito, mas envolve também os afetos que são desenvolvidos pela perspectiva do desejo e a da intervenção da linguagem e forças castradoras.

O desenvolvimento da segunda tópica é realizado quando Freud apresenta que há a necessidade de uma organização mais sistematizada, como ele aponta em *Além do princípio do prazer*, de 1920, e com mais ênfase em *O ego e o Id*, de 1923, por isso a divisão do aparelho psíquico entre *id*, *ego* e *supergo*. A divisão estabelecida por ele foi de acordo com os modos de defesa e a força de recalque que poderiam ser realizados. O *id* é a primeira instância da segunda tópica e tem correspondência com a formação inconsciente, pois sua formação é compreendida tanto pela hereditariedade como pelo desenvolvimento do recalque. É no *id* que se encontra o reservatório pulsional, segundo um ponto de vista econômico, sendo regido pela ordem do prazer. Foi a partir das novas considerações sobre o *id* que Freud percebeu que as manifestações inconscientes poderiam estar presentes nas mediações para a formação do *ego* e *superego*, pois que o *id*

não seria apenas um reservatório inerte onde se encontravam apenas experiências recalçadas, mas que esse recalque poderia ir à tona, mesmo que não organizado.

Já o ego, em outras áreas do conhecimento, foi reconhecido como sendo a consciência em si enquanto sujeito, com a psicanálise, isso não foi diferente, até a percepção de que o ego também poderia ser construído também pela atuação inconsciente. Por essa condição que o ego foi interpretado de três modos: sendo o primeiro como uma manifestação de defesa como um mecanismo para evitar a angústia, que seriam as operações narcísicas; a segunda interpretação oferece ao ego a inscrição no id (por isso alguns movimentos egóicos serem inconscientes) e a relação que é estabelecida como sendo o que seria propriamente do sujeito e aquilo que seria fruto da relação com outros discursos e a terceira concepção de apresentar que o ego seria a interface do sujeito ou do objeto.

Para finalizar, o superego é compreendido como a força de juízo e censura para a formação do psiquismo que, em um primeiro momento, seria a ação do *pai* para interromper a intenção incestuosa entre mãe e filho, executando o término do gozo. Assim, a atuação do superego é uma herança do complexo de Édipo, a castração simbólica, e um dos procedimentos para a formação da identidade do sujeito, pois as medidas de intervenção seriam internalizadas para o processo identitário; é o processo cultural e de inserção no meio civilizatório que o sujeito adentra. Arelado ao superego está o conceito de *ideal de eu* em que, pela atuação do superego das figuras parentais, o sujeito é recalçado para constituição da sua identidade. Para Roudinesco e Plon, “ideal do eu, o sujeito instala o objeto de sua fascinação amorosa, bem como o hipnotizador ou o líder, assim se transformando o ideal do eu no esteio do principal eixo de constituição do coletivo como fenômeno” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.362).

Estas contribuições podem estar afastadas dos estudos da comunicação e também dos objetos de estudo e do princípio dessa tese. Todavia, quando analisarmos as movimentações sociais que ocorreram no espaço público para a promoção do *impeachment*, perceberemos que os desejos, esse fantasma que se articula pela falta, foi posto de modo sem freios como condição fundamental da política. Em termos psicanalítico, o desejo do impedimento não encontrou a interferência de contenção, não houve superego suficiente para reter a ausência de reflexão sobre os prejuízos de um ato dessa magnitude nas ações políticas.

Os estudos das pulsões apresentados por Freud revolucionaram as propostas epistemológicas sobre o psiquismo ao estabelecer um diálogo entre a sexualidade e o

desejo para a constituição do psiquismo humano, propondo, assim, que a sexualidade seja um fator fundamental para a estruturação do Inconsciente, envolvendo as relações de desejo e fantasia e a descoberta da sexualidade infantil. Em um primeiro momento, para teorizar o surgimento da histeria, Freud considerava que o sujeito, ainda na infância, teria sofrido uma sedução real, o que causaria o trauma, já que o gozo pela sedução não teria sido efetivado, o que Freud denominou como sendo a *teoria dos traumas*. E a remoção desse trauma poderia ser feita pela ab-reação e a elaboração psíquica do trauma experienciado, por isso, a necessidade da elaboração livre do discurso feita pelo sujeito a ponto de alcançar o Inconsciente. O problema percebido futuramente por Freud nessa colocação é de que não havia o reconhecimento da sexualidade infantil, sendo assim, não teria como conceber a criança como um ser dotado de sexualidade e, conseqüentemente, não teria como afirmar a possibilidade de sedução. A superação da teoria do trauma proporcionou o desenvolvimento das pulsões, além da descoberta da sexualidade infantil e a presença do papel das fantasias que, em outros estudos, essas serão unificadas pela elaboração do Complexo do Édipo, que organizará a estrutura do psiquismo, o que inclui a perversão. A realização do complexo e as formas de estruturação serão temas abordados com mais afinco no decorrer dessa pesquisa.

A percepção da existência da sexualidade infantil foi motivo de análise para Freud nos *Três Ensaio*s ainda mais sobre o autoerotismo. Esse tema já havia sido discutido entre ele e Fliess por correspondência em 9 de dezembro de 1899 ao designar esse tipo de comportamento como sendo o mais primitivo estrato sexual, comprometido apenas com a sensação local de satisfação. O assunto volta à tona no texto da *A sexualidade infantil* que, para o pai da psicanálise, esta qualidade de estudo “aprofundado das manifestações sexuais da infância provavelmente nos revelaria os traços essenciais da pulsão sexual, desvendaria sua evolução e nos permitiria ver como se compõe a partir de diversas fontes (FREUD, 1996, p.163).

Como o próprio nome sugere, o autoerotismo está envolvido com a capacidade da criança do desenvolvimento da sua sexualidade sem a necessidade de haver um objeto externo ao corpo; uma vontade de saciar o desejo. No entendimento de Freud, o desenvolvimento do autoerotismo infantil precede à fase em que a criança perde o seu objeto de prazer, que foi interpretado por ela pelo seio materno, ou seja, o gozo estava aliado a algum “apoio”<sup>22</sup>. O autoerotismo seria a primeira manifestação de pulsão sexual

---

<sup>22</sup> Para esclarecer, o termo apoio nesse caso não pode ser compreendido como sendo um aparato para a pulsão da criança na mãe, mas da pulsão sexual em um outro processo que não é sexual que, no caso,

que não se limita apenas na condição de saciedade do corpo, mas também como forma de lidar com as tensões que são provocadas pelo desejo. Como exemplo, Freud analisa o ato da criança sugar o dedo que, para o entendimento dele, esse gesto está relacionado com o desenvolvimento do autoerotismo como uma intenção da pulsão que se organiza inconscientemente para amenizar a tensão do desejo. A intenção de sugar os dedos não é necessariamente para obter o alimento, no caso o leite materno, mas sim de simbolizar o desejo que é somatizado pelo ato de sugar. A transição entre essas fases é o que distingue pulsão de instinto, mesmo que há semelhanças entre os dois conceitos, a pulsão é movida pelo desejo, pois extrapola a necessidade somática do corpo e envolve também o psiquismo:

Nosso estudo do ato de sugar o dedo ou sugar sensual já nos forneceu as três características essenciais de uma manifestação infantil. Em sua origem ela se apoia em uma das funções somática vitais; ainda não se tem objeto sexual e é, assim, autoerótica; e seu objetivo sexual é dominado por uma zona erógena (FREUD, 1996, p.177).

Ao discorrer sobre esse fenômeno, Freud também analisa que as manifestações de autoerotismo, além de estarem envolvidas com a pulsão, estão relacionadas também com uma relação primitiva da sexualidade, voltada mais para a preservação e conservação da vida. Por esse posicionamento também que se solidifica a intenção de distinção entre instinto e pulsão quando, ainda na exemplificação apresentada por Freud sobre a sucção do seio materno, ele ainda pondera que há a necessidade de satisfação sexual, todavia, não mais nas mesmas qualidades que foi nos primeiros anos de vida da criança:

A necessidade de repetir a satisfação sexual desliga-se agora da necessidade de nutrir-se - separação que se torna inevitável quando aparecem os dentes e o alimento não é mais ingerido apenas pela sucção, mas também é mastigado. A criança não usa um corpo estranho para sua sucção, preferindo uma parte de sua própria pele por que é mais conveniente, por que a torna mais independente do mundo exterior, que ela ainda não pode controlar, e porque desta forma ela se proporciona, por assim, dizer, uma segunda zona erógena, embora de espécie inferior (FREUD, 1996, pp. 176-177).

Com o decorrer dos estudos apresentados, Freud considera a pulsão importante para a estruturação do psiquismo, pois também ele reconhece uma relação libidínica com o objeto desejado. As pulsões parciais, como o autoerotismo, estão envolvidas com a edificação do narcisismo justamente pela busca de prazer que evita o contato com as

---

seria uma função somática vital, ou seja, uma função que é indispensável para a manutenção do corpo e da vida enquanto uma entidade biológica.

frustrações e, assim, garantem a economia dos prazeres. A libido seria para Freud como “uma força quantitativamente variável que poderia medir os processos e transformações ocorrentes no âmbito da excitação sexual” (Freud, 1996, p.205). Devido à economia da libido, Freud percebeu o investimento da libido do ego, ou seja, há interesse e aplicação da libido para a preservação e manutenção do desejo do próprio sujeito. No entanto, a percepção desse investimento é possível a partir do deslocamento da libido do ego na concentração da libido do objeto, mantendo a fixação ou abandono do objeto para a satisfação dos desejos, mas que retorna ao sujeito de modo simbolizado, por isso que ele denominou a libido do ego também como libido narcísica:

Podemos ainda inteirar-nos, no tocante aos destinos da libido, de que ela é retirada dos objetos, mantém-se em suspenso em estados particulares de tensão e, por fim, é trazida de volta para o interior do ego, assim se reconvertendo em libido do ego. Em contraste com a libido do objeto, também chamamos a libido do ego de libido *narcísica*. Do ponto de observação da psicanálise podemos contemplar, como que por sobre a fronteira cuja ultrapassagem não nos é permitida, a movimentação da libido narcísica, formando assim uma ideia da relação entre ela e a libido objetual. A libido narcísica ou de ego parece-nos ser o grande reservatório de onde partem as catexias de objeto e no qual elas voltam a ser recolhidas, e a catexia libidinosa narcísica do ego se nos afigura como o estado originário realizado na primeira infância, que é apenas encoberto pelas emissões posteriores de libido, mas no fundo se conserva por trás delas (FREUD, 1996, p.206).

Essa consideração, Freud apresentou na versão de 1924 ao desvendar que o mito de Narciso poderia ser relevante para o desenvolvimento do psiquismo como uma metáfora para a manutenção da vida. O semideus que se apaixonou pela própria imagem foi reconhecido por Freud para além da autoadmiração, mas como sendo a manifestação potente de ações egóicas para própria preservação. Como próximo passo, é importante considerar a relação existente entre as pulsões parciais e as zonas erógenas dentro do universo da sexualidade infantil e perceber como esses movimentos estão relacionados com a questão narcísica de preservação da vida no estímulo de determinadas regiões corpóreas para obtenção de prazer e gozo, com as zonas erógenas.

As zonas erógenas encontram-se em determinadas partes do corpo, em especial aquelas que são constituídas por pele ou mucosa e que, no posicionamento de Freud, seriam as fontes das pulsões parciais nas crianças. Como apresentou Freud, a pulsão sexual é posterior à fase de amamentação da criança, quando, nesse período, houve um objeto de desejo, o seio materno; por isso, ele considera que há na infância indícios de sexualidade, ainda que parcial devido à presença de apoio. A pulsão parcial, como o próprio nome remete, não há parâmetro suficiente para a conclusão da sexualidade plena

e completa, há a imaturidade dessa função não apenas enquanto a vivência do sujeito, mas também, e principalmente, pela relação que é estabelecida com o gozo. Ainda nos primeiros estudos da psicanálise, que datam de 1896, em mais trocas de correspondências entre Fliss, Freud já havia reportado sobre a relação existente entre o desenvolvimento da sexualidade infantil e a percepção de zonas erógenas. Ele já havia percebido uma proposta diferente da sexualidade entre adultos e crianças, quando há a necessidade de abandono dos objetos e a busca da própria liberação sexual que é obtida para além do próprio corpo. Por isso que Garcia-Roza considera que: “As pulsões parciais começam a funcionar num estado anárquico, inorganizado, que caracteriza o autoerotismo; enquanto umas estão ligadas a uma zona erógena determinada, outras são independentes e definidas pelo seu alvo” (Garcia-Roza, 1985, p.101). A organização pré-genital para Freud, apresentada em 1915 na releitura dos *Três Ensaio*s, foi compreendida abarcando três fases: oral, anal-sádica e, posteriormente, fálica. Como apresentado, nessas partes do corpo há estímulos sensoriais para o prazer e a:

(...) excitação sexual ocorre de várias maneiras, isto é, como a reprodução de uma satisfação experimentada em conexão com outros processos orgânicos – por exemplo, alimentação, defecação, micção; através de apropriada estimulação periférica que pode suscitar efeitos erógenos na pele – agitação mecânica do corpo, atividades musculares e ainda processos afetivos componentes da sexualidade, ou se originam diretamente destas fontes internas ou são compostos de elementos oriundos tanto dessas fontes como das zonas erógenas (NAGERA, 1981, p.12).

Em outros estudos, Freud não reconhece apenas nessas áreas as possibilidades de prazer, mas todo o corpo pode ser compreendido como sendo manifestação de estímulo e erotismo. A intenção de Freud com essa nova proposta foi de sugerir a organização da sexualidade pré-genital que não se limite ao próprio corpo, mas o esforço pelo prazer em condições externas ao corpo, percorrendo outras possibilidades de prazer que não estivessem atreladas apenas ao autoerotismo, sendo que:

O desfecho do desenvolvimento constitui a chamada vida sexual normal do adulto, na qual a obtenção de prazer fica a serviço da função reprodutora, e as pulsões parciais, sob o primado de uma única zona erógena, formam uma organização sólida para a consecução do alvo sexual num objeto sexual alheio” (FREUD, 1996, p.186)<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Em outros estudos posteriores, da própria revisão dos *Três Ensaio*s, Freud não considera apenas a união entre os órgãos sexuais e a função reprodutora como sendo normais, até por que, dessa forma, qualquer atividade sexual poderia ser considerada anormal por que está fora da órbita de normalidade que estabelece correspondência entre objeto e objetivo.

Freud pontua que a sexualidade *normal* seria apenas voltada à reprodução, mas como sendo uma relação que envolve também o prazer no outro para a constituição de gozo, o que também confere a ele, ao menos até o momento, displicência com as homossexualidades. Para considerar a definição das fases do desenvolvimento sexual, pela teoria da libido, é importante reconhecer, além das zonas erógenas, a interface que é estabelecida entre essas zonas e a *relação do objeto*<sup>24</sup> para gozo. A primeira fase é compreendida como sendo a fase oral, quando ainda está no momento pré-genital, que contempla os primeiros anos de vida da criança até, aproximadamente, os dois anos de idade. As pulsões da fase oral estão relacionadas com os instintos de alimentação e manutenção da vida de forma muito elementar, envolvendo noções que serão desmembradas ao narcisismo. Nesse momento, há o prazer da ingestão de alimentos e a excitação pelas estruturas bucais, por isso, a consideração de Freud acerca do seio materno como apoio que, na verdade, caracteriza-se como sendo um objeto de desejo. Além dessa perspectiva, Freud também considera que o objeto de desejo também é interpretado como pertencimento; na intenção de sugá-lo, a criança se articula na intenção de incorporação do objeto. Ainda dentro dessa fase, é relevante considerar que há duas etapas: sendo que a primeira é considerada com *fase oral precoce*, que é caracterizada pelos primeiros momentos, que envolve a sucção e a *fase oral-sádica* que se realiza após o surgimento dos dentes, quando o alimento precisa ser triturado. Garcia-Roza (2005) considera que esse momento de incorporação está relacionado com destruição do objeto que se refere à ambivalência de sentido, uma vez que o objeto de desejo também se torna um objeto a ser destruído que, segundo o autor, aponta pela fantasia da criança de ser comida ou destruída pela mãe.

A segunda fase do desenvolvimento sexual é denominada como *fase anal-sádica* e compreende a faixa etária em torno dos dois aos quatro anos de vida da criança. Essa fase tem como organização da libido envolvendo a mucosa anal, as fezes e a própria regulação das funções do esfíncter. É também nessa fase que Freud também identificou a relação com o objeto estabelecendo não mais a corrente de pensamento de divisão entre “masculino” e “feminino”, mas como sendo “ativo e passivo”. A relação que é estabelecida é justamente pela condição de controle do esfíncter que, mesmo sendo de

---

<sup>24</sup> O termo *relação do objeto* foi defendido, como aponta Garcia-Roza (2005, p.104), em pesquisas pós-freudianas ao perceber a fixação entre o sujeito e o objeto e como uma forma de substituição a menção a fases.



atuação da criança, é mediado pela atuação e pertinência por alguém, que pode ser simbolizado pela intervenção da dicotomia sadomasoquista:

As crianças que tiram proveito da estimulabilidade erógena da zona anal denunciam-se por reterem as fezes até que sua acumulação provoca violentas contrações musculares e, na passagem pelo ânus, pode exercer uma estimulação intensa na mucosa. Com isso, hão de produzir-se sensações de volúpias ao lado das sensações dolorosas. Um dos melhores presságios de excentricidade e nervosismo posteriores é a recusa obstinada do bebê a esvaziar o intestino ao ser posto no troninho, ou seja, quando isso é desejado pela pessoa que cuida dele, ficando essa função reservada para quando aprover a ele próprio. Naturalmente, não é que lhe interesse sujar a cama; ele está apenas providenciando para que não lhe escape o dividendo de prazer que vem junto com a defecação. Mais uma vez, os educadores têm razão ao chamarem de perversas [*schlimm*] as crianças que “retardam” essas funções. (...) É obviamente tratado como parte do seu próprio corpo, representando o primeiro “presente”: ao desfazer-se dele, a criaturinha pode exprimir sua docilidade perante o meio que a cerca, e ao recusá-los, sua obstinação (FREUD, 1996, pp.175-176).

Na fase sequente, a fase fálica, há o predomínio, como o próprio nome sugere, a organização da sexualidade erigida pela genitália masculina, com ênfase na primazia do falo, uma ideia que foi concebida nos *Três Ensaíos* e que foi endossada no ensaio *A organização genital infantil*, escrito em 1923, que integra a obra *O ego e o id*. Devido a essa circunstância que a fase fálica não pode ser interpretada como sendo a maturidade da sexualidade porque não são reconhecidas as existências do órgão feminino. Todavia, é a partir dessa fase em que o sujeito passa a desenvolver a formação da sexualidade madura, pois, nesse momento, o sujeito encontra-se na puberdade quando o complexo de Édipo está em fase de efetivação e a descoberta que as genitálias são pontos de prazer, tanto nas crianças do sexo masculino e feminino. Aqui são estabelecidas as diferenciações na sexualidade que reconhecem o movimento narcísico que o menino tem pela existência do próprio pênis e a consideração da ausência do pênis na menina. Por isso, a afirmação de Freud acerca “da inveja do pênis”, em que a menina se percebe com a ausência do pênis e, assim, essa ausência seria recompensada pelo desejo de ter um filho com o pai, e a castração, movimento primordial do complexo do Édipo, é compreendido como sendo uma severa punição:

(...) a criança acredita que são apenas pessoas desprezíveis do sexo feminino que perderam seus órgãos genitais - mulheres que, com toda probabilidade, foram culpadas de impulsos inadmissíveis semelhantes ao seu próprio. Mulheres a quem ela respeita, como sua mãe, retêm o pênis por longo tempo. Para ela, ser mulher ainda não é sinônimo de não ter pênis. Mais tarde, quando a criança retoma os problemas da origem e nascimento dos bebês, e adivinha que apenas as mulheres podem dar-lhes nascimento, somente então também a mãe perde seu pênis (FREUD, 1976, p.80).

É a partir dessa fase que sexualidade não se contenta com a satisfação com alguma parte do próprio corpo e passa a se relacionar com o outro para prazer, por isso, que Freud considera como sendo a manifestação de altruísmo, relacionando esse conceito à questão reprodutiva. Conforme apresentado anteriormente, a pulsão não é sinônimo de instinto, sendo esse compreendido como sendo uma representação biológica e a relação direta entre pulsão e impulso é reduzi-los a mera subordinação de comportamentos. A intenção apresentada, conforme Garcia-Roza (1985), amparado sob as colocações de Serge Leclaire, a sexualidade genital não é articulada sob a égide da reprodução, mas da inscrição do prazer nessa fase que se encontra no reconhecimento do gozo na região das genitálias. O prazer não tem relação com a reprodução humana, como Freud afirmou o objetivo da pulsão é a satisfação. Com essas considerações, chegamos a uma das passagens mais marcantes para a construção da epistemologia da psicanálise que é a realização do complexo do Édipo que apresenta simbolicamente a castração do sujeito.

#### 4.1 Édipo e a castração

A realização do Édipo também marca a passagem para a vida adulta, a intervenção da cultura no desenvolvimento psíquico e a convivência em sociedade e, por isso, é considerado como sendo o cerne das questões que envolvem a psicanálise. As analogias que Freud fez da tragédia grega *Rei Édipo*, escrita por Sófocles em 427 a.C., estabelecem metáforas e simbologias para discorrer sobre a constituição da sexualidade envolvendo a relação entre as porções inconscientes dos desejos e pulsões sexuais, desenvolvendo valores e sentidos para a constituição das estruturas psíquicas:

Correlato do complexo de castração e da existência da diferença sexual e das gerações, o complexo de Édipo é uma noção tão central em psicanálise quanto a universalidade da interdição do incesto a que está ligado. (...) O complexo de Édipo é a representação inconsciente pela qual se exprime o desejo sexual ou amoroso da criança pelo genitor do sexo oposto e sua hostilidade para com o genitor do mesmo sexo (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.166).

Mesmo Freud não escrevendo nenhum ensaio ou livro especificamente sobre a tragédia Édipo Rei e o complexo de Édipo, o diálogo que ele estabeleceu entre a peça e os seus escritos foi renitente ainda no princípio da psicanálise até os últimos estudos defendidos por ele. De forma sintética<sup>25</sup>, na tragédia grega, Édipo é filho de Laio e Jocasta

---

<sup>25</sup> O trecho que apresenta o mito de Édipo Rei dessa pesquisa foi baseado nas colocações de Roudinesco e Plon (1998) e a tragédia completa pode ser lida em Sófocles (1998).

e nasceu em Tebas. Após Laio consultar o oráculo, ele é comunicado que seria morto pelo seu filho que ainda não nascera. Para que isso não acontecesse, Laio ordena a um criado que o menino ao nascer seja abandonado no monte Citéron, depois de ter os pés marcados com pregos. Entretanto, o criado não obedece à ordem de Laio e entrega a criança a um pastor que, por sua vez, o entrega a Pólibo, rei de Corinto, e à esposa dele Merope. Eles dão o nome à criança de Édipo que significa pés inchados, em alusão às marcas deixadas pelo pai nos pés do bebê. Com o passar dos tempos, Édipo consulta Delfos para esclarecer sobre as dúvidas que pairavam se ele seria filho legítimo do casal e foi informado que mataria o pai e desposaria a mãe. Para evitar que essa tragédia acontecesse, Édipo abandona o reino de Corinto. No caminho a Tebas, ele encontra Laio, um desconhecido a ele até então, com quem trava uma briga até a morte de Laio.

Quando Édipo chega à cidade, ele desvenda o segredo da Esfinge, entidade mitológica antropozoomórfica, com cabeça de mulher e corpo de felino dotado de asas, que aterrorizava a cidade matando aqueles que não desvendassem seu enigma: “Quem é aquele que anda sobre quatro pés, depois, sobre dois e, depois, sobre três?” Édipo acertou a pergunta cuja resposta é o próprio ser humano, que apresenta a evolução de caminhar: o engatinhamento nos primeiros anos de vida, a postura ereta na fase adulta e o auxílio de uma bengala na velhice para a locomoção. Com o enigma relevado, a Esfinge se mata e a cidade está salva do tormento provocado por ela. Como recompensa, Creonte, regente de Tebas, oferece a sua irmã, Jocasta, como recompensa, de quem Édipo também não tinha conhecimento que era sua mãe biológica. Eles, então, têm quatro filhos: Eteoclés, Polinices, Antígona e Ismênia que seriam filhas-irmãs de Édipo.

Com o passar do tempo, a cidade é tomada por uma peste. O oráculo é consultado e anuncia que o fim do sofrimento apenas acontecerá quando o assassino de Laio for expulso da cidade. Assim, Édipo solicita que todos se manifestem. Tirésias, o vidente cego sabe da verdade do caso de Édipo, mas prefere o silêncio a se manifestar publicamente. No desfecho da tragédia, Édipo é comunicado da morte de Pólibo, seu pai adotivo, por um mensageiro e esse mesmo revela o passado de Édipo. A tragédia se finda com o suicídio de Jocasta por enforcamento, Édipo perfura os próprios olhos como penitência e reconhecimento da culpa pelo acontecido e se exila em Colono com Antígona, e o comando de Tebas volta a ser exercido por Creonte<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Não apenas a tragédia grega Édipo Rei, de Sófocles, se tornou argumento para os escritos de Freud para os estudos sobre a relação do parricídio e as perspectivas da castração simbólica, *Hamlet*, clássico de William Shakespeare, possivelmente publicado em 1602, também foi objeto de estudo para verificar a

Por isso que Quinet, apoiado em Freud, alegou que a:

(...) condição de não saber (Unwissenheit) de Édipo é a legítima figuração da condição de Inconsciente (Unbewusstheit). Édipo tornou-se, portanto, como figura do não-saber, a própria representação do Inconsciente – enquanto saber não-sabido, isto é, saber inconsciente do qual o sujeito não quer conscientemente saber. Édipo é inconsciente (QUINET, 2015, p.15).

Para estruturar o complexo de Édipo, Freud levou em consideração primordialmente a primazia do falo para a constituição da sexualidade, independentemente do sexo da criança na fase fálica do desenvolvimento sexual, considerando que quaisquer objetos, seres vivos, incluindo a própria mãe, seriam portadores de falo. É pertinente considerar que falo é compreendido enquanto um objeto imaginado pelo universo da criança que tem o pênis como correspondência, o que não justifica afirmar que falo é pênis e vice-versa. O pênis seria uma representação fálica, mas enquanto um falo imaginário, como apresentou Lacan. A percepção da criança quanto aos processos de castração acontece ao identificar que nas meninas não existe propriamente dito um outro objeto, mas sim, a ausência do objeto fálico, o que realiza no menino o medo da possibilidade da própria castração, o que seria o temor narcísico:

A criança atribui a falta ao resultado de uma castração, o que a remete à possibilidade de uma castração de sua própria pessoa (temor narcísico). Para a menina, a visão do pênis do amiguinho faz com que repare a falta em seu próprio corpo (ferida narcísica). Doravante, o falo imaginário, objeto ameaçado de perda para um, e objeto de inveja para o outro, é inscrito na subjetividade, para ambos os sexos, como faltante (-φ) (...) O complexo de castração se estabelece para o menino quando descobre que apenas as mulheres podem dar nascimento aos bebês e que a mãe não tem pênis. (QUINET, 2015, p.18).

Assim, meninos e meninas passam pela castração simbólica que origina a estruturação do psiquismo, mesmo que de formas diferentes sendo que os meninos reconhecem a castração como uma fonte de angústia e por isso o desenvolvimento de aproximação com a mãe; e nas meninas, a afinidade se estabelece pela castração que seria sublimada pelo desejo de terem o filho do pai. Todavia, a operacionalização do complexo de Édipo não é realizada de modo simples, desejar a figura parental do sexo oposto e eliminar figura do mesmo sexo são operações que acontecem inconscientemente. Por isso em *O ego e o id*, Freud aponta para a realização do Édipo completo. Freud apresenta que,

---

relação existente com a formação do psiquismo, assim como a obra *Os irmãos Karamazov*, de Fiodor Dostoievski, escrito em 1879, também fez parte dos estudos de Freud para reconhecer o desejo pelo parricídio e a realização do recalque.

nos meninos, além do medo da angústia, há também a ambivalência de afeto que é representada pela atitude terna com o pai, que ele denominou com *identificação-pai*, o mesmo acontece com as meninas que rivalizam com a mãe a atenção com a mãe a atenção e demonstram ciúmes pelo pai. O complexo de Édipo ocorrido de modo completo é a percepção da existência da bissexualidade nos sujeitos, pois, mesmo havendo o processo de castração, o sujeito também apresenta admiração e devoção à figura de mesmo sexo e o surgimento das identidades sexuais (heterossexual, homossexual e bissexual). A psicanálise ganha outros rumos com a releitura das obras de Freud por Lacan a partir da linguagem.

## 5 - A letra de Lacan

De uma forma muito sucinta, Jacques-Marie Emile Lacan, nasceu em Paris<sup>27</sup>, em 1901, filho de uma família burguesa urbana, com forte formação católica na educação. Desde muito cedo, tinha feição pelos estudos. Formou-se em medicina e fez especialização em psiquiatria no hospital Sainte-Anne, em Paris, nos anos de 1920. Nesse período, o pensamento da psicanálise freudiana foi recebido pelos rígidos posicionamentos no meio científico, principalmente, pela comunidade médica-, ao rechaçar a relação existente entre o psiquismo e a sexualidade; considerando a psicanálise como *imperialismo do sexo e pansexualismo*-, e a melhor aceitação foi por parte de Lacan que dialogou os estudos freudianos com a linguagem para o desafio de aceitação da psicanálise:

(...) Juntando todas as tendências, viu-se o sonho como a grande aventura do século, buscou-se transformar o homem por meio da onipotência do desejo, inventou-se a utopia de um inconsciente enfim aberto às liberdades e admirou-se acima de tudo a coragem com que um austero cientista havia ousado pôr-se à escuta das pulsões mais íntimas do ser, desafiando o conformismo burguês e correndo o risco do escândalo e da solidão (ROUDINESCO, 2008, pp.31-32).

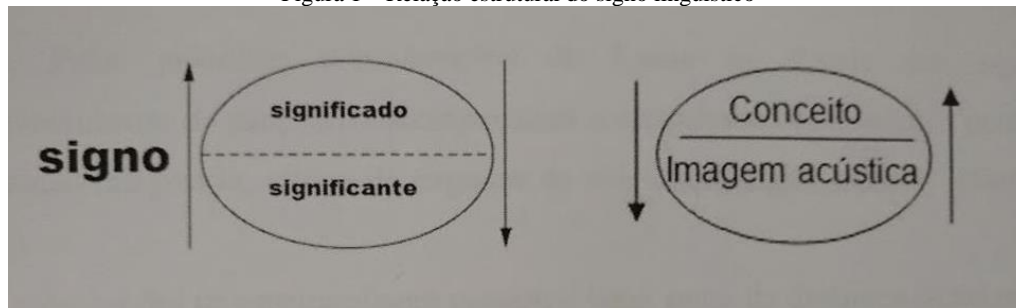
A intenção de Lacan foi de oferecer uma releitura da psicanálise, a partir de Freud, estabelecendo uma relação de diálogo mais intenso com a linguagem para a estruturação do psiquismo e novas perspectivas para o Inconsciente, além de estabelecer também conexões com a filosofia, como, por exemplo, a dialética pensada por Hegel. A visão de Jacques Lacan, mesmo seguindo a tendência freudiana, apresenta outras reflexões sobre a realização do Édipo, bem como a organização do Inconsciente. Entre as colocações mais pertinentes de Lacan foi de conceber o Inconsciente como sendo uma linguagem. Ressignificando os conceitos elaborados por Ferdinand Saussure, na obra clássica *Curso geral de Linguística*, publicado em 1915, dois anos após a sua morte. Saussure foi um dos expoentes na formação da corrente do estruturalismo no campo da linguística e o seu pensamento foi base para outros campos do conhecimento<sup>28</sup>. Saussure defendeu como

<sup>27</sup> A vida e a obra de Lacan podem ser acompanhadas com mais detalhes em Roudinesco (2008).

<sup>28</sup> O estruturalismo para essa pesquisa é compreendido como “uma posição científica geral para todos os campos do conhecimento humano. Abrange o estudo da natureza e o estudo do homem em sua criação cultural, e, pois, nesta última, também o estudo lingüístico. Aparece na epistemologia como uma síntese hegeliana da oposição dialética entre o empirismo e o que Hrabák chama o romantismo, isto é, o idealismo que parte de uma construção a priori. Decorre do pressuposto de que não há fatos isolados passíveis de conhecimento, porque toda significação resulta de uma relação. Eis por que não procura destacar fatos para em seguida somá-los, nem construir um conjunto para em seguida dividi-lo em seus

ideia central que o signo linguístico é composto por duas partes: significado e significante; sendo que o primeiro está envolvido com o conceito do signo e o segundo é atribuído pela imagem acústica do signo.

Figura 1 – Relação estrutural do signo linguístico



Fonte: Autor

A relação entre significado e significante para Saussure estabelece correspondências na formação do sentido do signo. É relevante salutar também que Saussure também denominou que há dois referentes ao signo, sendo que um dele é a arbitrariedade, ou seja, o significado não é compreendido de modo natural ou espontâneo, mas enquanto um sentido que é atribuído pela interferência cultural e o outro refere à compreensão acústica ou sensível do signo que corresponde ao significante. Há também a linearidade que é a capacidade voltada às qualidades do significante apresentadas segundo uma ordem de organização de elementos que compõem o signo. Além dessas considerações, outra qualidade do signo percebida por Saussure é a condição de *valor*, isto é, o signo apresenta valor no encadeamento interno de um sistema; para isso, há a necessidade de interação com outros signos para a formação de uma rede de sentidos.

A proposta de Lacan não foi exatamente de seguir o pensamento de Saussure, mas de reformular, a partir da psicanálise freudiana, o pensamento do linguista e de outros pensadores estruturais como Claude Lévi-Strauss ao assinalar que há a estruturação do simbólico pela linguagem e que o inconsciente é uma linguagem. O caminho traçado por Lacan pelo estruturalismo não é linear ou absoluto, haja vista as suas primeiras considerações para a formação genética das personalidades. Como apresenta Dosse (2007), na década de 1930, Lacan apresenta o texto “*Le Stade du miroir. Théorie d’un*

---

fatos. Fatos, para o estruturalismo, são sempre partes de um todo e só como tais, e em referência ao todo, podem ser apreciados. O princípio essencial é de que não há para o nosso conhecimento coisas isoladas. Há sempre uma estrutura, isto é, uma inter-relação de coisas, que dela tiram o seu sentido. Assim se depreendeu o conceito de estrutura, diverso do de conjunto, em que as unidades componentes apenas se situam lado a lado, e o do de síntese, em que elas se fundem e desaparecem numa unidade maior.” (CÂMARA JUNIOR, 1967, p. 45).

*moment structurant et génétique de la constitution de la réalité, conçu en relation avec l'expérience e la doctrine psychanalytique* (O estágio do espelho. Teoria de um momento estruturante e genético da construção da realidade, concebido em relação com a experiência e a doutrina psicanalítica). Nesse momento de desenvolvimento do pensamento, Lacan se apoiou nas contribuições de Hegel para considerar reflexões sobre a dialética para o desenvolvimento da criança enquanto suas fases de crescimento. Em um primeiro momento, a criança reconhece a sua imagem no espelho associada à imagem de um outro (em especial, a mãe), uma referência imaginária; para que, no próximo passo, a criança reconheça o outro da imagem como sendo um ser real e não mais atrelada a ela e, finalmente, reconhece a sua própria imagem pelo próprio corpo. Pelas primeiras considerações de Lacan na Teoria dos Espelhos, o desenvolvimento do psiquismo acompanharia o crescimento da criança, a partir de uma “alienação imaginária, vítima de engodos de sua identificação espacial” (DOSSE, 2007, p.142).

As noções de estruturalismo passam a fazer parte da dinâmica lacaniana quando entram em cena as contribuições de Lévi-Strauss e as concepções hegeliana perdem forças ao longo dos seus estudos. Assim, a mesma Teoria dos Espelhos se distancia dessas referências e da porção genética e Lacan, em 1949, reformula a sua teoria considerando a entrada ao universo simbólico a partir da castração do sujeito pela interdição do incesto, pela linguagem. A novidade apresentada por ele no seu discurso feito em Roma reflete sobre a estruturação do inconsciente pela linguagem em estabelecer distinção entre as estruturas diacrônicas (as mudanças que ocorrem ao longo do tempo, na história) e as estruturas sincrônicas (a organização linear dos elementos que compõem um signo), relações úteis na compreensão e interpretação do discurso. Assim, Lacan apresenta um diálogo entre as considerações estruturalistas às reformulações freudianas em que “não aceite mais como essencial a teoria das fases sucessivas, mas vincule estas a uma estrutura edipiana de base caracterizada por sua universalidade, autonomizada em relação às contingências temporais e espaciais, já presentes antes de toda a história” (DOSSE, 2007, p.155).

A maior incidência do estruturalismo na obra de Lacan (1998) está no texto a *A instância da letra no inconsciente*, parte integrante da obra *Escritos*. As reconsiderações de Lacan sobre o estruturalismo sausseriano primeiramente recaíram na observação não mais do signo escrito, mas da fala. Isso não quer dizer que o sujeito seja detentor do controle da sua fala; a fala passa a ser estruturada segundo a ordem simbólica que é permeada pela linguagem, ou seja, pelos atravessamentos que são praticados pela



linguagem. Essa consideração será importante ao ponderar como as linguagens constituem sujeitos e também as falas; são mediações que são executadas para a formação dessas composições. A partir desta colocação, Lacan reformula a composição sígnica de Saussure em não mais representá-la na primazia do significado (s) sobre o significante (S), em que há correspondência entre os dois elementos; o significante passa para o lado de cima da barra e, conseqüentemente, o significado para baixo e a barra não apresenta mais a uma relação de correspondência, mas sim, a uma barreira de resistência de significação. Assim, o significado e significante não têm a obrigatoriedade de serem pareados para o processo estruturante das significações. O significado desliza sobre o significante, ocasionando a tensão que é exprimida pela formação do Inconsciente:

Fica, dessa maneira, quebrada a unidade do signo defendida por Saussure. A cadeia dos significantes (ou cadeia significante) é, ela própria, a produtora de significados. É essa cadeia que vai fornecer o substrato topológico ao signo lacaniano, impondo que nenhum significante possa ser pensado fora de sua relação com os demais (GARCIA-ROZA, 2005, p.186).

Entre as reformulações que Lacan apresenta é a ressignificação da organização do Inconsciente. Enquanto Freud alegou que o Inconsciente apontava para os movimentos de condensação e deslocamento; e os sonhos seriam uma forma de demonstração inconsciente, Lacan acreditava que o sonho fosse um enigma e que, por essa condição, o significado não apresenta o mesmo grau de relevância do significante, até por que o Inconsciente é formado segundo uma lógica particular de organização em que o sentido não se encontra no pareamento com o significante. Assim, na versão lacaniana, o sentido dos sonhos se encontra no encadeamento dos significantes pelo deslizamento existente do significante sob o significado. Por essa outra proposta de estruturação dos sonhos que Lacan também depreende que a condensação e o deslocamento, presentes nas teorias freudianas, são reelaborados a partir da linguagem com a apropriação de duas figuras de linguagem: metáfora e metonímia. “De maneira geral, o que Freud chama de condensação é o que se chama, em retórica, metáfora, e o que ele chama deslocamento, metonímia” (LACAN apud DÖR, 1989, p.42)

Joel Dör (1989) explica esse fenômeno de forma clara. Compreendendo a metáfora como sendo a figura de linguagem utilizada em substituição de um termo suprido, o significante, como menciona Lacan. O exemplo utilizado por Dör é o mesmo explicado por Lacan sobre a afirmação de Freud que afirmou que a psicanálise seria uma peste que chegou aos Estados Unidos, em 1909.

Nas palavras de Dör:

A substituição de S1 por S2 faz S1/s1 passar sob a barra de significação. Tudo se passa, então, como se o signo S1/s1 se tornasse o novo significado de S2. De fato, é a significação que resulta da associação originária de S1 a s1 que serve de significado ao término da construção metafórica. Em contrapartida, o significado s2 (ideia de doença) é afastado. Será preciso realizar uma operação mental para reencontrá-lo (DÖR, 1989, p. 44).

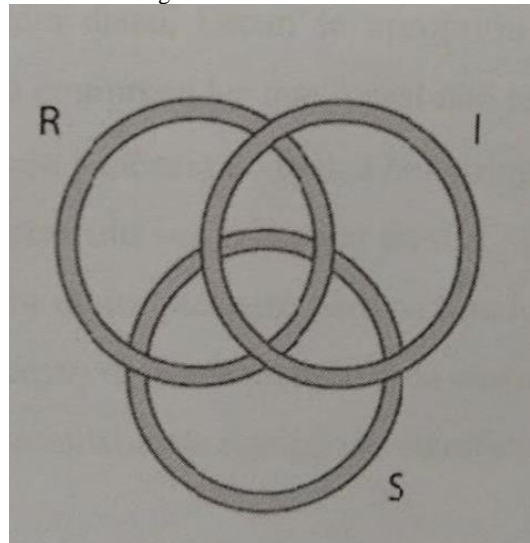
Nesse entendimento, a metáfora está para a condensação, ou seja, uma organização particularizada de represamento de simbologias dos elementos. Já a metonímia é a figura de linguagem responsável pela mudança de nome, como apresenta Lacan, um processo de transferência de denominação. Mas, no pensamento de Dör, “Esta transferência de denominação de um termo para um outro termo, contudo, só é possível com a ressalva de que existam certas condições de ligação entre os dois termos.” (DÖR, 1989, p.46). Essa relação se refere à correspondência entre os signos envolvidos, aqui dois exemplos para ilustrar o caso: “*Li Machado de Assis*” ou “*Bebemos um cálice de vinho*” são alguns dos exemplos de metonímia em que é possível a leitura dos livros de autoria de Machado de Assis, a partir do momento que Machado de Assis é reconhecido por ser escritor e, da mesma forma que o vinho é possível de ser bebido por ser líquido. O autor também oferece como exemplo a expressão “*estar no divã*”, referindo-se, obviamente, não ao fato do sujeito se encontrar sentado ou deitado sob o divã, mas em processo de análise. Com isso, o processo metonímico impõe, assim, um novo significante em relação de contiguidade com um significante anterior, que ele suplanta (DÖR, 1989, p.47).

As ideias consistem em oferecer um outro significado a partir do deslocamento dos significados, o que proporciona uma certa independência entre os dos significantes em relação aos significados em benefício à primazia dos significantes. Como referência aos propósitos elaborados por Lacan. “A diferença aqui em relação à metáfora reside no fato de que o significante excluído não passa para o lado de baixo da barra de significação; em contrapartida, o significado s2 (idéia de divã) é expulso” (DOSSE, 2007, p.160). O significado, por se encontrar fora da relação, é considerado como inconsciente; na visão de Lacan, o significado se encontra no vazio, compreendendo vazio não como um ermo, mas como sendo algo cujo sentido é incerto, improvável. Dessa forma a recomendação de Lacan em aceitar o discurso do sujeito pela letra como sendo um encadeamento de significante e a dispensa da aplicação de hermenêutica ao discurso, uma vez que a linguagem é inconsciente e apresenta uma formação própria.

Além dessas contribuições, o desenvolvimento estruturalista lacaniano também desenvolveu a trilogia de grande reconhecimento para a psicanálise: Real/ Simbólico/ Imaginário (RSI), em que, por esses campos seria estruturado o psiquismo, reformulando os conceitos de Freud sobre as tópicas do psiquismo. O desenvolvimento desses campos acontece pela percepção de Lacan segundo um diálogo mais intenso com autores de base estruturalista. Com a nova proposta também foi possível o diagnóstico para a formação das estruturas do psiquismo a partir de novas reconfigurações do complexo de Édipo. Mesmo apresentando esses novos estudos a partir de 1953, com o texto *O Simbólico, o Imaginário e o Real*, de alguma forma, mesmo que implicitamente, esses conceitos já faziam parte dos estudos dele, como nas primeiras considerações sobre a teoria dos espelhos. O propósito dessas colocações foi base para os estudos das psicoses, um objeto de estudo de muito apreço para Lacan, quando foi percebido que havia uma relação muito forte entre o desenvolvimento das estruturas psicóticas com a estruturação do real.

Antes de apresentar os três campos do psiquismo, é importante que se leve em consideração que eles não são separáveis, pois juntos formam as estruturas psíquicas. Por isso, a apropriação de Lacan do anel borromeano, uma figura milenar composta por três círculos que estão interligados pelas passagens de interseções entre eles e que significa união e unicidade, Lacan (1985) mencionou a existência desse desenho no brasão da família Borromeo, no seminário 20, mas os anéis também estamparam ornamentos arquitetônicos, obras de artes e outros símbolos da cultura medieval. Os três círculos duplos representam os campos do Real, Imaginário e Simbólico. Como apresenta Darmon (1985), “cada círculo passa por cima de um segundo círculo e por debaixo de um terceiro, mas esse terceiro tem a particularidade de passar, ele próprio, por baixo do segundo, o que constitui o encaixe próprio ao nó borromeano” (DARMON, 1994, p.228). O espaço central, onde se encontra “a”, é ocupado pelo objeto de desejo, ou seja, a articulação com o gozo do indivíduo.

Figura 2 - Anel Borromeano



Autoria: Autor

A qualidade do Real apresentada por Lacan é uma reflexão feita por ele a partir do conceito de realidade psíquica desenvolvida por Freud. É importante salutar que Real, enquanto um campo psíquico, não tem nada a ver com realidade, são duas dimensões diferentes: a realidade diz respeito à vivência do sujeito enquanto uma condição visível, sensível e possível de percepção, a realidade é acessível. Em contrapartida, o Real seria justamente aquilo que se encontra em oposição à realidade material, está envolvido ao inconsciente. Pelas palavras de Lapanche e Pontalis (1992):

A idéia de realidade psíquica está ligada à hipótese freudiana referente aos processos inconscientes: não só estes não levam em conta a realidade exterior como substituem por uma realidade psíquica (...) Quando nos encontramos diante dos desejos inconscientes reconduzidos à sua expressão última e mais verdadeira, somos efetivamente obrigados a dizer que a *realidade* psíquica é uma forma de existência especial que não deve ser confundida com a realidade *material* (LAPANCHE; PONTALIS, 1992, p. 427, grifos do autor).

Para Lacan, o Real continua sendo como uma expressão inconsciente, assim como era para Freud, com a observação para apresentar uma realidade fenomênica que é imanente à representação e impossível de simbolizar. Para isso, Lacan, de acordo com os autores, se apropria do conceito de heterologia, desenvolvido por George Bataille, ao explicar aquilo que seria real. A partir de leituras freudianas acerca de surgimento de sociedades e religiões, para Bataille, há dois polos estruturais, sendo um que se apresenta produtivo e útil à sociedade, o homogêneo; e outro que é impossível a simbolização, composto por uma parcela maldita, o heterogêneo. O pensamento dele originou o ensaio, mesmo que inacabado, *A estrutura psicológica do fascismo*, editado em 1933. A heterologia seria, portanto, o estudo daquilo que é denegado das formas que não

pertenceriam ao universo da linguagem e que se encontram no limbo dos modos de simbolização, daquilo que seria *improdutivo* e que foge à norma: loucura, demência, delinquência, por exemplo. Além disso, Lacan se apropriou também do conceito de ciência de real da filosofia, para compreender que o Real não estaria a par da percepção. Dessa forma que “Foi combinando a ciência do real, a heterologia e a noção freudiana de realidade psíquica que Lacan construiu sua categoria de real” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.645). Esse desenvolvimento foi muito próspero para os estudos das psicoses propostos por Lacan ao sugerir que o processo de simbolização pela castração torna-se impossível ocasionando a forclusão, um mecanismo de rejeição ao significante para fora do universo simbólico do sujeito.

O outro campo corresponde ao Imaginário, que segundo Dias (2006), oferece consistência à estrutura dos anéis. “O imaginário dá consistência aos elos do nó, e a consistência dos elos só se suporta pelo real do nó.” (DIAS, 2006, p.93), isso fundamenta a primazia do Real, do Inconsciente na formação psíquica e a oferece a concretude do imaginário enquanto um discurso visível enquanto uma qualidade sensível. A origem de imaginário corresponde ao conceito de imagem, que deriva do latim *imago*. No campo da filosofia, o imaginário está envolvido com a capacidade de imaginação; a capacidade de representação de signos pelo pensamento, independentemente se essa qualidade esteja a par com a realidade ou não.

Na leitura lacaniana, o imaginário é o lugar do *eu*, a formação da identidade a partir das imagens construídas inconscientemente pelo sujeito enquanto experiências de clivagens, isto é, pelas interseções da linguagem e atuação fálica, o que não excluem as representações alienantes e de engodo, mesmo com a possibilidade de clivagem do sujeito. Em seus estudos sobre a teoria dos espelhos, Lacan já apontava para a noção do próprio sujeito quando a criança desenvolvia sua imagem em comunhão com a imagem da mãe.

Para finalizar, há o campo do simbólico, uma elaboração conceitual elaborada com diálogo com a antropologia estrutural. O campo simbólico é compreendido pela relação existente do sujeito com a linguagem, isso quer dizer que o sujeito é interpelado pela formação discursiva a que está envolvido, desenvolvendo significados e significantes (conscientes e inconscientes) à própria revelia. Nas representações de linguagens pensadas por Lacan estão, por exemplo, os elementos da cultura, ao que se podem incluir as manifestações e discursos religiosos, míticas, crenças e também os rituais. A formação do campo simbólico foi dada pela apropriação que Lacan fez da obra *Estruturas*

*elementares de parentesco*, de Claude Levi-Strauss. Nessa intenção, o psicanalista não mais creditou a formação do patriarcado pensado por Freud (2013) na obra *Totem e tabu*<sup>29</sup>, enfraquecendo uma ordem evolucionista, mas tendenciando por uma questão da formação estrutural.

Nas relações que são estabelecidas entre os campos é que se edificam as estruturas psíquicas que são formadas, estabelecendo ligações entre todos os elos na formação das estruturas e desenvolvendo movimentos de *ex-sistência*, ou seja, esse termo refere-se à incidência dos elos pelas passagens que surgem pelas ligações, é onde o sintoma se manifesta; por isso que, na visão de Lacan, as interferências entre os elos ocasionam as marcas que formarão a significação das estruturas. Os buracos que são feitos entre as ligações dos elos dos campos apresentam o objeto *a*, escrito com letra minúscula, um objeto inalcançável que se localiza na intenção dos desejos dos três campos. No pensamento de Quinet (2012), é esse objeto que se aloja “no âmago do Outro do amor no qual se transformou o seu próprio, seu semelhante, o pequeno outro, seu amor” (QUINET, 2012, p.32). Por isso que Quinet afirma que o objeto *a* é aquilo que perseguimos a vida inteira que, nem sequer poderemos nos realizar, pois nos ofereceria uma suposta satisfação sem igual. Para o autor, o objeto *a* não pode ser representado porque não pertence ao campo do simbólico como uma representação e não trazido pela materialidade porque não pertencem ao campo do imaginário. É também o objeto *a* que representa outro conceito lacaniano *mais-de-gozar*, um empréstimo que Lacan fez à noção marxista de *mais-valia* e que remete ao gozo excedente, com sendo uma possibilidade de gozo para além da entrada do sujeito no discurso. Esse conceito será abordado com mais ênfase no decorrer da pesquisa por ser reconhecido como sendo um dos valores marcantes dos

---

<sup>29</sup> “Totem e o tabu” foi escrito em 1913 por Freud na tentativa de explicar como seriam as formações sociais a partir do patriarcado, nessa obra, o pai psicanálise estabelece um diálogo mais intenso com as noções da antropologia, uma área muito quista por Lacan. Nessa empreitada, Freud considera uma sociedade primitiva em que havia um patriarca que desposava de todas as mulheres (incluindo as filhas) e impedia que os filhos do sexo masculino pudessem ter qualquer relação com as mulheres, sendo para eles tirano e irredutível. Os filhos ao perceberem relação assimétrica, eles têm a ideia de matar o pai com a intenção de usufruírem nem nome da libertação e uma vida regada de gozos e prazeres. Além disso, após a morte do pai, os filhos se alimentam da carne do pai com a intenção de, a partir do corpo dele, obterem força e virilidade. Com essa nova realidade, houve a descoberta de que a coletividade seria forte para o enfrentamento de forças tiranias. Além disso, os filhos poderiam desposar das mulheres (incluindo filhas e mães). Todavia, a morte do pai e a possibilidade de desposar dessas mulheres geraram um sentimento de culpa, por que, embora o pai fosse uma figura tirânica e intransigente, era ele quem oferecia ao grupo proteção, sustento e segurança. O desenvolvimento da culpa torna-se um motivo para a estruturação da ordem pelas leis, dessa forma, a lei seria uma forma de organização social que mantém de forma simbólica a representação do pai morto como se ainda estivesse vivo vigiando e acompanhando a rotina de um grupo. A formação do totem é justamente o movimento de elaborar aquilo que não soube ser simbolizado, o que ocasiona a estruturação dos tabus dentro de determinadas sociedades.

discursos e práticas perversas. A perseguição aos valores comunistas, socialistas e demais interferências de cunho de esquerda não deixam de ser esse objeto *a*, uma vez que a busca pelo gozo pode ser também o sabor da destruição, como aconteceu no processo de Dilma Rousseff. Todavia, esse desejo pode ser perverso à medida que não reconhece a condição do outro e desestrutura o espaço político de discussão.

Retornando às ligações que são feitas pelos elos unidos, dessa forma, o objeto *a* é inconsciente e se encontra no campo do real. Assim, a articulação desses campos promove: o sentido, o gozo fálico e o gozo do Outro. A passagem que o imaginário faz no simbólico, com a ex-sistência do real, é o que edifica o sentido. Na visão de Lacan, o corpo é o apoio de exterioridade do imaginário e suporte do sentido. Sendo o real o campo não que é atravessado pela linguagem, é o sentido que apresenta a relação mais próxima com a realidade, é o que permite a composição de “objetos da realidade, o consenso compartilhado, o acordo garantido pela palavra, a ideologia; o gozo fica excluído dele” (BRAUNSTEIN, 2007, p. 106). O sentido faz correspondência à inibição que, dentro de um modo comum, inibição seria uma limitação de algum tipo de atividade que pode ser emocional ou fisiológica que, no entendimento de Freud, essa ideia não é abandonada, mas torna-se a inibição como uma limitação normal do eu, ou seja, da composição de estruturação da identidade do sujeito.

Já o gozo fálico encontra-se na intersecção entre o campo real e simbólico e a existência do imaginário. Como apontou Lacan (1974-1975), é a ex-sistência que atua no imaginário, todavia, não é o imaginário que goza, há, assim, o não-gozo. Essa categoria de gozo encontra-se a par das possibilidades de gozo que ex-sistem pela castração do sujeito. Sob o pensamento de Dias (2006):

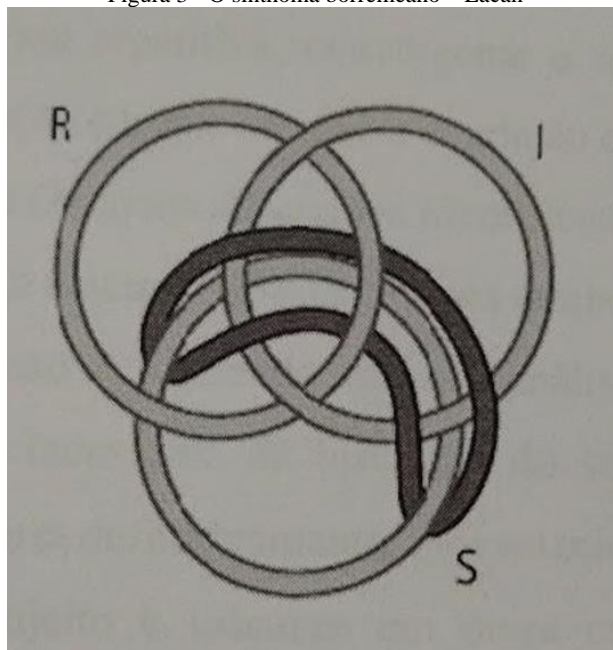
É no que o gozo fálico ex-siste ao imaginário que está o acento próprio do real. Lacan inscreve o gozo fálico, gozo que interessa ao Outro do significante, como balança ao que é do sentido. É no que há uma ligação da castração com o interdito do incesto que podemos dizer que não há relação sexual. A interdição do incesto é estrutural porque consiste no buraco do simbólico, buraco onde se aloja o Nome do Pai, onde se dá o sentido (DIAS, 2006, p. 95).

Na concepção de Freud, esse seria o sintoma, que pode estar ou não ligado à inibição, podendo ser interpretado como o substituto de uma satisfação pulsional que não foi elaborada como chistes, sonhos ou atos falhos, por exemplo; é uma representação daquilo que foi recalçado e as instâncias recaladoras. E, finalmente, há o gozo do Outro, compreendendo Outro como um fantasma, uma entidade que não existe na ordem do simbólico, não pertence ao universo da linguagem, mas ex-siste dentro desse campo pela

ligação entre o real e o imaginário. Essa manifestação de gozo submete o sujeito à condição de obediência, entretanto, não é sujeito que usufrui desse gozo, mas o grande Outro que se manifesta nessa na intenção desse gozo pelo corpo no campo do simbólico. Nessa ocasião é que surgem as angústias, uma relação fenomenológica que oferece o confronto do sujeito pela “‘falta da falta’, ou seja, com uma alteridade onipotente (pesado, duplo alienante, estranheza inquietante) que o invade a ponto de destruir nele qualquer faculdade de desejar” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.383).

No seminário *O sinthoma*, Lacan (2007) apresenta outra contribuição importante para a psicanálise que é a formação de um outro elo estruturante que está interligado, mas sem a necessidade de corte como havia nas relações entre os demais campos; por isso a denominação como sendo *sinthoma*, com o *th* para diferenciar-se da escrita convencional que apresenta o termo como um mal-estar. “O quarto elo foi chamado por Lacan de Sinthoma ( $\Sigma$ ) e seria equivalente à realidade psíquica, ao complexo de Édipo ou ao ego de Joyce<sup>30</sup>, produto de seu fazer-se um nome pela publicação de sua escrita” (AFFONSO, 2016, p.54). O *sinthoma* seria o lapso dos nós atados que corrige a relação entre os demais elos para que não se soltem.

Figura 3 - O sinthoma borremeano – Lacan



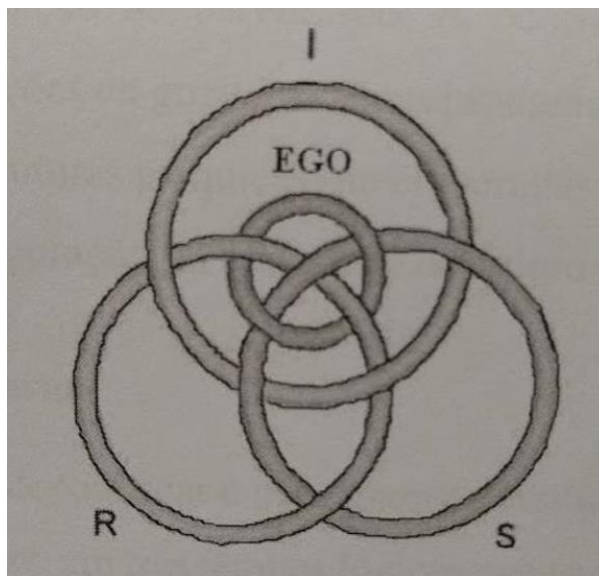
Fonte: AFFONSO (2016, p.54).

<sup>30</sup> Nesse seminário, Lacan presta homenagem ao escritor James Joyce, uma vez que o psicanalista foi um grande admirador das obras literárias do escritor que construiu narrativas fragmentadas sob a égide de enigmas que seriam indecifráveis



Em outra representação, o quarto elo pode ser representado como o elo que força a manutenção dos demais elos.

Figura 4 - O ego que corrige



Fonte: AFFONSO (2016, p.55)

O *sinthoma* não se constitui como um símbolo e também não como uma formação do inconsciente, muito diferente do sintoma que entra na seara da fantasia que o sujeito constrói sobre o objeto de desejo, o objeto *a*. As marcas deixadas pelo sintoma é o que proporciona a formação do Inconsciente. Assim, o sintoma seria o motivo da angústia do sujeito dentro de um processo clínico; já o *sinthoma*, Lacan prioriza justamente o oposto: o gozo, aquilo que é imutável, o campo do real, uma estruturação que envolve, além da castração proporcionada pelo sintoma, o gozo que promove a fantasia e que sempre se repete.

Essa inscrição do objeto sob vários significantes é o que elucidada para a formação do *sinthoma* enquanto uma forma repetitiva, convergente e redução desse objeto no discurso do sujeito; e essa formação é o que oferece a condição de gozo. Por esse motivo que Miller (2015) escreve a obra *Os ossos da análise* identificando não apenas a relação que é estabelecida de mal-estar no discurso do sujeito, mas também, as representações de gozo, uma investigação a fundo não se limitando apenas à análise do visível.

Mesmo com recorrência incessante de inscrição do *sinthoma* no discurso do sujeito, essa condição não se encerra definitivamente, mas estaciona em algum estágio de desenvolvimento psíquico do sujeito e ressurgem em outra condição sintomática de representação. O gozo sem a inscrição da letra surge um novo conceito lacaniano, o

*nome-do-pai*, percebendo a presença do pai na formação psíquica do sujeito, não apenas da atuação fálica. O *nome-do-pai* é a angústia necessária para a percepção da realidade, pois é o pai quem dá o nome e, assim, encarna a lei, por isso, o primado da linguagem na organização social. Com essa perspectiva, Lacan reorganiza o complexo do Édipo, deslocando a condição patriarcal e matriarcal desenvolvida por Freud sobre essa fantasia e acreditando mais na função de parentesco. A ocorrência do *nome-do-pai*, assim, interromperia as manifestações de gozo que são reproduzidas no discurso do sujeito. Com essas considerações, as estruturas psíquicas são elaboradas (neuroses, perversão, psicose), segundo uma nova reconfiguração do complexo do Édipo proposta por Lacan

Com a intenção de decodificar o pensamento freudiano sobre essa fantasia, Lacan oferece o complexo de Édipo em três tempos lógicos que se apresenta de modo estrutural. No pensamento de Bleichmar (1984), a formação do Édipo em Lacan é compreendida como uma “descrição de uma estrutura e dos efeitos de representação que essa estrutura produz nos que a integram” (BLEICHMAR, 1984, p.20). O autor codifica essa fantasia como sendo estrutural porque é constituída sobre quatro condições:

- 1) É uma organização caracterizada por posições ou lugares vagos. Para explicar, Bleichmar acredita que seria como uma peça de teatro em que os atores que interpretam a peça não são os personagens, mas apresentam força de representação. Outra metáfora que o autor utiliza é do teatro grego em que, independente da peça, os personagens são encenados por três atores, fazendo analogia ao pai, à criança e à mãe.
- 2) Há uma relação de correspondência que Lacan observa e desenvolve a partir de uma função matemática, sendo que uma variável “y” é função de uma outra variável “x”. Na matemática, “x” seria uma variável independente e “y” seria uma variável dependente. Todavia, no Édipo lacaniano não há nada que seja alguma variável independente, os personagens do teatro estão interligados
- 3) O terceiro motivo apresentado por Bleichmar é de grau de parentesco identificado na formação social a partir das colocações de Lévi-Strauss em que “as estruturas elementares do parentesco como codificação de alianças que resultam do intercâmbio de mulheres. As mulheres são trocadas entre os homens, circulam entre eles” (BLEICHMAR, 1984, p. 19).
- 4) Na esteira do pensamento supracitado, o autor considera essa circulação a partir do lugar que os personagens da trama ocupam a partir de um significante

que, no caso, é o falo. Assim, o personagem não seria o falo, mas pelo lugar que ocupa enquanto ao vazio provocado pela ausência do falo como sendo uma representação da fantasia e do desejo.

Assim como Freud, em que a concretização do complexo acontece pela percepção do falo na sexualidade de pessoas de ambos os sexos, Lacan também acredita que o conceito de circulação, idealizado por Bleichmar, se realiza pela presença e disseminação da presença do falo. Isso explica de forma elucidante a interpretação da fantasia que a criança realiza ao conceber, antes da castração a mãe como figura fálica, a angústia de perceber a ausência do falo na mãe nos processos de castração simbólica. A idealização do complexo de Édipo por Lacan (1999) é conjugado em três momentos distintos.

O primeiro momento consiste nos primeiros anos de vida da criança em que ela é identificada ao objeto de desejo da mãe. Nessa fase, a criança reconhece na mãe a lei para ser assujeitada, assim, ela também percebe na mãe uma fonte para a satisfação do seu próprio gozo. Nesse momento não há a simbolização da mãe ou qualquer movimento que possa interromper a relação de gozo. É também nesse estágio que a criança reconhece a mãe como o grande Outro, ou seja, a figura fantasmática a quem o sujeito (no caso, a criança) se coloca na posição de submissão de tal forma que esse comportamento promove o próprio gozo.

No segundo tempo lógico, o complexo de Édipo corresponde à simbolização. Tendo como base a brincadeira infantil<sup>31</sup>, realizada entre a criança e a mãe que foi estudada por Freud no livro *Além do princípio de prazer*. Para Lacan, esse procedimento apresenta à criança o universo da simbolização pela linguagem, ocorrendo, assim, a simbolização da mãe pelo surgimento do significante pelo processo da linguagem.

A percepção dessa outra fase não é realizada de modo natural, há a necessidade de um novo elemento que ofereça a condição de afastamento da relação entre a mãe e a criança de gozo e uma forma de cortar também a relação da criança como objeto para a mãe. Nessa seara que surge a simbolização do pai pelo discurso da mãe: o *nome-do-Pai*, oferecendo uma leitura pela criança da possibilidade de castração. Nesse momento, a criança que reconhecia a mãe como um grande Outro absoluto, agora dentro dessa relação de prazer é barrada e se inicia a castração simbólica pelo Outro barrado:

---

<sup>31</sup> Na Alemanha, essa brincadeira é identificada pelo nome *Fort-da* e consiste no aparecimento e surgimento do carretel que a criança arremessa, assim, para Lacan o carretel seria a representação materna que pode aparecer ou desaparecer.

O Nome-do-Pai é o pai enquanto função simbólica, o pai simbólico que vem metaforizar o lugar de ausência da mãe – é o significante que faz a mãe ser simbolizada. A função significante do Nome-do-Pai inscreve no Outro, função que até então era, para a criança, ocupada inteiramente pela mãe. Se no primeiro tempo lógico do Édipo o Outro é a mãe, o Nome-do-Pai é o que vem barrar o Outro onipotente e absoluto, inaugurando a entrada da criança na ordem simbólica. A criança não é mais submetida a um Outro do pacto da fala. Trata-se, nesse segundo tempo, do Édipo da castração simbólica. A intenção do Nome-do-Pai no Outro faz com que a identificação da criança com o falo da mãe seja destruída, ou, pelo menos, recalcada (QUINET, 2015, p. 41).

Já o terceiro e último tempo lógico do Édipo para Lacan encontra-se no final da adolescência e começo da fase adulta quando, após o momento de latência formado na infância à adolescência, finaliza procedimento. Nesse momento, há no sujeito o reconhecimento da sua sexualidade pelo falo, identificando o pai como o ideal de eu e suporte para a organização simbólica a partir da condição fálica. É na conclusão dessa etapa que se consolida a estrutura do psiquismo pela inauguração da cadeia de significantes no Inconsciente, organizando a ordem simbólica de representações e o desenvolvimento das sexualidades.

### 5.1 Estruturas e psiquismo

Nesse momento da pesquisa é importante pontuar que a formação da estrutura psíquica não acontece de modo natural, previsível ou direto. Dör (1991) aponta a formação estrutural para o autor não é mero modo de relação com objetos, registros ou habituais descrições, mas sim enquanto uma dinâmica estrutural, ou seja, a possibilidade de construções afetivas que se encontram no campo do Inconsciente e a necessidade de ligações com os prazeres e gozos que são realizados enquanto fantasias do sujeito:

Para todo sujeito, a estruturação de uma organização psíquica atualiza-se sob a égide dos amores edipianos, isto é, no desenvolvimento efervescente da relação que o sujeito mantém na função fálica. Se essa relação é vetora de ordem na medida em que indutora de uma organização, também é, por essa mesma razão, fator de desordem já que a estruturação psíquica apresenta essa particularidade essencial de ser irreversivelmente determinada (DÖR, 1991, p. 56).

Assim, de modo resumido sobre os pensamentos apresentados até o momento, a estrutura psíquica acontece enquanto dinâmicas que são mediadas a partir do falo, cuja a castração simbólica elabora o desenvolvimento do psiquismo do sujeito pelo corte advindo da atuação do nome-do-pai, desenvolvendo representações entre os campos simbólico, imaginário e real pela fantasia e desejos que são desenvolvidos

inconscientemente pelo sujeito. Por isso que a construção das estruturas psíquicas é, segundo Lacan, as possíveis saídas para a realização do complexo de Édipo. Mesmo não sendo um termo recorrente na abordagem de Freud ao psiquismo, há fortes indícios do uso de estruturas, mesmo que seja de uma forma muito elementar como nos estudos da neurose obsessiva na obra *Homem dos Ratos*, escrito entre os anos de 1893 a 1895:

Ainda não consegui até agora, penetrar e elucidar por completo a complicadíssima estrutura de um caso grave de neurose obsessiva. Por outro lado, não me sentiria em condições de tornar clara para o leitor, pela exposição de uma psicanálise, através dos extratos superpostos que o tratamento percorre essa estrutura reconhecida ou pressentida pela análise. São as resistências dos doentes e os modos como eles se exprimem que tornam essa tarefa tão penosa (FREUD apud SANDALA; MARTINHO, 2011, p.244).

Em outros estudos, as autoras apresentaram mais considerações acerca da presença do termo estrutura nas contribuições de Freud, como no texto *A psicoterapia da histeria*:

A histeria traumática monossintomática é por assim dizer um organismo elementar, um ser unicelular, por comparação com a complexa estrutura de uma neurose histérica relativamente grave (...) O material psíquico de uma histeria assim se apresenta como uma estrutura em várias dimensões, que é estratificada em pelo menos três formas diferentes (FREUD apud SANDALA; MARTINHO, 2011, p. 244).

Lacan já havia dito que Freud possivelmente teria sido um dos primeiros estruturalistas, mesmo sem ter a ciência desse fato. Birman (1991) também considera que “nos seus enunciados o discurso freudiano não é um discurso estruturalista, mas as suas enunciações podem permitir a interpretação de sua racionalidade pela leitura estrutural” (BIRMAN, 1991, p.28). Logicamente, como apresentado anteriormente, a formação estrutural não acontece de forma previsível ou natural, a relação é estabelecida pela linguagem como sendo um elemento simbólico em interface ao próprio sujeito e aos demais elementos envolvidos na trama, o que inclui os movimentos que são realizados no complexo do Édipo. Assim, as saídas para o complexo de Édipo são três: as neuroses (histérica e obsessiva), psicose e perversão. Por não ser o objeto de estudo dessa pesquisa, as estruturas neuróticas e psicóticas serão abordadas de modo mais resumido.

Foi pelo estudo das neuroses que Freud desenvolveu a epistemologia da psicanálise ao analisar e acompanhar mulheres que, num primeiro momento, a partir do final do século XIX, seriam consideradas como doentes mentais, as chamadas *doentes dos nervos*, mas, que eram acometidas pelos sintomas mais severos da neurose histérica

ou por qualquer outra psicopatologia. Como nas próprias palavras de Freud, “a teoria das neuroses já é a própria psicanálise” (FREUD, 2014, p. 502). O princípio do desenvolvimento neurótico é dado a partir da ausência do objeto de desejo e os procedimentos de recalque em que os sujeitos são atores. Com isso, os recalques enfrentados pelo sujeito são modos discursivos da relação entre o desejo e os afetos que são desenvolvidos nas relações simbólicas e inconscientes estruturadas. No caso das neuroses, como há a interdição ao gozo, essa relação traz no campo do simbólico as marcas na formação do corpo e da identidade atravessadas pela castração simbólica que origina o recalque e os sintomas.

A neurose seria a base da necessidade de estabelecer os primeiros contatos com outro, a intenção de sair da condição narcísica e enfrentar as linguagens que compõem o mundo, o que também ocasiona aquilo que Freud denominou o mal-estar da civilização, a quase obrigação da necessidade de conviver com o outro. A neurose pode ser compreendida como a abertura da perversão quando sujeitos castrados procuram objetos de gozo. O desejo do *impeachment* foi orquestrado pela camada da sociedade que se sentiu desprovida de gozos. As camadas que conseguiram avanços econômicos tiveram que conviver com o mal-estar de compartilhar os avanços com outros estratos sociais, por isso, a necessidade de articulação das paixões no espaço social que culminaram na destruição do espaço político e da ausência de diálogos.

A estrutura neurótica, a partir do recalque, é constituída pelo trauma advindo de uma fantasia que não foi realizada, cabendo ao sujeito a representação dessa experiência enquanto formação do inconsciente. Na neurose, o ego reprime o id sob as exigências do superego, ou seja, há o movimento de seguir o Outro, sendo o Outro uma fantasia presente na estrutura maior de simbolização do desejo. As neuroses podem ser identificadas em duas representações: histerias e obsessões. Ambas são mediadas pela angústia da castração, todavia, o que diferencia é em relação à fantasia; enquanto no histérico há a evidência trágica da castração pela simbologia do falo e a conseqüente angústia para isso, a neurose obsessiva caracteriza-se pelo sintoma de prevenção à castração e a angústia que seria promovida; por isso, a qualidade de compulsão e obsessão aos objetos de desejos tão presentes de modo renitente. São nas neuroses que se desenvolvem também o sentimento de culpa que, no campo do simbólico, devido às marcas deixadas no corpo, é expresso pela culpa do gozo; como se o sujeito neurótico inconscientemente não se reconhecesse como digno da possibilidade de gozo. Assim:

(...) a psicanálise explica a culpa como os sentimentos resultantes também do conflito psíquico, pois o sujeito sente que, pelo fato de ter determinadas tendências reprováveis, já as cometeu e, portanto merece castigo. No inconsciente, os desejos são realidades: se tenho ódio de meu irmão, já o matei; se desejo sexualmente a minha irmã, já a possuí. Aí não existe o tempo nem o espaço, estamos no reino da “realização do desejo” (QUILES, 1986, p. 18).

Os sintomas das neuroses os medos, inibições e a área inibida (exposição pública, sexo, contato com doença, maternidade, entre outros), por exemplo, apresentam significados sexuais ou agressivos ao sujeito, assim, esses sintomas estão envolvidos com alguma pulsão reprimida que foi originada no conflito psíquico e uma possibilidade de saída para evitar a angústia simbólica da castração. A angústia torna-se um processo marcadamente visto na formação da neurose pela castração do gozo do sujeito. Na iminência dessa possibilidade que a neurose se caracteriza pela manutenção da angústia pelo medo da castração, ou seja, além de ser uma qualidade da angústia, a neurose seria também um mecanismo de defesa do sujeito para a manutenção da vida, uma vez que esse se encontra desprotegido por essa dinâmica, seria uma economia de gozos. Pela ausência do pai da horda, o neurótico tem pela fantasia que foi desenvolvida o desejo de ser simbolizado pela presença e afeto desenvolvido pelo falo. Mesmo sendo a característica primordial para o desenvolvimento da civilidade e dos signos da cultura, isso não quer dizer que a neurose não seja considerada uma representação patológica. Nesse caso, a patologização da neurose é encontrada na persistência da permanência dos sintomas, em que, mesmo com a angústia provocada, há também o prazer para a perpetuação dessa ordem. Como apresenta Freud:

(...) o sintoma é sustentado pelo Eu, pois tem um lado que oferece satisfação à tendência repressora desse Eu. Além disso, a resolução do conflito por meio da formação do sintoma é o resultado mais cômodo e mais conveniente para o princípio do prazer; sem dúvida, ele poupa o Eu de um grande trabalho interior, sentido como penoso (FREUD, 2014, p. 506).

Para além da psicanálise como uma prática clínica, a neurose é o que estrutura também as formas de sociabilidades e as práticas e discursos da cultura como saídas neuróticas para a manutenção da ética e dos valores vigentes. Como apresentado por Freud (2014), na obra *Totem e tabu*, a angústia gerada pela morte do condutor da horda também gera sofrimento neurótico por não haver o sujeito que será o fomento da cultura. Por isso a consideração freudiana de afirmar que a cultura é castradora, uma vez que posiciona o sujeito em um universo previamente estruturado e oferece os discursos igualmente previamente construídos para que a ordem seja mantida por códigos estruturados segundo determinados valores morais. A cultura não é obrigatoriamente um

campo de ausência de liberdades, há constantemente a ressignificação de valores; todavia, sempre haverá discursos e propostas que serão marmorizadas, isso não quer dizer que sejam perpétuas. No compasso desse pensamento, a necessidade de manutenção das práticas culturais torna-se sintoma para a preservação das neuroses como discursos estruturantes da ética e da moral de um determinado grupo, bem como determinados valores. A necessidade da preservação de atos ritualísticos e a manutenção de posturas e signos culturais podem ser reconhecidos como práticas neuróticas, uma vez que essas práticas mantêm a qualidade da ordem ética e afastam quaisquer elementos que possam representar o medo. No campo das neuroses, o medo representa a angústia da castração, assim, as estratégias desenvolvidas consciente e inconscientemente reservam-se à economia dos gozos para a preservação do prazer e afastamento do medo. Desse modo que as estruturas neuróticas também podem ser consideradas como patológicas quando operam no sentido de perpetuar significações para evitar angústias.

Uma outra saída estruturante para o complexo de Édipo são as psicoses. Assim como as neuroses foram muito apreciadas por Freud, as psicoses foram objetos de estudos muito analisados por Lacan. Primeiramente, é importante considerar as distinções existentes entre as neuroses e psicoses. Como as primeiras incidências de investigações das neuroses pela psicanálise os sujeitos eram compreendidos como “doentes dos nervos”, as psicoses, dentro do censo comum, traziam o ranço da discriminação por patologias mentais, os chamados *doentes mentais, loucos e malucos*. Todavia, a interpretação oferecida pela psicanálise sobre as psicoses não perpassa uma condição organogenéticas, mas uma possibilidade de saída estruturante do psiquismo que está envolvida com a ruptura entre o ego e a realidade que deixa o “ego sob o domínio do id; num segundo momento, o do delírio, o ego reconstruiria uma nova realidade de acordo com os desejos do id” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1992, pp.392-393). Pelas palavras de Freud, “a neurose é o resultado de um conflito entre o Eu e seu Isso, ao que a psicose é o resultado análogo de uma perturbação semelhante entre o Eu e o mundo exterior” (FREUD, 2016, pp. 271-272). Enquanto os sujeitos neuróticos têm de lidar com o recalque em um constante conflito como os sintomas advindos pela castração, os sujeitos psicóticos desenvolvem a particularidade de um universo particularizado, dotado de uma linguagem própria, como exemplos das psicoses: as esquizofrenias, autismos e amências. Ainda de acordo com Freud, a necessidade de estabelecer afeto com o Isso, o objeto de desejo, é o que distingue a psicose da neurose. Para ele, um dos procedimentos que as duas estruturas são os dois passos que a psicose apresenta em destaque à neurose:



Primeiramente que “arrancaria de vez o Eu da realidade, enquanto procuraria reparar o prejuízo e restabelecer a relação com a realidade às custas do Isso” (FREUD, 2016, p.281). Em ambas as estruturas neuróticas são elaboradas pela realização da castração e estratégias que visam tornar essas passagens menos agressivas, estabelecendo outras realidades que são tidas pelo desejo; como apresenta Freud (2016), a construção de novas realidades que são franqueadas pela ocorrência de um mundo de fantasias. Na estrutura psicótica, há também a reformulação da realidade, todavia:

A reelaboração da realidade na psicose ocorre nos sedimentos psíquicos dos vínculos até então mantido com ela, isto é, nos traços mnêmicos, representações e julgamentos que dela se obteve até então, e através dos quais ela é representada na vida psíquica. Esse vínculo, no entanto, nunca se completou; ele foi continuamente enriquecido e alterado por novas percepções. Com isso, também se coloca para a psicose a tarefa de procurar para si as percepções que corresponderiam à nova realidade, o que é alcançado fundamentalmente pela via da alucinação (FREUD, 2016, p. 282).

No processo da castração simbólica, inconscientemente, o sujeito não identifica o processo da castração, há um bloqueio no reconhecimento e percepção desse processo, ou seja, o sujeito percebe que não houve a castração, há a alucinação dos desejos. Por isso, o termo forclusão ou foraclusão, termo designado por Lacan a partir do conceito de *Verwerfung*, elaborado por Freud, para registrar a psicose como uma das saídas ao complexo de Édipo. Assim como todas as estruturas psíquicas não há previsão ou objetivação para a formação, com a psicose não seria diferente, sendo que essa é estruturada pelo impedimento, “a não realização de algum daqueles eternamente indomáveis desejos da infância, enraizados profundamente em nossa organização filogeneticamente determinada. Esse impedimento é sempre, em última análise, exterior” (FREUD, 2016, p.274).

## 6- A condição estruturante perversa

Por ser o objeto de estudo dessa pesquisa, há a intenção de deixar a perversão por última pela vontade de se debruçar sobre ela em seus vários aspectos. Pelo aparato desenvolvido anteriormente, podemos notar que as representações das perversões se alteraram ao longo dos anos por questões históricas e culturais reinventando conceitos, diagnósticos, comportamentos e, principalmente, a relação com os objetos de desejo e as ofertas de prazer; por isso, arcar com apenas uma definição para a perversão é algo insatisfatório e desnecessário. Reconhecer traços perversos é fazer leituras contextuais e perceber os mecanismos de articulação de falas e conceitos. A exemplo, a flagelação do corpo poderia ser considerada louvável e depurativa para o corpo e alma no medievo, sob outro aspecto, as homossexualidades que já foram consideradas comportamentos perversos, atualmente não mais se encontram como desvios mentais, assim como as transexualidades. Como apresentado por Roudinesco (2008), alguns comportamentos e atitudes perdem a qualidade perversa, uma vez que são incorporados pelos discursos sociais em circulação, como é o caso de adestramento de animais selvagens e o uso de animais em experiências laboratoriais e científicas, além da proliferação de mecanismos de vigilâncias e controles sociais, ainda mais aqueles que são praticados, explorados, fomentados e veiculados pelos discursos midiáticos em *reality show* e a usurpação e exposição da vida alheia. Essas mudanças ocorrem porque existe algum código moral que estrutura discursos culturais que fortalecem e desenvolvem essas possíveis mudanças. Nessa intenção, o discurso torna-se uma estratégia que legitima as práticas culturais naturalizando-as em esquemas de normalidade e naturalidade.

É importante salutar que existem alguns pontos diferentes entre perversões e perversidades, mesmo que em alguns momentos parecem ser semelhantes. Por algum tempo, principalmente até o reconhecimento da perversão como uma estrutura psíquica, perversões e perversidades poderiam ser consideradas como sinônimos, mas apresentam distinções, principalmente com o advento da psicanálise. Mesmo apresentando a mesma origem etimológica, perversidade é considerada o comportamento cruel e repugnante de um sujeito; a perversidade está relacionada à maldade dos atos. Já a perversão refere à estrutura psíquica que se articula pela relação de desejo e fantasia que foram edificados ainda na infância, o que não remete obrigatoriamente à perversidade do sujeito. Pereda (1996) traça que, além da perversão como estrutura, há também a dimensão patogênica da perversão. Como ela mesma apresenta, o efeito estrutural lida com o trabalho de recusa

sobre a atuação fálica em que “a criança apreende a realidade através da recusa da ausência do outro (recusa da morte) e da ausência do pênis materno (castração)” (PEREDA, 1996, p. 540), ou seja, a recusa organiza, segundo a autora, a subjetividade do sujeito em renegar a morte e castração em um contexto indefensável, o que causaria uma obstrução para o recalque do sujeito. A contribuição de Pereda é sobre a patologia da recusa. Para ela, essa referência é estabelecida para além da recusa e se instaura pela persistência da renegação e a dificuldade de simbolização desse processo. Essa medida é o que surge como estratégia de adoção de fetiches para amenizar a castração e pode ser frutífera para pensarmos como foram elaboradas as montagens para a produção de cenários que culminaram em movimentos perversos para o *impeachment*.

Com esse pensamento, é importante deferir a topografia, ou seja, o comportamento dos sujeitos das relações estruturantes do psiquismo (que envolvem a fantasia e o desejo), da necessidade de perpetuação da renegação fálica que desencadeia possibilidades de surgimento de patologias. O desenvolvimento de ações patológicas será aprimorado em outro momento da pesquisa quando, por exemplo, o valor estético dos discursos midiáticos fomentarem os circuitos de perversões como sendo sintomas de representações.

Como uma condição estrutural do psiquismo, as perversões foram identificadas por Lacan no seminário *A relação com o objeto*, escrito entre os anos de 1956 e 1957. Nessa obra, Lacan se debruça para apresentar a adoção do fetiche como um objeto que serviria de proteção contra a angústia da castração, sendo compreendido como uma possibilidade de amenizar o trauma. Dentro do esquema fetichista, os objetos elencados seriam “construções que organizam ou articulam a vivência da castração, confirmando desta forma a necessidade de encará-los como significantes portadores de resíduos de imagens da mãe fálica, que ordem a estrutura subjetiva desse tipo de perversão” (PEIXOTO JUNIOR, 1999, p.167).

Na perversão, a castração, inconscientemente, não é reconhecida pelo sujeito; há uma relação de renegação pelo processo ao perceber na figura materna a ausência do falo, sendo que esse era compreendido como sendo o falo imaginário na mãe. A questão que edifica a perversão fetichista é que o objeto não substituiria qualquer tipo de ausência fálica, mas sim, como forma de compensação da falta do falo materno. Como apresenta Safatle (2010, p. 81), apoiado em Freud, “(...) a criança recusa-se a tomar conhecimento da percepção de que a mulher não tem pênis porque, através do raciocínio transitivo, conclui que, se a mulher é castrada, então há uma ameaça a respeito da integridade

narcísica de seu corpo libidinal”. Há de se fazer uma observação que a adoção do fetiche não se registra apenas na estruturação da perversão, mas é algo pertinente também nas neuroses como se o objeto de elencado à qualidade de fetiche fosse interpretado como sendo um significante de proteção à castração. O fetiche entraria como uma forma de *empréstimo*, como apresentou Freud no texto *Glanz auf der Nase*<sup>32</sup>, Brilho no nariz, traduzido para o português, que integra a obra *Fetische*, lançada em 1927. No texto, Freud apresenta a experiência de um relato de um homem que apresentava comportamentos fetichistas por desenvolver atração sexual apenas por mulheres que apresentassem *brilho no nariz*, uma espécie de luminescência no nariz. O desejo por mulheres que apresentam esse predicado faz como que elas se tornem atraentes pelo crivo do sujeito enquanto um objeto camuflado frente ao desejo do sujeito. Na compreensão de Freud:

(...) o fetichista sente desfrutar de ainda outra vantagem de seu substituto de um órgão genital. O significado do fetiche não é conhecido por outras pessoas, de modo que não é retirado do fetichista; é facilmente acessível e pode prontamente conseguir a satisfação sexual ligada a ele. Aquilo pelo qual os outros homens têm de implorar e se esforçar pode ser tido pelo fetichista sem qualquer dificuldade (FREUD, 1976, p. 152).

Ao contrário do neurótico, que sofre a castração pelo recalque, o perverso reluta para simbolizar essa condição, por isso a adoção do fetiche. Assim, o objeto de desejo apresentado é uma qualidade associativa com as fantasias inconscientes que aconteceram ainda na infância. No caso das perversões, como não foram procedimentos de não reconhecer o recalque, ela é uma condição do *empréstimo* realizado pelo sujeito, com isso, a posição subjetiva não é interpretada pelo desconhecimento. Safatle apresenta que o sujeito tem consciência da condição de produção do objeto fetichizado:

(...) o sujeito tem claramente ciência da “fabricação” que ele impõe ao objeto; ou seja, de uma forma paradoxal, trata-se de uma reificação que se revela enquanto tal. Tanto é assim que o fetichista conhece bem o caráter intercambiável e substituível dos objetos de seu desejo, pois sua fixação não é ao objeto, mas ao traço atributivo que ele porta e a respeito de qual ele sabe muito bem não ser um atributo do *objeto*. Assim, devemos lembrar que ele não está *encantado* pelo objeto, ao menos no sentido de ele supostamente crer vir do objeto alguma “força” que o atrairia de maneira irresistível. Antes, ele sabe que o objeto é apenas a ocasião para a atualização de um traço fantasmático (SAFATLE, 2010, p.78).

---

<sup>32</sup> Safatle (2010, p. 76) explica de modo conciso esse caso apresentado por Freud: “O paciente tivera, antes de ir para Alemanha, uma educação inglesa. É da língua inglesa libidinalmente investida que vem o verdadeiro significante de sua condição fetichista. Em sua construção fetichista, não se tratava de *Glanz*, mas de *glance* (olhar), termo que havia sido recalcado graças a uma operação de substituição entre significantes. Assim, abaixo da proposição “um brilho no nariz” encontrávamos a proposição “um olhar dirigido ao nariz. Essa substituição era importante por demonstrar como uma propriedade do objeto (o brilho) não passava da reificação da ação produzida pelo olhar desejante do sujeito”.

O fetiche, dentro da estrutura perversa, seria uma representação do objeto *a* idealizado por Lacan, em que o objeto de desejo não se encontra no campo do simbólico, mas torna-se uma manifestação do desejo por ser uma representação de gozo. O que diferencia o objeto fetichizado da neurose do objeto da perversão é a relação com o gozo expresso, ou seja, enquanto que para a neurose o gozo se encontra na fantasia da representação do amparo do Outro; na perversão, o objeto de fetiche é reduzido sem significação simbólica da ausência de falo na mãe:

(...) uma espécie de lembrança encobridora da situação e do momento em que o sujeito interrompe sua tentativa de observação do pênis da mãe, o que o leva a assumir a função de substitutivo daquilo que não foi visto mas foi articulado, isto é, o falo imaginário da mãe, essencial para a sua fundação simbólica como mãe fálica (PEIXOTO JUNIOR, 1999, p. 168).

Ainda na esteira do pensamento de Peixoto Junior, a condição do sujeito perverso se articula percebendo na figura do pai uma ameaça que causa a rivalidade, um interdito ao gozo que será desafiado e, sempre que possível, transgredido. O sujeito que apresenta como condição estrutural a perversão não reconhece os discursos e representações de poder como um modo de contenção dos prazeres e gozos, assim, há um investimento maior desmedido para a obtenção do gozo. Isso acontece devido à ausência do reconhecimento que, nas palavras de Freud, chama-se *verleugnung*, termo em alemão que significa o mecanismo de recusa da castração simbólica pertinente à condição estruturante da perversão.

Mannoni (1973) apresenta uma reflexão clara para explicar como é realizada a fantasia do indivíduo perverso. A frase de Mannoni baseada nos estudos freudianos “Eu sei...mas mesmo assim” ilustra de modo sintético a renegação estruturada pela perversão em que, a despeito de haver o reconhecimento da ocorrência da castração pela interferência simbólica do falo e da linguagem, o sujeito renega essa condição com o objetivo de superar as representações das angústias e dores. Essa qualidade do sensível possibilita o surgimento dos fetiches e a criação de realidades para lidar com os momentos de sofrimento. A renegação da castração e a adoção de um objeto de fetiche para lidar com o trauma são edificadas como fantasias da estruturação perversa, compreendendo a fantasia, como apontado anteriormente, como uma representação de sedução que não foi concretizada pela criança. Ao contrário da psicose em que a fantasia opera na condição de exterioridade da realidade, a estruturação perversa mantém:

(...) duas atitudes psíquicas excludentes se consideras simplesmente pela lógica da consciência: uma atitude que se ajusta ao desejo e outra que se ajusta à realidade: essa forma de funcionamento mental só pode se manter se houver uma alteração no ego, já que uma parte deste deverá desligar-se de um fragmento da realidade, ou seja, da castração (FERRAZ, 2000, p. 34).

Como o próprio Ferraz (2000) afirmou, psicose e perversão são irmãs gêmeas, pois se articulam em referências muito semelhantes pela ausência de alteridade, de desmerecimento do outro e a intenção de não validar as estruturas de poder. A distinção entre a perversão e psicose é que nesta acontece a ausência na realização alucinatória, a ausência é real; “no caso do fetichismo, é uma ausência vivida sobre a base de uma presença ilusória” (BLEICHMAR, 1984, p.69).

A escolha de objetos de fetiche é o que fez com que Freud, na obra *Os três ensaios sobre sexualidade*, consideras a perversão como a retenção do sujeito na fase de organização pré-genital, ou seja, o período anterior à maturação da sexualidade, quando objetos são escolhidos para a fixação do gozo, a estruturação do fetiche. Vale lembrar que a fantasia pré-genital, já mencionada nessa pesquisa, faz parte tanto da estrutura neurótica como perversa, todavia, o que diferencia é a condição de recalque que é originada pelas manifestações neuróticas, já o sujeito perverso utiliza o fetiche não apenas como objeto de excitação, mas como um sistema central articulado da vida sexual. Nesse mesmo ensaio sobre sexualidade, Freud considera a criança como sendo polimorfa perversa justamente pela condição que organiza a sexualidade pelos movimentos pré-genitais, entretanto, essa condição é pertinente à infância e quando é estendida à fase adulta é onde aquilo que seria apenas potencialidade torna-se um fator estruturante.

É importante pensar o fetichismo não apenas no uso de algum objeto ou a recorrência a algum comportamento para que seja executada a prática sexual, a mercadoria e o capital também se tornam representações fetichistas no universo capitalista, como apresentou Marx, na obra *O capital*, tendo a primeira edição lançada em 1867. Mesmo não apresentando relação epistemológica com Freud, o conceito de fetiche de Marx se aproxima com a proposta freudiana, tema que foi muito quisto a Lacan estabelecer a relação com o prazer e gozo:

Marx nos diz que, na sociedade capitalista, os objetos materiais possuem certas características que lhes são conferidas pelas relações sociais dominantes, mas que aparecem como se lhes pertencessem naturalmente. Essa síndrome, que impregna a produção capitalista, é por ele denominada fetichismo, e sua forma elementar é o fetichismo de mercadoria enquanto repositório ou portadora do valor (GERAS, 1988, p. 149).

A partir dessas considerações que Lacan relata o modo de produção capitalista como sendo um sintoma de perversão ao elencar e fabricar ilusões materiais a partir do desejo dos indivíduos, afirmando que o consumo e a produção tornam-se um sinal de prazer, algo muito semelhante ao ocorrido com Dilma no processo de *impeachment*. É importante perceber que, assim como na sexualidade, em alguns casos, o fetiche dentro de uma esfera social também se naturaliza e passa a ser interpretado como algo latente dentro de uma cultura, sendo alocado pela falta do desejo do sujeito.

Não é apenas o fetichismo que se torna um sintoma de perversão, há outras manifestações de ordem simbólica que apresentam traços de perversões. Apropriando-se das considerações Lacan, Julien (2003) traça a perversão a partir da formação simbólica do véu na relação de castração:

O véu é um só tempo o que esconde e o que designa. Na perversão, trata-se, para o sujeito, de esconder a falta fálica da mãe, embora designe com a ajuda do véu a figura daquilo de que há falta. O véu esconde o Nada que está para além do Objeto enquanto desejo do Outro: a mãe *não* tem o falo. Mas, ao mesmo tempo e mesmo assim, o véu é o lugar onde se projeta a imagem fixa do falo simbólico: a mãe *tem* o falo (JULIEN, 2003, p. 111, grifo do autor).

Dessa maneira, a projeção da imagem fálica é o que estabelece a ocorrência da perversão, ou seja, se esconde ou designa o nada diante do sujeito. Assim, o véu pode ser posicionado diante do sujeito, o que sugere a escamoteação do falo materno que, além do fetichismo, pode originar também o masoquismo e vouyerismo<sup>33</sup>. O autor tem um posicionamento clássico sobre as perversões com colocações que merecem destaque. O masoquismo que seria compreendido pelo prazer na dor abre precedente de não ser reconhecido como uma prática perversa, como aponta Deleuze (1973), pois o sujeito que apresenta essa qualidade de prazer reconhece conscientemente a função e a atuação do Outro como um personagem fálico. Sobre isso, Deleuze considera que a partir da literatura de Leopold von Sacher-Masoch, romancista ucraniano que se estabeleceu na Alemanha a partir da segunda metade do século XIX, a palavra doente não seja a mais adequada, até porque a denominação do masoquismo ser considerada como doente procede dos estudos positivistas de Krafft-Ebing ao teorizar que aquilo que foge à norma de conduta poderia ser considerado um quadro patológico. Sacher-Masoch, em seus

---

<sup>33</sup> O autor ainda considera, dentro de um pensamento conversador, a homossexualidade feminina como uma manifestação perversa, a despeito dela não ser mais considerada como um desvio de personalidade. O embasamento do autor é na obra *Psicogênese de um caso de homossexualidade feminina*, escrito em 1920, por Freud, em que uma moça se apresenta desejos lésbicos por não ocupar metaforicamente o lugar do pai na simbologia de representações masculinas.

romances, retratou sim personagens submissos, principalmente os femininos. Para Deleuze, “la obra de Masoch es de una decencia extrema (...) que Masoch presenta gran parte de su obra como si se tratara de literatura ‘rosa<sup>34</sup>’” (DELEUZE, 1973, pp.28-29). Na visão deleuziana sobre os romances de Masoch o que está em questão não é submissão do outro, mas o prazer acordado entre os personagens pela submissão. Esse fato, na visão de Foucault (2012), não estabelece hierarquias, pois o desejo do sujeito de desempenhar o papel de submisso é estruturado pela própria consciência e pela presença de um Outro que é colocado nesse papel pela figura submissa. Logicamente, que esse posicionamento pós-estruturalista não engloba todas as dinâmicas de relacionamentos, todavia, abre para questionamento se o masoquismo que foi pensado na chave positivista da sexualidade a partir da modernidade não restringiu estes desejos a condições perversas e desmoralizantes.

O voyeurismo caracteriza-se pela observação do outro sem o consentimento dos participantes, vale lembrar que o voyeurismo não é complemento do exibicionismo, a despeito de serem paralelos quanto à ausência de consentimento do outro. A dinâmica dessa prática consiste em observar o outro pela fenda que é aberta no véu, sendo que “Na fantasia, o sujeito é a fenda, de modo que o Outro fique interessado, cúmplice, aberto a esse espetáculo e participe dessa mostra. O sujeito é fenda, fissura do véu que separa o escondido da mostra, o privado do público do espaço do Outro” (JULIEN, 2003, p. 113).

A outra posição que o véu pode ocupar na fantasia do sujeito, identificando-se com a mãe, em que atrás do véu, ou seja, mais próximo ao objeto. Mais uma vez, Julien considera a homossexualidade masculina e a travestilidade, compreendendo transgêneros, travestis e transexuais, como manifestações perversas. Todavia, reconhecer essas duas condições como perversas anulam a condição de subjetividade e do desejo dos sujeitos. Nesse momento da pesquisa, é importante salutar que o posicionamento de que as homossexualidades e outras manifestações da diversidade sexual não sejam consideradas perversas como apresentadas pelo autor.

Como apresentado, a condição das homossexualidades integrarem as manifestações de perversões é uma perspectiva adotada dentro da concepção positivista das sexualidades que apresentava a diversidade sexual como sendo representações e manifestações patológicas da ordem dita convencional da heterossexualidade

---

<sup>34</sup> Literatura rosa são os romances destinado prioritariamente ao público feminino.



compulsória. Esse pensamento foi ultrapassado por epistemologias contemporâneas que consideram que os desejos e sexualidades como subjetivos e que não precisariam ser taxados como perversos do ponto de vista patológico, muito menos signos de hostilidade, ausência de alteridade ou qualquer elemento que possa desmerecer esses sujeitos. Por esse motivo que considerar as diversidades sexuais e homossexualidades como perversas seria apenas para manter a ordem moral de desmerecimento de indivíduos que apresentam posicionamentos diferentes da condição heteronormativa.

Sob a pena de Jurandir Freire Costa (1992), a noção de perversão apresenta vários mecanismos como a persistência das pulsões parciais, fixação ao objeto, transgressão da lei ou recusa da aceitação, nenhuma dessas manifestações se enquadraria na qualidade das homossexualidades e diversidade sexual. Por isso, ele qualifica que:

A noção de homossexualidade como perversão parece-me indefensável pelo simples fato de não dispormos ainda, em psicanálise, de uma teoria sobre o fenômeno perverso que seja ao mesmo tempo coerente nos próprios termos e razoavelmente aplicável aos casos diagnosticados como homossexualismo (COSTA, 1992, p.85).

Tendo em vista outro aspecto, há considerações acerca da diversidade sexual que foram realizadas por Stoller (2014) sobre o prisma de considerar essas manifestações perversas. Para fazer essa consideração, segundo o autor, é preciso que se tenha um parâmetro de normalidade, sendo que a base dessa referência seria a moral heteronormativa, o que distinguiria os seres aberrantes dos seres considerados “normais”. Para a transexualidade, Stoller relata que essa condição:

(...) não resulta de uma fantasia de reparação e vingança, alimentada por toda a vida e que sobreviveu, como acontece nas perversões; ela é, antes, o resultado de um modo de conduta dos pais, que implantaram uma atmosfera excessivamente isenta de conflitos e traumas, propícia a fazer com que a feminilidade se desenvolvesse (STOLLER, 2014, p.113).

As sexualidades, gêneros e representações dos sexos também podem ser interpretados como perversões quando abre precedente para o deboche, com movimentos que estremecem os limites entre a sexualidade e o lúdico das representações como são, por exemplo, as manifestações de *drags-queens*, transformistas, performistas ou quaisquer outras propostas que enfrentariam os enredos concretos dos signos de masculinidades ou feminilidades. Esse assunto será abordado com maior ênfase em outra parte da pesquisa. Mesmo em propostas discursivas estereotipadas ou nos exageros das

representações, esses sujeitos desafiam e expandem as propostas dos gêneros e das sexualidades. Como apresenta Louro (2008) sobre o *queer*:

Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àquele a quem é dirigido. Esse termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde for. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pelas políticas de identidade do movimento homossexual dominante (LOURO, 2008, p.38).

As perversões encontram-se juntamente na condição de desafiar as estruturas de poder e de representação que se encontram marmorizadas, com isso é importante considerar que a perversão, mesmo quando destemida, apresenta pontos positivos para o reconhecimento das subjetividades, sexualidades e identidades. Para Silva, “(...) Pensar *queer* significa questionar, problematizar, contestar todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade. A epistemologia *queer* é, neste sentido, *perversa*, subversiva, irreverente, profana, desrespeitosa” (SILVA, 2000, p.107). É importante considerar que não existe um grupo de representações de sexualidades correta e um outro que pode ser considerado errado; a condição de ser perversos, como aponta Silva ou um insulto, como alega Louro, as representações *queers* têm essa proposta justamente pela qualidade desafiante, debochada e audaciosa de incomodar os signos convencionais e estruturalmente edificados da heteronormatividade e/ou da heterossexualidade compulsória.

Entre outras manifestações de perversão está o sadismo. Como apresentado, o sadismo não faz correspondência direta com o masoquismo por operarem em instâncias diferentes do desejo. O sadismo é reconhecido como uma manifestação de perversão a partir do momento em que a relação estabelece uma hierarquia entre os sujeitos/grupos envolvidos. Essa dinâmica pode ser observada em períodos e acontecimentos em que o ódio, o rancor e a vontade de aniquilar o outro superam quaisquer possibilidades de diálogos ou manifestações de alteridade. Além disso, o sadismo, interpretado não apenas pelo prazer de acompanhar e gozar com o sofrimento alheio, mas de completa e total indiferença à dor do outro, torna-se uma manifestação deliberada ou inconsciente justamente por haver um código moral que estabelece condutas sobre os valores éticos de um determinado grupo social. Como exemplo que pode ser explicitado foram as

ocorrências do Holocausto que dizimou mais de seis milhões de judeus pela Europa (ARENDDT, 1999), ainda mais quando essa ação estava prevista como um plano de governabilidade de Adolf Hitler<sup>35</sup>.

Uma outra representação considerada perversa é o exibicionismo. O que qualifica essa prática dentro das representações das perversões é pelo fato da exposição erótica do corpo nu, ou parte do corpo, sem o consentimento das partes envolvidas no processo da exposição, tendo entre os homens o número significativo de adeptos do exibicionismo genital<sup>36</sup>. Nessa dinâmica do exibicionismo, o sujeito não reconhece os valores do pudor e ética e, na sua fantasia, ele não legitima as forças castradoras de um código cultural que não aprova essas atitudes. Na fantasia do exibicionista, o sujeito personifica a figura da mãe, já que ele não reconhece nela alguma falta, uma forma de enfrentamento frente à figura desprovida do falo. Julien, amparado em Lacan, afirma que o “O exibicionista não espia como o voyeur, ele ‘entreabre a sua tela’, como uma calça que se abre, para oferecer-se à vista do Outro, tocá-lo ‘para além de seu pudor’ e pôr-se à mercê de seu desejo” (JULIEN, 2003, p.117).

Nas atuais referências culturais, o exibicionismo não se restringe em apenas evidenciar o corpo nu ou as genitálias em algum espaço público, independentemente de ser homem ou mulher, mas, do empenho da exposição do corpo sem as máculas do tempo e esculpido por músculos. O comportamento exibicionista também alcança a condição de normalidade naturalizada pela exposição da vida privada e acontecimentos pessoais não apenas em veículos de comunicação, como nos *reality-shows* mas também em redes sociais digitais ou na circulação de imagens e depoimentos entre aplicativos de

---

<sup>35</sup> Para Black (2001), a intenção de exterminar os judeus não foi uma ação original, antes de Führer, como era conhecido Hitler por seus admiradores, “czares e tiranos nutriam o mesmo ódio. Mas, o anti-semitismo contou com os poderes de automação. Hitler não o fez sozinho. Teve ajuda” (BLACK, 2001, p.1). Em outra passagem, o autor considera que a intenção do ditador era realmente de dar cabo à vida dessas pessoas com o propósito de melhoramento da raça humana. “Quando Hitler chegou ao poder, um dos objetivos centrais do nazismo era identificar e destruir os 600.000 judeus da Alemanha. Para os nazistas, judeus não eram apenas aqueles que praticavam o judaísmo, mas os de sangue judeu, qualquer que tivessem sido as assimilações, os casamentos interétnicos, o credo religioso e até mesmo a conversão ao cristianismo” (p.2).

<sup>36</sup> “(...) devemos lembrar que a exibição obscena ou exibicionismo genital masculino totaliza cerca de um terço de todos os crimes sexuais cometidos – assim, trata-se do mais freqüente, ultrapassando a abdução, a sodomia, obscenidades graves diante de uma criança, o incesto, o proxenetismo e estupros, entre outros. (...) A vasta maioria dos praticantes é de homens, mas um número reduzido de mulheres também se exhibe dessa maneira” (KAHR, 2005, pp.21-22). Kahr apresenta resultados de pesquisa a partir de observações empíricas com base em investigações quantitativas que são perpassadas pelo viés dos discursos e valores da medicina e áreas jurídicas, ou seja, o posicionamento da pesquisa ampara-se apenas nos comportamentos dos sujeitos, o que não quer dizer que esses sujeitos apresentam a perversão como condição estruturante do psiquismo.

dispositivos móveis. Há algum movimento que acontece na sociedade que tem essa prática como um sintoma cultural que seja fiador dessa condição. Como se percebe, alguns discursos da perversão perdem o sentido ao longo dos anos, o que os permitem serem reclassificados segundo uma ordem de normalidade ou de aceitação pública. A despeito de alguns movimentos são ressignificados, nem todas as naturalizações da perversão podem ser interpretadas como um símbolo de grandeza em nome da alteridade; a prática abrangente desses comportamentos ressignificados é não suficiente para que, mesmo que entre máscaras e véus, a perversões sejam eliminadas.

Destarte, é importante considerar os tentáculos das perversões não apenas enquanto sintomas existentes no aparelho psíquico de um sujeito, mas reconhecê-las como manifestações discursivas também no bojo da sociedade. De alguma forma, fica evidente que as perversões não ocorrem apenas na relação individualizada, mas enquanto práticas e comportamentos coletivizados que justificavam, propagavam e disseminavam signos e ideologias com marcas profundamente perversas, como defende essa tese sobre o desejo do *impeachment*. Com isso, é importante reconhecer como as perversões também fazem parte dos circuitos sociais de tal forma que se apresentam não apenas enquanto uma qualidade poética, mas também como uma formação que reverbera no tecido social que são fomentadas pelos processos comunicacionais.

## 7- Perversão no contexto social

A intenção de apresentar as manifestações de traços perversos distintas das primeiras colocações feitas nessa pesquisa de cunho mais histórico é para evidenciar a quebra de paradigmas feita por Freud ao considerar as perversões como condição estruturante do psiquismo humano, anteriormente consideradas como possibilidades patológicas. A divisão proposta por essa pesquisa se justifica por que as perversões enquanto práticas sociais podem ser compreendidas dentro da moral da comunicação e, assim, serem reverberadas socialmente pela potência dos interlocutores. Além do mais, há a necessidade também de refletir as perversões para fora do contexto das subjetividades e pontuá-las, inclusive, na dimensão social. A partir desse momento, serão apresentadas concepções sobre perversão que serão adotadas com mais ênfase nessa pesquisa quando o assunto dizer respeito à dessubjetivação e objetificação do outro, o que incluem as práticas e discursos midiáticos.

Mesmo que em um primeiro momento a psicanálise tenha sido edificada na intenção de refletir sobre a individualidade de sujeitos e os mecanismos de estruturação do psiquismo, pelas palavras de Freud (2013) não teria como desvencilhar as porções subjetivas do indivíduo às manifestações e representações culturais e sociais. Ao encontro do pensamento de Malinowski (1975), a cultura é desenvolvida para a satisfação do sujeito, a despeito de haver a necessidade de abdicar de iniciativas meramente individuais em nome do coletivo, além disso, para o autor, há, inclusive, a satisfação biológica para a manutenção e organização de práticas culturais. Freud considerava que quando analisadas mais a fundo a psicologia social e a psicologia social ou das massas<sup>37</sup> poderiam ser vistas

---

<sup>37</sup> Freud não reconhece diferenças expressivas entre os termos social ou massas, até por que, nessa obra o seu apoio metodológico é feito a partir das considerações de Gustave Le Bon, do livro *Psicologia das multidões*, publicado originalmente em 1895, que, por sua vez, não fazia distinção entre massas e multidões. Como o objetivo dessa pesquisa não é de estabelecer as diferenças e semelhanças entre os conceitos de massa e multidão, todavia, é importante considerar que há também manifestações coletivas e sociais que contribuem para a constituição da estrutura psíquica dos indivíduos e que essas contribuições podem ser percebidas nos comportamentos sociais. A intenção de ambos os pensadores foi, a partir das considerações positivistas para a compressão da ciência, ponderar que os indivíduos de uma sociedade agiriam de acordo com o comportamento coletivizado. Amparado por Le Bon, Freud também acreditava que o indivíduo inserido em um determinado grupo perde a noção de individualidade e passa produzir e reproduzir os comportamentos compreendidos da moral do grupo. “Passo a palavra agora a Le Bon. Ele afirma: ‘O que há de mais singular numa massa psicológica é o seguinte: quaisquer que sejam os indivíduos que a compõem, por mais semelhantes ou dessemelhantes que sejam seus modos de vida, suas ocupações, seu caráter ou sua inteligência, a mera circunstância de sua transformação numa massa lhes confere uma alma coletiva, graças à qual sentem, pensam e agem de modo inteiramente diferente do que cada um deles sentiria, pensaria e agiria isoladamente. Há ideias e sentimento que só surgem ou se transformam em ações nos indivíduos ligados a uma massa” (FREUD, 2013, p.38-39).

com mais nitidez as singularidades. De acordo com ele, não tem como anular a porção social dessa relação por que, como exceção das manifestações autistas, em que o indivíduo constrói uma outra dinâmica de relações, há sempre a necessidade de convivência do sujeito com outros grupos ou sujeitos, como exemplo, as relações com os pais, os círculos de amizades e os relacionamentos entre pessoas do trabalho e no meio escolar. “(...) a psicologia das massas trata do indivíduo como membro de uma tribo, um povo, uma casta, uma classe, uma instituição ou como um elemento de um grupo de pessoas que, em certo momento e com uma finalidade determinada, se organiza numa massa” (FREUD, 2013, pp. 34-35).

É importante fazer uma ressalva à consideração de Freud. Pode haver a possibilidade de manifestações de grupos que são reproduzidas por indivíduos que os fazem integrar a um movimento em que sua individualidade fique diluída, entretanto, essas manifestações não acontecem de forma instantânea ou abrupta. Esse contágio - nas palavras de Le Bon e apropriado por Freud - que se refere aos comportamentos e atitudes dos sujeitos que seguem a uma ordem massiva, está relacionado mais com o desenvolvimento de afetos que são estruturados consciente ou inconscientemente pelas práticas discursivas da cultura de uma sociedade e os modos de interpretação dos sujeitos e grupos realizam frente aos acontecimentos. Reconhecer as dinâmicas culturais de um determinado recorte do tempo e no espaço é importante para acompanhar como são produzidos determinados discursos e como esses discursos são disseminados na sociedade oferecendo formas de representação e sentido. Esta reflexão também embasa a formação dos circuitos defendida nessa tese; mais que uma expressão de doutrinação, a ressonância se espalha porque há afeto em circulação.

O modo de compreender o outro nas relações sociais é um fator essencial para a frutificação das perversões no meio social. A formação dos discursos e representações sociais das perversões não é estruturada propriamente dita pelo viés da sexualidade, como acontece na formação psíquica do sujeito. Contudo, alguns elementos ainda permanecem e organizam as práticas discursivas como, por exemplo, a escolha de indivíduos ou grupos como fetiches para a desqualificação da condição humana, maus tratos a animais e ao meio ambiente ou as relações de quaisquer referências que possam estabelecer discriminações e exposições infortunadas que visam à humilhação. Reconhecer as perversões no meio social é avistá-las pelas montagens sociais, como aponta Peixoto Junior (1999), que estão presentes na formação das realidades que são constituídas. Estas atitudes podem eleger representações fetichistas e, a partir dessa consideração, há a

procura pelo gozo e dos prazeres que desdenha das estruturas de poder e também moral, desenvolvendo ações que trariam justificativas para o exercício da perversão, como a incapacidade de promover noções de alteridade e de respeito. Nestas ações, o outro (que pode ser um grupo, animais, etc..) ocupa o espaço de reconhecimento para usufruto de um sujeito/grupo, como apresenta Szpacenkopf (2011), a perversão social:

(...) tem na pulsão de dominação, na dessubjetivação e na instrumentalização do outro, as ferramentas para o seu exercício. Se na perversão estrutural trata-se de subverter a lei paternal, na social é a derrubada da lei de modo geral, com a fabricação de leis próprias, pelas quais todo um raciocínio é construído, justificando assim não só uma ordem, bem como a dessubjetivação do outro. (...) A fabricação de leis próprias, característica de estratégias perversas, leva fundamentalmente ao não-reconhecimento do que existe; em troca passa a existir o que é por ele criado (SZPACENKOPF, 2011, p. 11-75).

A fabricação de leis próprias está vinculada com o conceito de *montagem*, muito empreendido na psicanálise e veiculada às perversões. A montagem está atrelada ao projeto arquitetado pelo sujeito na elaboração de leis particularizadas que justificariam a necessidade e permanência do gozo, nem que para isso haja a intenção de modificar a realidade, como aponta Sibony (2000) “(...) la perversion est une folle volonté de donner un sens à la vie, um sens à portée de main. Avec de bribes de code inertes le futur pervers compose son code de Loi, son alphabet sacré. Il est l’agencement matériel de ce code<sup>38</sup>” (SIBONY, 2000, p.119, grifo do autor). A organização das leis próprias feitas pelo sujeito é compreendida como verdade para o sujeito perverso, oferecendo a perspectiva de neo-realidade (Szpacenkopf, 2003). A autora apresenta, segundo o olhar de Sibony, que a proposta da montagem perversa é para seduzir, conquistar, ser elaborada para convencer, já que não seria aceita dentro da regência em andamento. Assim, a necessidade de hipnotizar a Lei para a prática do gozo, sendo o sujeito perverso o caminho para o exercício da sedução.

Arquitetar e concretizar as montagens torna-se uma possibilidade de explicar a organização e fabricação de determinados discursos e práticas perversos, como se a montagem fosse um alibi, na mesma medida que se torna também sintoma do fomento das perversões, como a montagem pelo fetiche. Como possibilidade de renegar a ausência fálica materna, o fetiche torna-se um recurso pertinente para preencher isso que seria uma *falha*. A questão é que esses valores podem se tornar códigos morais e culturais de tal

---

<sup>38</sup> Tradução livre: A perversão é uma vontade insana de oferecer um sentido à vida, um sentido de imediato. Com brechas nos códigos imóveis, o futuro perverso compõe seu código de lei, seu alfabeto sagrado. Ele é o agenciamento material desse código.

forma que quando reverberados podem se tornar naturalizados, pois são criados laços de afeto e sentido pelas práticas socioculturais. O exercício da lei estruturada pela montagem, a despeito que seja naturalizada ou normatizada segundo uma ordem de poder, não anula a capacidade de ela trazer reações adversas ao sujeito ou à sociedade como submissão, humilhação e diversas patologias sociais. Mesmo refazendo uma nova perspectiva de referências e estratégias, para a perversão, isso não quer dizer que não haja o reconhecimento e a renegação das condições de poder; muito pelo contrário, o novo rearranjo dos valores, signos e representações é edificado com a proposta de promover o prazer e o gozo do sujeito ou grupo, nem sempre validando a percepção coletiva no desenvolvimento de afetos e alteridades e também de ações políticas. Dentro desse movimento é que se encontram, para Szpacenkopf, as possibilidades de desenvolvimento de violências, onipotência, narcisismo e, também, de perversões, porque há códigos culturais que estão apoiados pela política de mercado, pelo consumo implantado como um valor moral, pela mediação de discursos desprovidos de relevâncias sociais que são disseminados no tecido social. Assim, essas combinações resultam no surgimento de patologias que também são propagadas e que justificam as ocorrências de indiferenças e as desigualdades sociais.

Ainda na esteira do pensamento de Szpacenkopf, dentro dessa esfera social é que se encontra de modo mais consistente o pensamento de Mannoni (1973), já apresentado anteriormente, que mesmo reconhecendo a adversidade de realização de alguma ação, o sujeito perverso mesmo assim a faz. Nessa passagem de organização de leis próprias para novas propostas de representação é onde se encontra uma ligação mais íntima entre a perversão e o narcisismo, sendo que esse é articulado e desenvolvido com o proposto de oferecer proteção ao ego, todavia, essa oferta pode esbarrar em ações perversas quando a intenção não reconhece a participação dos outros nos processos de visibilidade e política. Assim, o sujeito ou grupo que se apropria dos discursos perversos não reconhece sinais de alteridade e tem como objetivo promover a própria preservação ou do grupo a que pertence, uma estratégia de defesa para a manutenção da ordem em nome do resguardo para amenizar a angústia. Como apresenta em outro estudo:

A ligação entre a perversão e o narcisismo aparece extremamente desenvolvida no perverso, que, amando a si mesmo, desenvolve seus projetos como programas de prolongamentos de explosões narcísicas, manipulando-os para evitar as quebras e as obstruções a que todos estão sujeitos. (...) Um dos fatores apresentados como desencadeador da perversão são a certeza e a crença que o perverso tem na própria imagem e que justificaria as leis fabricadas por ele,



por não suportar e não poder tomar conhecimento de suas feridas narcísicas (SZPACENKOPF, 2003, p. 117-118).

A perversão como código social se estrutura a partir da naturalização do sentido fornecido pela lei recomposta, em que os sujeitos reconhecem as novas propostas como sendo legítimas e necessárias para o desenvolvimento social, um valor que é compartilhado pela naturalização das referências de sentido, o prazer de ser instrumentalizado, ou seja, a necessidade de obedecer uma regra, uma lei, um padrão moral. Aquilo que seria um fetiche para a estruturação do desejo como os objetos de prazer, enquanto um discurso social, o fetiche pode ser interpretado também como objeto de desejo e também de perseguição ou ódio como foram os judeus nos regimes autoritários e como são os estrangeiros fora de seus países de origem.

A neurose enquanto um sintoma patológico fomenta o desenvolvimento de ações perversas à medida que essas ações são frutos da defesa em nome do gozo e da proteção; são criados elementos e discursos que buscam a ação de proteção. Dentro desse esquema, o sujeito que é englobado por essas referências também se assujeita à condição criada. Calligari (1991) acredita que a paixão pela instrumentalidade, o movimento de anular-se para a obediência a um Outro, é o que reduz o sujeito à própria dessubjetividade. Dentro da relação apresentada sobre a perversão na perspectiva psicanalítica, o recalque do sujeito torna-se um leme para a proliferação da instrumentalização das manifestações perversas, o usufruto de uma patologia neurótica para o fomento das perversões. É pertinente considerar que essas ações não são efetivadas de forma direta dentro de uma concepção de causa e efeito, mas enquanto a estruturação de afetos que promovem o gozo e representam o prazer, além do mais, a participação da coletividade para o desenvolvimento desses afetos:

(...) o triunfo da técnica, da instrumentalidade, só é triunfo na medida em que os homens mesmos funcionem como parte integrante desta técnica (...) onde fala de efeito da técnica, acho que poderíamos falar do efeito do interesse e da paixão humana em sair do sofrimento neurótico banal, alienando a própria subjetividade, ou melhor, reduzindo a própria subjetividade a uma instrumentalidade (CALLIGARI, 1991, p.111).

É sobre esse olhar de desqualificação da própria subjetividade que, segundo Szpacenkopf (2003), a saída perversa tornou-se a garantia de segurança, uma forma de manutenção da obediência ao grande Outro, mesmo desempenhando o papel “de ignorante quanto ao próprio desejo” (p.139). Por essa forma de pensar que a autora considera que a perversão como prática social é, na verdade, a estruturação de cenas e

montagens que justifiquem a necessidade de ocorrência do gozo pela instrumentalização do outro.

Além disso, a prosperidade da perversão pelos movimentos narcísicos pode ser explicada pela ascensão do medo, a neurose da frustração dos prazeres e gozos pela castração. Como apresentado anteriormente, a castração é o movimento orientado pela ordem fálica que interdita os caminhos para as manifestações de prazer. Na visão de Safatle (2015), amparado nas reflexões descritas por Thomas Hobbes na obra *O Leviatã*, o medo é, talvez, o único sentimento dentro da natureza humana que permanece de certa forma inviolável<sup>39</sup>. De acordo com o autor, o fomento do medo nas sociedades contemporâneas, em especial as de produção capitalista e liberal, acontece justamente pela defesa de homens e mulheres livres de suas individualidades e seus sistemas de interesses que são calcados na individualidade.

Safatle também trabalha a ideia de circuitos para a formação de afetos, assim, as afecções são edificadas pelo fato de despertarem sensibilidades entre os indivíduos que apresentam semelhanças de práticas estéticas, que são incluídas as referências de medo. Esse procedimento no âmbito social constrói uma estrutura de produção de sentido que também oferece condições para formações culturais:

Talvez precisemos partir da constatação de que sociedades são, em seu nível fundamental, circuitos de afetos. Enquanto sistema de reprodução material de formas hegemônicas de vida, sociedades dotam tais formas de força de adesão ao produzir continuamente afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida a despeito de outras. (...) Há uma adesão social construída através das afecções. Nesse sentido, quando sociedades se transformam, abrindo-se à produção de formas singulares de vida, os afetos começam a circular de outra forma, a agenciar-se de maneira a produzir outros objetos e efeitos. Uma sociedade que desaba são também sentimentos que desaparecem e afetos inauditos que nascem. Por isso, quando uma sociedade desaba, leva consigo os sujeitos que ela mesma criou para reproduzir sentimentos e sofrimentos (SAFATLE, 2015, p. 18-19).

É interessante a colocação dele sobre a contribuição da sociedade para o fortalecimento dos elementos contidos no circuito que no caso desenvolvem as estéticas do medo. O afeto fundamental do medo engrandece nas culturas contemporâneas como sintoma do enaltecimento das individualidades, compreendendo esse termo não necessariamente como predicados que o sujeito tem como posse. A liberdade liberal edifica as percepções de medo porque colocam em risco os signos que afrontam as qualidades de liberdade do sujeito individual. Com isso, a deliberação para os

---

<sup>39</sup> “(...) de todas as paixões, a que menos faz os homens tender a violar as leis é o medo: Mais: excetuando algumas naturezas generosas; é a única coisa que leva os homens a respeitá-las” (Hobbes, 2003, p.253)

movimentos de defesa ao medo arquitetura saídas que podem ser consideradas perversas para a preservação do sujeito, mas, enquanto elementos individuais, não prezam pela coletividade. Esse modo de pensar não fortifica as qualidades políticas pela visão de Arendt.

Para o autor, dentro de sociedades que prezam pela liberdade pareada com elementos da individualidade ocasiona a sensibilidade de reconhecer no outro um *invasor potencial*, termo cunhado por Lacan para designar os sujeitos que percebem no outro uma ameaça ao *eu* como sendo centrado em representações egóicas. Essa condição obriga pela institucionalização das relações e oferece acordos e limitações mútuas para que as interfaces aconteçam segundo uma ordem e sob o olhar de terceiros, uma perspectiva contratualista. Dessa forma:

Por isso, não seria equivocado afirmar que sistemas políticos que se compreendem como fundamentados na institucionalização de liberdades individuais são indissociáveis da gestão e produção social do medo. A liberdade nas sociedades que inscrevem sujeitos sob a forma de indivíduos é indissociável da criação de uma cultura emergencial da segurança sempre latente, cultura do risco iminente e contínuo de ser violentado. Compreender a vida social para além desse horizonte emergencial será, necessariamente, colocar em questão o modo de reconhecimento que determina os sujeitos como indivíduos e pessoa (SAFATLE, 2015, p.20).

Tratar as relações da política como um jogo previamente estabelecido forja um mundo condicionado a engessamentos de participação pública e também os sinais de política desenvolvidos por Arendt. Por isso que o medo se torna um sintoma de uma neurose desenvolvida por qualquer regra que possa ser ameaçada ou violada quanto ao seu cumprimento. A sensação de desamparo, que se origina a partir da noção da individualidade que poderia estar em risco, contribui para a estética e o imperativo do medo dentro do circuito dos afetos. Como apresentou Freud na obra *Totem e tabu* em que a morte da figura do pai representaria o desamparo e a angústia da ausência de uma figura que oferecesse proteção à vida e pudesse conduzir de maneira segura a horda. Sendo o medo o afeto mais praticado, há a necessidade de preservação e defesa das adversidades. Essa pesquisa opera na hipótese de que esse sentimento, que é gerado pelas possibilidades de angústia, torna-se frutífero na formação dos discursos e práticas perversas justamente como uma forma de não perceber o outro como digno de reconhecimento social por se tratar de uma prática justificável pela própria defesa individual ou de um grupo. Dessa forma, a ausência de alteridade é um sintoma para o desenvolvimento da violência, da

humilhação, do descaso e desmerecimento do outro como justificativa para lidar com o medo, esfarelando também as ações políticas e de visibilidade.

O diálogo encontrado entre a proposta do sentimento de medo e o fomento das perversões é o surgimento dos movimentos narcísicos que também florescem a *omnipotentia* ou simplesmente onipotência, considerada por Szpacenkopf (2011) como a política do narcisismo, um poder absoluto, uma soberania inigualável frente a qualquer um. Esse termo também integra o vocabulário da psicanálise e está intimamente ligado à perversão quando “no momento do eu posso, a loucura que se instala dá força para um agir imediato e, numa confiança exacerbada, qualquer obstáculo parece ser facilmente superado” (SZPACENKOPF, 2011, p.72). Para a autora, a onipotência passa a ser considerada como sendo uma estratégia de ação, no sentido de promoção do medo, que resulta em duas saídas: a primeira delas, a paranoia obsessiva que desenvolve medidas para controlar e evitar o medo; já a outra saída é a manifestação da perversão que não é a opção pelo medo, mas o contrário, gerencia o medo do outro, desenvolvendo estratégias particulares de características perversas que prezam pelo não reconhecimento do outro:

A onipotência estaria então baseada na estratégia de lançar, implantar e fazer crer no outro o medo e a impotência, muitas vezes acompanhados de uma certa idolatria – a onipotência passa a estar a serviço de alardear a potência daquele que quer se ver poderoso e temido (...). Nessa extensão, o narcisismo vai conchamar o expediente da onipotência e aplicá-la magicamente no mundo e no outro (...) o mundo externo passa a ser uma realidade fruto de controle, resultando em dominação e submissão (SZPACENKOPF, 2011, p. 80).

São pertinentes as colocações da autora, pois de modo transparente, são percebidas as noções de naturalização das perversões como justificativa e álibi argumentativo para a criação de regras e perspectivas próprias, o que apresenta inclusive uma nova formação de realidade baseada em signos que promovem a violência e o descaso, referências pertinentes às perversões. Perceber a violência como sintoma da perversão não é apenas reconhecê-la na agressão física, nos assaltos e assassinatos acontecidos por motivos torpes, na vingança arquitetada para prejudicar o outro, mas também nas manifestações de ordem simbólica, apropriando do sentido empregado por Pierre Bourdieu<sup>40</sup>, que prejudicam as sociabilidades, os modos de comunicação e de

---

<sup>40</sup> Na concepção do autor, a violência simbólica se articula não pela força física ou motora, mas pela cumplicidade, mesmo que inconsciente, entre as partes envolvidas nesse processo, podendo se articular em estruturas materiais ou mentais. É pertinente a colocação de Bourdieu que o exercício da violência simbólica pode ser praticado tanto em círculos de convivência como também pelo Estado. Mesmo sendo possibilidades diferentes de violências, como são estruturadas segundo uma ordem de sentido, essas

representação. As violências simbólicas também naturalizam os modos de interpretações e de convivências entre sujeitos e grupos.

Por outra perspectiva, Erich Fromm (1979), psicanalista de fortes traços frankfurtianos, aborda o adoecimento social pelo surgimento de patologias que advém da deterioração e da debilidade crítico-reflexiva praticada e reverberada por sujeitos no espaço social pelos avanços do modo de produção capitalista. Pelo posicionamento do autor, a sociedade torna-se doente com o advento da noção de produtividade no espaço de trabalho e que, mesmo com a redução da carga horária de trabalho, o tempo não é aproveitado de modo frutífero para o aproveitamento social, pois há a tendência naturalizada do trabalho como princípio da vida em sociedade.

Esse movimento, além de enfraquecer a coletividade, oferece, segundo o autor, o desenvolvimento de noções de individualidade que promovem a ganância, o egoísmo e a segregação do espaço social. Desse modo que Fromm reconhece a formação patológica na sociedade contemporânea que, inclusive, naturaliza a doença como sendo norma dentro de uma proposta moral pelo consenso de uma cultura produtivista. Por isso que:

O fato de milhões de criaturas compartilharem os mesmos vícios não os transformam em virtudes, o fato de elas praticarem os mesmos erros não os transformam em verdades e o fato de milhões de criaturas compartilharem as mesmas formas de patologia mental não torna essas criaturas mentalmente sadias (FROMM, 1979, p.28).

Por essa experiência de normatização e naturalização dos comportamentos que se formam estruturas cristalizadas da moral e das subjetividades, desenvolvendo o fenômeno defeituoso desenhado por Fromm como sendo *socialmente modelado*, um sujeito que é moldado segundo as regras previamente programadas pela ordem social. Sob esse olhar que para o autor são naturalizadas as doenças e patologias de ordem social que têm como base o narcisismo que afasta os sujeitos dos espaços sociais e políticos. Na perspectiva de Fromm, o narcisismo é a essência das enfermidades psíquicas, pois são edificadas noções particularizadas de realidade e de formas de sociabilidades. Mesmo sendo uma manifestação neurótica, Fromm praticamente coloca o narcisismo a par das perversões e também das psicoses ao apontar que “para a pessoa narcisicamente afetada, só há uma realidade, a dos processos os do seu próprio pensamento, dos seus sentimentos, e de suas necessidades” (FROMM, 1979, p.47), uma vez que os discursos e práticas perversos e

---

violências também podem integrar circuitos de culturas e se tornarem naturalizadas, até mesmo inquestionável, do ponto de vista discursivo de sentidos.

psicóticos são edificados segundo uma legislação própria para evitar as dores e angústias das possíveis castrações. Como exemplo dessa condição patológica, o autor apresenta as relações de submissão e soberba; dois movimentos em que os indivíduos envolvidos se entregam às suas paixões, sendo que o resultado dessas paixões, segundo Fromm, é a derrota de todas as partes envolvidas, já que há uma relação de perda da integridade e os indivíduos se reduzem a essas paixões, ou seja, tornam-se instrumentos em nome de um Outro.

Sob uma outra perspectiva, Fromm apresenta como as perversões atuais surgem em contextos do desenvolvimento da liberdade nas sociedades modernas. Para ele, o movimento contemporâneo de atomização social, ou seja, a existência de um fator que promova a desagregação dos indivíduos sociais, fenômeno esse reconhecido pelo narcisismo muito apurado e pela forte estruturação da neurose pela necessidade de criação de um ente agregador de idolatria, estabelece condições frutíferas para o desenvolvimento das práticas e discursos perversos, uma vez que a potência de permanecer a unidade narcísica justifica a intenção dos movimentos que não prezam pela alteridade, um sintoma característico da individualização contemporânea proposta pelo advento das propostas neoliberais. A liberdade, que seria uma referência das possibilidades de escolhas, como já mencionada nesse trabalho, muito bem elaborada por Hannah Arendt, um feito de conquista em nome da liberação dos indivíduos das amarras aos ditados de uma paixão, perde o sentido por que não foi um movimento emancipatório da condição humana e a liberdade torna-se:

(...) um fardo insuportável. Ela torna-se então idêntica à dúvida, a um tipo de vida que carece de significado e direção. Surgem então tendências poderosas para escapar deste tipo de liberdade para a submissão ou para alguma espécie de relacionamento com os homens e com o mundo que prometa aliviar a incerteza, ainda que despoje o indivíduo de sua liberdade (FROMM, 1983, p.39).

Por essa condição que os regimes autoritários e totalitários, bem como movimentos de onipotência, ganham força e prosperam no meio social, pois há figuras que prometem estabelecer a vontade de união apenas entre os iguais e, como consequência, promovem o aniquilamento daqueles que seriam diferentes. Essa intenção de união para essa liberdade calcada no narcisismo está a par principalmente de duas referências: sangue e solo, ou seja, desenvolvem com mais ênfase traços de nacionalismo e de racismo. Para Fromm, o referencial de sentido para o homem comum contemporâneo traz indícios dos movimentos nacionalistas o que deturpa a razão de outras variantes de

pertencimento pela obsessão nacionalista, por isso, que, segundo ele, torna-se propício para o surgimento de uma espécie de *relação incestuosa*, pois os objetos de prazer são reconhecidos apenas entre aqueles que pertencem ao mesmo clã, uma fixação incestuosa patológica. Apoiado em Rudolf Rocker, autor da obra *Nacionalism and culture*, escrita em 1937, Fromm desenvolve que:

O nacionalismo é nossa forma de incesto, é nossa idolatria, é nossa loucura. Seu culto é o patriotismo. Não é necessário dizer que, por patriotismo, entendo a atitude que coloca a pátria acima da humanidade, acima dos princípios da verdade e da justiça, e não o interesse amoroso pela nossa nação, que é o interesse tanto pelo espírito da nação quanto por seu bem-estar material, mas não por seu poderio sobre outras nações. Assim como o amor por um indivíduo com a exclusão do amor por todos os demais não é o amor, o amor à pátria que não faz parte do amor pela humanidade não é amor, mas um culto idolátrico (FROMM, 1979, p.68).

Essas reflexões serão pertinentes para considerarmos que as práticas de perversões são prósperas quando encontram motivos para o desenvolvimento do medo pela ameaça que outros, que se alojam fora da órbita narcísica, poderia oferecer, além de subsidiar bases para discursos discriminatórios para o fomento de xenofobia, distinções ou quaisquer outros preconceitos. Sob a pena de Albuquerque Junior (2016), ele considera que a ausência de identificações é um caminho para os movimentos de rebaixamento da condição humana, no que tange às expressões de xenofobia que assolam os movimentos migratórios atuais. Nos moldes contemporâneos, os imigrantes africanos e asiáticos que conseguem atravessar o mar Mediterrâneo rumo à Europa tornam-se uma questão a ser resolvida pelos países europeus e que, não raro, são tratados como incômodos para o desenvolvimento na Europa e trariam as mazelas do desemprego, do medo e da afronta à ordem social:

A xenofobia, o medo e a rejeição ao estrangeiro nasce, quase sempre, do estranhamento, da percepção da existência de uma estranheza, de uma hierarquia, de uma defasagem entre o que no Ocidente chamamos de a humanidade de uns e dos outros. (...) A recusa e a aversão ao corpo do outro nascem, muitas vezes, do não reconhecimento da sua humanidade. Sempre que manifestamos o sentimento de xenofobia estamos atribuindo um certo déficit de humanidade ao outro, estamos pondo em questão seus direitos nascidos de sua pertença à nossa mesma espécie. Uma das mais básicas manifestações de xenofobia nasce da rejeição do corpo estranho, estrangeiro, do corpo exótico, bizarro, distinto que, em muitos casos extremados, sequer enxergamos como pertencentes à nossa espécie (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2016, p.16).

O circuito que move o movimento da xenofobia e das distinções entre os imigrantes é onde também se encontram os mecanismos perversos da sociedade. Um modo social que naturaliza a condição do outro na perspectiva de limitá-lo aos espaços

de marginalidade e de ausência de reconhecimento social. Por esse contexto é que são suscitados discursos que hierarquizam e condicionam determinados sujeitos a representações sociais que poderiam se tornar ameaças aos espaços de defesa e conforto daqueles que desfrutam da união oferecida pelo medo. Por esse modo de compreensão acerca do outro é que também são edificadas as patologias sociais que não reconhecem a existência humana do outro para o convívio social, mas com sendo ameaças aos prazeres e à dinâmica neurótica de sobrevivência previamente estabelecida. Além do medo e dos discursos xenófobos, em outra ótica, algumas práticas do capitalismo também podem ser consideradas como uma manifestação da perversão, ainda mais quando aplicadas sob o reconhecimento do trabalho e as formas de consumo contemporâneo. Como apontado anteriormente na pesquisa, Hannah Arendt (1983) afirma que na modernidade houve a vitória do sujeito *animal laborans*, aquele sujeito retido na mera reprodução e manutenção da vida por uma questão metabólica e de deficiente valor social pela força do trabalho. Como a autora apresenta:

(...) sua preocupação fundamental são os meios da própria reprodução; e como a sua força não se extingue quando a própria reprodução já está assegurada, pode ser utilizada para a reprodução de um processo vital, mas nunca produz outra coisa senão a vida (ARENDETT, 1983, p. 99).

Para a autora, a vida, nesse sentido, está atrelada apenas à condição biológica de sobrevivência, uma forma marmorizante de compreender o estado de viver em sociedade que não traz grandes benefícios à coletividade, tampouco expressa ações políticas. A intenção dessa exposição é de apontar que mesmo operando em referências epistemológicas diferentes, a naturalização do labor como condição humana abre portas para que essa situação seja considerada naturalizada para a vida do indivíduo e, até mesmo, em sociedade, algo bem semelhante ao que foi estruturado por Fromm sobre a naturalização das patologias. Subverter a condição da vida sob a artificialidade do mundo construído pelo labor não deixa de ser perverso uma vez que a produtividade normatiza o labor à condição humana, assumindo ao sujeito o papel de força reprodutora da vida pela atividade laboral. Além do mais, ainda existe a noção de reconhecimento social pela reprodução do labor como motivo, inclusive, para embasar as percepções de felicidade. Esse tema será abordado com mais afinco quando permear as práticas e os discursos da comunicação, em especial do jornalismo e fotojornalismo.

Em outro esquema de pensamento sobre perversões social, até mesmo bem-humorado, Dufour (2013) acredita que a cidade se tornou um espaço da pornografia que



pode abrir espaço para perversão quando ela é pensada como um modo de ferir e imputar uma imagem negativa ao outro de modo a humilhar a condição do outro pela exposição do sexo e dos desejos, algo bem semelhante ao atribuído à figura de Dilma Rousseff. Para apresentar suas convicções, o autor relata sobre os movimentos de corrupções que aconteceram na França e também em outros países pelo mundo em alguns momentos da história, como a crise mundial de 2008 que também foi sentida pelo país e, como forma de desmerecimento e desmoralização, houve uma corrente muito forte entre os franceses de desrespeito à figura do então presidente Nicolas Sarkozy e da primeira-dama Carla Bruni. Após o casamento deles, vários e-mails com fotos de Carla nua ou semi-nua, na época em que era modelo, passaram a circular no espaço virtual como estratégia de desestabilizar o governo de Sarkozy. A chamada *pornocracia*, conceito elaborado por Dufour estabelece justamente a intenção de desqualificar o outro da sua função social fazendo uso de imagens pornográficas para que isso aconteça. A perversão social prevista pelo autor não se limita a esses movimentos, mas também em acompanhar os passos do caso em evidência, vasculhar suas preferências de perfumes, roupas, por exemplo, uma invasão sem propósito que não traria qualquer motivação para o crescimento da coletividade e de engrandecimento político. É interessante perceber também que, mesmo não citando as referências de midiatização e de cultura, Dufour aborda fortemente essas questões para perenizar as manifestações perversas na cidade que promovem o que ele denomina como sendo *lições perversas*, que seriam os movimentos que perpetuam os traços e signos perversos enquanto códigos morais.

Momentos como esse, ainda mais dentro de uma situação crítica que se agrava por uma crise mundial, surgem figuras que usurpam dessa condição para usufruírem de brechas e gretas deixadas no espaço público para a deterioração social; são os chamados *atores não-sociais*, sujeitos identificados por Touraine (2011) como aqueles que não contribuem para as ações de reintegração social e que visam objetivamente ações que promovam o lucro próprio, a atuação desses sujeitos usurpa da condição de instabilidade ou vulnerabilidade de um sujeito ou de um segmento social muito específico para o benefício próprio. Como exemplo, o autor aponta a crise política sofrida pela Itália que proporcionou o surgimento de Bernardo Berlusconi como presidente da república e também a crise mundial de 2008 que teve repercussões mundiais na economia e estabilidade financeira de muitos países:

Numa crise não existe propriamente atores sociais, já que os financistas não se definem senão em termos de lucros (...). É esta realidade nova que autoriza a

qualificar os atores como não mais sociais, isto é, situados por seu lugar nas relações sociais, mas como identificados por sua relação consigo mesmos e sua legitimidade própria, estas se contrapondo às determinantes sempre mais definidas em termos econômicos globais (TOURAINÉ, 2011, p. 136-140).

Cabe um apontamento na citação do autor que dialogam com os conceitos das perversões que são: *sua relação consigo mesmo e legitimidade própria*. Pelas análises fundamentadas até agora nessa pesquisa é pertinente considerar que tais ações caracterizam funções perversas, uma vez que há um movimento de histeria de autodefesa em nome do gozo pelo reconhecimento de ações egóicas e, também, a formação de dinâmicas e morais próprias que serviriam para reger as orquestrações econômicas, ou seja, as movimentações econômicas, para o autor, se sobressaíram em momentos de crise, a despeito de serem levadas em consideração a situação política. Essas funções possivelmente não trazem benefícios à coletividade, por que a atuação desses atores é ilegítima na questão de colaborar para o espaço político:

Os mecanismos econômicos se desvinculam das condutas sociais (...) é o desaparecimento dos atores propriamente sociais. A massa de fenômenos econômicos arrasa as iniciativas sociais, e se os atores não podem mais ser sociais, e não querem mais sê-lo, é porque eles mudam de natureza e particularmente de princípio de legitimidade (TOURAINÉ, 2011, p. 148).

A colocação de Touraine elucidada sobre os movimentos que são realizados por determinadas camadas guiadas pelas possibilidades de lucros com as ações especulativas, mesmo que para isso seja necessário refazer novas articulações de leis que, a priori, seriam consideradas benéficas, todavia, apresentam soluções ainda mais amargas para o sistema social. Como aponta Octavio Ianni (2004), sobre outras facetas do capital contemporâneo que ele denominou como o conceito de *destruição criativa*, consiste na operacionalização de medidas culturais da globalização, desenvolvimento de tecnologia e reconfigurações do trabalho e salários para camuflar ações que visam a destruição do trabalho em nome da promoção do capital:

(...) o capitalismo é um vasto, complexo e sempre expansivo processo político-econômico e sociocultural que leva consigo a vocação de produzir e reproduzir, criar e recriar, inovar e substituir, engendrar e destruir. (...) destruir para criar; inovar; obsoletando mercadorias e tecnologias; substituir o capital constante instalado por outro e novo capital constante. Esse é o percurso da reprodução ampliada do capital, da busca do lucro, da produção de mais-valia, envolvendo contínua e reiteradamente a concentração e a centralização crescente de capital (IANNI, 2004, p.144).

Sob a ótica de Ianni, as ações que são propostas segundo a qualidade de salvar e proteger o cidadão, na verdade, não é sentida por todos, tão pouco na mesma condição.

Possivelmente durante os momentos de crise, as medidas adotadas pelos atores não-sociais tenham como consequência o desemprego, a fragilidade ainda mais acentuada do sistema financeiro, a distinção mais acentuada de classes e a normatização da pobreza e diferenças sociais. Por isso Ianni (2004), sob sua perspectiva, considera “o processo de destruição criativa tende a ser criativo para os detentores do poder político-econômico” (IANNI, 2004, p.145). Ainda na esteira do pensamento dele, essas novas nuances do capitalismo podem ser interpretadas como fomento para a violência institucionalizada ainda mais grave, uma vez que sujeitos, ainda mais aqueles pertencentes às economias periféricas, realizam movimentos imigratórios em busca de melhores condições de trabalho, vida e segurança e tornam-se alvos de discriminações por outros países. A violência se perpetua e reverbera em circuitos perversos que reconhece no outro uma ameaça em potencial para o próprio bem-estar como aponta Forrester (1997):

(...) O racismo e a xenofobia exercidos contra jovens (ou contra adultos) de origem estrangeira podem servir para ocultar o verdadeiro problema, da miséria e da penúria. Costuma-se limitar a condição de ‘excluído’ a questões de diferenças de cor, nacionalidade, religião e cultura, que não teriam nada a ver com a lei dos mercados. Entretanto, são os pobres, como sempre e desde sempre, que são excluídos. (FORRESTER, 1997, p. 59).

Pelas considerações dos autores, é possível, mesmo que de forma elementar, diagnosticar como alguns movimentos perversos são edificados e estão engendrados em outras estruturas igualmente perversas que juntas oferecerem propostas discursivas para o fomento de culturas e representações de preconceito e distinção. Como exemplo dessa condição se encontram as articulações do capitalismo que camuflado compromete-se à oferta de prosperidade e desenvolvimento; sob outro olhar as consequências dos movimentos migratórios para a estigmatização e humilhação de migrantes no cenário público. Além disso, as explanações dos autores comungam na intenção de reorganizar as próprias leis com o objeto de promover exclusivamente ações egóicas, enfraquecendo as referências do coletivo e objetivando o gozo, independentemente da ação. A *pornocracia* idealizada por Dufor (2013), a *destruição criativa* proposta por Ianni, os *atores não-sociais* de Touraine não se encontram distantes quando o que os aproximam são justamente as intenções egóicas de reorganização social que projetam seus desejos em nome de prazeres. A atuação dos atores não-sociais pode ser observada nas iniciativas da destruição criativa e também da pornocracia, já que essas propostas oferecem o gozo pelo rebaixamento do outro de tal modo que não reconhece limites para a destruição.

Pelas palavras de Dufor (2013), a qualidade de gozar não se encontra apenas na dimensão sexual, mas também na posse e na dominação, o que inclui também o conhecimento, o saber. Entre as propostas mais obscenas refletidas pelo autor são as que fazem parte do sistema econômico que consistem em conceder lucros exorbitantes, “fora de toda medida, aos dirigentes das grandes empresas que prosperam em nossa economia desregulamentada” (DUFOR, 2013, p.19), nem que para isso seja necessário exercer gestão fraudulenta dos negócios, recorrer à lavagem de dinheiro, desvio de verba pública, acordos entre outros sujeitos e empresas dispostos a obter lucro e dinheiro a quaisquer intenções.

A conduta apontada pelo autor é praticamente um imperativo categórico contemporâneo: Goze! Nesse momento é importante considerar que essa intenção foi pensada por Lacan (2008) ao diálogo que estabeleceu a partir das referências de Marx sobre *mais-valia*. Já que há algo decorrente do sobre-trabalho, que é a *mais-valia*, Lacan se apodera desse conceito e fundamenta o *mais-de-gozar*, ou seja, assim como a *mais-valia* seria a expropriação do valor do trabalho, ele observou que há possibilidade de gozo para aquilo que é expropriado do sujeito para o gozo de um Outro. Por essa observação, o sujeito acredita que está gozando, todavia, há uma força engendrada que não legitima seu gozo, mas o gozo d’Outro, por isso, *mais-de-gozar*, o que naturaliza muitas das relações sociais, não só, mas também, as relações de trabalho e produção, mas todas aquelas que são motivadas com a intenção de gozo para além daquilo que é possível gozar.

Dufor (2013) pontua que a atual conjuntura, denominada por ele como sendo pós-modernidade<sup>41</sup>, há uma permanente incitação ao gozo, minando as possibilidades de narrativas teológicas ou políticas, bem como ações que projetam ações ao coletivo e movimentos emancipatórios e sendo substituídas por “pequenas narrativas egolátricas, que sempre acaba com a exibição de seus pequenos gozos” (DUFOR, 2013, p.36). Assim, essas pequenas narrativas pensadas pelo autor são disseminadas pelo espaço social e tornam-se uma qualidade para viver, tomando conta de espaços públicos e privados, sendo concebidas como referências de espetacularização e também como “direito de cidadania” (DUFOR, 2013, p.37). É pertinente pontuar que a construção do imperativo de gozo é viável porque há indivíduos e sociedades que legitimam essas qualidades por

---

<sup>41</sup> O entendimento do autor sobre pós-moderno estabelece uma relação de novas significações e sentido para valores até então estagnados. Para refletir melhor sobre o assunto, Hall (2004) desenvolve que a atualidade permite novas reconfigurações identitárias pela cultura e reconfigurações tecnológicas.

uma relação de afeto e representação, isto é, esses comportamentos fazem sentido e são justificáveis dentro de determinadas culturas por que são regularizadas, mesmo que sejam por regras próprias como acontece nas montagens.

Além disso, o imperativo do gozo oferece brechas para o surgimento da atuação dos chamados atores não-sociais, como apresentado anteriormente. Dessa forma, o outro, bem com qualquer um, tem a condição de existência desde que a partir da sua natureza o *eu* possa usufruir para o exercício do gozo. Na moral perversa, o gozo é considerado um imperativo categórico, na mesma medida em que Kant<sup>42</sup> sugeriu como sendo uma moção moral e ética em que a sua ação possa ser uma lei universal e de tal forma que a ação seja sempre um fim, e não um meio. Há códigos morais que fortalecem a cultura perversa de usurpação, o que proporciona a fundamentação de circuitos que oferecem sentido a discursos e práticas perversos que são reverberados por esses indivíduos que naturalizam esses movimentos de modo normatizante.

Perceber os movimentos das perversões no meio social é algo muito renitente nas práticas e discursos contidos no cotidiano. Todavia, torna-se quase que impossível elencar todos os episódios. Enquanto discurso social, a perversão apresenta uma série de facetas que, muitas vezes, se encontram camufladas no cotidiano mais banal de uma sociedade seja porque nunca houve questionamento das suas consequências, seja pela condição cultural que foi estruturada como um código moral. Vale a pena reforçar que a perversão no meio social se torna frutífera ao passo que encontra um terreno neurótico para sua prosperidade, esse panorama é propício para que os discursos promovam hierarquizações e distinções e se edifiquem na intenção de articular para o gozo, movimentação que não está descartada nas práticas e mecanismos da comunicação. Esta perspectiva foi construída pela necessidade da realização do *impeachment*; sujeitos que se reconheciam fora do esquadro do gozo, perceberam a necessidade de gozar, a despeito dos valores em questão. O próximo capítulo da tese apresenta trechos das práticas da comunicação associadas às perversões seja no jornalismo, publicidade e propaganda, programas de televisão ou modos de sociabilidade e convivência.

---

<sup>42</sup> De modo sintético, o imperativo categórico empreendido por Kant relaciona-se ao *princípio de universalidade*, ou seja, não o desenvolvimento de particularidades que justifiquem variações de valores morais de tal forma que a ética seja compreendida como práticas e discursos universalizantes que, inclusive, não reconhece particularidades ou individualidades.

## 8- Perversão rima com comunicação: nuances perversas no jornalismo e publicidade

Não raramente, práticas perversas são socialmente aceitas por que justamente passaram por ressignificações culturais e de valores ou, até mesmo, porque há discursos que legitimam possíveis práticas perversas. Roudinesco (2008) apresentou esse movimento como, por exemplo, a despatologização das homossexualidades enquanto um desvio mental ou uma conduta a ser corrigida. A conquista de medidas como essa são louváveis porque, além de não estigmatizar sujeitos, promovem perspectivas de acolhimento social e abrem portas para o reconhecimento de sociabilidades e subjetividades em ações políticas. Da mesma forma que ações como essa podem ser libertárias de estigmatizações, em outros contextos, outras ações e atitudes podem receber o afrouxamento da conceituação perversa e tornarem-se naturais por uma questão cultural, ainda mais quando a necessidade de reconfiguração envolver promoção de lucros pela exposição do outro como, por exemplo, os programas de *reality-shows* e a naturalização da exposição da dor do outro pelos discursos midiáticos, esse tema será abordado com mais aprofundamento no decorrer da pesquisa. A exploração dos *reality-shows* exploram homens e mulheres enquanto vitrines rentáveis por promover o lucro para a própria emissora e anunciantes.

Na obra *O voyeur* (2016), Gay Talese, um dos expoentes do jornalismo literário, modalidade de produção jornalística que subverte os cânones do texto dessa qualidade de escrita, tornando-o mais literário), relata a história<sup>43</sup> de um dono de motel que, através de uma falsa abertura de circulação de ar, conseguiu por muitos anos espiar práticas sexuais de seus hóspedes. Gerald Foos foi casado por duas vezes e levava uma vida convencional na cidade de Aurora, estado do Colorado. Além disso, o *voyeur*, como Talese se refere ao proprietário do estabelecimento, testemunhou abusos sexuais, práticas incestuosas e até um assassinato. O personagem reconhece que seu comportamento além de ser ilegal era também imoral porque invadia a privacidade de pessoas, mas, mesmo assim, não abandonava a prática<sup>44</sup>.

Em um dos últimos encontros com o escritor, Foos alega que suas observações escondidas, enquanto era dono do motel, eram *inofensivas*, ao perceber os olhares

---

<sup>43</sup> Mesmo o autor garantindo que a história é verdadeira, há posicionamentos que questionam o modo como Talese aborda os fatos.

<sup>44</sup> Nessa passagem que o personagem da história pode ser considerado perverso, uma vez que vai ao encontro da fantasia elaborada pelo perverso “eu sei, mas mesmo assim...”, desenvolvida por Mannoni (1973);

panópticos e de vigia sobre a sociedade contemporânea por equipamentos de segurança como as câmeras instaladas em espaços públicos. Em uma das passagens do livro, ele considera, mesmo sem o reconhecimento acadêmico, noções de mediatização da cultura:

(...) O voyeurismo do governo está saindo da toca. O Big Brother incorporou nossas vidas, nossas opiniões, nossos processos de pensamento – somos todos gravados eletronicamente. Só sabemos que estão lá. Conteí vinte câmeras de vídeo em seu hotel Embassy Suites [hotel em que o escritor ficou hospedado e onde aconteceu esse encontro] esta manhã. Não existe qualquer justificativa para esse grau de voyeurismo no Embassy Suites. E repetiu o que me dissera muitas vezes no passado: o voyeurismo no Manor House [motel de propriedade de Foos] era “inofensiva”, por que os hóspedes não sabiam dele e seu propósito nunca fora armar uma cidade, prender ou criminalizar alguém. Mas sugeriu que o voyeurismo efetuado pelo governo que conhecemos hoje é essencialmente um jogo de coleta de provas; e quem se opõe ativamente a essa tecnologia invasiva neste momento, neste período de excesso de proteção pós-Onze de Setembro, pode ser visto como antipatriota ou mesmo traidor (TALESE, 2016, p.212).

As câmeras e dispositivos eletrônicos tornaram-se instrumentos importantes para além da oferta de segurança, são compreendidos como modos de sociabilidade e também de comunicação. Assim como foi na perspectiva foucaultiana de controle e disciplina de corpos e subjetividades pela instrumentalização da sociedade pelos discursos médicos, pedagógicos e jurídicos. Na contemporaneidade esses referências tomam outros contornos e passam a ser operacionalizados também segundo uma ordem tecnológica visual, não exatamente da mesma forma como o panóptico foi pensado no século XVI, mas enquanto aliado na promoção de gozo e segurança pelo usufruto de um espaço isento de medo. Ver e ser visto, acompanhar e ser acompanhado deixaram de ser estratégias exclusivas de órgãos competentes de investigação para integrarem a paisagem urbana e também estabelecer laços de convivências e modos de comunicação. Assim, a segurança, na verdade, até pode ser exercida contra a criminalidade, assaltos, furtos, todavia, abre precedentes para a invasão de privacidade, quebra de liberdade e exposição da condição do outro.

Obviamente, que algumas dessas capturas imagéticas trazem benefícios ao espaço político como a realização de denúncias ou ações fraudulentas, em contrapartida, não raro, trechos de vídeos circulam no espaço virtual e são compartilhados em redes sociais que mostram pessoas em situações delicadas, embaraçosas e que são capturadas por câmeras de vigilância. Essas imagens trazem nuances de erotismo, despertam os desejos e reverterem o sentido da produção dessas imagens de um sintoma de segurança para uma porta entreaberta ao erotismo.

Dentro desse esquadro é que se encontra uma das possibilidades de perversão dentro do universo da comunicação, enquanto possibilidades de produção imagética ou no compartilhamento desses discursos. Esses tópicos serão guias importantes para que reconheçamos as perversões nas construções discursivas e imagéticas da comunicação em suas diversas áreas de atuação sejam nas práticas do jornalismo, nos discursos da publicidade ou nas imagens que compõem o fotojornalismo. Com o avançar da pesquisa, perceberemos que a perversão na comunicação pode ser vista em discursos e torna-se presente também, mesmo que de modo sutil, camuflando intenções, distinguindo pessoas, estabelecendo hierarquias e, principalmente, refutando movimentos de alteridades e prosperando em circuitos, já que tem o apoio da sociedade para essa formação de cultura.

Outra seara das práticas da comunicação também apresenta traços perversos em suas produções, reproduções e ressonâncias no meio digital, promovendo a circulação e o compartilhamento de imagens, vídeos, textos, memes e outros conteúdos principalmente por dispositivos móveis na ausência de fortes impedimentos. É pertinente considerar que a cultura de compartilhamento não apresenta obrigatoriamente qualquer essência perversa, a despeito de não reconhecer limitações quanto ao tempo e ao espaço, todavia suas práticas tornam-se perversas a partir do momento que desqualifica e dessubjetiva a condição do outro da qualidade política e pública.

A cultura de compartilhamento foi concebida na intenção de promover conhecimento e informação coletivizados, havendo a possibilidade, inclusive, de acesso gratuito aos conteúdos elaborados pelas mais diferentes pessoas. Em plataformas digitais, são reconsideradas as fronteiras de espaço e as limitações do tempo, o conhecimento seria disseminado em espaços *wikis* que prezam pela contribuição voluntária para sites e blogs, assim, os usuários podem fornecer informações e essas poderiam ser editadas e modificadas segundo o propósito de trazer contribuições ao compartilhamento de conhecimento. Pierre Lévy (1999), ao relatar sobre a cibercultura, também deixa claro o desenvolvimento que o universo digital proporciona quanto ao compartilhamento de conhecimento em escalas nunca dantes vistas até a projeção do espaço digital. Em outro estudo, ele apresenta a contribuição que todos podem oferecer à produção, disseminação e circulação de conhecimento ao abordar a *inteligência coletiva* ao considerar que esse tipo de inteligência é “distribuída por toda a parte, na qual todo o saber está na humanidade, já que, ninguém sabe tudo, porém todos sabem alguma coisa (LÉVY, 2007, p. 212).



Nessa perspectiva que a comunicação fundou outras propostas de cultura que, além de estabelecer outras formas de comunicabilidade, também ressignificou as relações com o tempo e o espaço e as potências de sociabilidade. A desterritorialização do espaço pelas tecnologias móveis e digitais ratificou a ubiquidade da comunicação no cenário social reconsiderando também os papéis de emissores e receptores nas práticas comunicacionais. Segundo novas reconfigurações propostas pela comunicação digital, as figuras de emissor e receptor encontram-se com identidade suspensa, pois, pela cultura de compartilhamento, todos podem ser produtores e receptores de conteúdos, até porque qualquer interlocutor pode reconsiderar, ponderar, extrair e acrescentar informações aos conteúdos, dissolvendo qualquer condição de linearidade ou previsibilidade dos processos da comunicação. Da mesma forma que a cultura de compartilhamento pode trazer benefícios ao espaço político promovendo a circulação de conhecimento e incentivando novas estratégias de comunicação, por outro lado a objetificação da condição política do outro, a necessidade de promover a humilhação e a exposição alheia também podem ser práticas perversas atreladas às interfaces da comunicação.

A exposição de homens e mulheres nus ou em situações embaraçosas ou íntimas torna-se perversa na intenção de promover a desqualificação da sua condição subjetiva e pública, por mais esse motivo que a divulgação de conteúdos que apresentam esses traços não pode ser compreendida como sendo vazamento, mas sim, compartilhamento; essa atitude é consciente e previsível.

Fotografar-se ou fotografar o outro e publicar essas imagens não é uma prática recente, nem mesmo a divulgação desse material em meios de comunicação. É o caso dos classificados da revista *Private*, revista erótica pertencente à Galvão Editora que apresenta ensaios fotográficos de homens, mulheres e de sexo explícito e que até hoje mantém a proposta editorial de estampar imagens de pessoas nuas na busca de parceiros sexuais. Com a cultura digital e de compartilhamento, o que antes estaria restrito a alguns veículos de comunicação não há limites para a divulgação dessas imagens. Blogs, sites, aplicativos promovem a circulação de conteúdos íntimos e privados sem restrições. Não raro é possível encontrar sites que disponibilizam pornografia com links de acesso a conteúdos eróticos amadores ou feito a partir de dispositivos móveis em banheiros públicos, vestiários e saunas como alguns vídeos dos sites *XTube*, *Xvideos*, por exemplo. Conteúdos semelhantes podem encontrados em sites e blogs que oferecem gratuitamente vídeos e imagens de homens e mulheres nus, transando ou em situações de privacidade, sejam elas simuladas ou verdadeiras.

Há sites que disponibilizam perfis de usuários que registram suas próprias transas, são vídeos que são capturados por webcams e há também usuários e produtoras que gravam seus produtos dentro da perspectiva amadora, simulando voyeurismo, desenvolvendo uma proposta diferente dentro da indústria da pornografia. Na mesma medida, homens e mulheres também se expõem a lentes de uma câmera para atrair parceiros sexuais oferecendo outra prática de exibicionismo pelas vias digitais. Como é o caso da produtora *The Maverick Men*, em que o casal gay idealizador dispõe transas esporádicas na internet e hoje, além do site próprio para comercialização de acesso, o empreendimento se consolida como um dos perfis mais visitados no Xtube. (CLARKE, 2011). A captura e divulgação desses conteúdos trazem sinais perversos pelas novas propostas de exibicionismo ou voyeurismo, povoando o espaço digital, trazendo, inclusive, lucratividade, visibilidade e possibilidades de acordos financeiros e patrocínios aos sites que apresentam esse conteúdo. Por esse olhar, a apropriação dessas práticas pelos discursos e prática do capital é o que naturaliza e condiciona essas ações ao campo da normalidade. Aquilo que seria um desvio de conduta passa a integrar uma rede simbólica de práticas culturais viáveis e aceitáveis.

Mesmo reconhecendo que há legislação própria para esse tipo de crime<sup>45</sup>, que prevê privação de liberdade e multa, o sujeito renega essa condição de impedimento em nome do prazer narcísico de autoafirmação, um gesto perverso para anular a dignidade do outro. Entre os casos de violação da liberdade pelo compartilhamento de imagens íntimas, uma adolescente de 16 anos se suicidou em 2013, na cidade de Veranópolis (RS) ao saber que suas imagens com os seios à mostra estavam circulando pela internet<sup>46</sup>. As imagens teriam sido feitas pelo ex-namorado da garota e disparadas após o término do namoro. O mesmo final trágico teve outra adolescente em Parnaíba (PI) quando ela se matou após saber que o vídeo em que ela e mais um casal praticavam sexo estavam circulando na internet<sup>47</sup>.

Essa pesquisa considera que o avanço da distribuição e produção de imagens íntimas foi possível segundo algumas mudanças culturais. O primeiro deles se refere quanto às mudanças na produção imagética que foram reconfiguradas com as tecnologias

---

<sup>45</sup> Como exemplo, a lei 12.737 de 2012, a chamada lei “Carolina Dieckmann”, que faz alusão à atriz brasileira que teve fotos nuas divulgadas sem o consentimento, que torna crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares.

<sup>46</sup> Ver em <http://oglobo.globo.com/brasil/jovem-comete-suicidio-depois-de-ter-fotos-intimas-vazadas-na-internet-10831415>. Acesso em 09 de jan. 2017.

<sup>47</sup> Ver em <http://oglobo.globo.com/brasil/adolescente-se-mata-apos-ter-video-de-sexo-com-um-casal-divulgado-na-internet-10782350>. Acesso em 09 de jan. 2017.

digitais. O processo fotoquímico de revelação e produção de fotografias deu espaço para os cálculos de algoritmos e combinações matemáticas, surgindo as imagens digitais como propostas dentro do universo imagético. Com essa possibilidade de produção, as imagens podem ser feitas em dispositivos mais ágeis como celulares e tablets, o que promove a economia de tempo, espaço e trabalho, o que dispensaria, dependendo do caso, a necessidade de investimento profissional; qualquer um teria a possibilidade de produzir fotos e vídeos digitais amadores, bem como armazená-los e distribuí-los.

Na esteira desse acontecimento, o outro movimento é o desmembramento da forma de produção, são os meios de reverberação. Com o advento da Web 2.0 e a possibilidade de acesso à internet por dispositivos móveis, há a promoção e disseminação de informações que não reconhecem limites e barreiras quanto ao tempo e ao espaço. Dentro dessa alternativa, a cultura de compartilhamento de conteúdos e a participação de vários interlocutores na produção desses conteúdos proporcionaram também a cultura participativa. Esse movimento foi muito bem pensado por Jenkins (2008) ao que se refere sobre a cultura de convergência. Para o autor, o desenvolvimento tecnológico, principalmente o digital, não ocasionaria a morte dos demais meios existentes, ainda os analógicos (rádio, jornal, televisão, cinema, etc...), mas haveria uma simbiose entre esses discursos na produção de um meio mais interativo e a oferta de novas propostas de interfaces para a produção de conteúdos.

Por essa nova proposta cultural, Jenkins também acreditou que as delimitações entre emissores e receptores seriam ressignificadas, o que de fato aconteceu com outras iniciativas discursivas e os dispositivos portáteis. As imagens, sons e demais conteúdos coletados desses aparelhos podem girar o mundo por questão de minutos, sendo reverberados em escalas planetárias. Desse modo que as imagens íntimas apresentam alcance praticamente infinito, sendo disseminadas em escalas que se encontram fora de controle, sem contar da facilidade de armazenamento e consulta, uma vez que são arquivos digitais.

A cultura de compartilhamento torna-se perversa a partir do momento em que a intenção do material produzido se enverada para outras atuações, como foi o caso em que vídeos de uma cirurgia realizada no Hospital Universitário (HU), da Universidade Estadual de Londrina (UEL) caiu na internet e provocou a exposição do paciente. A cirurgia tratava da remoção de uma piramboia, peixe de água doce, introduzida pelo paciente pelo ânus. Aquilo que poderia ser utilizado como material de instrução para alunos e professores torna-se uma ferramenta de desqualificação e humilhação do outro

que evidencia a instrumentalização da condição de vulnerabilidade e fragilidade do paciente no momento de uma cirurgia<sup>48</sup>. Alunos residentes do curso de medicina da instituição divulgaram a intimidade do paciente, sua sexualidade e sua dignidade de forma aviltante e agressiva. Um sinal claro de perversão e humilhação. Esta passagem que seria mais um exemplo do pensamento de Mannoni “eu sei, mas...”.

Aquilo que seria um momento de resguardar a privacidade, já que o paciente se encontrava em momento de delicado, recebeu o escárnio e o desmerecido daqueles que deveriam zelar pela saúde e bem-estar do paciente. Por essa atitude, é importante considerar a hierarquização que foi construída entre o grupo que usufrui de privilégios e aqueles que, segundo a montagem estruturada, são dignos do descaso, muito semelhante ao que Foucault acreditava sobre a relação de saber-poder ao compreender as ciências biológicas e jurídicas na concepção de verdade e poder, levando em consideração ainda as questões de sexualidade para a difamação do paciente, expondo-o de maneira tão agressiva e desrespeitosa.

A exposição do outro não apenas torna-se perversa apenas quando o caso envolve temas sobre a sexualidade. A dor, o descaso e a ofensa são alguns dos artifícios utilizados para a promoção da cultura de compartilhamento perverso. Em junho de 2017 circulou pela internet o vídeo de um rapaz que teve a testa tatuada após ser apontado como suposto autor da tentativa de furto de uma bicicleta, em São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo<sup>49</sup>. O rapaz acusado de furto é menor de idade, tem problemas de dependência química e, segundo a família, apresenta transtornos mentais. De acordo com os meios de comunicação que apuraram o caso, duas pessoas, Maicon Carvalho dos Reis, tatuador, e seu vizinho, Ronildo Moreira de Araújo, teriam testemunhado a possível tentativa de furto. Entretanto, para conter o menor de idade, a dupla o levou à pensão em que Maicon morava e enquanto ele tatuava na testa do menor: *Eu sou ladrão e vacilão*, Ronildo produzia o vídeo da cena a partir do celular. Uma iniciativa de justiceiros da sociedade.

Não demorou para que o vídeo passasse a circular livremente no meio virtual enquanto um sintoma evidente da estupidez e da perversão praticadas por homens comuns. Mesmo após a insistência do rapaz de não querer ser tatuado, a tortura feita pelos

---

<sup>48</sup> Ver em <http://noticias.r7.com/saude/fotos/imagens-fortes-medicos-tiram-peixe-vivo-de-intestino-de-homem-em-londrina-pr-07112014>. Acesso em: 09 de jan. 2017.

<sup>49</sup> Informações sobre o caso podem ser vista em: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/jovem-acusado-de-roubo-e-torturado-e-tatuado-sou-ladrao-e-vacilao-11062017>. Acesso: 13 jun. 2017.

agressores de deixá-lo escolher o local da tatuagem (o rapaz pediu no braço, mas eles a fizeram na testa) e a disseminação das imagens tornam-se claras as intenções de promover circuitos perversos pela cultura de compartilhamento. A dupla foi presa em flagrante e condenada por crime de tortura e cárcere privado. Como o fato perturbou a opinião pública, houve à altura financiamento coletivo para reparar a tatuagem do corpo do rapaz.

Em ambos os casos, a produção e veiculação do filme fogem do esquadro da sanidade e da consideração da qualidade do outro no espaço público, é o expoente da humilhação da condição humana. Da mesma forma que o gesto desses agressores é repudiável, a perversão também se encontra em circulação em comentários dos interlocutores dos conteúdos dos sites que noticiaram o ocorrido. Em assuntos polêmicos como esse, o espaço reservado aos comentários de leitores é um caldeirão de perversões. Logicamente que a virtualização dos discursos postados e a possibilidade de forjar a identidades nesses espaços encorajam qualquer ilustre desconhecido a defender qualquer posicionamento, mesmo que isso seja para expressar-se em um espaço de postagens como são os destinados a comentários, ou apenas para efervescer ainda mais as discussões que já são polêmicas.

A despeito da intenção e da promoção pretendida, discursos<sup>50</sup> como “Vivemos em um brasil com extrema inversão de valores. onde bandido é vítima e e vitima é punido” e “Fazer vaquinha pra ajudar o morador de rua sem perna que ele queria roubar a bicicleta ninguem quer, agora pra ajudar bandido os guerrilheiros de iphone seguidores de tico santa cruz e cheguevara aparecem correndo, total inversao de valores<sup>51</sup>” elucidam o quanto estamos longe de movimentos que promovem a alteridade, a ponderação nas

---

<sup>50</sup> Os comentários foram extraídos da página: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/tatuador-e-presopor-tortura-apos-escrever-eu-sou-ladrao-e-vacilao-na-testa-de-adolescente-no-abc.ghtml>. Acesso: 13 jun. 2017. Dessa forma, não foram corrigidos possíveis deslizes ortográficos e de concordâncias verbal e nominal, bem como acentuação e pontuação. Além disso, a identificação dos autores das postagens também não seria divulgada nessa pesquisa.

<sup>51</sup> Nesse comentário em específico, há informações confusas e distorcidas. A primeira delas é quanto ao *morador de rua sem perna*. Esse personagem possível se refere ao dono da bicicleta que seria artigo de furto; ele é deficiente físico e se mantém do dinheiro da venda de doces e do dinheiro que o oferecem na mendicância. Quanto aos nomes *tico santa cruz* e *cheguevara*, também possivelmente, o autor da postagem refere-se ao cantor brasileiro Tico Santa Cruz que se posiciona abertamente como simpatizante do pensamento de esquerda e Ernesto Che Guevara, revolucionário que comandou junto a Fidel Castro a Revolução Cubana em 1959 para a implantação da socialismo em Cuba. Todavia, não reconhecemos pontes entre o episódio da tortura sofrida pelo menor e a relação com figuras que se identificam com posicionamentos de esquerda. Mais uma vez, de forma rasa e rasteira, as paixões que deveriam ser silenciadas para o funcionamento adequado do espaço público tomam conta das movimentações políticas por sujeitos convencionais.

paixões e reconhecimento de determinados sujeitos nos espaços políticos e públicos para o desenvolvimento social.

Como compreender os sujeitos que promovem o compartilhamento de conteúdos calcados na humilhação e na desqualificação do outro? Quais qualidades possuem ao se considerarem acima do bem e do mal na condição de escolher aquilo que precisa ser exposto de modo tão aviltante? E ainda, onde se encontra o problema de ajudar por campanhas coletivas a assistência ao rapaz acusado de roubo? Por não haver qualquer resposta minimamente razoável é que voltamos aos conceitos desenvolvidos anteriormente sobre a perversão pela teoria da psicanálise ao afirmar que esses sujeitos não reconhecem a visibilidade do outro e, assim, percebem no outro a instrumentalização para o próprio prazer; o outro não passa de um objeto, um caminho, um fetiche para alcançar o gozo desejado. Além disso, é perfilhar também como sujeitos comuns e convencionais promovem as perversões, seguindo os passos trilhados por Arendt ao apontar a banalidade do mal com sendo o sintoma de práticas exercidas sem a devida importância e necessidade de reflexão, percebendo que o mal circula de modo livre, inclusive, como código moral e de sociabilidade, associada a estas explanações, há a consideração, já mencionada anteriormente, da adesão pelo afeto desenvolvida por Safatle. Mesmo que sejam blefes as postagens nos espaços reservados aos comentários, a finalidade do compartilhamento de vídeos como esse não contribui para o desenvolvimento da concepção de política, por que essas atitudes dizem respeito a questões narcísicas e ao mau empreendimento de defesa do espaço público.

Retornando às obras de Gay Talese, ele disse no seu livro *O reino e o poder*, de 1969 que “Em sua maioria, os jornalistas são incansáveis voyeurs que veem os defeitos do mundo, as imperfeições das pessoas e dos lugares” (TALESE, 2016, p.27). Mesmo reconhecendo essa capacidade de produzir jornalismo, Talese afirma que em suas produções sempre teve o compromisso com ética com isso, apresentar a realidade dos fatos e também de relatar somente as pessoas com quem tivesse consentimento da observação dele tanto na obra citada. Foi assim no livro *A mulher do próximo*, que foi publicado no começo da década de 1970 nos Estados Unidos que apresenta formas nada convencionais de práticas sexuais entre homens e mulheres em casas de massagem de Nova York.

O autor pode atuar de acordo com a ética ao escrever seus textos e cerca-se de idoneidade e sensibilidade para apurar, construir e promover esses textos, todavia, como ele mesmo apresentou, a natureza da prática jornalista é calcada em traços perversos no

sentido de empreender forças e conhecimento para a construção dos textos para a apropriação e exposição da condição do outro. Isso não quer dizer que toda prática jornalística tem com propósito aniquilar e não reconhecer o outro no espaço social, mas suas práticas estão alicerçadas na inquirição de pessoas e fatos, na possível intromissão de intimidades, na exposição da vida e da imagem e na exposição de condições de vulnerabilidade. Esses movimentos, mesmo não sendo realizados segundo uma ordem de hierarquização e distinção social, são dotados de traços muito característicos de representações e práticas perversas.

Entrevistar, colher informações e expor essas falas em jornais, televisão, site ou onde quer que seja podem ser sinais perversos quando a intenção dessa montagem não favorece princípios éticos e morais. Além dessa natureza da prática jornalística, em outra vertente, a apuração da informação pode esconder uma relação de poder. Há critérios de noticiabilidade, assuntos que são passíveis de serem escolhidos para pautas no meio jornalístico, que muitas vezes podem ser calcados em referências de anulação ou espetacularização do outro e que abrem possibilidades de perversões. Essas propostas podem ser percebidas quando Erbolato (1991) afirma que um dos critérios é o *impacto* “é um abalo moral, causado nas pessoas por acontecimentos chocantes ou impressionantes” (ERBOLATO, 199, p.61); há também o critério de *aventura e conflito* que “são notícias de assassinatos, rixas e também as que revelam a audácia de indivíduos que planejam, como autênticos aventureiros, os golpes mais fantásticos, visando ao enriquecimento ilícito” (ERBOLATO, 1991, p.61). Há também o critério de *sexo e idade*, em que o autor hierarquiza os interesses de leitura de acordo com a classe social:

Esta classificação identifica-se, em alguns casos, com a raridade e ambas se confundem. A imprensa popular divulga muito sobre sexo, além de sangue e esportes. Fotos de mulheres despidas, assassinatos provocados por adultério ou amores contrariados, figuram na primeira página de todos os cadernos dos jornais dedicados às classes C e D. Casamentos entre pessoas de idade avançada, ou com diferenças acentuadas de anos entre o noivo e a noiva, ou uma pessoa que receba diploma de curso superior depois de setuagenária ou octogenária, são assuntos aproveitáveis jornalisticamente, para determinados vespertinos (ERBOLATO, 1991, p.62).

A situação fica ainda delicada mais quando se trata de apuração em *off*, a aquela declaração que é feita sem a identificação da fonte. Manter o anonimato da fonte é um recurso segurado pela ética dos jornalistas e um mecanismo muito eficiente para manter a segurança da fonte, todavia, é preciso haver sensibilidade e perspicácia do profissional

para perceber a quem a fonte em *off* está ligada, bem como os seus interesses, para que o jornalista não seja um integrante no circuito perverso de boatos e intrigas midiáticas:

O *off* obriga o repórter a ter um cuidado redobrado com a checagem. (...) O *off* ainda pode esconder jogos políticos e de poder. Alguém passa uma informação a fim de se beneficiar da reportagem sem que seu nome apareça. Por isso, o jornalista precisa confiar muito na “fonte” para perceber o que está em jogo (FLORESTA; BRASLAUSKAS, 2009, p.55).

A prática do *off* pode estar ligada a intenções de fontes que disseminar notícias falsas, levar falsos testemunhos e outras agendas que possam comprometer a qualidade ética da produção e veiculação da notícia, ainda mais na disseminação de *fake news*. O desejo de acompanhar, ver e repercutir assuntos referentes à morte ou sexo não estão limitados a classes desfavorecidas economicamente, mas a qualquer pessoa de qualquer extrato social, não executando também a nacionalidade, identidade de gênero ou quaisquer outras possibilidades classificatórias. Erbolato segue apresentando o critério *confidências* em que jornalistas e colunistas sociais especializados em acompanhar a vida de celebridades do meio artístico divulgam confidências das figuras relatadas. Pelo aparato metodológico desenvolvido nessa pesquisa, em determinadas situações, esses temas podem ser elencados segundo uma proposta perversa porque são férteis para a exposição, menosprezo e espetacularização. Esses fatos podem ser praticados não com a intenção de promover um espaço de debate, mas um terreno de conflito infrutífero para reflexão política. Qual seria a intenção de uma publicação ou de um site de apresentar como linha editorial baseada na exposição da sexualidade de um artista ou de estampar com veemência um cadáver ensanguentado em praça pública que não seja para chocar e, em nome disso, usufruir da venda, visibilidade ou acesso desses conteúdos? Por essas práticas e discursos que se encontram cristalizados, em alguns veículos de comunicação, as perversões como moral vigente.

Além da montagem irredutível da linha editorial, também estigmatizam leitores e fomentam hábitos de leituras que, por sua vez, tornam-se códigos culturais por uma questão de *habitus*<sup>52</sup>. Há uma força maior que está a par dos signos de poder que rege as propostas de noticiabilidades que fundamentam culturas e hábitos dentro das redações dos meios de comunicação. Essa prática, na mesma proporção que elenca alguns temas

---

<sup>52</sup> O termo *habitus* se baseia no conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu que se refere às mediações subjetivas do indivíduo que levam em consideração também questões referentes às sociabilidades que são organizadas em espaços sociais (escola, família, mídia, por exemplo). Essa mediação é o que estrutura as representações de identidades, matrizes culturais, promovendo ações e repertório tanto no âmbito privado como nas concepções públicas.



para a permanência constante nos discursos midiáticos, também isola outros temas ao limbo da visibilidade, da crítica e do debate. Essa medida torna-se possível também porque há o desenvolvimento de afetos entre os interlocutores para que determinados assuntos reverberem no espaço social.

Não raro, quando uma criança de classe média é assassinada, o acontecimento rende várias páginas em jornais e revistas e muito tempo da programação de emissoras de televisão e rádio, além da reverberação no espaço digital e redes sociais. Não raro também o acontecimento suscita clamor social, interfere de modo significativo, mesmo que temporariamente, nas relações pessoais e em determinados cuidados com crianças. Todavia, a mesma dedicação dos meios de comunicação não é empreendida na morte entre crianças de baixa renda, vítimas de tráfico, desnutrição ou em outras mazelas sociais que possam ser enfrentadas. A questão não é de desmerecer o sofrimento e a dor de uma família de classe média, todavia é importante considerar que os olhos dos meios de comunicação estão mais voltados aos sujeitos e grupos que usufruem da condição de poder à revelia de outros segmentos sociais, seja a ocorrência dessas mortes em âmbito nacionais ou regionais.

A distinção dos discursos midiáticos se encontra nessa forma de hierarquizar e oferecer visibilidade à dor daqueles que já apresentam reconhecimento no espaço social ou que, de alguma forma, compartilham de códigos de poder. Por que a morte do menino boliviano Brayan Yanarico Capcha<sup>53</sup>, filho de imigrantes ilegais no Brasil, não recebeu a mesma dedicação que outras crianças mortas em condição tão estúpidas como a morte de João Hélio<sup>54</sup> ou Isabela Nardoni<sup>55</sup>? O investimento da atenção em cada caso foi diferente. Porque Brayan não comoveu na mesma intensidade a opinião pública que os demais casos? A dor de um boliviano clandestino é invisível aos olhos de um brasileiro? Os critérios de noticiabilidade e práticas do jornalismo trazem nuances perversas em sua condição que se tornam convencionais nas práticas do dia a dia do exercício da profissão.

---

<sup>53</sup> Brayan Yanarico Capcha foi morto em 2013 após o assalto no local em que morava com a família na zona leste de São Paulo. A família dele morava no mesmo local em que trabalhava, em uma pequena confecção, e todos estavam ilegais no Brasil.

<sup>54</sup> João Helio Fernandes, morto em 2007, após o assalto do carro da mãe dele. Mesmo em posse do veículo, os assaltantes não atenderam ao pedido da mãe de socorrer o menino que ficou preso do lado de fora do carro pelo cinto de segurança. Assim, o corpo dele foi arrastado por sete quilômetros até a morte.

<sup>55</sup> Isabela Nardoni foi morta pelo pai Alexandre Nardoni e pela madrasta Ana Carolina Jatobá em março de 2008. Após ter sido asfixiada pela madrasta e defenestrada pelo pai do sexto andar do prédio em que morava o casal, a menina não resistiu aos ferimentos e morreu logo após a queda.

A intenção da reflexão sobre as teorias da comunicação não é de mostrar como essas são perversas, mas como essas teorias relatam passagens, comportamentos e referências que abrem possibilidades para movimentos perversos sobre atividades no campo da comunicação. Como exemplo, é a Teoria do Agendamento ou Agenda-setting. O desenvolvimento dessa teoria partiu da necessidade de refletir a comunicação não apenas como sendo uma manifestação mecânica e pragmática como foram as primeiras considerações epistemológicas da comunicação que estavam baseadas no pensamento de behaviorista de causa-efeito dos meios de comunicação. As primeiras considerações sobre a hipótese da Teoria do Agendamento foram feitas por Maxwell e Donald Shaw, na década de 1970, sobre campanhas eleitorais realizadas nos Estados Unidos. Os estudos na área avançaram e sugeriram o efeito social dos meios de comunicação. “(...) É a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá” (BARROS FILHO, 2001, p. 169). Dentro dessa perspectiva, é interessante perceber que o foco dessa teoria não é necessariamente perceber o que o público tem acesso, mas sobre e como falar acerca dos assuntos veiculados na mídia.

Por este olhar, os meios de comunicação exercem a capacidade de construir imagens, edificar conceitos, destacar sujeitos para a formação da sua identidade e representação conforme os interesses previamente traçados, o que, possivelmente, interfere na opinião pública. Como apresenta Brum (2003):

Os *mass media* centram a atenção em certas questões. Constroem imagens públicas de figuras políticas. Apresentam constantemente objetos que sugerem em que deveríamos pensar, o que deveríamos saber e o que deveríamos sentir (BRUM, 2003).

Quando há a necessidade de construir uma imagem acerca de sujeito, grupo ou acontecimento, essa estratégia torna-se perversa à medida que serão utilizadas montagens para a sua elaboração. Logicamente, nem toda a construção de imagens de figuras públicas ou políticas apresentam teor perverso, todavia, essa prática abre precedente para que isso aconteça, uma vez que há grupos que possam se privilegiarem dessa construção na intenção de regular informações, instrumentalizar e dessubjetivar daqueles que possam intervir na concretização do gozo. Como apresentado, a construção da montagem é a criação de uma realidade inverídica que mesmo assim é elaborada com o intuito de objetivar o gozo, seja do veículo de comunicação que terá benesses com esse movimento ou do sujeito ou grupo que será beneficiado com essa montagem.

Pela reflexão de Hohlfeldt (1997), a hipótese do agendamento tem como proposta a centralidade de elencar determinados assuntos e com isso destacando-os da variedade de outros assuntos que acontecem na sociedade. Por esses caminhos, a agenda-setting apresenta nuances que esbarram nas representações perversas. Na obsessão por um determinado tema se torna algo fetichizado, um desejo que se esvazia apenas com a adoção de outro tema que passe a circular e ocupar espaços nos meios de comunicação. Mesmo havendo essa potência, as montagens não estão distantes das concepções de representações sociais, ou seja, a construção das montagens acompanha códigos culturais de grupos e sujeitos. Para ilustrar essa movimentação midiática, o aumento do dólar em 1998, durante a Copa do Mundo que aconteceu na França. Enquanto o mundo estava vidrado nos jogos, resultados e nas conversas de bastidores sobre a seleção brasileira, no Brasil, o dólar atingia o valor superior a R\$ 4,00, um índice nunca alcançado até então, até mesmo de difícil aceitação nos anos de 2010. Mesmo com o alto índice de cotação estampado em páginas de jornal, poucas foram as matérias que explicariam o motivo de alta, ainda mais com o tema da Copa de Mundo em efervescência e a campanha um tanto quanto desastrosa da seleção brasileira.

A escolha de alguns temas à revelia de outros pode apresentar sinais perversos ao considerar que algumas abordagens e assuntos são dignos e pertinentes para comungarem do discurso midiático, a despeito de haver a persistência de determinados assuntos em circuito. Há também a necessidade de interferir não apenas naquilo que o público pode acompanhar, mas *como* pode acompanhar. Mesmo reconhecendo a capacidade de compreensão do público consumidor de conteúdos jornalísticos, para Maxwell McCombs e Donald Shaw, esse modo de atuação da comunicação no espaço social pode ser compreendido como possibilidade de normatização de subjetividades e modos de pensar. Por essa perspectiva, Foucault (2012) acredita que certos discursos e práticas são compreendidos como sinais de verdade porque gozam da qualidade de serem proferidos por sujeitos ou grupos que usufruem de condições de poder, conforme apresentado anteriormente. Assim como os discursos médico, científico e pedagógico que moldam subjetividades e anulam as particularidades de sujeitos, entram em cena também os discursos midiáticos que também podem oferecer essa intenção, pois estabelecem uma relação de poder e saber, o que ocasionaria na domesticação das subjetividades e, no caso, limitação dos modos de compreensão e interpretação.

Outro apontamento epistemológico que apresenta nuances perversas é o *gatekeeper*, também conhecido como o *porteiro* nas redações dos meios de comunicação,

uma vez que seleciona quais assuntos seriam pertinentes a integrarem as mensagens jornalísticas. Segundo critérios de noticiabilidade, alguns temas são propícios para circularem pelos noticiários, assim, dentro das redações, esses critérios atuariam como espécies de filtros para a seleção dos assuntos que seriam abordados. De acordo com Temer e Neri (2009), o conceito de *gatekeeper* foi desenvolvido por Kurt Lewin, em 1947, ao detectar que haveria zonas dentro das redações que funcionariam como filtros que determinariam quais informações poderiam passar ou ficar retidas, desse modo, ao filtrar as informações, a aplicação do *gatekeeper* teria o poder de direcionar os leitores aos interesses institucionais do veículo ou daqueles profissionais da redação que atuam na realização desse procedimento.

Por um lado, é importante considerar que a escolha segundo critérios de noticiabilidade pode trazer traços perversos ao exprimir o que seria próprio para ser apurado e integrar os noticiários. Essa condição abre brechas para acreditar em movimentos perversos ao selecionar aquilo que seria, segundo o jornal, digno de entrar em circulação ou permanecer às margens da visibilidade política. Mais uma vez, é pertinente frisar que nem tudo pode ser tema de pautas nos meios de comunicação, todavia, a aplicação desses critérios abre lacunas que podem promover maiores investimentos em determinados pontos em detrimento de outros. Por esse mecanismo, os profissionais passaram a adotar os esquemas previamente estabelecidos pela linha editorial do veículo, seguindo um caminho neurótico apresentado por ordens superiores. Temer e Neri (2009) apresentam seis movimentos que levaram os jornalistas a exercerem a função de filtro dentro das redações:

1- Autoridade institucional; 2- sentimento de dever e estima aos superiores; 3- aspirações a mobilidades profissionais; 4- ausência de fidelidade ao grupo de contrapostas; 5-caráter agradável do trabalho e 6- o fato da notícia ter se transformado em valor (TEMER; NERI, 2009, pp.65-66).

Pelas considerações apresentadas pelas autoras, a hipótese levantada nessa tese de que a neurose é um caminho fértil para a perversão pode ser acompanhada dentro dessa dinâmica. Isso não quer dizer que dentro de todas as redações de veículos de comunicação sejam perversas. Não é isso. Todavia, o exercício da neurose diária de seguir liturgicamente as ordens d'Outro é o que faz do ambiente uma faceta próspera para a eclosão de perversões, já que outros discursos, práticas e culturas diferentes daquelas previamente esquematizadas poderiam oferecer risco à moral vigente.

Sob a perspectiva da midiaticização, a presença de determinados temas na mídia não diz respeito exclusivamente às escolhas realizadas pelos profissionais da redação de um veículo de comunicação ou da relevância social que o fato carrega em si enquanto potência de tornar notícia enquanto discursos sociais. A qualidade de notícia, sob essa perspectiva, frisa a participação de aspectos exógenos ao meio comunicacional institucionalizado e atravessa interesses de outras instituições presentes no meio social, como aponta Ferreira (2008). Sob o ponto de vista do autor, essa dinâmica relativiza os cânones da centralidade da mídia na produção da notícia e traz à tona a participação de outros autores durante esse processo:

O “virar notícia” (...) é indissociável da orquestração entre instituições de diversos fins, mas cujos meios as integram materialmente, em dispositivos, a um campo difuso, o midiático, que se coordena, em condensações, através de interações imprevisíveis, com as instituições concentradas nas operações especificamente midiáticas e noticiosas – os jornais. (...) Trata-se, portanto, de uma lógica exógena aos campos específicos, assumida, como fim em si, pelas instituições especificamente noticiosas (FERREIRA, 2013, p. 57).

Logicamente que esse modo de perceber a composição da notícia não é exclusivamente perverso, todavia, passa sê-lo a partir do momento que as atividades noticiosas atendem a interesses obscuros e ausentes de reflexões políticas.

Independentemente da qualidade de análise da produção de notícia, qual garantia tem o interlocutor sobre o conteúdo encontrado não seja fruto do exercício de poder? Da mesma forma, os discursos apresentados também não formariam reverberações dessas estruturas de poder tendo a mídia como um sistema propício para isso? Indo mais além, os temas, personagens e assuntos que não se encontram em determinados veículos por conta da filtragem existente não condicionam a ausência de visibilidade e participação política? A perversão nem sempre se encontra de forma transparente, aliás, quase nunca; ela precisa da montagem para ser efetiva, criar condições, mesmo que implícitas, para que suas ações entrem em cena.

Por isso que, sob outra perspectiva, a filtragem acontece também para além da força institucional do veículo, mas sob o olhar vigilante de outros jornalistas de dentro da redação, acompanhando, esquadrinhando e verificando os passos de cada um do ambiente:

No momento de decidir quais os fatos que serão publicados, os jornalistas preocupam-se mais com a possível opinião dos seus colegas de profissão, examinando antes de tudo a possibilidade de outros órgãos de comunicação –

concorrentes diretos ou indiretos- publicarem esse material, do que as possíveis expectativas do público em relação à notícia (TEMER; NERY, 2009, p. 66).

Ainda no campo epistemológico da comunicação, as teorias apresentadas estão intimamente ligadas a outra referência teórica chamada de *Espiral do silêncio*. Essa teoria, apresentada pela socióloga Elisabeth Noelle-Neumann, em 1977, também tem como objeto de estudo a opinião pública. Na concepção da autora, os meios de comunicação apresentam uma forte ligação para o fomento da opinião pública apresentando procedimentos que a formatariam, silenciando os posicionamentos que estivessem contrários, desenvolvendo, como consequência, a modificação e formação de opiniões, além de ser também uma estratégia para a elaboração de realidades. A percepção da autora foi de reconhecer que a opinião pública, na verdade, era estruturada segundo os posicionamentos daqueles que poderiam se manifestar no espaço público, na mídia e outros lugares em que poderiam ser aceitos. Sob essa perspectiva, os sujeitos que não apresentassem posicionamentos iguais ou semelhantes aos da grande maioria estariam reservados ao silêncio. Ainda mais, aqueles que apresentam opiniões divergentes às da grande maioria, por uma questão de pertencimento social, aderem aos discursos e práticas que foram concebidos majoritariamente para evitar o isolamento social, podendo ser alvos de rechaço, intimidação e marginalização, como Hohlfeldt apresenta:

(...) uma determinada opinião que, num primeiro momento, ainda que parecesse ser a majoritária, fosse, na verdade minoritária, se percebida como majoritária, tende a efetivar-se como tal, vencendo as eventuais barreiras, graças à tendência à sua verbalização e expressão que ocorrerá de modo crescente no meio social, como que numa espécie de amparo mútuo entre aqueles que a defendem e aqueles que a imaginam que tal posicionamento é, de modo efetivo, majoritário (HOHLFELDT, 1998, p.43).

É importante pontuar que a consideração do autor sobre a teoria necessita de afetos e sociabilidades para que determinados assuntos assumam a qualidade de destaque. Sob a atuação da espiral do silêncio, a ética na prática jornalística pode aparecer fragmentada e difusa dependendo do cenário de atuação. O silenciamento de expressões que operam fora da condição compreendida pelo jornal como não sendo notícia reduz enormemente as qualidades e quantidades de representações, sentidos e visibilidade de muitos outros códigos, além de criar uma cortina de fumaça sobre a realidade que faz com que a verdade seja uma representação unilateral e camuflada. Não é todo material jornalístico que apresenta traços perversos, todavia, todo ele pode ser analisado e averiguado se não é sintoma da atuação de códigos perversos que pretendem anular, silenciar ou escamotear movimentos e ações que acontecem na sociedade, indo de encontro, inclusive, com as

prerrogativas do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros que afirma no 10º artigo que o jornalista não pode “frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate” e também não pode “concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual”.

As três considerações epistemológicas feitas nessa pesquisa no campo da comunicação trazem a reflexão como os conteúdos podem ser apresentados segundo ordens de poder para a constituição da opinião pública, abrindo espaço para a manipulação de realidade e sonegação de dados. Obviamente que a intenção desta explanação não é evidenciar que conteúdos produzidos e veiculados são em sua totalidade perversos, entretanto, como as práticas podem ser perversas quando o que as rege não são ações políticas. Além do campo epistemológico, na atuação profissional os movimentos perversos também estão presentes, que ora fundamentam estigmatizações e representações que desqualificam e desmerecem a condição do outro no espaço social. Esses movimentos podem ser vistos nas diversas áreas da comunicação como no jornalismo, publicidade e nos discursos e práticas de programas televisivos e da internet. É pertinente colocar que a perversão dentro desses contextos, muitas vezes, assume ares de naturalidade, o que consolida e serve de justificativa para o exercício da distinção, desprezo ou humilhação.

A construção de discursos e representações perversas nas práticas da comunicação é transhistórica, ou seja, não está retida em apenas um recorte temporal, mas atravessa a barreira do tempo e se consolida, mesmo que seja sob outros signos, na formação de um conceito sobre um determinado tema. Para ilustrar o fenômeno, houve discursos racistas e preconceituosos da marca inglesa de sabão *Pears*, que começou suas atividades ainda no século XIX. Naquela época, a Inglaterra, bem como outros países europeus, estava em franca expansão territorial pela Ásia e África com o intuito de explorar os países desses continentes e formar colônias. Dentro do processo de colonização, houve a distinção entre o universo civilizado, culto e rico em oposição àqueles que seriam exóticos, selvagens e atrasados, o mundo oriental. Para Hall (2016), a publicidade, ainda mais naquele momento de colonização imperialista, foi um modo de apresentar o universo britânico, tanto em espaços públicos e privados, um caminho de reinvenção da vida, da cultura e dos hábitos e essas colônias, principalmente as africanas, foram palco para a exposição do sentido de vida burguês e britânico. Nesse panorama, há relações de poder de representação que fundamentam e outorgam propostas discursivas de cultura sobre *si* e também sobre o outro. No caso da campanha do sabão, não ocasiona o reconhecimento

da função social daqueles que são diferentes, bem como as diferenças biológica, do corpo e, principalmente, culturais.

Figura 5 - Campanha publicitária do sabão Pears, no século XIX



Fonte: Hall (2016, p. 167)

Na imagem, uma criança branca dá banho em uma criança negra. No final do banho, a criança que é negra termina branca. A promessa de um mundo livre da sujeira, desenvolvido, longe dos males causados pela ausência de higiene é o que fomentou a montagem do discurso da publicidade do sabão. Todavia, independentemente se a construção do discurso foi consciente ou não, além de promover uma nova proposta de vida para soluções de profilaxia, a campanha do produto edifica a distinção racial, a associação de sujeira aos negros, a hierarquia entre humanos e, também, a fetichização do sabão como signo de limpeza, pureza, sofisticação em relação aos negros e superioridade. Acreditar que esse discurso seja de manipulação de informação é muito débil, uma vez que havia a condição cultural de estabelecer hierarquias étnicas entre civilizações europeias e africanas. Esses valores não foram produzidos ao léu, mas enquanto valores em circulação:



O sabão simbolizava esta “racionalização” do mundo inteiro e a “domesticação” do mundo colonial. Por sua capacidade de limpar e purificar, o sabão adquiriu, no mundo da fantasia da publicidade imperial, a qualidade de um objeto de fetiche. Aparentemente, ele tinha o poder de tornar branca a pele negra e eliminar de casa a fuligem, a sujeira e o pó das favelas industriais e seus habitantes – os pobres sujos. Ao mesmo tempo, conseguia manter limpo e puro o corpo britânico nas zonas de contato racialmente poluídas “lá” no Império. No processo, entretanto, o trabalho doméstico das mulheres era muitas vezes silenciosamente apagado (HALL, 2016, p. 166).

O preconceito também deu enredo em 2016 com a marca de sabão chinesa Qiaobi. No vídeo, uma moça chinesa coloca um rapaz negro dentro da máquina de lavar roupas e ao final do processo de lavagem, o homem sai branco e com os traços orientais. A peça foi exibida nos cinemas e na televisão chineses e passou a chamar a atenção do público quando estrangeiros passaram a vê-la e comentá-la. Como apresenta a matéria apresentada pelo site Terra, o dono da marca afirmou: “Não sei muito sobre aquele anúncio (...) Para ser honesto, eu não prestei muita atenção no anúncio”<sup>56</sup> (TERRA, 2016). A naturalização da perversão, nesse caso, discorrida por racismo, é onde se encontra um fator complicador, já que a naturalização enfraquece as possibilidades de reflexões críticas e da capacidade de pensar.

A questão da naturalização das perversões no espaço social e nos discursos midiáticos torna-se um manifesto sintomático de reconfigurações sociais e culturais da manutenção de certas representações. A conservação dessa ordem é possível porque existe uma força normatizadora que proporciona e sustenta essa condição que, no caso, é regida segundo a necessidade de usufruto, de afeto e de poder desenvolvidos pelos interlocutores.

A propaganda pode criar fetiches à sociedade que são elaborados segundo montagens perversas, seja para apresentar um novo produto ao mercado, seja para justificar a compra dentro do universo de consumo, como Kehl (2004) reflete sobre o fetiche criado dentro do discurso publicitário. Como exemplo, a autora apresenta uma campanha publicitária de um carro a ser lançado; a moça possivelmente estaria disposta a terminar o relacionamento quando o companheiro a presenteia com o veículo e a faz mudar de decisão. Pela montagem publicitária, o automóvel seria o fetiche da situação e, como todo fetiche é uma fantasia construída na substituição do desejo que, no caso, se

---

<sup>56</sup> Para ter acesso ao conteúdo completo da matéria, ver em <https://noticias.terra.com.br/mundo/propaganda-chinesa-e-acusada-de-ser-a-mais-racista-da-historia,54be44838dda6995517bd3803542583cgwjll1hh.html>. Acesso em: 02 jan. 2017.

caracteriza pela neurose feminina pelo objeto, além atribuir a imagem da mulher ligadas a valores materiais:

Em uma sociedade de mercado, o fetiche da mercadoria é um dos principais organizadores do laço social. Mas a diferença que o fetiche da mercadoria apaga não é (exclusivamente) sexual; ele apaga a diferença entre o capitalista e o trabalhador, entre quem vende e quem compra força de trabalho, entre quem lucra e quem cede mais-valia. A mercadoria que brilha como pura positividade, como máxima expressão de riqueza, é um fetiche em função de sua capacidade de ocultar a miséria, a exploração e a morte investidas em seu corpo. Nas sociedades de consumo, o fetichismo é a normalidade. De uma forma ou de outra, em nossa religião cotidiana, participantes do sistema mágico que explora o trabalho como se isto fosse um bem, somos todos adoradores dos bezerros de ouro (KEHL, 2004, p.85-86).

Para além dos códigos de consumo, a naturalização da perversão enquanto um código moral também se encontra na dinâmica de alguns programas televisivos e de entretenimento. De modo considerado inocente ou sem ofensa, atitudes de rebaixamento moral e instrumentalização são compostas e apresentadas à sociedade de modo naturalizante. Na década de 1990 e em parte dos anos de 2000, em um dos seus programas na grade dominical, chamado *Topa tudo por dinheiro*, Silvio Santos arremessava avião de cédulas de dinheiro à plateia com a pergunta *Quem quer dinheiro?* e a platéia, por sua vez, se estapeava para pegar as cédulas arremessadas pelo apresentador sorridente. No mesmo programa, um dos quadros mais apreciados eram as *pegadinhas* em que uma pessoa participava de uma cena constrangedora sem o consentimento prévio e essa situação era gravada e exposta em rede nacional durante o programa. Apesar de haver contratos de veiculação de imagem e pedidos de desculpas em possíveis ofensas, a intenção é perversa, pois retrata sujeitos desprevenidos em condição de confiança com os atores que participariam da cena.

O que aparentemente parece algo inocente em tom de brincadeira, na verdade, se configura como sendo de instrumentalização da condição do outro para o subterfúgio do alcance de mais audiência e visibilidade do programa, sendo um atrativo primordial para possíveis anunciantes e investidores. A perversão se encontra quando no desejo de hierarquizar, deslegitimar e dessubjetivar o outro que, no caso, é pela força do capital, um discurso perverso que afeta pejorativamente a condição humana.

Outros gestos perversos que são naturalizados dentro do espaço da comunicação midiática são os programas de *reality-shows* que se espalharam pela televisão brasileira e também de todo o mundo como é caso do programa *Big Brother Brasil*, que é uma franquia da empresa holandesa Endemol que, em 2019, completou no Brasil a 19ª edição.

Além dos programas *Casa dos Artistas*, que não está mais no ar e que foi transmitido pela SBT e a *Fazenda*, da Rede Record, que, no ano de 2019, apresentou sua décima edição. A dinâmica da rotina de homens e mulheres confinados em uma casa é apresentada aos olhos dos espectadores e pode ser acompanhada 24 horas por dia em canais fechados. Apesar de haver a possibilidade de atuação dos personagens obedecendo aos diretores e editores, estes programas reconfiguram uma nova ordem de voyeurismo, de exibicionismo e de narcisismo em nome da ordem da produção de capital financeiro e até mesmo simbólico. Estas reconfigurações se devem, primeiramente, na possibilidade das emissoras de explorarem esses programas enquanto uma força de comercialização para audiência com anúncios e mensagens publicitárias. Uma outra questão que reformula essas propostas perversas é quanto ao conhecimento da presença de observadores, oferecendo uma outra forma de compreender o voyeurismo. Até o advento das tecnologias digitais e portáteis, a prática de voyeurismo era concebida pela ausência da ciência de que o sujeito estaria sendo observado, todavia, dentro do cenário contemporâneo, além de ter a ciência, isso pode ser um gatilho para o exibicionismo daqueles que se encontram em observação o que, por sua vez, sustenta ainda mais manifestações narcísicas sobre a aparência do corpo e espetacularização.

Ainda dentro dessa entoada, a propaganda, além de criar valores fetichistas como apresentado por Kehl, também banaliza os referenciais de voyeurismo para a construção de discursos que promovam o consumo e a manutenção da ordem capitalista. Como exemplo, foi a campanha *#JuntasContraVazamentos*, lançada pela marca de absorventes íntimos *Always*. Na semana de celebração ao dia internacional da mulher de 2015, um vídeo amador, de quase 20 segundos de duração, mostrava uma mulher seminua levantando-se da cama, enrolada em lençóis, em direção ao banheiro da suíte. A cena despertou curiosidade para saber se a mulher das imagens era a apresentadora Sabrina Sato; duas horas após o vídeo ser veiculado, os acessos ao vídeo chegaram a milhares de visualizações.

No dia seguinte da divulgação da peça que seria amadora, a mulher que protagoniza o vídeo é mesmo a apresentadora Sabrina Sato e integra a campanha que a marca fez em parceria com a ONG Safenet, que preza pela defesa contra crimes virtuais e para o lançamento de absorvente íntimo noturno<sup>57</sup>. De acordo com a instituição, o maior número de atendimentos de crimes foi o de violação de segurança na internet por

---

<sup>57</sup> O vídeo da campanha e as demais peças que a integram podem ser vistas no site: <https://www.facebook.com/alwaysbrasil/app/956076181070969/> (Acesso: 14 mar. 2017)

vazamentos de imagens íntimas, em dois anos (2014-2015) os casos aumentaram em 200% e as vítimas são em sua maioria mulheres (81%), com idade de até 25 anos (53%), dentro desse universo há também vítimas menores de idade<sup>58</sup>. Por isso, a campanha *#JuntasContraVazamentos* pretendia associar a relação de combate a práticas criminosas de violação de privacidade ao vazamento menstrual, tendo como pretexto o lançamento de um novo produto no mercado. Mesmo a campanha utilizando o termo *vazamento* para atribuir à divulgação de imagens íntimas, essa pesquisa se apropria do termo *compartilhamento* para conceituar essa prática. Compartilhar seria mais adequado por acreditar que seja mais produtivo no entendimento do processo de sentido, uma vez que vazamento é compreendido como algo que pode até ser previsto, todavia é espontâneo derivado de algum equívoco; já o compartilhamento é uma atitude consciente que consiste na divulgação daquilo que provoca uma relação estética, independente da qualidade da sinestesia suscitada. O compartilhamento, na era da comunicação virtual e digital, torna-se uma forma de sociabilidade e também um dos códigos morais de produção de conteúdos, circulação, comunicação e experiências de vida. A promoção do compartilhamento é o sintoma da experiência estética do sujeito com o objeto apreciado, pois, pela circulação, a comunicação se estende em outros processos que validam a produção de sentido, desenvolvendo a cultura de compartilhamento.

Por esse olhar, a pesquisa aponta para três situações perversas contidas na campanha. O primeiro deles é equipar vazamento menstrual ao compartilhamento de imagens íntimas, algo agressivo quando se trata da dignidade e intimidade das mulheres. A comunicação pelo discurso publicitário poderia desenvolver ações para promover a dignidade feminina, todavia, a montagem proposta extrapola o bom senso da valorização da representação da mulher no discurso publicitário.

Seguindo esse viés, o segundo ponto perverso apresentado pela campanha é a manutenção do estigma da mulher no campo da publicidade enquanto uma forma de promoção libidinal pela exploração do corpo, solidificando ainda mais os estereótipos femininos atrelados à sensualidade. A representação feminina no vídeo em questão ficou retida na exploração pela sensualidade, na fetichização do corpo e no alicerce da imagem da mulher associada ao prazer, não desviando muito da construção discursivas de outras

---

<sup>58</sup> Os dados oferecidos pela ONG dizem respeito a consultas realizadas com fontes oficiais, assim, essa pesquisa considera que como esses crimes perpassam as relações de poder e dominação masculina, esses números podem ser ainda maiores.

representações midiáticas da mulher em publicidade como, por exemplo, a utilizada em campanhas de marcas de cervejas.

A formação de estereótipos contribui muito pouco para evolução discursiva de objetos e, principalmente, de sujeitos, uma vez que limita e reduz os signos a meros elementos significativos já marmorizados no campo da significação. Como apresenta Peter Burke (2004), o estereótipo se reserva a apresentar apenas aquilo que já trafega enquanto uma força de representação, reforçando significações que não vão muito além das representações sacralizadas enquanto práticas que se alojam dentro de códigos culturais. A formação do estereótipo pode trazer consigo valores da realidade vivenciada por um determinado grupo social dentro de um recorte de tempo e espaço, entretanto, o apego a essa única forma de representação engessa a dinâmica de produção de sentido da própria condição do signo que se encontra estigmatizado. A condição de restringir as representações como estanques dentro de um único universo cultural impossibilita diálogos com outros paradigmas e referências culturais para que esses signos estagnados sejam renovados.

A permanência dos sentidos pelos estereótipos recorre à manutenção de significação em nome hierarquização de valores sociais, como apresenta Burke (2004,), o que justifica a intenção de distanciamento entre povos, culturas ou aquilo tudo que for considerado exótico, nocivo ou agressivo à proposta discursiva vigente. Por esse lado, na esteira deste pensamento, podemos deduzir que os estereótipos preservam as estruturas de poder, bem como favorecem os segmentos sociais que, de alguma forma, obtêm vantagens nessa construção de sentido já cristalizada. Destarte, a representação da mulher no discurso midiático da campanha *#JuntasContraVazamentos* não fugiu à regra de práxis pela exploração do erotismo e fetichização do corpo feminino, mesmo se posicionando em defesa da integridade moral e respeito à mulher contra a exposição de imagens íntimas. Por essa perspectiva, a perversão é acompanhada de espetacularização do corpo e objetificação da mulher na prática publicitária.

O terceiro ponto perverso refere à construção poética da imagem. A campanha combate justamente uma prática condenável, mas se apropria dessa mesma prática para formar seu próprio discurso, uma escolha esquizoide para o contexto. Primeiramente, as imagens da campanha passam por sinais perversos na composição de cenas íntimas. Esta intenção poética é concebida por Fernanda Bruno (2013, 2006) como sendo *estética do flagrante*. A intenção da autora é de reconhecer o potencial em dispositivos móveis como tablets, smartphones e câmeras digitais a qualidade de produzir imagens, mesmo que

amadoras, para promover processos de sociabilidades e também para conteúdos comunicacionais para o exercício do jornalismo e também da publicidade. A autora também percebe nesses dispositivos estratégias de controle e disciplina principalmente em ambientes urbanos. A estética do flagrante:

(...) é carregada de uma libido do instante cuja atenção recai sobre o inesperado e o incomum no fluxo mesmo da vida regular, ordinária e comum. O gozo do instante não é apenas o do clique e da captura do agora, já familiar desde a fotografia instantânea, mas também, e talvez, até principalmente, o da distribuição e divulgação imediata, fazendo do instante capturado um instante partilhado, ubíquo, conectado. Aqui, os olhares são mobilizados por um tipo de atenção que visa flagrar cenas picantes da vida urbana, sacando suas câmeras ágeis em registrar e distribuir (BRUNO, 2006, p.9).

Por uma questão cultural de produção instantânea imagética, advento do desenvolvimento dos dispositivos digitais, as imagens dessa qualidade de estética seriam frutos da ocupação dos olhos mecânicos que vigiam, observam, interagem, acompanham e redesenham os espaços de sociabilidade, de compartilhamento e de visibilidade em novas reconfigurações também de segurança e controle. O olhar mecânico é um sintoma da vigência cultural contemporânea, seja para o policiamento, para as práticas do jornalismo ou movimentos de voyeurismo.

Essas imagens, segundo Bruno, tornaram sintomas da condição panóptica de observação e vigilância da vida cotidiana, como apontou Foucault (2014) em suas considerações sobre o exercício dos micropoderes que são praticados na esfera social, muitas vezes de forma silenciosa e discreta, todavia, potencializada pela cultura que estrutura a prática de vigilância. Por um lado, há pontos positivos para a estética do flagrante, essas imagens podem ser produzidas com o objetivo de apresentar alguma constatação de irregularidades, mostrar ações suspeitas de corrupção ou servirem de registros de testemunhas oculares em crimes e, assim, alimentarem pautas e conteúdos para sites de notícias e demais veículos de comunicação.

Atualmente, por exemplo, muitos veículos de comunicação (jornalísticos ou não) apresentam quadros em que os interlocutores podem participar com envio de fotos e vídeos mostrando más condições de uma rua ou de uma creche e, assim, denunciarem a falta de infraestrutura. Em contrapartida, as imagens amadoras e caseiras podem ser carregadas de perversão e constrangimento na exposição da intimidade de pessoas que não tem o consentimento que estão sendo registradas, essa estética traz a libido entre as suas composições, o que garante força de permanência no espaço de circulação. A

curiosidade move a intenção de perceber comportamentos íntimos até mesmo de desconhecidos.

O exemplo apresentado foi escolhido porque abrange várias percepções perversas enquanto propostas de representação social e também discursiva. O alinhamento dessas intenções oferece base para instrumentalização da condição das mulheres em momentos delicados de exposição da intimidade em campanhas publicitárias, a espetacularização do corpo e a manutenção da ordem machista sobre a mulher enquanto objeto desejo, bem como a perpetuação de estereótipos das representações femininas para o prazer e, nesse caso, a utilização do recurso da *estética do flagrante* para produção imagética dos vídeos. Por esse lado, a montagem dessa campanha caminha para a naturalização das representações e para a instrumentalização da intimidade alheia, agora como proposta discursiva na publicidade. Ou seja, a construção imagética de espetacularização é ofertada de forma tão explícita como em uma campanha de cerveja, por exemplo, além de ser articulada também na ordem de perpetuar a mulher como objeto de desejo, edificando outras atmosferas, desenvolvendo outras perspectivas para camuflar o interesse dos referenciais de consumo; uma montagem perversa quando levamos em consideração que ainda permanece a dessubjetivação feminina em alguns discursos publicitários.

### **8.1 Jornalismo e sinais perversos**

Não apenas no campo da publicidade que há a subversão de leis para a criação de valores perversos. Nas vertentes do jornalismo e do fotojornalismo, algumas práticas perversas tornam-se naturalizadas e até chanceladas pelos profissionais da área e também pelos interlocutores desses conteúdos. Por isso, é importante perceber como, mesmo de outra forma diferente do campo da publicidade, valores nebulosos são praticados no campo do jornalismo, seguindo uma ordem particularizada de empreendimento comunicacional, todavia também desembocando em nuances, signos e circuitos perversos.

Anteriormente, apontamos que os critérios de noticiabilidade e algumas considerações epistemológicas poderiam trazer movimentos perversos. Nessa enseada, a apuração das informações deve ser feita segundo critérios éticos. Como uma maneira de oferecer orientação na conduta dos profissionais de jornalismo, está em vigor o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiro que apresenta uma série de propostas para a conduta na apuração e divulgação que deveriam ser adotadas pelos profissionais da área. A existência desse código dentro de uma sociedade democrática e livre (supostamente,

como a brasileira) deveria ser interpretada como mais uma ferramenta para a manutenção da liberdade de expressão, respeito na apuração do fato e tratamento da informação; a transgressão desse código deveria ser aceita apenas em casos de extrema necessidade ou em situações muito específicas que mereceriam a infração ao código.

Ao menos é assim que zela o artigo 2º ao abordar que “a divulgação da informação, precisa e correta, é dever dos meios de divulgação pública, independente da natureza de sua propriedade”. Além disso, como apresenta o 3º artigo, “a informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo”. Possivelmente, na debilidade de fiscalização no exercício desses itens no cotidiano de redações ou na naturalização da subversão deles nas práticas jornalísticas são rompidos os valores éticos no exercício da profissão de jornalista. Essa ruptura abre as portas para que as perversões sejam praticadas e reverberadas como sinais de normalidade no espaço social. Aquilo que seria lógico para a atuação de jornalistas como o resguardo de respeito à atuação profissional, nem sempre esteve em voga.

Qual seria a finalidade do interesse social e coletivo sobre as inúmeras matérias sensacionalistas que recheiam várias páginas de tabloides ou ocupam horas de programas sobre a vida de celebridades? Da mesma forma, qual seria a finalidade social de algum jornal ou programa televisivo apresentar um corpo ensanguentado em praça pública? A partir das considerações elaboradas por Matheus (2011), o desenvolvimento do sensacionalismo está intimamente ligado à indústria cultural, como aponta Amaral (2005); a intenção de fomentar o lucro pelo espetáculo ao compasso que está associado ao desejo dos interlocutores de assistirem a esse tipo de programação. Não que anteriormente a esse fenômeno nunca tivesse existido o sensacional, como foi na Idade Média com as histórias sanguinárias e violentas, como sugere Canclini (2003), nos espetáculos de morte com feras em abstinência de alimentos. Para Matheus (2011), amparada por Martin-Barbero (2001), o exagero no empenho de sensações, o uso de cores intensas, fotografias chamativas e a linguagem coloquial estruturam as percepções sensacionalistas dentro do jornalismo, recursos muito semelhantes no melodrama. Por não haver diálogos nessa qualidade cênica, a solução encontrada para estabelecer a narrativa foi no uso de “figurinos estereotipados, efeitos sonoros e música, mímica, pirotecnia, ilusionismo” (MATHEUS, 2011, p.38), explorando em demasia arquétipos e estereótipos previamente esquematizados. Por esse olhar, o uso do sensacionalismo não



é atribuído e apreciado apenas a classes populares, mas trafega em várias narrativas e nos mais diferentes produtos comunicacionais; o desejo pelo grotesco é universal e atemporal.

Como aponta Angrimani (1994), o interesse pelo sarcasmo, pelo burlesco, pelo trágico e catastrófico é independente da classe social. Conforme já apresentado anteriormente, perceber a dor e o sofrimento do outro é algo narcísico uma vez que a sensação de angústia não é percebida na vivência, mas, apenas nas representações que são percebidas. Matheus (2011) ainda aponta que o sensacionalismo não é uma estratégia restrita a determinados veículos de comunicação ou restrito a alguma qualidade de programa, mas, recursos que são utilizados nas mais diversas linhas editoriais como, por exemplo, os efeitos sonoros e imagéticos, as pausas nas falas dos apresentadores e repórteres, os movimentos da câmera, o jogo de palavras, enfim, uma série de montagens que podem ser executadas que objetificam o sensacional.

Essas habilidades podem se tornar possíveis quando são utilizados os traços melodramáticos apresentados na dramaturgia do acontecimento; um recurso recorrente nas práticas do jornal *Notícias Populares* e também no telejornal *Aqui e Agora*, telejornal que foi referência de audiência para o SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) nos anos de 1990 e que teve predominância de pautas sobre temas policiais e crimes. O consumo do jornal ou do programa não perpassa exclusivamente a noção de alienação a população ou proposta de manipulação de mente, mas também é sintoma da qualidade do desejo; há públicos que desejam essa linha de programação.

Destarte, mesmo sendo desprovidos de valores para o engrandecimento social, os temas sensacionalistas não deixam de fazer parte da pauta midiática como também recebem grande visibilidade e são reverberados a longo alcance. A contribuição desses temas ao espaço político é praticamente nula quando levadas em consideração as contribuições para o desenvolvimento coletivo e político. Nessa relação que se encontram traços perversos, uma vez que, mesmo não oferecendo contribuições significativas, são transmitidos e reverberados sob a alegação de que a democracia requer a manifestação livre de conteúdos e expressão.

Paralelamente à espetacularização, há também o fomento do medo que abre caminhos para a prosperidade de perversões. Conforme apresentado, o medo é sintoma da neurose pela necessidade de defesa e preservação quando não são ultrapassadas as barreiras da patologia. Entretanto, o medo abre as portas da perversão ao tomar sujeitos como exemplos de castigo ou cumprimento de pena. A necessidade de desenvolvimento de afetos pelo medo é o que constitui a capa da revista *Veja*, de 26 de abril de 1989, que

estampa o cantor brasileiro Cazuza já muito debilitado em decorrência da evolução do HIV/Aids. Visivelmente magro e abatido, o cantor é mostrado com os braços cruzados sobre os ombros com a manchete de capa: *Cazuza – Uma vítima da Aids agoniza em praça pública*. O cantor relata a sua vida, sua carreira, todavia, fica estigmatizado pela doença.

A exposição do sujeito evidencia a espetacularização e o medo pelos comprometimentos que a doença pode causar, uma espécie de alerta para aqueles que teriam comportamentos e atitudes semelhantes às do cantor. Todavia, a expressão da imagem da capa não ultrapassa a relação de formação de estigmas e estereótipo da homossexualidade. Naquele momento, em que muito pouco se sabia sobre o vírus, contágio e tratamento medicamentoso, a representação estruturada pela revista esvazia o espaço político e de debate, além de concretizar com mais afinco estereótipos e preconceitos frente aos sujeitos contaminados pelo vírus, todavia, vai ao encontro das percepções da população acerca da doença. Cazuza seria uma espécie de fetiche midiático do HIV/Aids, um signo elencado para servir de exemplo ao sintoma do medo. Ao menos tempo, a capa torna-se discurso da ignorância da população em lidar com a doença, era (de certa forma, ainda continua sendo) sintoma da circulação dos afetos em ressonância.

No entendimento de Hannah Arendt (2010), o medo não é político, não promove a ação que deveria ser deliberada para o espaço público em benefício da sociedade. O movimento que o medo promove é fruto do desespero da impotência em que se opera na debilidade da ação, ou seja, é sintoma:

(...) de uma democracia pervertida, quando as leis que pretendem limitar a força daqueles considerados iguais são rompidas em tal medida que a força de uma cancela a força do outro, ou se deve à usurpação dos meios de violência por um tirano que apaga as fronteiras legais. Ilegalidade significa quem casa caso não apenas que o poder, gerado por homens agindo juntos, já não é possível, mas também que a impotência pode ser artificialmente criada. Dessa falta de poder generalizada surge o medo, e desse medo, provêm tanto a vontade do tirano de subjugar todos os outros quanto a preparação de seus súditos para padecer da dominação. Se a virtude é o amor pela igualdade no compartilhamento do poder, o medo é a vontade de poder proveniente da impotência, a vontade de dominar e ser dominado (ARENDR, 2010, p.117).

O pensamento de Arendt foi escrito à luz dos governos totalitários, entretanto, as práticas midiáticas esbarram nessas referências ao deixar a sociedade em estado de pânico pelo medo que promove a distinção, a seleção, a solidão e a hierarquização de indivíduos e grupos; estratégia que agride e fragmenta o espaço público e, por consequência,

estilhaça os referencias de política e que não deixa de ser perversa por desqualificar a condição do outro.

Considerar que a exploração do outro, ainda mais pelo medo, é liberdade de expressão é transformar o direito à dignidade como argumento para a exploração alheia sem impedimentos legítimos. Até mesmo em proporções mundiais, o entendimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), escrito pela Organização das Nações Unidas (ONU), esclarece, no artigo 19<sup>59</sup>, que há condições para a liberdade de expressão não como potência castradora, mas condição de civilidade: “ (a) Para o respeito dos direitos ou reputação dos outros; (b) Para a proteção do escrutínio à segurança nacional ou ordem pública ou à saúde e moral públicas. ” (ONU)

Acreditar que a liberdade de expressão é uma condição que não é balizada pelo bom senso e sim uma manifestação desimpedida de quaisquer freios é construir montagens perversas baseadas em movimentos políticos que não levam ao engrandecimento coletivo. Esse olhar dialoga com o conceito empreendido por Andrew Heywood (1999) de *liberdade negativa*. O autor estipula dois tipos de manifestações de liberdade, sendo que a positiva traria pontos para o desenvolvimento social e político e a negativa que consiste na defesa da liberdade enquanto manifestação privativa, ou seja, destinada aos cuidados e interesses individuais ou a pequenos grupos e que ferem os princípios de coletividade. Heywood acredita que a liberdade negativa não está baseada na compreensão de ações políticas enquanto práticas e discursos coletivos. A garantia de liberdade privada, e não privativa, é também um gesto político na medida em que reconhece o indivíduo enquanto composição subjetiva no espaço público.

A exploração do sensacionalismo, bem como da espetacularização, seguindo as referências de Debord (1997), torna-se ações desenvolvidas segundo a potência do capitalismo e, por esse motivo, mesmo promovendo a desqualificação e dessubjetivação do outro, são mantidas como códigos razoavelmente aceitos. A apropriação do capitalismo dessas referências constrói relações de naturalidade e convencionalidade que são concebidas como sendo pertencentes ao campo em que se encontram. Os códigos de sensacionalismo e espetacularização não estão a par de ações políticas, uma vez que não elaboram atividades para o engrandecimento social coletivo, seja em qual aspecto for. A exposição de um corpo morto ou doente, brigas familiares em programas de auditórios, desavenças entre casais sobre possível paternidade são temas que não contribuem para a

---

<sup>59</sup> O artigo pode ser lido na íntegra no endereço <http://www.article19.org/pages/pt/international-guarantee.html>. Acesso: 9 nov. 2017.

condição política, seja porque não agregam qualquer sinal benéfico à sociedade, ou por que são assuntos que deveriam se limitar ao âmbito do privado dos sujeitos envolvidos. Mesmo sendo um fator desagregador, como aponta Debord (1997), o espetáculo se funda e se concretiza como uma moral preponderante pelo afeto que consegue formar:

(...) o modelo atual da vida dominante na sociedade (...) Forma e conteúdo do espetáculo são, de modo idêntico, a justificativa total das condições e dos fins do sistema existente (...) a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real. Essa alienação é a essência e a base da sociedade existente (DEBORD, 1997, p.14-15).

Nessa perspectiva que TÜRCKE (2010) coloca que a qualidade de sentir torna-se também uma qualidade moral. A sensação provocada pela matéria jornalística, pelo desejo despertado na publicidade, pelos conteúdos que povoam sites e blogs na internet, pelas imagens que estampam o cotidiano urbano devem não apenas serem captados pelo aparelho sensitivo do corpo, mas também reverberados como valores morais. O autor segue apresentando que muitos dos fatos divulgados na imprensa são de ordem particular, ou seja, não trazem referências à *res publica*, a coisa pública. Ele ainda pontua que o valor de público não é mais interpretado como na antiguidade quando houvera reuniões de conselhos deliberativos para as questões da polis, na contemporaneidade, os valores de *res publica* são encontrados nas referências e categorias de sentir, oferecendo uma nova produção e divulgação de conteúdos em que a confecção de acontecimentos não é apenas explosiva, mas os acontecimentos são revestidos de explosão. Perceberemos que a aplicabilidade da espetacularização também esteve presente na votação da Câmara dos Deputados para receber o pedido de *impeachment*.

Esta proposta discursiva adotada pela mídia, para TÜRCKE, também é uma expressão de prazer, traz o gozo pela sensação entorpecente que pode causar pelas imagens e pela forma que é apresentada. Essa concepção de produção de notícias, que começou no século XVII quando ainda não havia uma cultura midiática, desenvolve o que o autor chama de “perversão da lógica da notícia” (TÜRCKE, 2010, p.18), ou seja, há a montagem das informações de tal forma que inflama e redimensiona os fatos a manifestações grandiosas ou reduzidas:

A imprensa não pode existir sem rotular como ‘importante’ aquilo que divulga. Inflar o banal, simplificar o complicado, chamar a atenção pública para determinados conteúdos e desviar de outros: isso pertence a ela como a transpiração ao corpo. Ambos exigem uma higiene imperiosa, mas, nenhuma higiene os abole. E é assim que não mais é possível deparar-se como a lei de base da notícia sem a sua inversão (TÜRCKE, 2010, p. 18).

Türcke aponta para uma das práticas do jornalismo que é de rotular de importante aquilo que divulga, demonstração clara da moral do espiral do silêncio e das práticas do agenda-setting. Para os dias atuais, a naturalização da espetacularização e do sensacionalismo é vista de forma evidente e sem máscaras em programas policiais em que, mesmo com o direito resguardado ao silêncio dos acusados, muitos repórteres insistem com perguntas óbvias aos detidos pelos supostos crimes.

Para ilustrar uma destas passagens, em 2012, a repórter Mirella Cunha, do programa *Brasil Urgente*, transmitido pela filiada baiana, da rede *Bandeirantes de Televisão*, debochou em gargalhadas na frente de um suposto autor de estupro e roubo quando ele disse que só se pronunciaria após o resultado do *exame de próstata*, confundindo-se com *exame de corpo de delito*. O lapso do suspeito foi motivo de chacota pela jornalista que ao vivo zombava da falta de conhecimento do acusado. A postura dela revela, ou melhor, ratificava, o preconceito, a hierarquização entre aqueles que são dotados da sabedoria e conhecimento e, por isso, lhes são garantidos o lugar de superioridade. Em outra ótica, o comportamento da jornalista também pode ser observado segundo o abuso entre uma mulher branca no empreendimento da humilhação de um homem negro, reforçando estereótipos e estigmas.

A intenção não é de minimizar o suposto crime do acusado, todavia, de evidenciar a necessidade e a intenção de humilhá-lo seguindo uma tradição antiga de usurpar da ignorância alheia ainda mais dentro de uma situação crítica como aquela, uma demonstração perversa e rasteira de violência simbólica muito presente em programas dessa linha editorial. A intenção de instrumentalizar e dessubjetivar o outro é uma estratégia perversa a partir do momento que promove o gozo de modo cruel em movimentos que prezam pela espetacularização da situação dos envolvidos. Por isso, qual era a garantia da jornalista de acreditar que cabia a ela expor o suspeito a uma condição vexatória, ainda mais com o sujeito acusado de estupro? Qual a diferença para ela se o suspeito sabia ou não pronunciar corretamente o nome do exame, ainda mais para naquele momento de vulnerabilidade em que ele se encontrava detido pela polícia? Nesse caso, como houve manifestações públicas contra o comportamento da jornalista e também a intervenção do Ministério Público, soluções cabíveis foram tomadas para dar um destino ao fato. Por conta da viralização do vídeo em redes sociais e até mesmo pelos acessos ao site da emissora, o Ministério Público Federal da Bahia (MPF-BA) entrou com ação contra a emissora que teve que pagar multa de R\$ 60 mil e a jornalista foi demitida do cargo.

Em outra passagem, em 2015, a repórter cinematográfica húngara Petra László foi flagrada na cobertura dos movimentos migratórios de pessoas que viriam da parte oriental do continente europeu<sup>60</sup>. Ela pertencia ao canal de televisão N1, que apresenta ideologia conservadora e de extrema-direita. Diante da massa de migrantes que atravessava as fronteiras da Hungria, principalmente vindos da Sérvia e Ucrânia, Petra László passava rasteira entre aqueles que corriam desesperadamente no local. Após o episódio, ela alegou que foi em defesa própria já que foi atropelada por um grupo de pessoas que corriam em sua direção. Qual o motivo de passar rasteira em pessoas que se encontram em total estado de vulnerabilidade e desprovidas de condição política em todos sentidos? Cabe a uma jornalista o papel de escolher aqueles que podem adentrar ao país ou até mesmo desqualificar e humilhar aqueles que seriam *indesejáveis*? A despeito do comportamento dela ser uma reação a uma possível agressão sofrida anteriormente ao registro das imagens, que sentido faz essa espécie de revanche aplicada por ela? Rasteiras seriam suficientemente potentes para conter a força mundial dos atuais processos migratórios? A perversão, nesse caso, traz traços de psicoses por que, além de não reconhecer o outro como ator político e desmerecer a condição de vulnerabilidade do outro, a jornalista ainda se compreende como uma *persona* detentora do poder para castração alheia, ou seja, privar o outro da participação política, eliminando a liberdade de ir e vir.

Voltando ao Brasil, em outros momentos, a perversão encontra-se, além da necessidade de audiência e de valores simbólicos de reconhecimento midiático, na incapacidade de apuração dos fatos que culmina na formação tendenciosa de interpretação dos fatos, como foi o caso da Escola Base, em São Paulo, em que os proprietários e funcionários foram acusados de abuso sexual em criança, em março de 1994. Um dos casos mais perversos da imprensa brasileira.

Ribeiro (2000) apresenta a trajetória cronológica dos fatos sobre a Escola Base que culminaram na violência contra os proprietários da instituição: Icushiro Shimada (conhecido como Ayres), sua esposa Maria Aparecida Shimada e os sócios Paula Milhin de Monteiro Alvarenga (prima de Maria Aparecida) e o esposo de Paula, Maurício de Monteiro Alvarenga, além de alguns funcionários da escola. Tudo começou quando uma criança, aluno da escola, subiu na cama da mãe e gesticulou prática sexual dizendo como

---

<sup>60</sup> Ver em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/jornalista-hungara-que-agrediu-refugiados-e-indiciada-por-vandalismo.html>. Acesso em 21 mar. 2017. Ver também em: <https://noticias.terra.com.br/mundo/europa/jornalista-hungara-que-chutou-refugiados-pega-3-anos-de-liberdade-condicional,6679c32f6488017f17b64163733d8702llisusha.html>. Acesso em 21 mar. 2017.

era feito sexo entre homens e mulheres. A mãe da criança, Lucia Tanoue, ficou indignada com a atitude do filho e teve uma conversa com ele que, por sua vez, disse que era tocado pelos professores da escola e que eram levados em um lugar com cama redonda, espelho no teto e televisão na parede. Em pânico, ela procurou outras mães de alunos que também perguntaram aos filhos sobre o comportamento dos professores com as crianças e todas confirmaram a história do filho de Lucia.

Assim, o suposto assédio sexual foi denunciado à 6ª Delegacia de Polícia, todavia, em um primeiro momento, o caso não seria frutífero porque não havia provas suficientes para formar a denúncia. Vale lembrar que o delegado chegou a comunicar ao editor jornal *Diário Popular*, Paulo Breitenvieser o ocorrido. Esse jornal teve muito destaque na época por ter linha editorial sensacionalista, e, por isso, o suposto assédio seria uma pauta interessante ao veículo. Mas, conforme apuração do repórter Antônio Carlos Silveira dos Santos, as informações eram insustentáveis e o relato não se tornou notícia para o jornal em primeiro momento. O fato tornou um acontecimento quando o mesmo grupo de pais procurou a televisão, mais precisamente a redação da Rede Globo de Televisão. Paralelamente a essa nova tentativa, um laudo médico saiu no dia seguinte acusado que o filho de Lucia poderia ter sofrido violência sexual. Todavia, esse laudo, na verdade, era inconclusivo, poderia ser violência sexual, como poderia ser qualquer outra, como assadura anal, o que realmente foi diagnosticado posteriormente. A despeito dessa baliza de informações, esse laudo foi suficiente para que o delegado Edélson Lemos acusasse fortemente os proprietários de pedofilia, a imprensa não tivesse crítica e sensibilidade na apuração dos fatos e a população também condenou os proprietários da escola.

A partir dessa situação, o suposto caso de violência sexual contra criança ganhou proporções inimagináveis. Além da prisão de inocentes, houve também uma série de boatos de que os proprietários utilizariam a Kombi de transporte escolar para práticas sexuais e que transmitiram HIV/Aids e outras doenças às crianças. Ribeiro (2000) apresenta alguns trechos de coberturas da imprensa sobre o caso:

(...) circulou o Clipping do Estadão, tablóide com o resumo das principais notícias de cada mês (...) “Crianças sofrem abuso na escola”. A matéria dispensava o verbo no futuro do pretérito: (...). Os donos da escola usavam a Kombi da própria escola para levar alunos de 4 a 6 anos a um local onde eles presenciavam relações sexuais e eram fotografados e filmados (RIBEIRO, 2000, p.58).

Além disso, o autor aponta a ausência de clareza e precisão na apuração dos fatos, como foi a matéria de Marcelo Godoy e Fernando Rosseti, da *Folha de S. Paulo* ao apurar

a denúncia de outros pais de aluno, Ricardo Isber e Ângela Sandroni Isber. De acordo com a denúncia do casal: “Segundo Isber, seu filho contou que Alvarenga o obrigava a acariciar o seu órgão genital dentro de sua Kombi quando ia para a escola” (Ribeiro, 2000, p.58). Pela apuração do *TJ Brasil*, telejornal do *SBT* da época, o repórter Luiz Cosme afirmou sem o menor pudor que um menino, que nem na Escola Base estava matriculado, foi violentado em um motel:

O pequeno Rogério garantiu que foi levado ao tal motel e participou de uma sessão de abuso sexual. Rogério estuda em uma outra escola, mas a polícia descobriu que ele e outras três crianças foram levados no mesmo carro com o mesmo motorista (RIBEIRO, 2000, p.59).

A cobertura da *Rede Globo* deu condições para que o jornalista Britto Junior se colocasse na posição de justiceiro para afirmar que:

(...) a covardia dos criminosos pode ter sido ainda maior. Os exames vão revelar se há vestígios de algum tipo de tóxico na urina do garoto [filho de Lucia]. A suspeita de que eles possam ter ingerido drogas partiu dos próprios pais, assustados com a mudança do comportamento dos filhos (RIBEIRO, 2000, p. 60).

A apuração, investigação dos fatos e apresentação das notícias constituíram uma grande e sucessiva negligência da imprensa e da população que se uniu para encenar um dos gestos mais perversos da história da imprensa brasileira. A imprecisão dos fatos não deveria orquestrar a consistência do conteúdo jornalístico, todavia, o clamor social também foi combustível para a manutenção do assunto em circulação. A imprensa se ateu exclusivamente a fontes oficiais, em momento algum, houve a intenção de entrevistar os acusados, apenas a cobertura da *TV Cultura* teve essa iniciativa, com a participação do jornalista Florestan Fernandes Junior. Naquela época, o Estatuto da Criança e Adolescente (Eca), lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, estava em vigor, entretanto, a identidade ou indícios de identificação das crianças não foram reservados, como prevê o artigo 247 desse estatuto. Além disso, como dar credibilidade ao discurso de uma criança de quatro anos de idade, período muito fantasioso do desenvolvimento humano?

A escola fechou as portas no mesmo ano que recebeu as denúncias, pois todos os acusados foram estigmatizados e sofreram represálias, sendo que alguns deles até morreram ou arcam até hoje com as marcas deixadas pelo preconceito provocado pela debilidade de apuração jornalística e pelo ódio que o caso suscitou na sociedade. A nocividade do caso ganhou proporções ainda maiores quando houve também truculência



e intransigência da polícia nas investigações, em particular com os depoimentos do delegado Eldecio Lemos, que mesmo sem provas concretas, se sentia à vontade de afirmar que houve abuso sexual e que os envolvidos seriam culpados.

A tensão ficaria ainda maior pelo rancor e revolta desenvolvidos pela população pelas matérias que foram publicadas. As matérias suscitaram ódio na população sendo que a escola e a residência de um dos casais de sócios da escola foram depredadas, saqueadas e tornaram-se alvos de incêndio. Todavia, o conteúdo das matérias não foi apurado de modo ético e profissional, todas as partes envolvidas no caso deveriam ser ouvidas, e não foi isso que aconteceu. Esse comportamento da imprensa feriu de modo crasso o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que foi elaborado em 1985 e que passou por alterações necessárias ao longo dos anos. Naquela época, estava em vigor a versão de 1987, que constava no artigo 7º “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação”, e isso não aconteceu.

Outra debilidade cometida no caso foi quanto à ausência de ética perante ao Código, houve infração também quanto ao parágrafo I, do artigo 6º que preza em “opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Além disso, a cobertura dos fatos não levou em consideração o artigo 12, parágrafo III, que exige “tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar” e também o parágrafo VI que é “promover a retificação das informações que se revelem falsas ou inexatas e defender o direito de resposta às pessoas ou organizações envolvidas ou mencionadas em matérias de sua autoria ou por cuja publicação foi o responsável”. O não cumprimento dessa última consideração pode ter sido a mais grave, uma vez que não houve pedidos formais de desculpas, além das famílias acusadas serem devidamente indenizadas, mesmo após o julgamento favorecendo-as. O comportamento da imprensa foi também um exemplo da frase de Mannoni, “eu sei, mas...”, ou seja, mesmo revertendo códigos e tratados de ética, houve a cobertura equivocada dos acontecimentos, que teve o apoio na onipotência da polícia e na perversão da sociedade por não saber lidar com temas como esse.

A cobertura e apuração dos fatos sobre esse caso podem ser consideradas perversas segundo três aspectos. Os dois primeiros deles, não podem ser analisados separadamente, são a instrumentalização e dessubjetivação dos sujeitos envolvidos na denúncia; em momento algum os depoimentos dos funcionários e proprietários foram colhidos pela imprensa, tampouco houve ponderação na coleta de depoimento de outras

peças envolvidas. Esses dois comportamentos são primordiais dentro da prática jornalística e inquestionável até mesmo nas primeiras instruções recebidas ainda nos bancos acadêmicos para os futuros profissionais. Justamente por refutar leis que são sugeridas para a ordem do jornalismo e do bom senso, essas normas foram quebradas no intuito de promover a espetacularização em nome de aspectos rasteiros como a dessubjetivação da condição do outro, o que caracteriza o segundo aspecto perverso do caso. Mesmo havendo regras para cobertura e entrevista, como consta no código de atuação profissional, essas ideias foram subestimadas, sendo reorganizadas novas montagens de apuração e veiculação de conteúdos que não vão ao encontro dos fatos, mas sim, da invenção de fatos. O terceiro fato perverso dessa condição é a fetichização acontecimentos, a perseguição aos envolvidos, mesmo antes do julgamento. O desejo de reconhecer os casais envolvidos como criminosos torna-se um fetiche no momento em que esses são construídos segundo uma regra que não condizem com a realidade dos acontecimentos. Assim, a instrumentalização pela objetificação dos envolvidos no caso oferece condições para que se tornem fetiches dentro de uma montagem que foi realizada para sustentar o desejo tenebroso da dessubjetivação em nome da visibilidade e audiência. Por outro lado, essa situação foi alimentada pela população em não saber lidar com questões de pedofilia no cenário político. A imprensa se mostrou perversa e irredutível sobre o caso, mostrando toda agressividade possível para condenar os envolvidos sem qualquer prova consistente que pudesse caracterizar qualquer tipo de crime ou incriminá-los.

A manutenção e defesa da dignidade infantil devem ser condições inquestionáveis para a vida em sociedade. Entretanto, os modos de articulação desse propósito é que podem abrir portas para a prosperidade de perversões quando não pensados de forma racional e sensata. A ausência de reflexão sobre os fatos tanto por parte dos policiais, da imprensa, como também da própria população, foi o que influiu o acontecimento de modo a suscitar ódios e agressividades. A imprensa de modo muito intenso colaborou para formação de um cenário que promoveu a violência e a desqualificação dos sujeitos envolvidos. E também de forma muito complacente, a sociedade colaborou para a formação do acontecimento como demonstração perversa de violência.

Obviamente, não foi a sociedade como um todo que foi tocada pelos discursos perversos da imprensa e da polícia, todavia, a suspeita do crime de abuso sexual não ganharia proporções imensuráveis se grande parte da sociedade não desenvolvesse repulsas frente à apuração débil da polícia e da imprensa. Esse ponto que é interessante

para a pesquisa: reconhecer a participação de anônimos na sociedade para a circulação de valores perversos pela ausência de reflexão e posicionamento crítico em nome de paixões próprias.

Para demonstrar a debilidade do exercício da profissão, o jornalismo, na visão de Gomes (2006), deveria firmar laços mais firmes com a realidade, com a verdade e com os fatos. No entendimento do autor, caberia ao jornalismo estabelecer a ponte entre os fatos na produção da realidade ao promover a circulação dos fatos, sendo esses compreendidos como “uma estrutura efetiva, definitiva e acessível” (p.14) e o enunciado que o compõe também ser dotado dessas propriedades, além de estar envolvido com a acessibilidade no sentido de trazer os fatos aos interlocutores. Apoiado nas concepções aristotélicas, Gomes acredita que a verdade não é uma característica das coisas, mas de certos discursos:

Não de todos os discursos, mas apenas daqueles que pretendem falar da realidade. Só esses discursos que miram a realidade e pretendem dizer algo sobre ela (desvelá-la, soaria em grego aristotélico) podem ser verdadeiros ou falsos. E são verdadeiros justamente quando dizem alguma coisa certa e justa sobre a realidade. A verdade, como propriedade daquilo que é verdadeiro, é simplesmente este *desvelamento* da realidade que se releva por meio de ajustamento, da adequação entre o que se diz e o que as coisas realmente são (GOMES, 2009, p.12).

Enquanto uma prática de montagem, o jornalismo pode apresentar movimentos privados de verdade, como apresentou Gomes, e ser considerado manifestação perversa, como aponta Szpacenkopf (2003), sobre todo o processo de produção e exibição de telejornais, objeto de estudo que a autora acompanhou na pesquisa em todas as etapas de produção. Na visão dela, os procedimentos da produção do telejornal estão alicerçados em referências de espetacularização, indo ao encontro da concepção de Debord sobre o tema, como uma forma de tornar a informação uma mercadoria de baixa qualidade, como uma forma de construir discursos alienantes; uma produção de ilusões que, muitas vezes se sustentam pelo medo e promovem a violência. As cenas de espetacularização também legitimam o medo, conforme apresentado, um mecanismo de estruturar a neurose como uma prática social, ratificando a necessidade de segurança pela incidência da violência, independentemente da forma de manifestação:

O medo é um dos elementos fundamentais a ser comunicado pelo espetáculo. Ele funciona como possibilidade de ordem social e é o principal mecanismo de controle da sociedade do espetáculo. O espetáculo se serve de ameaças ou procura muitas vezes manter em clima de ameaça, subentendida, velada ou

mesmo explicitada para manipular a opinião pública ou mesmo a política (SZPACENKOPF, 2003, p. 166).

E, ainda na esteira da autora, a promoção desses valores torna-se lucrativo para os meios de comunicação como estratégia de reter audiência pela promoção de montagens que apresentam e promovem o medo. Além disso, enquanto formação midiática discursiva, a montagem é constituída nos códigos televisivos pela manutenção do suspense, do drama e da tragédia como partes integrantes dessa formação discursiva para sinestesia do corpo. As cores utilizadas, o ritmo das palavras faladas, a participação de cada personagem é elencada de tal forma que promova a tensão do medo, da espetacularização e também da sedução do outro:

Por *montagem* entenda-se conjunto de dispositivos encontrados na perversão, ou mesmo na neurose, mas sem a intenção de diagnosticar a atividade telejornal como perversa. Os ingredientes que fazem parte da *montagem* nem sempre são claramente detectáveis e nem sempre usados conscientemente, mas, de qualquer forma, acreditamos que estejam presentes e que sejam necessários para a produção midiática e, no caso, de um espetáculo telejornal (SZPACENKOPF, 2003, p. 203).

A consideração de Szpacenkopf avança para considerar o telejornalismo como uma intenção perversa quando há a tentativa de trazer à tona a força de um discurso de poder para o estabelecimento de leis próprias e que, nem sempre, os elementos da montagem encontram-se tão explícitos ou visíveis a todos interlocutores. Por esse motivo que a autora considera que a montagem dentro produção midiática é considerada como sendo *montagem branca*, ou seja, os mecanismos de edição podem se encontrar camuflados enquanto atuações profissionais, como também o resultado da formação discursiva da montagem se encontra em diálogo com as práticas já consagradas da edição e que, por isso, podem passar despercebidas pelos interlocutores. A *montagem branca* é elaborada segundo ações conscientes, inconscientes ou automatizadas (p.204), isto é, a edição pode ser proposta de acordo com várias intenções ou percepções.

Ainda acompanhando o pensamento da autora, ela chama a atenção pelo fato da naturalização da *montagem branca* ser um código da atividade profissional no cotidiano. A formação moral e habitual das práticas jornalísticas é sintoma das montagens, seja pela institucionalização de regras próprias ou pelo automatismo como são realizados os processos de preparação da notícia. Ainda há a intencionalidade dos responsáveis pela composição da notícia de promover as montagens conscientemente, munindo-se da necessidade de formatar o acontecimento segundo a perspectiva da instrumentalização

feita a partir do fato, uma estratégia que reconhece no jornalismo uma possibilidade de degradação da política e da estética.

Silenciosos, os traços perversos na *montagem branca* estão presentes, mas nem sempre visíveis. Por outro lado, quando a *montagem branca* é eleita como estratégia de formação discursiva de modo consciente traz à tona a consideração já citada nessa pesquisa de Mannoni (1973) “eu sei, mas mesmo assim...”. Por essa passagem que Szpacenkopf considera que as práticas sociais e as estruturas psíquicas podem estar de acordo, mesmo quando não envolvendo necessariamente as questões sobre sexualidade, pois são realizadas formações de realidades que remetem à renegação, ou seja, são reconhecidas barreiras para o gozo, mas, mesmo assim, há a intencionalidade de subvertê-las:

Ainda que a renegação seja um mecanismo estrutural, que se remete à castração e ao indivíduo, podemos pensar sua passagem para o campo coletivo enquanto estratégia da *montagem branca*, quando é propiciada pelo saber do telejornalismo. Aí as técnicas de edição, com cortes, colagens, narração com os verbos no tempo presente, ou mesmo a montagem das falas, fazem parte dos critérios a serem seguidos pelos profissionais que constroem uma notícia que, ao ser apresentada, funciona como se estivessem acontecendo aqui e agora. Quando se corta e se edita a notícia, o “eu seu...mas mesmo assim” já está presente. As exigências do tempo, espaço, tamanho, ordenação dos blocos e agendamentos da pauta obrigam que “mesmo sabendo que não foi exatamente assim, é preciso que seja mostrado assim”. As censuras externas ou internalizadas funcionam como indicativos e que as modificações “necessárias” desembocam num “mesmo assim” (...) A edição de um telejornal atende a *leis próprias*, além das específicas e técnicas envolvidas na montagem (SZPACENKOPF, 2003, p.206-207).

Nesse momento que o pensamento da autora dialoga com as propostas das primeiras teorias da comunicação, em especial, a *Agenda setting*, como mencionado anteriormente, que seleciona, escolhe, hierarquiza assuntos e temas que podem ser dignos de integrarem os circuitos midiáticos. Logicamente que nem todos os interlocutores reagem da mesma forma, todavia, há discursos homogêneos e de dominação e, por outro lado, movimentos contrários a esses posicionamentos. Sob outro ponto de vista, a ética das práticas jornalísticas se estilhaça quando “ estamos subordinados a uma ‘ética’ (grafada assim, com aspas) da violência, do lucro, da exclusão e do espetáculo” (BUCCI, 2004, p. 126). Na perspectiva do autor, a intenção não é obrigatoriamente de analisar os controladores das grandes redes de televisão, incluímos também as demais redes de comunicação, se atuam em conformidade com boas intenções, “mas de buscar compreender de que modo a conformação da mídia já cristaliza, em sua simples natureza,

padrões que não são apenas tecnológicos, ideológicos, linguísticos ou imaginários, mas também éticos” (BUCCI, 2004, p.126).

Enquanto *montagens brancas*, a autora sugere algumas matérias do Jornal Nacional entre os anos de 1994 e 1995 sobre a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo reconhecendo a importância desses fatos, a pesquisa pretende ilustrar a montagem com outro episódio em que a montagem foi executada sem parcimônia: o debate apresentado pela rede Globo na disputa da corrida eleitoral no segundo turno à presidência da república no Brasil, em 1988, entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Affonso Collor de Mello (PRN).

O emblemático debate realizado pela emissora marcou a história da produção televisiva brasileira por alguns motivos. Primeiramente, e possivelmente o mais consistente de todos eles, por que foi o primeiro programa de debate entre candidatos à presidência da república televisionado depois de mais 20 anos de ditadura civil-militar, momento importante pela redemocratização do país. Um outro motivo emblemático foi a intenção da emissora de favorecer ao candidato Fernando Collor, em detrimento de Lula. Ao contrário dos debates que são realizados atualmente que são ao vivo com tempo limitado de pergunta e resposta iguais a todos os candidatos e a existência lei para transmissão e execução do programa, naquela época, não havia esse tipo de precedente, tanto que o debate foi gravado e transmitido alguns dias antes do pleito.

Collor seria uma promessa ostensiva para a retomada do Brasil à redemocratização e ao combate aos “marajás”, uma denotação aos funcionários públicos que, através de movimentações fraudulentas, poderiam ter em seus salários acréscimos exorbitantes por conta de corrupção. Além do mais, Collor era jovem, em campanha eleitoral não tinha 40 anos, praticava esportes, veio de uma família aristocrática do nordeste brasileiro, teve pai político (o deputado federal e governador das Alagoas, Arnon Afonso de Farias Melo), era casado com Rosane Malta, igualmente jovem que foi primeira-dama brasileira aos 26 anos de idade, ou seja, ele portava signos do universo tradicionalmente burguês e esses valores poderiam trazer a oxigenação e o vigor necessários para a política do país. Esses valores não foram criados ao léu, mas estão em circulação enquanto arquétipos de poder, jovialidade e vigor. Assim, houve participação marcantes da sociedade para a eleição de Collor que ultrapassava a questão da quantidade dos votos nas urnas, mas tornava-se um desejo a ser concretizado, ou melhor, midiático.

A representação elaborada por ele e disseminada pela mídia em muito pouco se aproximava de Luiz Inácio. Nordestino, sindicalista, metalúrgico, Lula teve destaque nos

movimentos pelas *Diretas Já* (movimento orquestrado por várias classes sociais que reivindicava pela volta das eleições diretas, populares e democráticas) pelo papel desempenhado no movimento sindical realizado, principalmente na região do ABC, em São Paulo. O candidato que não tinha tradição na política partidária poderia ser um empecilho aos interesses do poder e também de outras esferas de poder da época. Parrudo, de barba farta, fazendo campanha de camiseta vermelha, um dos símbolos do partido que ajudou a fundar, a aparência dele também em nada se assemelhava ao vigor de Collor, a despeito da diferença de idade ser de apenas cinco anos a mais para Lula.

Além da edição do programa em complacência a Collor, outras estratégias foram adotadas pela produção do programa para a desqualificação de Lula como a sugestão de que Collor portasse uma pasta com documentos que poderiam acusar de possíveis crimes contra Lula. Como José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, um dos diretores da época da emissora, admitiu que houve manipulação para favorecer o candidato, como ele admite no trecho a seguir:

Nós conseguimos tirar a gravata do Collor, colocar um pouco de suor com glicerinazinha, e colocar as pastas todas que estavam ali, com supostas denúncias contra o Lula, essas pastas estavam inteiramente vazias, com papéis em branco. Foi uma maneira de melhorar a postura do Collor junto ao espectador, pra ficar em pé de igualdade com a popularidade do Lula (PORTAL R7, 2011).

Outras montagens foram executadas ao longo do debate entre os candidatos: os minutos a menos para Lula depois do processo de edição, a simulação de alguma possível denúncia no dia do debate e anteriormente a isso, a figura jovial e arrojada desenhada a Collor pela mídia, tornaram-se montagens por interferirem na natureza do tempo e do espaço, criando normas próprias e oferecendo a sedução como elemento de conquista via a conduta neurótica de uma sociedade que clamava por uma figura messiânica no cenário político. As marcas deixadas pela montagem reverberam de modo convincente no tecido social, pois justamente criam uma outra forma de realidade. A despeito da existência das montagens, essas não teriam qualquer efeito se não houvesse o desejo da população para que se tornassem legítimas, por essa operação que se encontra os afetos na recepção e circulação dos discursos midiáticos.

A criação desse panorama torna-se, com o decorrer do tempo, insustentável e perecível; nesse caso, a imagem de um bom governante e de um homem saudável deram espaço para a representação de um político corrupto, cercado por pessoas igualmente

corruptas que culminou no *impeachment* de Collor em 1990, e Itamar Franco (PMDB) assumiu a presidência <sup>61</sup>. Se por um lado temos a mídia como uma das formadoras de identidades aos personagens envolvidos nos processos comunicacionais, por outro lado, houve a participação da população na construção dessa imagem que não atravessa obrigatoriamente os valores de manipulação.

Outras passagens mais recentes aludem sobre a presença de movimentos perversos midiáticos. Portari e França (2014) apresentam discussões sobre a flutuação do gênero jornalístico com entretenimento. A nossa proposta se apropria do exemplo apresentado pelos autores e direciona a outra qualidade de discussão, mesmo reconhecendo a importância de debate sobre gêneros jornalísticos. Os autores apontam para a criação de montagens que justificam a produção de conteúdos em programas televisivos e que pode ser analisada sob a ótica da ética e, para além das práticas da profissão, o fomento de sentimento antipetista que se encontrava em circulação.

O primeiro ponto é quanto ao uso de dispositivos tecnológicos escondidos para a realização de matéria que, como apresentamos, seria questionável para a atuação do jornalista. Tal prática foi utilizada para entrevistar José Genuíno, condenado em uma ação judicial por crime de lavagem de dinheiro e corrupção ativa no caso Mensalão<sup>62</sup>, mas assumiu o cargo a que foi eleito em 2013, deputado federal, cumprindo pena em regime semi-aberto. Com isso, o programa *CQC* (Custe o que custar), que era veiculado pela *Rede Bandeirantes de Televisão*, que mistura jornalismo, humorismo e entretenimento muitas vezes de forma incisiva e impertinente, sempre teve a intenção de entrevistar o deputado, mas nunca obteve êxito. Com a volta do deputado ao Congresso, um repórter espera a chegada de Genuíno com as perguntas: “Oi, Genuíno, como você está? (...) Você veio aqui se esconder porque lá na prisão é pior? Aqui tem mais bandido, é mais fácil?”

---

<sup>61</sup> Na verdade, não houve o *impeachment* propriamente dito, pois Collor renuncia antes, doravante, houve foi dada sequência à votação.

<sup>62</sup> De forma muito breve, o caso Mensalão foi uma denúncia feita pelo então deputado federal Roberto Jeferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que previa a compra de votos de parlamentares com dinheiro público para a aprovação de leis que satisfaziam as intenções do governo na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Com as investigações, além de Roberto Jeferson, deputados, senadores e empresários foram julgados e condenados nesse caso. Atualmente, as investigações se estendem e abrangem a operação Lava Jato, comandada sob a batuta do juiz federal Sergio Moro.



Tá fazendo voto de silêncio? (...) Você vai passar onde o réveillon: Papuda<sup>63</sup>...já sabe onde vai ser? Como está José Dirceu<sup>64</sup>, tá bem? ”<sup>65</sup>.

A persistência e a busca por respostas pelo jornalista podem até ser uma qualidade da ética do jornalista, todavia, a inconveniência expõe, desqualifica e fetichiza a fonte entrevistada de modo que não contribui para o espaço político, ainda mais com perguntas daquela qualidade. A intenção não é de defender o deputado ou o partido a qual pertence, entretanto, o repertório das perguntas do repórter não contribuí para reflexões sobre o combate à corrupção e nem engrandecem o espaço político. A atuação jornalística desse caso torna-se ainda mais tensa quando um menor de idade é acompanhado pelo pai e conseguem entrevistar o deputado, alegando que são militantes do PT e fãs de Genuíno, com uma câmera escondida.

Pai e filho conseguem acessar ao gabinete do deputado. O garoto, denominado como repórter-mirim, faz algumas perguntas ao parlamentar, ganha um exemplar do livro escrito por Genuíno enquanto esteve preso, e no final conduz o deputado para fora da sala com a intenção de que Genuíno fale com o seu tio que, na verdade, o tio era o repórter do *CQC*. Nos comentários finais, já na banca ao vivo do programa, um dos apresentadores relata que retribui o presente ganhado com um exemplar do livro *Carandiru*<sup>66</sup>, de Drauzio Varella, dizendo que é uma espécie de “manual para saber quando você estiver na (sic) cárcere”.

Por esse motivo, a montagem se desenvolve em forma de mentira para justificar o acesso ao deputado, ainda mais em se tratando o uso de um menor de idade, acompanhado pelo pai munido com uma câmera escondida. Além disso, qual é a intenção do programa de fazer aquelas qualidades de perguntas que não colaboram para as discussões sobre os casos de corrupção e política? A exposição da figura do outro e a sua condição tornam-se fetiches pelo abuso do desmerecimento e intransigência da equipe de reportagem.

A política não deveria estar pareada a movimentos de desqualificação da condição do outro. Pela passagem mencionada, além de dessubjetivação da condição do outro, há

---

<sup>63</sup> Papuda refere-se ao Complexo Penitenciário da Papuda, que fica em Brasília, Distrito Federal.

<sup>64</sup> José Dirceu já foi deputado federal e estadual (SP), ministro na gestão de Dilma Rousseff e Lula, e, na época da entrevista, também foi condenado por envolvimento no mesmo esquema de corrupção.

<sup>65</sup> A entrevista pode ser vista na íntegra no link: <https://www.youtube.com/watch?v=EeRy4lQm-rQ> . Acesso: 20 maio 2017.

<sup>66</sup> O livro faz parte de relatos e memórias do médico Drauzio Varella enquanto foi responsável pela saúde de detentos entre as décadas de 1980/90 do Carandiru, presídio implodido que ficava na capital paulista. Entre as medidas propostas por Varella foi de combate e prevenção da Aids/HIV.

indícios que prezam o fomento de desavença ao PT, sentimento muito forte e próspero no decorrer da eleição de presidente em 2014.

## 9 – A presença de sinais perversos na política e na democracia

Refletir sobre a conjuntura atual da política brasileira requer uma destreza para não cair na ideia superficial de diferenciação pelos posicionamentos ideológicos entre partes que se divergem e entrar numa seara infrutífera para a discussão do tema proposto que enriquece o espaço social. Circulando entre políticos de carreira, ilustres desconhecidos e nos discursos midiáticos, duas palavras se apresentam em alta ressonância que antecederam e sucederam ao *impeachment*: política e democracia. Esses termos tornaram-se artefatos de luta, resistência e também de argumentação para segmentos sociais independentemente da vertente ideológica anunciada no cenário público. Discursos e práticas das mais diferentes representações foram justificados pela ordem da democracia em nome da política e também puderam ser notadas nos discursos dos participantes, assim, perceberemos como os conteúdos apresentados pela revista também estão presentes em diálogo com os discursos dos participantes. Esse é o fio condutor para analisarmos como foram acampados os movimentos sobre política e democracia sem ações e circuitos pelas práticas da revista *Veja*, tendo como recorte capas que abordaram o cenário político de 2014 a 2017.

Essas edições evidenciam os esquemas de corrupção na gestão dos petistas, a exaltação dos problemas enfrentados pela classe média e a classe empresarial com a perda de privilégios e a alta carga burocrática, além da aversão contra o PT que foi solidificada pela revista e reverberada pelo tecido social. Esses pontos elencados articulam as formas de produção dentro da metodologia de circuito proposto por Richard Johnson ao evidenciar, na verdade, que a produção discursiva e tecnológica está associada de modo relacional com os códigos culturais enquanto sintoma da sociedade.

Todavia, nessa etapa da pesquisa outras edições da *Veja* também foram utilizadas para embasar a hipótese de que os movimentos midiáticos produziram sentidos que culminaram na aversão das conquistas de classes baixas, a valorização da classe média e o ódio pelas referências ao PT ou posicionamentos de esquerda, sentimentos e desejos que já projetados e circulantes mesmo antes das eleições que reelegeram Dilma Rousseff. Paralelamente, além de reconhecer a proposta discursiva da revista com afinidades neoliberais tanto em discursos e práticas, a intenção dessa parte da pesquisa é de perceber como o sujeito comum recebe e reverbera os movimentos da política partidária a partir da cobertura da revista suscitando não apenas a decodificação de conteúdos, mas também de desenvolvimento de afetos por esses discursos.

A escolha da revista *Veja* como objeto de estudo para essa pesquisa acontece porque a publicação apresenta a maior tiragem entre as revistas semanais impressas do território nacional, ultrapassando a casa de mais de um milhão de exemplares<sup>67</sup> por edição, de acordo com IVC (Instituto Verificador de Comunicação), com informações de 2016. Além disso, a revista teve um acréscimo no número de assinantes, superando mais de um milhão de assinantes<sup>68</sup>. Vale lembrar que o fato de assinar ou ler a revista semanalmente não quer dizer obrigatoriamente a concordância com seu posicionamento editorial, tão pouco a influência direta desses discursos na vida cotidiana de seus interlocutores. O consumo dos conteúdos da revista também não é garantia que as ações promovidas pelos discursos da revista estejam sempre em compasso com o posicionamento dos leitores, há a possibilidade de críticas e divergências entre aquilo que a *Veja* publica e o modo como é reverberado esse conteúdo.

*Veja* pertence à *Editora Abril*, um empreendimento que começou sob a batuta de Victor Civita, em 1950, já foi um império midiático que já teve um leque de publicações e vários canais de comunicação, incluindo no meio digital, que nem de longe lembra o modesto início com a publicação das revistinhas em quadrinhos dos personagens de Walt Disney. Atualmente, a editora conta com escassas publicações e a oferta de outros serviços como logística para a manutenção. A revista *Veja* começou a circular em 1968, momento crítico da história brasileira devido ao golpe da ditadura civil-militar no país; ainda mais que naquele ano havia sido instaurado o Ato Inconstitucional nº5 (AI-5), uma das medidas mais violentas e enérgicas do período ditatorial que previa a prisão de pessoas contrárias ao regime, a limitação da liberdade de imprensa e expressão, além do fechamento do Congresso Nacional. A *Veja* até hoje é a única publicação da *Abril* que manteve a circulação de forma ininterrupta, inclusive promovendo outros canais como as revistas setorializadas pelas capitais (São Paulo e Rio de Janeiro), site e canal de televisão via internet que levam o nome da publicação.

Para refletir sobre política e democracia são necessárias algumas reflexões para embasar os posicionamentos da revista e as considerações feitas pelas pessoas que participaram da pesquisa. Desde a antiguidade, filósofos, historiadores, cientistas,

---

<sup>67</sup> O número de exemplares pode haver variações. Como é o caso da edição de número 2470, de 23 de março de 2016, que fez a cobertura do depoimento coercitivo realizado ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo então juiz federal Sergio Moro que houve um aumento de aproximadamente 10% a mais da quantidade de exemplares.

<sup>68</sup> A informação consta no próprio site da Editora Abril, que mantém a revista. Ver em: <http://publiabril.abril.com.br/destaques/revista-veja-apresenta-crescimento-na-circulacao>. Acesso em: 18 abr. 2017.

sociólogos, comunicólogos e outros profissionais de diversas áreas se debruçam na intenção de acompanhar e perceber os movimentos da política e também da democracia. A intenção não é de resgatar todas as ponderações feitas ao longo de vários séculos, todavia, é importante considerar alguns posicionamentos que contribuíram para contemplar os dois conceitos, assim, havendo a necessidade de realizar o recorte epistemológico, essa pesquisa se mantém amparada nas considerações realizadas por Hannah Arendt sobre política.

A origem da palavra política remete ao termo grego *politiké*, que oferece o surgimento de outras palavras como *pólis* (cidade, urbe) e *polités* (cidadão, civil). A partir dessas considerações, o ato político, ainda mais na antiguidade, era pensar sobre a organização e atitudes que se referiam ao espaço em comum, aquilo que acontece em público que visa à ordem da coletividade, mesmo que para isso haja como sintoma a ocorrência de divergências:

O solo da política é o solo da necessidade e da inevitabilidade do convívio. É como decorrência da condição humana que provém esta análise da imprescindibilidade do *estar-em-comum*, ou, se for preferível, da necessidade de *ego* e *alter* se encontrarem através da complementaridade do agir. (...) A mútua afetação dos comportamentos sociais é dado que só pode ser colhido na experiência de avaliação da própria condição humana, e é daí que brota a inescapabilidade da própria politicidade do convívio humano (...) A política é (...) a arena da realização ideológica da sociedade, porque por suas vias são drenados os esforços de construção de identidades comuns no traçado das relações intersubjetivas (...) (BITTAR, 2011, p. 6-8, grifos do autor).

Por esses parâmetros, não cabe dentro do campo político o reconhecimento de valores privados, tampouco a incidência das paixões exacerbadas e desejos individualistas, além disso, na concepção de Bittar, há também a necessidade de manifestações do indivíduo pelo ego, ou seja, a demanda pessoal, na mesma proporção, o freio dessa condição que é o posicionamento do alter-ego, aquilo que impulsiona e o que retrai nas ações da vida, assim, a política nunca será um campo estável, o que não quer dizer que haja a intenção de promover traços perversos. De início, percebe-se a fragmentação da condição da política, se analisarmos pelo viés dos posicionamentos dos participantes da pesquisa; considerar o processo de *impeachment* como sendo “sujo e manipulado, mas necessário”

Aristóteles alegou, na clássica obra *Política*, que fora da polis há apenas a condição animal ou divinal, havendo a necessidade da inserção dos cidadãos no cotidiano da polis enquanto movimento de visibilidade e ação política. Vale lembrar que a condição

de cidadão, na Grécia antiga, não contemplava mulheres, crianças, escravos e estrangeiros, ou seja, a referência sobre a oportunidade de pensar, refletir e posicionar-se sobre o espaço público não era uma reserva universal<sup>69</sup>. No entendimento do filósofo, esses sujeitos não eram dotados de liberdade, eram compreendidos como posse de um senhor ou um ser superior, no caso das mulheres, seria uma espécie de posse dos maridos; e a privação da liberdade seria a negação de manifestação política.

Enquanto manifestação pública de liberdade, por outro lado, é pertinente considerar, ao menos dentro do campo epistemológico adotado por essa pesquisa, que nenhuma ação, comportamento ou empatia perversa caberia nos processos políticos, uma vez que a ação política prevê a percepção dos cidadãos dentro de um campo de reflexão para aparecimento público e o reconhecimento do posicionamento do outro para as questões do espaço em comum. Da mesma forma que a clareza e a transparência também integram as qualidades da política, pois esse campo é reconhecido como sendo público, sem artimanhas para favorecimento individual ou de determinado grupo. Nenhuma manobra ilegal, irregular ou corrupta seria cogitada de execução dentro do espaço público, tão pouco atitudes obscuras ou duvidosas. Por essa perspectiva, houve o enfraquecimento das concepções políticas tanto das ações dos políticos do Partido dos Trabalhadores (PT) em esquemas de corrupção, como a articulação de participantes das gestões petistas para impulsionar o *impeachment*. Por essas considerações também que as paixões rasas, preferências pessoais e gostos particularizados também não deveriam entrar no cenário político porque essas expressões não contribuem de modo significativo para o engrandecimento do espaço público e político. As paixões, enquanto afetos rasteiros e medíocres, vão de encontro com as considerações apresentadas por Hannah Arendt sobre o espaço político, ou seja, manifestações que não colaboram para a organização e discussão pública.

Conforme apresentado em trechos anteriores, a concepção de política de Arendt não está desvinculada do entendimento de liberdade e manifestação pública. Para a autora, deveria haver limites muito firmes entre os espaços públicos e privados. Dentro

---

<sup>69</sup> “Existem, na espécie humana, seres tão inferiores a outros quanto o corpo o é em relação à alma, ou a besta ao homem; são aqueles para os quais a utilização da força física é o melhor que deles se consegue. Segundo os nossos princípios, esses indivíduos são destinados, por natureza, à escravidão; pois para eles, não há nada mais simples do que obedecer. Assim é o escravo por instinto; pode pertencer a outrem (também lhe pertence ele de fato), e não tem razão mais do que suficiente para dela experimentar um vago sentimento; não possui a razão de sua plenitude. Os outros animais que não a possuem seguem as expressões exteriores. (...) A natureza mesma parece desejar dotar de características diferentes os corpos dos homens que são livres e dos que são escravos” (ARISTÓTELES, 2001, p. 18-19).

dos espaços privados o sujeito não é reconhecido enquanto uma entidade pública e, portanto, não apresenta visibilidade o que tem como consequência a intensidade do fator público de intervenção. A confluência de referências dos dois universos pode ser um movimento que traria prejuízos às duas condições:

Assim, dentro da esfera da família, a liberdade não existia, pois o chefe da família, seu dominante, só era considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos eram iguais. É verdade que esta igualdade na esfera política muito pouco tem em comum com o nosso conceito de igualdade; significava viver entre pares e lidar somente com eles, e pressupunha a existência de desiguais; e estes, de fato, eram sempre a maioria da população na cidade-estado (ARENDT, 1983, p. 40).

O cidadão, reconhecido pelo seu valor político, não deve ser privado de liberdade, Arendt não reconhece a dignidade da cidadania fora dos princípios de liberdade<sup>70</sup> e pela capacidade de escolha; a privação dessas qualidades não seria suportada nas práticas políticas. O espaço político pode ser forte a partir do momento que é composto em concerto, todavia, a concepção desse termo também pode ser deturpada a partir do momento em que há a influência de atores não-sociais e a ressonância dessas ações no meio social como sendo práticas políticas e legítimas. A intenção do processo político não é a formação de espaços homogêneos, mas a promoção de diálogos para fortalecer concepções que são arquitetadas em conjunto, por isso, a necessidade de reforçar signos de liberdade para a ocorrência da política. Essa também é a concepção de Arendt sobre poder, a qualidade de unificação, a despeito das diferenças e posicionamentos divergentes. Como aponta Lafer (2003), mais uma vez baseado nas reflexões de Arendt, ao conceber a liberdade em consonância com a política:

Liberdade (...) e a política surgem do diálogo no plural que aparece quando existe este espaço público que permite a palavra viva e a ação vivida, numa unidade criativa e criadora. Este espaço é um espaço frágil e a verdade que informa o diálogo que nele se dá, que é a verdade factual, também é uma verdade frágil, posto que o seu modo de asserção não é a evidência. Daí a permanente preocupação de Hannah Arendt com a propaganda, a ideologia, a mentira e o *image-making*, o reescrever *a posteriori* da História, pois são todos fenômenos que comprometem e ameaçam a verdade factual. (...) o espaço

---

<sup>70</sup> É importante frisar que liberdade e política para Hannah não são sinônimos, mas, são equivalentes. “Sem um âmbito público politicamente assegurado, falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer. Ela pode, certamente, habitar ainda nos corações dos homens como desejo, vontade, esperança ou anelo; mas o coração humano, como todos sabemos, é um lugar muito sombrio, e qualquer coisa que vá para sua obscuridade não pode ser chamada adequadamente de um fato demonstrável. A liberdade como fato demonstrável e a política coincidem e são relacionadas uma à outra como dois lados da mesma matéria” (Arendt, 2001, p. 195).

público é frágil e suscetível de desaparecer no vórtice de imprevisibilidade dos fatos e dos acontecimentos é que ele precisa ser preservado por meio de instituições (LAFER, 2003, p. 31-32).

Entre as ações sugeridas por Arendt para evitar a deterioração do espaço político é justamente o desenvolvimento da reflexão acerca dos fatos que acontecem; reflexão essa que não está relacionada como escolaridade, formação profissional ou classe social, mas que pode ser desenvolvida enquanto movimento no esquadro privado, no pensamento isolado e que refletem em ações no espaço público em movimentos em conjunto. O tecido político apresenta-se em descompasso à medida que acontecimentos desprovidos da capacidade de pensar tomam conta do espaço público. Esse fenômeno foi reconhecido nos discursos dos participantes ao não conseguirem desenvolver, por exemplo, a ausência de manifestações públicas contra o governo de Michel Temer de modo tão massivo como fora na gestão de Dilma Rousseff e na fetichização do PT e seus correionários como sinônimos de corrupção.

A ascensão de regimes totalitários é sintoma da qualidade de esgarçamento do tecido social pela ausência de união e de reflexão dos sujeitos em sociedade, a autora não considera os regimes autoritários e totalitários como manifestações políticas, uma vez que esses regimes se munem de artefatos da violência para a vigência da atividade, violência não apenas na concepção do vigor físico, mas das estratégias simbólicas de atuação. Dessa forma também que Arendt não considera que o poder cabe ao exercício de uma pessoa, mas sim de um grupo de agir em concerto e permanecer unido, por isso que o exercício de poder de uma determinada pessoa em alguma sociedade diz respeito, na verdade, à eleição feita por um grupo para que essa pessoa exerça o poder, isso vale tanto em sociedades democráticas como em outros regimes de governanças, independentemente da qualidade ideológica adotada pelo grupo.

Por esse posicionamento que o poder pode ser o sintoma da qualidade de cidadãos se unirem enquanto uma proposta política em nome da coletividade; o contrário dessa proposta pode ser o sintoma de fissuras decorrentes da fragilidade de união social que abrem passagens para a prosperidade de atores não-sociais para a instauração de regimes totalitários e autoritários e, conseqüentemente, perversos, que reconhecem nessas lacunas formas de atuação para a proliferação de movimentações fora da condição política. Essa é uma das qualidades da polarização que houve no país por conta da fragmentação política. Como consequência dessa artimanha não-política surgem manifestações de



intolerância e a ruptura do senso comum, bem como a anulação de posicionamentos reflexivos da qualidade de pensar:

O estabelecimento de um regime totalitário requer a apresentação do terror como instrumento necessário para a realização de uma ideologia específica, e essa ideologia deve obter a adesão de muitos, até mesmo da maioria, antes que o terror possa ser estabelecido (ARENDDT, 1989, p. 26).

A presença do terror promove como sintoma a proliferação do medo, a sensação de desamparo e da vigília constante dentro do espaço político. O medo não é político, é uma forma castradora da representação pública que preza pela ausência de visibilidade e comunicação. Para além dos regimes que privam os cidadãos da participação política e dos referenciais de liberdade, oferecer qualquer possibilidade de gargalo a manifestações públicas que seriam contemplativas ao espaço público não pode ser interpretada como ações políticas, pois priva o sujeito de possibilidades de comunicação. A ação, para Arendt, também está imbricada com os movimentos de liberdade, garantindo sua manifestação no espaço político, ela afirma que a razão de existência da política é a liberdade que promove a ação:

(...) ação e política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade, e é difícil tocar em um problema político particular, sem implícita ou explicitamente, tocar em um problema de liberdade humana (...) a liberdade (...) se torna o alo direto da ação política, é na verdade o motivo por que os homens convivem politicamente organizados. Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado (ARENDDT, 2001, p. 191-192).

Na perspectiva da autora (Arendt, 1994), a ação é a capacidade da sociedade reunir-se entre seus pares, almejar objetivos e empreendimentos para agir em conjunto, que jamais seriam possíveis entre sujeitos isolados, na qualidade privada do ser humano, enquanto senso comum, ou seja, a atividade política é a ação. Por essa interpretação, acreditar, como pontuou uma das participantes da pesquisa, que a permanência de Michel Temer no executivo nacional seria justificável porque a atuação dele seria agradável ao setor empresarial e também à economia, a despeito de haver indícios de corrupção contra ele também, perde o valor político. A predileção por assuntos econômicos foi também a força motriz dos discursos da revista, ou seja, a potência do tema não advém exclusivamente da mídia como personagem manipuladora, mas do desejo da população e também de estruturas de poder que dependem das atividades econômicas para o exercício do trabalho. Sob outro aspecto, se formos levar em consideração a relação de trabalho

desenvolvido por Arendt, os participantes da pesquisa também prezam mais pelo exercício do trabalho para reconhecimento e participação sociais ao invés da ação política de visibilidade pertencente ao espaço público. A hipótese de Arendt da supremacia do *animal laborans* torna-se visível em posicionamentos como das participantes que legitimam o trabalho como condição de participação social.

Por essa passagem, consta que o sentido de política empreendido por Arendt se encontra debilitado, uma vez que, ao menos entre os sujeitos participantes, não houve a intenção de caminhar juntos na saída de soluções para o espaço político, tampouco o fomento ao debate público. A necessidade de aniquilar e eliminar elementos que seriam nocivos aos princípios individualistas ou segmentados são propósitos dentro do cenário político. No entendimento da autora, todas as referências que seriam compreendidas para a manutenção do indivíduo, enquanto figura privada, não seriam competentes à esfera política. Em contrapartida, no espaço político há a construção do mundo em comum, um conceito desenvolvido por ela chamado de *sensu communi*, o senso comum. O senso comum não quer dizer que deva haver a homogeneização de pensamento e pontos de vista, mas o fomento de discussão para viabilizar melhores saídas dentro do espaço político, deixando de fora as paixões e organizando-se para propostas de algo para a preservação da vida coletiva, incluindo ações que até então nunca foram aplicadas ou viabilizadas, “Agir e começar não são o mesmo, mas são intimamente conexos” (Arendt, 2001, p. 59). As paixões de cunho individuais não deveriam ser partilhadas no espaço público; esses pontos enfraquecem e não contribuem para os referenciais políticos, uma vez que são calcados em propostas narcísicas, interesses próprios e não são enquadrados em benefícios coletivos, como apresenta Assy em considerações a partir de Arendt:

Ao comunicarmos nossos sentimentos, nossas satisfações e deleites desinteressados, explicitamos nossas escolhas e elegemos nossas companhias. A tentação de identificar deleite e satisfação exclusivamente com realizações pessoais ou com o concomitante contentamento material nas sociedades de consumo demonstra não só o empobrecimento da nossa capacidade de imaginar, mas o aniquilamento de nossa capacidade de ter aprazimento com algo que não traga consigo expectativas e interesses particulares (ASSY, 2016, p. 49).

O exemplo apresentado por Assy foi do desenvolvimento da sociedade de consumo, uma qualidade de sociedade que reconhece no consumo uma forma de posicionamento e reconhecimento social. A própria Hannah apresenta uma série de críticas quanto à presença do consumo na sociedade como um dos sinais de bem-estar e felicidade. Para ela, a sociedade do consumo é um dos sintomas que apontam a

desestruturação da política, pois descaracteriza a condição humana no que tange aos movimentos de reconhecimento público e político ao promover isolamento e valores narcísicos.

No entendimento de Arendt, o senso comum não pode ser compreendido como sendo uma apropriação estigmatizada e limitada de sentido, mas como ação proposta enquanto valor de partilha de atuação em conjunto para a busca de resoluções comuns. Também, nesse caso, o senso comum não se apresenta como uma forma monolítica e homogênea de representação, mas sim como espaço de discussão e debate e, também, do desenvolvimento de afinidades e propostas que prezam pela manutenção da ordem “(...) reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros” (Arendt, 1983, p.62). Por esse propósito que Telles (1990) considera que com a dissolução do espaço político o senso comum também se desfaz:

(...) a dissolução desse espaço público significa a perda de um “mundo comum” que articula os homens numa trama visível feita por fatos e eventos tangíveis (...) no seu acontecimento e que se materializa na comunicação intersubjetiva, através da qual as opiniões se formam e os julgamentos se constituem. Nesse caso, a dissolução do espaço público significa mais do que a perda de um espaço comum entre os homens. Pois essa perda significa também a dissolução do “senso comum” (TELLES, 1990, p.4).

Por essas considerações que a capacidade de estabelecer diálogos, comunicação e convivências é fundamental para a formação do espaço político. É interessante observar a colocação de Telles sobre a moral política e reconhecer que a comunicação integra valores sobre o desempenho da vida pública, conceito muito semelhante ao entendimento de Sodré (2014) sobre esse campo. O autor foge da concepção de compreender a comunicação como sendo a carga de transferência de informação e a identifica como sendo a promoção de intenção de “partilha, participar de algo ou pôr-se em comum” (SODRÉ, 2014, p.10). A comunicação tem a ver com o relacional, com o contato, com a interação:

De fato, embora o ótimo original (*communis + actio = communicatio*) nada diga realmente sobre a transmissão de informa es ou de mensagens, este significado dicionarizado em línguas ocidentais acabou impondo-se sobre o sentido primordial de “a o comum” ou de algo como “a o do comum”. Apropriado pela sociologia, ele serviu de base para o estudo das rela es sociais geridas pelas modernas tecnologias da informa o e emolduradas no vago quadro teórico do par “comunica o/informa o”, que   apenas outro nome para a comunica o moderna dita também “mediatizada” (SODRÉ, 2014, p.11).

A comunicação é uma ação política a partir do momento que é concebida como sendo sintoma da partilha, da ação comum. A partilha e a intenção de pôr em comum, quando promovidas pela comunicação, podem apresentar traços diligentes, todavia quando há a promoção de traços perversos, o processo pode ser considerado como sendo comunicação? Baseado em Arendt, Lafer (2003) considera a política como sendo um processo dialógico estabelecido pela capacidade de comunicação. O autor acredita que cabem às esferas privadas a reflexão para o pensamento, a privação do outro e da condição política para o desenvolvimento da capacidade de pensar, onde, inclusive, são procedentes as formas de livre-arbítrio<sup>71</sup> e “O campo da política é o do diálogo no plural que surge no espaço da palavra e da ação – o mundo público – cuja existência permite o aparecimento da liberdade” (LAFER, 2003, pp.62-63). Mesmo propondo a distinção entre as duas esferas, a intenção de Arendt é de acreditar que o pensamento irrompe no universo político; a ação política seria o sintoma da reflexão do sujeito privado enquanto proposta pública. Por esses caminhos que essa etapa da pesquisa se debruça em analisar como a construção de discursos perversos na comunicação, tendo como recorte a revista *Veja*, reverberaram em circuitos perversos dentro de aspectos políticos partidários, apresentando deficiências na qualidade de manifestação política e a invasão das paixões no cenário público, na intenção de anular qualquer proposta de diálogo e de participação daquilo que contrário aos seus posicionamentos do espaço público. Eliminar o PT do cenário público não é o exercício de política, mas a prática de violência fomentada por pessoas que se abdicaram da qualidade de pensar e refletir em movimento concertado, ou seja, de promover a ação política.

O primeiro ponto a ser apresentado é quanto ao tratamento do aspecto político discutido e apresentado pela revista. Conforme apresentamos, a política não se restringe exclusivamente aos tratados, acordos e conchavos que são realizados entre lideranças partidárias, adversários, empresários ou quem quer que seja; isso quer dizer que não necessariamente a aprovação de leis e projetos executada por políticos profissionais são obrigatoriamente ações políticas. Entretanto, cabe a qualquer cidadão gozando de liberdade e de visibilidade a capacidade de exercício da política em qualquer esfera de atuação social. De antemão é importante considerar que as atitudes realizadas dentro de

---

<sup>71</sup> “A principal característica das atividades mentais, (...) é a invisibilidade. O pensar é uma atividade solitária, ao contrário do agir, que exige a companhia e a concordância dos nossos pares. O pensar elimina a corporalidade e por se traduzir num provisório desligamento do mundo das aparências, significa um desaparecer e representa um esquecimento do ser, que está ligado ao mundo das aparências” (Lafer, 2003, p.75).

aspectos obscuros ou nebulosos não podem ser compreendidas como ações políticas, mesmo que sejam justificadas sob a alegação que seriam importantes e necessárias. Além disso, essas atitudes obscuras não deveriam ser sublimadas por terem sido praticadas por pessoas de representação política eleitas democraticamente pelo voto popular. Por essa chave de pensamento que quaisquer movimentos que denotem algum tipo de corrupção, gestão fraudulenta ou apropriações indevidas podem ser compreendidos e considerados como atitudes fora do esquadro conceituado sobre política. Seguindo o pensamento de Arendt, a inclusão de questões corruptas ou individualistas no cenário político fragmenta a noção de comum em nome da coletividade. Claude Lefort (1991), amparado nas reflexões de Arendt apresenta que:

Se não existe fronteira entre política e não-política, a própria política desaparece, pois, a política sempre implicou uma relação definida entre os homens, relação esta regida pela exigência de responder a questões que põem em jogo a sorte comum. Apenas existe política lá onde se manifesta uma diferença entre um espaço no qual se reconhecem mutuamente como cidadãos, situando-se nos horizontes de um *mundo comum* (LEFORT, 1991, pp. 67-68, grifos do autor).

Essa reflexão torna-se um ponto de questionamento sobre o discurso da revista em anular quaisquer posições que vão contra o pensamento neoliberal e também de posicionamento petista, bem como as considerações dos participantes quanto ao consumo midiático, vivências e mediações. No posicionamento de Arendt, a aparência não é uma concepção daquilo que é percebido pela sensibilidade da visão enquanto uma manifestação da superficialidade do sujeito. A aparência é justamente aquilo que o sujeito oferece em sua vida política, ou seja, aquilo que se torna público enquanto ações que deveriam ser desenvolvidas no esquema de benefícios à coletividade como resultado de reflexão para a promoção do senso comum, por isso, na visão da autora, ser é a mesma coisa que parecer. Assim, aquilo que é visto no cenário público deveria ser o sintoma da reflexão das melhores ações do sujeito ou de um grupo e os discursos, como os apresentados pelos participantes da pesquisa, são sintomas das qualidades de visibilidade desses sujeitos.

A intenção dessa pesquisa não é de resgatar quais foram todos os movimentos políticos partidários que aconteceram no país enquanto manifestações perversas e que estruturaram a fragmentação do espaço político. Devido à necessidade de recorte, o tratamento e a reverberação de discursos que não trouxeram contribuições ao espaço público e político nas edições da revista como, por exemplo, a crença da *Veja* na apuração

incessantemente da operação *Lava-jato*, ação que começou em Curitiba (PR) e que apresenta várias vertentes de investigação e foi coordenada pelo juiz Sergio Moro<sup>72</sup>. Na apuração, o PT e demais signos envolvidos com o partido eram fetichizados na intenção de promover a anulação pública e política das referências petistas. É importante reconhecer também que o Partido dos Trabalhadores (PT) também se posicionou de forma muito omissa nas questões políticas, inclusive, integrando e participando de esquemas de corrupção, desvio de verbas e formação de quadrilha. Essas e outras atitudes devem ser combatidas com afinco por cidadãos, representantes políticos e demais poderes institucionais (legislativo, judiciário e executivo), independentemente do posicionamento ideológico ou do pertencimento partidário adotados.

A operação Lava-jato também tem a potência enquanto número e força de investimento de recursos públicos para a sua manutenção, o que pode influir nos mecanismos de divulgação. Os números referentes às operações ligadas à força-tarefa Lava-jato alcançam níveis relevantes, mesmo antes em operações anteriores. As investigações da época do escândalo do Mensalão se estenderam em outras investigações e hoje se encontram prioritariamente nas atividades da operação Lava-jato e apresenta, até junho de 2017, 42 operações. A operação teve como propósito investigar o desvio de verbas da Petrobras em movimentações fraudulentas nas gestões de Dilma Rousseff e Lula. Houve investimentos muito altos não apenas de recursos financeiros, mas também de empreendimento humano e de trabalho na realização da operação que se desmembra em outras operações ações fraudulentas, enriquecimento ilícito, corrupção ativa e passiva, formação de quadrilha e estelionatário. Entre os números da operação estão 752 mandados de busca e apreensão, 205 mandados de condução coercitiva, 84 mandados de prisão preventiva, 100 mandados de prisão temporária, além de outras medidas como

---

<sup>72</sup> A operação Lava-jato começou em 2009 ainda com as investigações de desvio de verba pública do então deputado federal, hoje falecido, José Janene, representante pelo Partido Progressista (PP) pelo estado do Paraná; Janene tinha como sede eleitoral a cidade de Londrina e região, no norte do estado. Além dele, outras pessoas eram investigadas como os doleiros responsáveis pela lavagem de dinheiro desviado: Alberto Youssef e Carlos Habib Chater, sendo que o primeiro também é de Londrina e já foi investigado em outras ações da Polícia Federal (PF) como, por exemplo, a venda do Banestado, o banco estadual paranaense. As primeiras ações começaram a surgir em 2013 quando, por interceptações telefônicas, a PF constatou a participação de Paulo Roberto Costa, diretor da Petrobras, em desvio de verba da instituição com a participação dos doleiros; Costa também é paranaense e foi diretor de abastecimento da Petrobras. Desde então, vários políticos e empresários são investigados tanto pelo juiz federal Sergio Moro, na 13ª Vara Federal de Curitiba, tanto pelo Supremo Tribunal de Justiça (STF), dependendo se o político tem ou não foro privilegiado. A intenção dessa pesquisa não é de destrinchar todas as operações, o envolvimento de todos os investigados e as operações da Lava-jato. A necessidade de discussão dessa operação será apresentada à medida que forem relevantes análises e debates que estão de acordo com o objetivo da pesquisa.

quebra de sigilos bancários, fiscais e telefônicos e aberturas de processos<sup>73</sup>, ou seja, números muito relevantes para que não ficassem em brandas nuvens pela história do país. Não apenas esses números impressionam, mas também o quanto esse investimento foi reconhecido pela sociedade. O reconhecimento das operações ganhou visibilidade nos discursos e também nos afetos que foram promovidos que, como apresentamos, não foram promovidos segundo perspectiva política, mas de ações perversas.

As denúncias contra o PT começaram a vir à tona a partir de 2005, após a denúncia do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), sobre a compra de votos de parlamentares para que leis fossem aprovadas em movimentos de corrupção para facilitar o desvio de verbas públicas e envolvidos em esquemas de corrupção; à altura o presidente do Brasil era Luis Inácio Lula da Silva. Esse esquema de compra de votos foi conhecido como *Mensalão* e causou a prisão de políticos e empresários. Depois do posicionamento do deputado, preso sob a acusação de corrupção passiva, foi investigado forte esquema de desvio de verba que, na verdade, abastecia não apenas os parlamentares do Congresso Nacional, mas também, campanhas em eleições municipais e estaduais e outras atividades ilícitas e ilegais. Por esse motivo, essas especulações não poderiam ser consideradas políticas, uma vez que esses acordos firmados não trariam benefícios à coletividade. Possivelmente, quiçá exclusivamente, esses acordos foram realizados apenas às intenções obscuras, narcísicas e individuais das pessoas envolvidas que contavam também com a impunidade, uma mazela que se encontra institucionalizada nas práticas morais da cultura política brasileira. Como observa Costa (2016), a cultura de corrupção desenvolve-se pelo:

(...) conjunto de crenças e regras de ação internalizadas e praticadas por pessoas suficientemente poderosas para malversar, em benefício próprio, recursos pecuniários destinados ao bem público. Essa cultura é um modo de vida, e, como tal, apresenta aspectos típicos de sua forma de sobreviver e se autorreproduzir. Dos aspectos, três me parecem relevantes: a impunidade, o vício e a banalidade (COSTA, 2016).

Por essas referências, as ações obscuras realizadas entre partidos políticos, empresários ou cidadãos civis, articuladas ou não pelo PT, não podem ser enquadradas como ações políticas, uma vez que foram propostas segundo intenções abstrusas e inadequadas às ações políticas. Entretanto, outras medidas que poderiam ser consideradas políticas, como os programas de transferência de renda, políticas assistenciais e

---

<sup>73</sup> Essas informações foram obtidas no site da Polícia Federal no endereço: <http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato/numeros-da-operacao-lava-jato>. Acesso: 14 jun. 2017.

financiamento estudantil, considerados para o engrandecimento dos espaços de discussão e fomento de crescimento da sociedade, não deveriam ser compreendidas como álibi na intenção de amenizar ou camuflar atos envolvendo crimes de corrupção. Medidas como essa também podem ser caracterizadas como perversas à medida que se apropriam de montagens para a construção de realidades que não dizem respeito à verdade, além de usufruir da confiança da população para a realização de atitudes corruptas, um sintoma tônico de instrumentalização da condição do outro para o gozo perverso.

A defesa aos espaços políticos, à transparência e aos movimentos éticos são intenções que cabem a qualquer cidadão sob quaisquer condições, independentemente do ponto de vista ideológico adotado pelo sujeito. Entretanto, a necessidade de defesa de partidos ou políticos de carreira justificada pelo resguardo ideológico de sujeitos ou grupos pela intenção da liberdade de expressão abre as portas para a exposição de paixões de modo impositivo que atravanca e dissocia o espaço político. Da mesma forma que o reforço às opções e afinidades de posicionamentos praticadas pelos veículos de comunicação poderiam ser praticadas não sob o viés das adorações, mas enquanto uma demonstração racional de pensamento reflexivo sobre o que de fato poderia contribuir para o desenvolvimento do espaço político.

As críticas desenvolvidas pela revista *Veja* seriam pertinentes a partir do momento que as fizessem de modo não partidário, como apontou até mesmo alguns dos participantes da pesquisa que alegaram parcialidade no discurso da revista. Isso não quer dizer que o discurso deva ser neutro, até porque não existe discurso neutro, o discurso é uma tecnologia de poder, por ele não é apenas uma condição semântica, mas uma intenção de promover ações. A defesa de propósitos neoliberais não seria um problema no campo político caso essa intenção fosse dotada de reflexão que pudesse contribuir para o espaço de debate e discussão. Além disso, a revista realiza montagens para discorrer sobre o caos moral e ético que o Brasil poderia se afundar quando não são praticadas as ações neoliberais, bem como atacar e desqualificar aquilo que não reverbera signos iguais às próprias considerações. Veremos que essas atitudes estilhaçam o espaço público, a visibilidade do outro e as manifestações políticas que têm como consequência a debilidade do senso comum enquanto um espaço de discussão. Por outro lado, é interessante perceber como essas práticas discursivas também estão presentes nos discursos dos participantes como, por exemplo, o crescimento econômico com a saída do PT da presidência, o fim da corrupção e a legitimidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, enquanto desejo.



Não é de hoje que o posicionamento da revista *Veja* é marcado por expressões fortes de cunho neoliberal que visa ao atendimento de expressões que prezam pela menor intervenção do Estado na economia pelas privatizações, a abertura da economia para importações e redução de gastos governamentais. Em estudo realizado com as edições da revista de 1989 a 2002, Carla Luciana Silva (2009) pôde comprovar que *Veja* formula, organiza e programa ações que visam o fortalecimento de propostas neoliberais. Para isso, a autora se apropria das reflexões de Gramsci sobre cultura para compreender que a necessidade de intervenção na cultura é que o possibilita o desenvolvimento da hegemonia. A proposta neoliberal, segundo a pesquisa apresentada por Silva, seria entendida pela revista como um novo modelo de administração supostamente mais próspero para o desenvolvimento econômico e social. Conforme já apresentado, a intenção de Antonio Gramsci<sup>74</sup> foi de reformular a ideia marxista de dominação não pelo caminho exclusivo das questões econômicas, mas também pela necessidade de intervenção na estrutura cultural:

Nas readequações capitalistas, o neoliberalismo se construiria em torno dos valores como “moderno”, avançado, vitorioso. Para que isso acontecesse seria necessário o convencimento daqueles que seriam os construtores do programa, ou seja, a classe dominante, os pequenos e médios proprietários, a pequena, média e alta burguesia. Colocava-se à necessidade de educar a esses setores, ou seja, a ensinar a classe dominante a manter sua dominação diante do novo quadro político e econômico, a “nova ordem mundial” (SILVA, 2009, p.20).

No entendimento da autora, a atuação da revista é considerada partidária na defesa de grupos sociais que buscam “o desenvolvimento do sistema de reprodução e ampliação do capital, ou seja, a sua atuação com o aparelho privado de hegemonia” (Silva, 2009, p.19) ora enquanto um manifesto de posicionamento de poder pela ação neoliberal, ora porque é contra a ascensão do PT, já que desde o momento do recorte da pesquisa dela a revista alimenta certa aversão. A autora apresenta como exemplo disto o conteúdo encontrado na edição de 18 de outubro de 1995 que apresentou a privatização da mineradora Vale do Rio Doce como sendo “a maior operação do gênero na América Latina” e “a estatal mais cobiçada no mundo” (SILVA, 2009, p. 151) ou a aversão, apresentada na edição de 19 de junho de 2002, ao PT com a promoção de Luís Ignácio

---

<sup>74</sup>Na visão da autora, Gramsci afirmou que, em determinados momentos históricos, os jornais e publicações da imprensa atuariam a par de classes sociais, em especial das classes dominantes, por ações partidárias justificando e legitimando pensamentos hegemônicos para o fomento da opinião pública que, pode ser interpretada, na verdade, como sendo a opinião do segmento hegemônico da sociedade. Com essa base que a autora considera que a revista, enquanto instituição de comunicação, apresenta atuação pedagógica de promoção de ações e paradigmas ideológicos neoliberais.

Lula da Silva para a presidência do país em que os “tucanos no governo deveriam segurar o jogo eleitoral antes que ele [PT] ponha em risco a estabilidade conquistada com sacrifício (...) para que a economia se mantenha equilibrada (...) para a manutenção do ‘capitalismo sadio’” (SILVA, 2009, pp. 244-245).

Ainda na perspectiva da autora, a revista *Veja* agiu como sendo um sujeito, formando partido e tomando partido sobre as questões que foram propostas para a ampliação da cultura neoliberal. Um ponto importante que a autora destacou é que a revista não agiu sozinha no período pesquisado e a publicação fez parte de um contexto que prezou por discursos e práticas neoliberais, assim, *Veja* possibilitou o fomento e a circulação da cultura neoliberal no meio social como sendo valor moral justamente pelos afetos promovidos. Fenômeno muito semelhante ao ocorrido com o *impeachment* de Dilma Rousseff, em que os discursos midiáticos poderiam ter forças enquanto sedução, todavia, não surtiriam efeito pelos códigos culturais em voga. Conforme apresentamos, essa indicação, mesmo que a autora não cite, reconhecemos pela pesquisa realizada, pode ser diagnosticada como sintoma de midiaticização, uma vez que os discursos e práticas repercutem de modo alheio à presença da mídia de modo concreto e material e há também a participação em circuito da população e dos meios. Os processos de midiaticização não necessariamente podem ser mensurados em números e dados, mas podem ser percebidos enquanto acontecimentos que são reverberados pelos fatos que rompem pelo cotidiano.

Nos dias atuais, a própria existência da operação Lava-jato por si só pode ser considerada como sendo um sinal claro de midiaticização uma vez que, além da intensa cobertura da imprensa sobre sua atuação e desmembramentos, houve também uma intensa publicação de livros, a possibilidade da gravação de filmes, o desenvolvimento de afetos entre os interlocutores e a crença de que a operação poderia ser a salvação do país no combate à corrupção e, principalmente, a adoração por parte da sociedade nos profissionais envolvidos com a prisão dos acusados. Como exemplos, o filme que estreou em 2017 *Polícia Federal: a lei é para todos*, de direção de Marcelo Antunez, que inclusive contou com a plateia de figuras do meio judicial na exibição de estreia; séries, como *O mecanismo*, que foi estreada em 2018 e teve a direção de José Padilha e Elena Soarez, que, de forma direta ou indireta, permearam temas referentes à operação e também os assuntos pelo Ministério Público e Polícia Federal corrupção, atuação dos poderes (legislativo, executivo e judiciário), manifestação de paixões, ódios e posicionamentos ideológicos. Além dessas produções, uma série de livros foi editada, tornando-se, inclusive, um rentável filo de mercado editorial. Entre as publicações estão

*A luta contra a corrupção: a Lava Jato e o futuro de um país marcado pela impunidade*, de autoria de um dos procuradores do Ministério Público que coordena a Lava Jato, Deltan Dallagnol (2017); *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia*, de autoria de Leandro Karnal (2017), o autor apresenta representações cotidianas de manifestação de ódios e o livro *Lava jato: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil*, de Wladimir Netto (2016) que, como jornalista, apresenta bastidores da operação centrada na figura de Sergio Moro, que estampa a capa da obra.

A revista *Veja* colaborou de modo constante na divulgação da operação com discursos que foram midiaticizados. O entendimento de certa parcela da sociedade de concentrar atenções e admiração pelo juiz Sergio Moro acontece pela visibilidade que os discursos midiáticos ofereceram a ele e como a sociedade percebeu no então magistrado signos de visibilidade e reconhecimento para práticas de justiça. A última edição de 2015, de 30 dezembro, de número 2458, apresenta como chamada de capa e uma fotografia do juiz com o semblante cerrado: *Ele salvou o ano: Veja pesquisou 300 sentenças que Sergio Moro lavrou nos últimos quinze anos e descobriu as raízes de determinação e eficiência do juiz que deu ao Brasil a primeira esperança real de vencer a corrupção*. A necessidade de criação de um bastião da justiça pelo discurso da revista o colocou na condição de celebridade, como a própria *Veja* o descreve:

De 11 de julho de 2013 para cá, o juiz Sergio Moro tornou-se uma celebridade nacional. Não há uma semana em que não tenha um convite para falar em algum evento, e a inclusão de seu nome na lista de palestrantes é garantia de casa cheia. Não há lugar público – restaurante, aeroporto, fila de táxi – em que ele não seja aplaudido por populares (PETRY, 2015, p. 50).

Equiparar uma celebridade midiática à figura do juiz é acreditar na espetacularização das ações jurídicas como sendo movimentos pertencentes à atuação política: a exposição, o *show* e o modo de construir um cenário para usufruir dessas estratégias para benefícios narcísicos. A matéria não apresenta quaisquer depoimentos de outros juízes, juristas ou profissionais da área para apreciar as sentenças de Moro, como se todas as sentenças dele fossem álibis de verdade e justiça; um problema dentro das práticas do jornalismo que preza pela variedade de opiniões e de outras análises. O juiz pode ser uma figura ilibada, entretanto, o reconhecimento midiático o torna personagem fetichizado para a moralidade política brasileira, relevando inclusive deslizes do modo como atua.

Assim como a figura do juiz foi midiaticizada na intenção de ser eleito como guardião da justiça, grupos de posicionamentos de direita e conservadores também ganham espaço no meio midiático tendo suas pautas projetadas pela midiaticização. Com o auxílio de redes sociais e com o advento do espaço virtual, grupos usufruíram das qualidades de reconsideração de espaço e tempo para propagar seus posicionamentos que podem ser questionados sob o ponto de vista do conceito de política empreendido nessa pesquisa. Como exemplos estão o *Movimento Brasil Livre* (MBL) e o movimento *Vem Pra Rua* que tiveram grande destaque nas manifestações contra o aumento da passagem do transporte público em 2013 e que enveredaram os movimentos contra o governo petista de Dilma Rousseff nos anos seguintes até à realização do *impeachment* e ainda na permanência contra discursos contra PT e posicionamentos de esquerda. Esses grupos, além de lançarem livros e apresentarem páginas na internet e perfis em redes sociais muito frequentadas, também conseguiram eleger representantes políticos tanto no pleito municipal, em 2016, como em 2018 para o congresso nacional.

Sob o argumento de preservação da democracia, contra a corrupção e manutenção para o desenvolvimento do país, o conteúdo desenvolvido e disseminado em site, redes sociais, aplicativos por esses grupos apoiou-se quase que exclusivamente à saída do PT das posições de poder. Entretanto, mesmo com a permanência de denúncias envolvendo Michel Temer e de pessoas ligadas a ele como ministros e senadores, esses grupos permaneceram praticamente em silêncio contra o combate à corrupção.

Em outro posicionamento, movimentos e ações de esquerda também surgiram como sintoma dessa situação. Grupos que expressam apoio ao PT ou que são contra as medidas ensaiadas pela direita vieram à tona pelas centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e organizações como o Movimento dos Sem-Terra (MST), além disso, sites e perfis em redes sociais que apresentam afinidade com a proposta de resistência também ganharam destaque como o caso do site *Pragmatismo Político* e *O Cafezinho*. Os discursos e práticas da midiaticização sobre esse caso apresentam posicionamentos políticos que podem ser questionados, uma vez que o diálogo e a comunicação, ações importantes para a formação do espaço público, foram danificadas pela polarização de posicionamentos. Independentemente do posicionamento ideológico dos grupos apresentados, os conteúdos produzidos por eles reconfiguraram o cenário público e os modos de lógica da influência dos discursos midiáticos. Como cada grupo desenvolveu suas estratégias e pontos de vista, essa prática reconfigura os papéis de produtores, principalmente no cenário da virtualidade dos espaços.

Dentro dessa seara que foram implantados notícias e acontecimentos que eram não reais. O fenômeno conhecido como *fake news* não é exatamente novo, mas com o advento das tecnologias digitais proporcionou a produção informacional em maior escala, acompanhado pelo anonimato em muitas dessas produções, além de colaborar consideravelmente com a polarização no meio social e o maniqueísmo de ideias. Um dos sintomas perversos dentro da atual conjuntura que não promoveu o diálogo, nem na empatia, mas a necessidade de aniquilar o outro do espaço público com notícias inventadas que foram reverberadas pelo afeto provocado. Implantar notícias falsas ou apuradas e construídas de modo tendencioso não perpassa a qualidade política de ação<sup>75</sup>.

A expansão das *fake news* também está associada com a midiatização, uma vez que os papéis de emissores e receptores encontram-se diluídos. Na concepção das novas produções informacionais, Figueiras (2017) aponta a hibridização da identidade daquele do produtor de conteúdo (*producer*) que também passa a ser consumidor de conteúdos pela interação ofertada. A intenção, segundo a autora, não é de traçar a identidade definida desses personagens, mas de reconhecer como são as novas dinâmicas de comunicação e como essas práticas contribuem para o fenômeno de midiatização como algo dinâmico e ativo nos processos de circulação. Esses grupos alimentam as pautas de sites noticiosos, na mesma medida que consomem aquilo que é produzido e que percebem nas novas tecnologias saídas para propagarem posicionamentos com mais visibilidade. “As pessoas comuns passaram a captar e a tornar públicos eventos, à medida que estes se desenvolvem em tempo real” (FIGUEIRAS, 2017, p.7). Estas qualidades ofereceram ressonâncias à disseminação de conteúdos que também poderiam ser falsos e agredir o espaço público de discussão.

Por esse lado, os discursos e práticas midiáticas deram força imensurável às atitudes da operação Lava-jato, bem como à circulação e reverberação das suas ações. Outros exemplos são as rodas informais de conversa, palestras, aulas, grupos e perfis em redes sociais, cursos, piadas e deboches que não precisam necessariamente de um veículo de comunicação para reverberarem, apenas da condição sinestésica entre os interlocutores para promoverem a circulação e novas propostas de discursivas. Como a midiatização é a presença dos discursos e práticas da mídia enquanto reverberação no tecido social, outras ações podem ser consideradas midiatizadas sob outro contexto. Além dos

---

exemplos citados, há também as máscaras de carnaval do juiz Sergio Moro e também do policial federal Newton Ishii<sup>76</sup> e de outras figuras como do ex-deputado Eduardo Cunha<sup>77</sup> e do ex-senador Delcídio Amaral<sup>78</sup> também foram confeccionadas e comercializadas em 2016 e tornaram-se assunto de matérias em veículos de comunicação e blogs. A confecção, comercialização e uso dessas máscaras são sintomas da midiatização no tecido social, a despeito de serem objetos para comercialização e obtenção de lucro, esses processos não existiriam se não houvesse o desenvolvimento de afeto pela comunicação.

A intenção dessa pesquisa não é de limitar a atuação dos grupos contrários ou favoráveis ao processo de *impeachment*, o espaço democrático contemporâneo contempla manifestações da opinião pública. Entretanto, tomar como democrático a exploração da paixão e a intenção de silenciamento daqueles que interferem na obtenção do gozo torna-se sintoma de perversão pela necessidade de firmar a condição de prazer e anulação do *outro* no espaço público. As manifestações que supostamente seriam contra a corrupção, na verdade, foram enveredadas a manifestações contra PT, Dilma e Lula, na defesa de interesses próprios, um exemplo de montagem do ponto de vista da ação no espaço público.

Erguer bonecos infláveis, executar coreografias e danças, ir fantasiados e maquiados, carros de som, promover o comércio de camisetas, bonés e camisetas com discursos contra corrupção podem expressar contestação e indignação, entretanto camuflam a intenção política e democrática no espaço público de direcionar o vigor da intenção a práticas obscuras. É a espetacularização da democracia em ação perversa. Ainda mais que, mesmo com as denúncias que surgiram no decorrer das investigações e o aparecimento de outras suspeitas de gestão fraudulenta com o governo Temer, as manifestações contra corrupção se esgotaram, o que caracteriza a seletividade quanto ao combate e resistência. A defesa do bem comum e do combate à corrupção coletivizada passam a ser, na verdade, travestidos de interesses particulares em nome da preservação dos privilégios mantidos.

---

<sup>76</sup> Conhecido como *japonês da Federal*, Ishii teve presença marcante nas prisões dos acusados nas ações da operação Lava Jato. Em 8 de junho de 2016, Ishii foi preso em virtude da operação Sucuri que investiga a participação de agentes policiais no contrabando no país.

<sup>77</sup> Deputado federal pelo PMDB do Rio de Janeiro foi presidente da Câmara entre os anos de 2015 e 2016. Atualmente ele se encontra preso em Curitiba sob a acusação de lavagem de dinheiro, corrupção ativa e desvio de verba. Foi pelo aceite dele que começou o julgamento de impeachment de Dilma Rousseff. Voltaremos a comentar sobre ele no decorrer da pesquisa.

<sup>78</sup> Senador pelo PT do Mato Grosso que foi preso em 25 de novembro de 2015 sob a acusação de obstruir as investigações da Lava Jato.

Acreditar que a liberdade de expressão é uma condição não balizada pelo bom senso e pelo respeito à diversidade é construir montagens perversas sobre movimentos políticos que não levam ao engrandecimento coletivo. A necessidade de desvalorizar segundo argumentações não-políticas, que visam a humilhação, o desprezo ou qualquer movimentação nesse sentido, dialogam com o conceito empreendido por Andrew Heywood (1999) de *liberdade negativa*. O autor estipula dois tipos de manifestações de liberdade, sendo a positiva traria pontos para o desenvolvimento social e político e a negativa que consiste na defesa da liberdade enquanto manifestação privativa, ou seja, destinada aos cuidados e interesses individuais ou a pequenos grupos e que ferem os princípios de coletividade. Heywood acredita que a liberdade negativa não está baseada na compreensão de ações políticas enquanto práticas e discursos coletivos. A garantia de liberdade privada, e não privativa, é também um gesto político na medida em que reconhece o indivíduo enquanto composição subjetiva no espaço público.

Fazer o que quer sem a baliza da reflexão e criticidade choca com a compreensão de Touraine (1996) sobre o conceito de liberdade. O autor apresenta alguns posicionamentos sobre o que poderia ser cultura democrática que, segundo ele, está centrada na defesa dos direitos e liberdade individuais e também coletivos, por isso, não há bases sólidas suficientes para compreender que o individualismo seja um princípio para a construção efetiva da democracia. Em outro olhar, de cunho dialético, Touraine aponta que a democracia é também a luta de sujeitos na própria cultura e na própria liberdade contra a lógica de dominação de sistemas. Para além disso, o autor acredita que a liberdade de imprensa também deveria permear esse caminho ao considerar que ela “(...) não é somente a proteção de uma liberdade individual, ela dá também aos mais fracos a possibilidade de serem ouvidos” (TOURAINÉ, 1996, p.21). Para Touraine, os regimes que são guiados pelos interesses privados tendem a degradar a cultura democrática. Assim:

Os que são guiados pelos seus interesses nem sempre defendem a sociedade democrática em que vivem; eles preferem muitas vezes salvar os seus bens pela fuga ou simplesmente pela procura das estratégias mais eficazes e sem terem em consideração e defesa de princípios e de instituições. A cultura democrática só pode nascer se a sociedade política for concebida como uma construção institucional cujo objectivo principal é combinar a liberdade dos indivíduos e das coletividades com a unidade de actividade económica e das regras jurídicas (TOURAINÉ, 1996, p.27).

A necessidade de abordar a democracia se faz presente, uma vez que, mesmo sendo a forma de governo mais adequada na contemporaneidade, apresenta em sua condição características que abrem brechas para comportamentos desviantes. A intenção desta parte da pesquisa não é de desqualificar a democracia como sistema de governo, até porque, dentro de várias alternativas existentes talvez seja a mais complacente dentro de sociedades contemporâneas. Entretanto, mesmo sendo a mais indicada apresenta brechas que se tornam prósperas para o desenvolvimento de comportamentos e movimentos perversos. A intenção dessa etapa não é de refletir sobre todos os processos que fundamentaram o desenvolvimento da democracia da antiguidade aos dias atuais, todavia, é pertinente recortar algumas passagens que apresentam questionamentos sobre o modo como esse regime de governo foi tratado em aspectos políticos

O sistema democrático foi alvo da crítica ainda na Grécia antiga por Platão ao considerar que essa qualidade de governo poderia comprometer as estruturas da cidade-estado, bem como a manutenção de sua condição política, porque oferecia a qualquer tipo de pessoa a condição de gerência do espaço público. Assim, em regimes democráticos, haveria a deficiência de que a polis não seria administrada por homens sábios, em especial, os filósofos, mas por todos aqueles que se considerariam livres, independentemente da condição do sujeito. Em reflexão apresentada por Goyard-Fabre, apoiada em Platão:

(...) a democracia só pode ser pensada dentro de uma hierarquia normativa e sob os signos evidentes da corrupção e do relativismo por meio dos quais o tempo e a experiência adulteram e destroem a perfeição das idéias de Constituição e Política. Em suma, a democracia é uma constituição ruim, associada a esse tipo ruim de homem que, de mísera virtude e de parca inteligência, está sedento por aquilo que crê ser sua liberdade e a igualdade de todos. (...) é o governo de um povo que, antes de ser *demos*, é ao mesmo tempo multidão (*plethos*) e turba (*ochlos*). Enquanto tal, arrastada pelo turbilhão da multiplicidade, está voltada à instabilidade: a Cidade-Estado democrática não pode ter bela unidade de uma Constituição estável. Com a liberdade degenerando em ilegalidade, ela sucumbe à tirania sempre ameaçada de desrazão (GOYARD-FABRE, 2003, p.30).

No Medievo, a democracia era uma visão surreal de forma de governo, uma vez que havia regimes feudais e monárquicos, até mesmo a ideia de cidade ou polis esteve deficiente naquele período. A noção do governo do *povo* levou muitos anos para ser implantada e ganhou mais volume com a ascensão das primeiras manifestações de liberdade e surgimento da burguesia mais para o final do século XVI, começo do XVII. Entretanto, algumas passagens de Maquiavel apontam não necessariamente para o



desenvolvimento da democracia, mas, ele se atentou sobre a importância do *povo* na participação política. Goyard-Fabre (2003) apresenta em leitura de Maquiavel que os povos, mesmo que ignorantes, são capazes de apreciar a verdade, quando essa é apresentada por um homem de confiança, desde que esse *povo* não seja confundida com a *plebe*, vil e volátil que sem chefe, não consegue nada. Maquiavel defendia abertamente regime centralizador e aristocrático.

Os regimes monárquicos e feudais tornaram-se deficientes, o que promoveu a ascensão do *povo*, não como massa e plebe, mas como entidade civil dotada de representação e representatividade no espaço público. Com a crise do absolutismo, característica acentuada do regime feudal, a Europa encontra-se no desenvolvimento de novas propostas econômicas marcadas pelo mercantilismo, o engrandecimento do capitalismo, além das mudanças tecnológicas e científicas, não caberia mais a concentração de poder, sendo necessário, inclusive, a constituição de estruturas de regimentos e de *representação* para o estabelecimento contratuais para o regime democrático. A despeito de haver a modernização das formas de governo e administração do espaço público, a forma de representação ainda trazia vestígios do sistema arcaico feudal:

A representação corresponde então ao modelo do “mandato” reconhecido pelo direito feudal, isto é, o representante ou o eleito está obrigado por instruções dos representados ou dos eleitores, sem poder afastar-se delas, em outras palavras, o mandatário põe-se a realizar o ato que o mandante o encarregou de executar (...) a vida política – o que era o caso na época medieval – era pensada como o prolongamento da vida doméstica (...) Mesmo no século XVI que foi, como se disse, “a idade de ouro”, dos Estados Gerais da antiga França, os “deputados” que representavam a nobreza, o clero ou o terceiro estado recebiam de seus eleitores um mandato desse tipo; não possuíam, portanto, nem autoridade política nem iniciativa em matéria de governo (GOYARD-FABRE, 2003, p.128-129).

A questão da representação dentro dos governos democráticos é o que tornou um ponto delicado na manutenção do espaço político. Por esse motivo que Rancière (2014) aponta que o modo de representação nasceu fadado ao fracasso, já que mantém as mesmas estruturas de poder, esse ponto será abordado no decorrer desse capítulo. Para sermos mais objetivos, a democracia ganha musculatura na Modernidade com empoderamento da burguesia, em especial após a Revolução Francesa, a necessidade de pluralismo partidário, defendido por Montesquieu, a eleição por voto popular e a necessidade de firmar a liberdade pelas ideias libertárias da modernidade.

No Brasil, até a democracia apresenta momentos descontínuos. No período imperial, os representantes do legislativo eram escolhidos em grupos fechados, restringindo os candidatos pelas condições econômicas, sociais e religiosas. Na República Velha, as eleições eram praticadas sob *votos de cabresto*, ou seja, o emprego da violência para a manutenção do coronelismo para a escolha dos representantes, o voto na altura não era secreto. Houve também a alteração no governo entre políticos de Minas Gerais e São Paulo, os dois estados de maior representatividade no país, formando a *República Café com Leite*. Após esse período, com a Revolução de 1930, teve a implantação do voto popular e secreto, incluindo a participação das mulheres no processo de eleição. Além disso, existiram períodos ditatoriais com os golpes de estados de Getúlio Vargas, em 1937 com a implantação do Estado Novo e que durou até 1945, e a implantação da ditadura civil-militar que durou de 1964 a 1985, período que não houve eleição para o executivo nacional. Esse breve panorama apresenta que os movimentos democráticos, bem como os de representação política, são frágeis no Brasil. O modo de representação pelo atual sistema visivelmente tem falhas crassas assim como o modo com que alguns políticos assumem o poder, usufruindo de brechas no sistema eleitoral em montagens perversas.

Há uma série de deficiências como a eleição de candidatos que não obtiveram votação expressiva nas urnas, mas que pelos cálculos dos quociente eleitoral e quociente partidários, alguns candidatos podem usufruir da ocupação do cargo a que concorreu<sup>79</sup>. A brecha dessa medida, que é lavrada por lei – Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nº23.456/2015 -, abre-se como estratégia para que partidos elenquem figuras de destaque como puxadores de votos (artistas, atores, cantores, jogadores de futebol, etc...), assim, outros candidatos do mesmo partido poderão ter a chance de assumir o cargo.

Paralelamente a essa condição, há a insatisfação da população quanto à representação feita por políticos, seja pelo sistema político que oferece condições para eleição daqueles que não receberam expressiva votação para os cargos, seja pela desilusão que surgiu pela atuação do candidato no exercício da função, um dos motivos que causaram as manifestações em junho de 2013.

Uma outra prática que contribuiu consideravelmente para a decadência do sistema político brasileiro foi a existência do presidencialismo de coalizão. O termo desenhado primeiramente por Sergio Abranches em 1988, refere-se aos acordos que são realizados entre o presidente e os congressistas na constituição de força política. Os acordos são

---

<sup>79</sup> Ver em <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/09/entenda-como-e-feito-o-calculo-para-eleicao-de-um-deputado.html>. Acesso: 15 fev. 2018.

realizados em nome da governabilidade, ou seja, pela permanência das intenções do governo no exercício do poder, todavia, a estratégia que poderia ser adotada como ação para política, no sentido empreendido nessa tese, amparado nos conceitos de Hannah Arendt, torna-se moeda de troca, favores, privilégios, além de ser travestida de corrupção, como apontou Avritzer (2016) (...) “o presidencialismo de coalização é importante para a governabilidade no Brasil, mas recentemente se tornou um problema para ela, assim para a efetivação de uma agenda política progressista” (AVRITZER, 2016, p.29).

Peculiar à realidade brasileira, o problema encontrado dentro das práticas do presidencialismo de coalização é o modo como foi compreendido no cenário político partidário, ele se resumiria em atender aos interesses dos governantes e de suas demandas originadas pelas alianças e acordos realizados em campanha, deveria ser pensando calcado nas demandas da população. Essa questão tornou-se um empecilho na gestão petista, sobretudo às alianças que foram firmadas entre o partido e o PMDB, maior bancada do Congresso, para estabelecer a estabilidade na governança, partido que encabeçou as primeiras manifestações de *impeachment* de Dilma. E justamente a coalização estabelecida pelo PT é o motivo para manifestações de corrupção, ainda de acordo com Avritzer (2016) como os casos de corrupção na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), além da possibilidade de assunção de Eduardo Cunha para presidente da Câmara:

“(...) a ação de Eduardo Cunha aponta para os limites do presidencialismo de coalização e para a formação de uma base conservadora no Congresso que bloqueia as ações do governo. Assim, com o tempo, o presidencialismo de coalização e a fragmentação partidária passaram a se constituir em problemas para a construção da governabilidade no Brasil” (AVRITZER, 2016, p.45).

Com base nas entrevistas realizadas com os participantes, os conceitos de democracia também se apresentam fragilizados. Acreditar que movimentos obscuros ou, como nas próprias palavras dos participantes (E) e (F) que acreditaram que o *impeachment* sendo *manipulado* ou *sujo* seriam importantes e necessários no processo democrático e, assim, apresentaria lisura na execução.

Por outro lado, há a necessidade da Reforma Política, que mesmo sendo importante para alterar as práticas de eleição e os movimentos políticos, ainda está longe de ser efetivamente aplicada. No pensamento de Aragão (2014) a Reforma Política:

(...) visa aperfeiçoar o funcionamento da política nacional como um todo, daí abordar questões estruturais que obrigam os atores envolvidos no processo – as instituições e a sociedade – a seguirem uma determinada trilha, bem como a manter um comportamento específico que caracterizará esse sistema. Uma Reforma estrutural deve abranger aspectos partidários, eleitorais e legislativos. No tocante aos partidos, deve idealmente fortalecer-los institucionalmente. No âmbito eleitoral, deve buscar tornar a corrida mais justa possível. E no âmbito legislativo, deve buscar um Congresso mais atuante e sintonizado com os anseios do eleitorado” (ARAGÃO, 2014, pp.20-21).

Aragão transcreve o posicionamento do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Roberto Barroso, proferido durante o julgamento de José Genuíno, em 27 de agosto de 2013. “Temos um sistema político distorcido e *perverso*, indutor da criminalidade” (ARAGÃO, 2014, p.67, grifo nosso). Ainda de acordo com Aragão, um dos pontos que faz que a reforma política não seja efetivada é a ausência de uma proposta pronta e acabada, não há um ponto balizador entre as esferas e contingências que deverão ser implicadas. A própria complexidade do processo também se torna empecilho para que a mudança seja realizada como os trâmites burocráticos e legais para votação e as interferências sociais que advém com a aprovação da reforma. Um outro ponto, talvez mais complicador, é que as mudanças propostas pela Reforma poderiam mudar o controle de poder, e isso faz que o projeto seja adiado constantemente. “(...) quem tem poder teme perdê-lo em uma Reforma Política, seja ela pontual ou ampla ou profunda. Por sobrevivência, jogam seu poder e prestígio para procrastinar qualquer avanço que possa ameaçar seu poder político e eleitoral” (ARAGÃO, 2014, p.85).

Como apresentado anteriormente, entre as mudanças que poderiam ocorrer é quanto à forma de representação. Dentro de sistemas democráticos, segundo Rancière (2014), a democracia por representação “é, em sua origem, o exato oposto da democracia (...) em nome do povo, o poder que ela é obrigada a reconhecer a ele, mas ele não saber exercer sem arruinar o próprio princípio do governo” (p.70). Para o autor, a representatividade nos sistemas democráticos manteve as oligarquias dentro do plano político, porque houve a perpetuação da influência em acordos que podem ser nebulosos. Além de considerar que a democracia é uma pintura fantasiosa, Rancière se estende a apresenta que;

(...) a representação nunca foi um sistema inventado para amenizar o impacto do crescimento das populações. Não é uma forma de adaptação da democracia aos tempos modernos e aos vastos espaços. É, de pleno direito, uma forma oligárquica, uma representação das minorias que têm título para se ocupar dos negócios comuns. Na história da representação, são sempre os estados, as ordens e as possessões que são representadas em primeiro lugar, seja porque

se considera seu título para exercer o poder, seja por que um poder soberano lhes dá voz consultiva (...) transforma a representação em representação dos interesses dominantes e a eleição em dispositivo destinado ao consentimento candidaturas oficiais, fraudes eleitorais, monopólios de fato das candidaturas. Mas essa ampliação compreende também todas as lutas para afirmar quo caráter público de relações, instituições e espaços considerados privados (RANCIÈRE, pp.69-73).

Rancière não condena a democracia, apenas pontua como aquilo que seria uma forma de gestão política pode se tornar a reunião de estratégias para gerir interesses particulares seguindo apenas a legislação, mas mantendo a anuência e colaboração para a manutenção de um sistema precário que preza por interesses privados. Desse modo, a democracia representativa, mesmo quando sua intenção não é o favorecimento de determinados grupos, em montagens perversas que deturpam a qualidade democrática e também política tornam-se sintomas de qualidades perversos.

Opinião semelhante apresenta Luis Felipe Miguel (2014) acerca da atual condição democrática do Brasil. Mesmo reconhecendo que a democracia é o estado de conflito, reflexão apresentada por Claude Lefort, há a dificuldade de manter a unidade mínima, o que ele chamou de “vontade coletiva” (p.13). Esse conceito apresenta que, mesmo na diferença, deveria haver a sintonia que permita a livre expressão e a defesa de interesses, todavia, coletivos. Ao compasso dessa condição há a dificuldade de lidar com a capacidade diferenciada dos indivíduos e suas preferências e essas motivações originam assimetrias no espaço político. Além dessas concepções, a representação política apresenta problemas na visão do autor. O primeiro deles é na separação que é formada entre governantes e governados:

Aqui, “governante” não indica apenas quem tem a incumbência de efetivas as decisões coletivas – no sentido em que Rousseau via o governo como um corpo intermediário entre povo-enquanto-soberano e o povo enquanto massa de indivíduos atomizados, destinado a impor ao povo, no dia a dia, a vontade geral que emanara dele próprio. Quem governa exerce de fato a soberania que pertence nominalmente ao povo (Miguel, 2014, p.15).

Paralelamente a esses pontos críticos há outros dois que são complementares: que são “a ruptura do vínculo entre a vontade dos representantes e a vontade dos representantes e a distância entre o momento em que se firmam os compromissos com os constituintes (a campanha eleitoral) e o momento do exercício do poder (o exercício do mandato) ” (MIGUEL, 2014, pp.16-17). A discrepância entre os feitos prometidos e a atuação no cargo e entre a formação do hiato abissal e as intenções do eleitorado e do

representante também abrem preceitos para movimentos obscuros no espaço político. Na visão de Manin<sup>80</sup> (2016) não há a obrigatoriedade na relação entre representantes e governados, e o hiato entre essas duas partes tem aumentado no decorrer dos anos com a *democracia de audiência*, conceito formulado pelo autor que acredita na participação intensa dos meios de comunicação na formação da imagem do político no cenário público, ou seja, os cargos são ocupados por aqueles que afetam os cidadãos. Pela linha de pensamento do autor, os candidatos, mesmo que equivocadamente, chegam ao poder na conivência do eleitorado, mas essa condição não está envolvida com a relação entre representados e representantes. Paralelamente a essa condição, o autor ainda considera que o sistema de representação contemple mais a elite na governança, a despeito de prestar contas das atividades, termo denominado como *accountability*, considerado pelo autor como um dos alicerces para a formação democrática:

A representação de fato inclui componentes democráticos, sendo o mais importante deles a oportunidade de todos os cidadãos terem representantes para prestar contas [account] ao fim do mandato e dispensá-los se o seu desempenho no cargo for julgada insatisfatório. Esses elementos democráticos são reais e geram consequências. A questão é que eles não são os únicos componentes de representação. A representação é também um governo das elites que não são direcionadas estritamente para executar os desejos dos cidadãos que representam. O governo representativo combina, pois, componentes democráticos e não democráticos. É por isso que, valendo-me da noção antiga de constituição mista que remonta a Aristóteles e a Políbio, eu o caracterizo como uma forma “mista” de governo. Apenas caracterizar as democracias representativas modernas como sistemas nos quais o povo (...) Nos governos representativos, as elites governam, mas ao mesmo tempo essas elites prestam contas [account] perante os cidadãos comuns. (...) Vemos, aqui, com particular clareza, a combinação de elementos democráticos e não democráticos. Os que estão no poder desfrutam de relativa margem de independência nas políticas e decisões que executam enquanto exercem seu mandato. Eles não estão rigidamente sujeitos aos desejos dos seus eleitores e aos programas que lhe foram apresentados. Repare que esta disposição abre espaço para alguma influência das vontades dos eleitores sobre as ações dos políticos eleitos. Isso mostra que a congruência exata entre os dois não é obrigatória (MIGUEL, 2014, pp.143-146).

---

<sup>80</sup> Bernard Manin (1997) escreveu a obra *The Principles of Representative Government*, em que apresenta as *metamorfoses* de representação do século XVIII até o final do século XX. De forma muito sintética, ele apresentou três tipos de representações: parlamentar, democracia de partido e democracia do público (também conhecida como democracia de audiência). O parlamentarismo seria a possibilidade de eleição dos governantes, desde que sejam pessoas confiáveis, os chamados *notáveis*, grupos elitizados na formação do corpo de governantes e havia a preocupação com a população local. Na democracia de partido, há a fidelização aos ideais do partido, promove distanciamento entre sociedade e governantes, negociação entre partidos devido à existência de oposição e a sensação de pertencimento a um grupo pautado pela agenda do partido. Na democracia de público, há a intensa participação dos meios de comunicação de massa na formação dos governantes, há a presença do *comunicador*, uma figura de destaque que será eleita para cargos políticos e o enfraquecimento da noção de partido unido e único, sendo assim, os governantes são escolhidos de acordo com a particularidade que possa suscitar.

Dentro dessa relativa autonomia da democracia representativa contemporânea é que podem se esconder os artifícios para montagens, tramoias, planos obscuros e conchavos que seriam em nome da forma de governo democrática, escamoteando movimentações perversas em nome de benefícios particularizados.

Outro ponto pejorativo nas democracias representativas é a formação da elite política, um ponto abordado por Manin. Para Miguel, não há a rotatividade entre os sujeitos na ocupação dos cargos, algo muito quisto na Antiguidade. A perpetuação dos representantes engessa o sistema político, além de oferecer condições prósperas para a criação de *currais* eleitorais e a manutenção de sistemas cristalizados em benefícios de determinados grupos ou indivíduos que culmina, também, na reprodução de desigualdades e corrupção pelos esquemas que são formados ao longo de vários anos de permanência no poder. Mesmo por haver brechas nos modos de práticas da democracia isso não quer dizer que deveriam ser usufruídas na intenção de promover privilégios particularizados, tampouco esquematizadas sob signos de montagens, desvirtuando o propósito de contemplação dos representantes.

## 10 - Lei e perversão em diálogos turvos midiáticos

É importante frisar que enquanto movimento legal, amparado constitucionalmente, o processo de *impeachment* teve legitimidade e respeitou, inclusive, os procedimentos jurídico e legislativo em seu encaminhamento, bem como toda a burocracia que o ato exige em sua tramitação. Todavia, essa condição não é suficiente para a moralidade do processo. A legitimidade pela legalidade foi defendida pela revista *Veja* no editorial da edição de número 2455, de 9 de dezembro de 2015, intitulado *A beleza do impeachment*. Foi defendida a constitucionalidade do impedimento apenas sob o olhar jurídico, despreendendo-se da necessidade de refletir sob outros aspectos morais, ético, e, principalmente, da razoabilidade, acreditando que apenas a lei é a garantia da ética e do funcionamento social:

“Impeachment não é guerra”. Também não é golpe. O impeachment é previsto na Constituição brasileira e seus termos estão definidos em lei desde 1950 (...) A beleza do impeachment está no fato de que, ao ser concluído, e seja qual for seu desfecho, o Brasil terá a chance de ter de volta um presidente e um Congresso não mais devotados a saber quem quer vingar o quê, mas inteiramente focados nas grandes questões nacionais da prosperidade em inflação, da segurança pessoal, da saúde e da educação de qualidade. (VEJA, 2016, p.14).

Nesse ponto que há a ligação com os posicionamentos dos participantes de acreditar na possibilidade do *impeachment* pela legalidade do processo e pela necessidade para conter a corrupção petista, apenas um dos participantes atribuiu ao processo a qualidade de ser uma arquitetura exclusivamente contra o PT, os demais ratificaram o impedimento pelo viés de ser *sujo* ou *manipulado*, todavia, *necessário*. A ideia de que o pedido de *impeachment* não foi golpe perdurou no discurso da revista como na edição de número 2474, de 20 de abril de 2016, quando a publicação estampam na capa uma imagem da presidente rasgada com a chamada *Fora do baralho/ Com ou sem vitória na batalha do impeachment, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil*. A coluna de Maílson da Nóbrega, intitulada *Impeachment não é golpe*, clama que o processo de impedimento de Dilma Rousseff é legal e os discursos que afirmam que seja golpe não são procedentes. Sobre a alegação que é golpe, o colunista afirma que tal discurso só se faz próspero entre artistas, juristas e intelectuais, “o que prova a capacidade de mistificação dos petistas” (Nóbrega, 2016, p.30). Ainda sob a perspectiva do colunista, o



discurso de que esse *impeachment* é golpe não procede devido à existência de legislação para o procedimento:

Afinal, há um golpe em marcha? Segundo ministros e ex-ministros do Supremo Tribunal Federal e juristas renomados, *impeachment* não é golpe. Trata-se de processo baseado em norma inscrita na Constituição. Na verdade, não é apenas a regra constitucional que desautoriza o slogan do PT, mas também o conjunto de outras instituições que complementam a Carta Magna, sem as quais ela seria letra morta (NÓBREGA, 2016, p.30).

Mesmo que no trecho apresentado o autor defenda a liberdade de expressão e de imprensa, nessa citação ele releva a condição dos juristas em duas partes; no parágrafo anterior ele considera que apenas aqueles seriam contra o *impeachment* são dotados de capacidade de mitificação e aqueles que concordam com o procedimento seriam considerados renomados. Porque essa distinção e desqualificação pelos posicionamentos adotados? Subestimar a condição do outro, pouco ou quase nada tem a ver com ação política, mas torna-se gesto de invisibilidade e violência. Na sequência, Nóbrega ainda alega que se o *impeachment* fosse golpe seria nos mesmos moldes que aconteceu em 1964, quando ocorreu a ruptura institucional com a censura à imprensa, prisões arbitrárias, cassação de direitos, além da tomada violenta de poder e deposição do governo vigente.

A intenção desse trabalho não é exatamente de julgar se houve (ou há) algum golpe em curso, todavia, por se tratar de um estudo de perversões enquanto circuito, é importante salutar que movimentos obscuros foram arquitetados para que o *impeachment* fosse realizado, movimentos esses que se originaram fora do espaço público e que não atenderam os preceitos de bem-estar comum. O fato do processo de impedimento em 2016 não poder ser chamado de golpe porque não aconteceu nas mesmas circunstâncias que o golpe de 1964 é ter uma visão reduzida sobre acontecimentos sociais, como se houvesse apenas uma forma de realizar tal fenômeno; até porque os modos de sociabilidade, o exercício das funções públicas, a participação da imprensa na cobertura dos eventos, a participação popular e uma série de outros elementos associados à cultura se alteraram e não são os mesmos àqueles dos anos de chumbo. A articulação do processo pode até não ser golpe, mas foi a consequência perversa da ausência de propostas no espaço público de discussão.

Na visão de Santos (2017), o processo de *impeachment* foi golpe e não foi realizado nos mesmos moldes do ocorrido em 1964. Para o autor, o impedimento de

Dilma Rousseff ao cargo executivo nacional foi considerado golpe parlamentar justamente pela sua qualidade de não apresentar liderança marcante ou violência institucional demasiadamente marcante. A diferenciação para o autor está naquilo que ele denomina como *ecologia política*, que se apresenta em três indicadores: “o grau de urbanização do país, o tamanho do eleitorado e a extensão da mobilização social”<sup>81</sup>(SANTOS, 2017, p. 48). O termo e os indicadores apresentados por Santos evidenciam que as relações e as formas de manifestações e sociabilidade foram distintas até porque os propósitos de articulação também foram diferentes.

A existência da lei não é parâmetro exclusivo para a promoção da justiça e também da moralidade. Para justificar essa afirmativa, vale lembrar que a execução por enforcamento era legítima no Brasil aos infratores ainda no período colonial, bem como outras medidas punitivas lavradas pelo Estado, como previa a Constituição Brasileira de 1824. O enforcamento como pena de morte perdeu força entre os homens livres depois da execução de Manoel Motta Coqueiro, em 1855, mesmo ele sendo inocente. O crime foi nas intermediações da cidade Campos de Goytacazes, no distrito de Macaé, então província do Rio de Janeiro; foi necessário alguém da elite brasileira passar por tamanha crueldade para que o enforcamento fosse impedido de realização, ao menos entre sujeitos brancos. Ele foi julgado e condenado mesmo sendo inocente pela morte de uma família de oito colonos que morava em uma das suas cinco propriedades rurais, a fazenda Macabu. O nome da fazenda rendeu a ele o apelido de *Fera de Macabu*, desinência dada principalmente pelo discurso da imprensa da época<sup>82</sup>.

---

<sup>81</sup> “Em 2010 falamos de uma população de 195 milhões de habitantes, comparados aos 73 milhões, de 1962. Enquanto mais da metade da população (55%) vivia na roça em 1962, 84% dela já moravam em cidades, em 2010, num velocíssimo processo de urbanização distribuído por todas as regiões do país: 73% urbanos no Nordeste, 85% no Sul, 89% no Centro-Oeste e 93% no Sudeste. População urbana sugere maior taxa de escolaridade, maior nível de renda, acesso a bens públicos (e suas conhecidas deficiências), melhor cobertura jurídica, civil e trabalhista, razoável grau de associativismo da população carente, intensa exposição aos meios de comunicação de massa, elevada participação eleitoral e – aspecto crítico – cadente temor de manifestações públicas. Não há semelhanças na ecologia política do país entre as duas datas” (p. 49).

<sup>82</sup> A história de Motta Coqueiro pode ser acompanhada na obra *Fera de Macabu: o maior erro da justiça brasileira*, de Carlos Machi. De modo muito breve, Motta Coqueiro foi morto por ser acusado de matar a família de Francisco Benedito, que morava e era empregado na fazenda Macabu. A sobrevivente foi uma das filhas de Francisco, Francisca, que estava grávida e Motta Coqueiro possivelmente seria o pai da criança já que ambos tinham um caso. O assunto chegou aos ouvidos de inimigos de Motta Coqueiro, em especial de André Ferreira dos Santos, que foi responsável por disseminar a história do crime e, inclusive, dar encaminhamento legal para a investigação do caso. Mesmo na iminência da morte e tendo conhecimento do responsável da chacina, Motta Coqueiro não revelou a autoria do crime que não fora acusado de praticar. A chacina foi realizada por alguns escravos e libertos (escravos que ganharam a liberdade) que ainda moravam na fazenda a mando da esposa de Motta Coqueiro, Ursula das Virgens, assim, o motivo do crime é passional. Antes de morrer, Motta Coqueiro rogou a praga de que a cidade

De modo muito sintético, houve no passado leis que justificariam a incapacidade das mulheres de regerem suas vidas e, assim, a necessidade de autorização do marido na vida delas<sup>83</sup>. No Brasil imperial, o adultério era considerado prática ilegal, apenas quando praticado por mulheres. E, a partir do vigor do artigo 253, da lei de 16 de dezembro de 1830, no Brasil, o adultério passa a ser considerado crime não apenas à mulher, mas também ao homem cúmplice do então crime. Mesmo no século XX, a questão do adultério foi considerada crime pelo Código Penal de 1940 que versava que a prática poderia atingir até seis anos de reclusão. Apenas, em 2005, com a lei 11.106/2005, que o adultério deixou de ser crime, entretanto, não deixou de servir de base argumentativa para a dissolução de matrimônios como prevê o artigo 1.573 do Código Civil Brasileiro.

Em situações fora do Brasil, leis também embasaram as atrocidades promovidas pelo nazismo como o empoderamento de Adolf Hitler que passou de chanceler a presidente, o que ofereceu a ele a possibilidade de ordenar decretos e leis que justificassem o holocausto e outras formas de horror. Antes da ascensão nazista, na Alemanha, era assinada a Constituição de Weimar, em 9 de novembro de 1918, que trouxe melhorias sociais como a tentativa da eliminação de classes sociais, a reserva de direitos iguais entre homens e mulheres, a garantia de liberdade de expressão e outras medidas que previam ações para bem-estar social associadas à educação, direitos trabalhistas e previdenciários em detrimento do estado liberal. Essa constituição foi uma saída de reestruturação alemã frente à crise causada após o fim da Primeira Guerra e teve como propósito a instauração da primeira república alemã. Entretanto, a vigência real da constituição estava muito aquém das suas intenções pela atuação de forças contrárias a sua verdadeira efetivação, além da participação da população em não ter simpatia com a constituição por reconhecê-la como avanço de sinais comunistas e marxistas. Com isso, houve a ascensão de pensamentos fora do esquadro da política:

Foram visões como essa, de caráter conservador, que solaparam qualquer possibilidade de implantação real do modelo de inclusão social proposto pela

---

viveria 100 anos de atraso pela morte de um inocente. Após os fatos virem à tona, D. Pedro II reconsiderou o enforcamento como pena de morte no Brasil. É interessante perceber que mesmo ainda sendo século XIX, a imprensa teve um papel importante na disseminação e legitimação do caso enquanto um processo de verdade, além da atuação de atores que agiram de modo a não fortificar movimentos políticos, o que inclui a própria população e o poder moderador, representado na figura do imperador; o que causaria a ocorrência de perversões.

<sup>83</sup> O Código Civil de 1916, que entrou em vigor em 1917, ofereceu uma outra organização legislativa para além da Ordenação Filipina, uma das primeiras constituições legislativa que vigorou no Brasil, mesmo sendo originada do período colonial. A ordenação é de 1603 e apresentava traços confusos que misturavam direito canônico e romano.

República de Weimar. O diálogo em prol integração social e fortalecimento da democracia foram substituídos por um estado totalitarista que se instalou no poder com a promessa da integração nacional baseada na ideologia da segregação racial, e que dotou o partido nazista de poderes até mesmo mais amplos que o estado. A consequência dessa política totalitária e segregatória foi nefasta para a humanidade e levou a um dos maiores massacres da História, o qual ficou conhecido por holocausto (AUAD, 2008, p.340).

A notoriedade de medidas conservadoras, a descrença da população na continuação da república de Weimar e a crise mundial de 1929 promoveram a ascensão de posicionamentos nacionalistas em defesa da pátria, por isso a visibilidade social de grupos que prezavam pela unificação da Alemanha como o Partido Nacional Socialista e o empoderamento de figuras como Adolf Hitler. Mais uma vez, a intenção não é de se debruçar sobre o personagem desse ditador, mas de reconhecer como ele se utilizou de medidas legais para a promoção, a circulação e concretização de discursos e práticas perversas. Mesmo não obtendo o sucesso nas eleições de 1928, as frentes de extrema direita não se abrandaram e de alguma forma se articularam para a criação de estratégias para assumirem posições de poder, o que não deixa de ser perverso uma vez que usufruíram das condições legais em vigor no país para a instauração do horror.

À altura, Hitler foi nomeado chanceler da Alemanha, em 1933, eleito mesmo a contragosto do então presidente, Paul van Hindenberg, que morreu em 1934. Ainda na posição de chanceler, Hitler apresentou medidas que seriam mais interessantes ao Partido Nazista, o que fragilizava os preceitos democráticos e também dos direitos individuais. Mesmo antes de assumir a presidência, Hitler já gozava de forte influência no cenário político; em 23 de março de 1933, ele conseguiu a aprovação no parlamento (*Reichstag*) da *Lei da Aprovação* que consistia que, na função de chanceler, ele poderia sancionar leis por quatro anos sem a necessidade de apreciação no parlamento. Esse feito garantiu, inclusive, que a figura do chanceler assumisse o governo em caso de morte do presidente. A posse dele como presidente aconteceu em 2 de agosto de 1934 com a morte de Hindenberg e a partir de então, Hitler foi nomeado como sendo Presidente do Reich (chefe de estado), Chanceler do Reich (chefe de governo) e *Führer* (chefe do Partido Nazista), procedimento altamente legítimo e legal do ponto de vista constitucional e o que deu garantia a ele da legalidade dos seus atos para colocar em prática o III Reich.

Foi também na Alemanha nazista que foram decretadas as Leis de Nuremberg, assinadas em 1935, código legislativo que fundamentou e ofereceu ar de legalidade à necessidade de preservação e perpetuação da raça superior. Em 15 de setembro daquele mesmo ano entraram em vigor a *Lei de Cidadania do Reich*, a *Lei de Proteção do Sangue*

e da *Honra Alemã*. A primeira aponta que apenas cidadãos nascidos na Alemanha, nascidos de pais alemães, seriam considerados cidadãos alemães, já a outra lei obriga que apenas cidadãos alemães casem e tenham filhos com cidadãs alemães, em nome da honra alemã. Em 14 de novembro de 1935, o *Primeiro Regulamento para a Lei de Cidadania do Reich* relata que outros grupos sociais como negros, homossexuais, ciganos e deficientes físicos seriam considerados como seres inferiores da raça humana, pelo conjunto dessas legislações que a comunidade judaica foi considerada sub-raça da espécie humana sem desprovidos da condição civil.

A intenção da pesquisa não é de se debruçar exaustivamente sobre o que poderia ser considerado judeu ou não, todavia, é importante frisar como códigos legais justificaram pelas montagens arquitetadas à vontade de aniquilar aquilo que seria o incômodo para o desenvolvimento da nação e provocaria o medo pela condição de ser supostamente degradante para a sociedade. Em outras proporções, logicamente não tão agressivas como as ocorridas no *impeachment* de Dilma Rousseff, houve uma condição semelhante. Da mesma forma, a incapacidade dos participantes de olharem para além da questão jurídica evidencia um gesto muito abrupto à democracia brasileira.

Paralelamente à condição jurídica, no holocausto, outros discursos também ofereceram base para a montagem de afirmar a supremacia da raça ariana, discursos que foram apropriados como excelência de verdade no meio social. Foi assim com a apropriação do pensamento sobre seleção natural elaborado por Charles Darwin. Com base na ilustração biológica de que seres evoluem, foram produzidos artigos para a lei de proteção do sangue e da honra, todos calcados no controle da população por ações sociais e biológicas. Entre as medidas apresentadas está a proibição de casamento entre judeus e alemães, da mesma forma que as relações extraconjugais entre judeus e alemães também eram proibidas. Aos judeus também era proibido de terem funcionários de sangue alemão com menos de 45 anos. Além disso, para os infratores desse código seria aplicada a pena de trabalhos forçados, além de prisão e multa, dependendo do grau da infração.

Estas leis justificariam a necessidade da purificação da raça e a eliminação daquilo que é considerado como aversivo. Como já mencionado em outras passagens, em práticas científicas, ainda mais no período de vigência de totalitarismo, a ética não fazia parte desse contexto, o que fortificou a moral perversa nas práticas científicas daquela época. Até então, as experiências em seres humanos não apresentavam diretrizes humanizadas para a sua realização e, a partir de 1947, com o Código de Nuremberg, medidas foram tomadas para que esse tipo de ação científica fosse feita com rigor de modo ético e

científico. Entre as medidas estão o consentimento livre e espontâneo da participação do sujeito na realização, a garantia à saúde física e mental dos participantes e a execução dos experimentos deve ser feita por pessoas qualificadas para tal<sup>84</sup>.

Estes são apenas fragmentos de episódios que mostram que a existência de lei não garante a moralidade de qualquer país ou nação. É muito importante e necessário empreendermos a ideia de que o *impeachment* realizado em 2016 em nada se assemelha às leis implantadas em regimes nazistas na Alemanha que ocasionaram o holocausto. No Brasil não houve genocídio em massa, perseguição a etnias ou determinados seguimentos sociais, campos de extermínios e trabalho forçado aos que se opuseram ao impedimento de Dilma Rousseff ou experimentos científicos que justificassem a supremacia de alguma raça. A proposta dessa reflexão é de considerar como estratégias foram desenvolvidas sob os pressupostos da montagem para legitimar ações perversas para justificar a necessidade de mudanças mesmo que para isso fosse necessária a implantação de leis e trajetos legais. Para além disso, houve também o desejo da população e o fomento das práticas midiáticas para a ocorrência desse acontecimento.

A lei que rege pela realização do *impeachment* no Brasil é a 1.079 que data de 10 de abril de 1950 e até hoje permanece em vigor tanto que foi aplicada ao processo de impedimento da presidente Dilma. A lei versa que a realização do *impeachment* deverá ocorrer em casos de crimes de responsabilidade e regula as medidas sobre o procedimento. Foi prioritariamente sobre essa lei que o pedido foi redigido a seis mãos pelos professores universitários e advogados Janaina Conceição Paschoal e Miguel Reale Junior, e também por Hélio Bicudo, procurador da justiça aposentado e ex-filiado ao PT<sup>85</sup>.

Como modo de embasamento à denúncia, os autores utilizaram o item 3 e 7 do artigo 9º que apresentam, respectivamente, “não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição” e “proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo”. O primeiro item estabelece que o governante não pode alegar falta de ciência ao crime cometido e, assim, se eximir de responsabilidade.

O documento, que apresenta 65 páginas, começa versando sobre a necessidade de impedimento por uma questão moral, apresentando, inclusive o posicionamento de outras

---

<sup>84</sup> Todos os procedimentos podem ser vistos em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/nuremcod.htm>. Acesso: 26 set. 2017.

<sup>85</sup> O documento completo pode ver lido na íntegra no endereço: <https://ep00.epimg.net/descargables/2015/12/03/753f58eed8d66adf4ad11129cb833401.pdf>. Acesso: 28 set. 2017.

entidades e figuras públicas que justificaria a necessidade de investigação da presidente para logo depois mostrar que Dilma cometeu crimes de responsabilidade:

O Brasil está mergulhado em profunda crise. Muito embora o Governo Federal insista que se trata de crise exclusivamente econômica, na verdade, a crise é política e, sobretudo, MORAL. O Governo Federal também tenta fazer crer que tal crise pode se tornar institucional; sugere que se arrefeçam os ânimos, admitindo-se o quadro de horror que se estabeleceu no país; porém, não há que se falar em crise institucional. As instituições estão funcionando bem e, por conseguinte, possibilitam sejam desvendados todos os crimes perpetrados no coração do Poder. O Tribunal Superior Eleitoral, em longo e minucioso processo, tem apurado inúmeras fraudes, verdadeiros estelionatos, encetados para garantir a reeleição da Presidente da República, tendo o Ministro Gilmar Mendes aduzido que, se soubesse, anteriormente, do que sabe na atualidade, não estariam aprovadas as contas de campanha da Presidente. Também o Ministro João Otávio de Noronha defendeu a abertura de investigação referente à campanha da denunciada. Foi assim que, no último dia 26 de agosto, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu reabrir o julgamento sobre as contas de campanha da Presidente da República. Em paralelo, o Tribunal de Contas da União (TCU) assinalou flagrantes violações à Lei de Responsabilidade Fiscal, as quais ensejaram Representação Criminal à Procuradoria Geral da República, em petição elaborada pelo ora denunciante Miguel Reale Júnior. (REALI JUNIOR, PASCHOAL, BICUDO, 2015, p.2-3, grifos autores).

De acordo com os proponentes da denúncia, o delito cometido pela presidente seria de mascarar a situação política do país com a criação de um cenário favorável a investimentos, incluindo os internacionais, e o atraso no repasse de verbas aos bancos públicos, o que já configuraria para eles a necessidade de impedimento ao exercício do cargo, além da inelegibilidade da presidente a cargos políticos por oito anos<sup>86</sup>. Assim, segundo os autores, a presidente:

(...) deixou de contabilizar empréstimos tomados de Instituições Financeiras públicas (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil), contrariando, a um só tempo, a proibição de fazer referidos empréstimos e o dever de transparência quanto à situação financeira do país. Em suma, houve uma maquiagem deliberadamente orientada a passar para a nação (e também aos investidores internacionais) a sensação de que o Brasil estaria economicamente saudável e, portanto, teria condições de manter os programas em favor das classes mais vulneráveis. Diante da legislação penal comum, a Presidente incorrera, em tese, nos crimes capitulados nos artigos 299, 359-A e 359-C, do Código Penal, respectivamente, falsidade ideológica e crimes contra as finanças públicas. (REALI JUNIOR, PASCHOAL, BICUDO, 2015, p.2-3)

---

<sup>86</sup> A inelegibilidade não foi cumprida, sendo que Dilma concorreu a uma vaga no Senado pelo estado de Minas Gerais, mas não conseguiu eleger-se, nas eleições de 2018.

Além disso, há julgamentos que não necessariamente deveria ser base para o cenário político como a proximidade entre Dilma e Lula e a permanência do PT no poder, em especial no executivo nacional:

Os contornos de crime de responsabilidade ficam mais salientes, quando se verifica que Lula é muito mais do que um ex- Presidente, mas alguém que, segundo a própria denunciada, lhe é indissociável e NUNCA SAIU DO PODER. De fato, antes de o candidato do PT para a eleição de 2014 estar definido, quando perguntada acerca da possibilidade de o ex- Presidente voltar, a atual Presidente respondeu que ele (Lula) não iria voltar porque nunca havia saído, frisando que ambos seriam indissociáveis. (REALI JUNIOR, PASCHOAL, BICUDO, 2015, p.7)

Uma outra irresponsabilidade que foi apresentada, segundo os autores, e atribuída à presidente foi a abertura de crédito suplementar que, de fato, é proibido pela Constituição brasileira pelo artigo 167, item V “São vedados: I - .....; (...); V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes”. De acordo com os autores, foram apenas com a abertura dos créditos suplementares aos bancos que foi possível o cumprimento da meta orçamentária prevista pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que para 2014 foi prevista a redução do resultado primário. Assim, a presidente, por Medida Provisória, alterou o valor sem que houvesse a necessidade de apreciação no Congresso Nacional. Além disso, os créditos suplementares ferem a lei 12.952, de 2014, a Lei de Orçamentária Anual, pelo artigo quarto<sup>87</sup>. Houve indícios fortes para que essa série de irregularidades tivessem ocorrido de fato, entretanto, o pedido de impeachment foi feito com base nas denúncias de 2015, quando ainda não foram julgadas nem pelo Congresso Nacional e nem pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e, mesmo assim, foi recebido pelo então presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha que apresentava uma longa lista de denúncias contra ele e que atualmente se encontra preso e condenado pela operação Lava-Jato.

Quanto às desinformações fiscais, que no documento apresentado chamou de *pedaladas fiscais*, foram identificadas 11 irregularidades que vão desde atrasos aos financiamentos aos bancos públicos e operações ilegais de crédito por meio de adiantamentos concedidos pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ao

---

<sup>87</sup> Art. 4º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, excluídas as alterações decorrentes de créditos adicionais, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2014 e sejam observados o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF e os limites e as condições estabelecidos neste artigo, vedado o cancelamento de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais apresentadas por parlamentares, para o atendimento de despesas:



Ministério das Cidades no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, através da Caixa Econômica Federal. Para os autores “Ocorre que o art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a realização de operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controla, na qualidade de beneficiário do empréstimo.” (Reali Junior; Paschoal; Bicudo, 2015, p.25). E essas manobras não foram contabilizadas nos orçamentos, o que caracterizaria o dolo de todas as realizações, ou seja, foram ações, que seriam para os autores, praticadas de modo intencional. E o texto da denúncia se encerra com o trecho do Hino Nacional “Verás que filho teu não foge à luta”.

Mesmo sendo feito por três profissionais da área jurídica, a imagem do pedido de *impeachment* ficou centrada na figura de Janaina Paschoal que nunca escondeu a antipatia contra o PT e, por consequência, por Lula e Dilma Rousseff, posições que a advogada e professora deixa claras em redes sociais e em seus manifestos públicos. Como exemplo de suas explanações públicas, mesmo alegando a paixão pelo país, chorando pela defesa da Constituição em punho em prol de crianças inocentes, Janaina deixou claro que, durante a sessão especial realizada no Senado em 28 de abril de 2016, recebeu o valor de R\$ 45mil para que realizasse em parceria com os outros dois autores o parecer para que pudessem ser explicados os motivos para o impedimento de Dilma Rousseff<sup>88</sup>. Dias antes desse pronunciamento, em março de 2016, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), onde leciona, ela bradava em discurso inflamado que acabaria com a *república das cobras*, em menção ao governo petista. Balançando freneticamente a bandeira nacional pelo punho, ela apresenta também uma cena de sua infância em conversa com o pai: “‘Janáina, Deus não dá asa para cobra’. E eu digo: ‘Pai, às vezes, a cobra cria asa. Mas Deus manda uma legião para acabar com a cobra’. Acabou a República da cobra! Fora PT, fora jararaca”<sup>89</sup>. O discurso dela circulou pela internet e também deu base para capa da revista *Veja*, na edição de número 2409, de 16 de março de 2016. A edição apresenta a tentativa de Lula ser ministro do governo Dilma para que pudesse, assim, não ser alvo das denúncias da operação Lava-Jato, o que faria que ele tivesse fórum privilegiado.

---

<sup>88</sup> Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=TILOhLSrkh0>. Acesso: 28 set. 2017.

<sup>89</sup> Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=gX4uWCQjZ9U>. Acesso: 28 set. 2017.

Imagem 16



Revista Veja, ed. 2409, de 16 de março de 2016

Fonte: Reprodução do original

A lei como sintoma da moralidade é questionável a partir do momento em que essa é utilizada para justificar a intenção de aniquilar o outro com o objeto de arquitetar o gozo através das montagens. A aversão dos autores quanto ao PT e a participação de grupos e indivíduos que almejavam a ocupação de cargo de poder tornam-se pretexto para o fundamento da lei. A articulação entre esses grupos e indivíduos e o fomento da culpa de pânico, constituído pelo medo, pelos discursos midiáticos, engrandeceram a proposta de necessidade do *impeachment*.. Dois dias após o *impeachment* de Dilma Rousseff, as chamadas pedaladas fiscais que deveriam ser analisados na Câmara de Deputados, deixaram de ser crime de responsabilidade fiscal e se tornaram legítimas com a aprovação da lei 13.332/2016, que autoriza justamente a realização dos créditos, sem a anuência do Congresso. O projeto de lei começou a tramitar entre as instituições legislativas a partir do afastamento de Dilma do cargo, em 23 agosto de 2016, e aprovado em setembro, tornando-se lei<sup>90</sup>. Como o argumento que tornou justificativa primordial para enredar o

<sup>90</sup> O procedimento completo pode ser visto na matéria <http://www.ib.com.br/pais/noticias/2016/09/02/apos-impeachment-senado-transforma-pedaladas-fiscais-em-lei/>. Acesso: 09 out. 2017.

afastamento da presidente em apenas dois dias uma ação legítima e legalizada? Quais códigos culturais foram alterados para considerar que uma atitude fiscal deixa de ser crime e passa a ser referenciada em um curto espaço de tempo?

Pelas análises apresentadas e os posicionamentos teórico-metodológicos, houve a intenção de formar as montagens para aniquilar determinados políticos do cenário público de visibilidade; montagem essa arquitetada que objetivou a permanência do gozo de grupos interessados na permanência da corrupção, além de ser um desejo de parte da população enquanto vontade de realização a saída de Dilma/PT. O discurso dos participantes, a formação dos discursos midiáticos e, principalmente, a análise dos contextos, evidenciam a intenção de saída do PT do cenário político. Há outros questionamentos levantados da ordem das manifestações de paixões no cenário político. Receber certa quantia em dinheiro alegando que fez o serviço em nome da nação seria uma forma de defender a legitimidade do processo? Dentro do espaço público, qual seria a função política de acreditar no fim da *república jararaca* como sendo também o fim da corrupção político-partidária?

A gestão de Dilma possivelmente tenha sido corrupta, a despeito de nem todas as prestações de contas terem sido realizadas. Por outro lado, o processo de *impeachment*, enquanto um rito legal, não pode ser questionado. Todas as etapas foram realizadas o que incluíram os procedimentos de defesa da parte acusada. No dia 30 de agosto de 2015, o advogado de defesa da presidente, José Carlos Cardozo, que foi ministro da justiça na gestão anterior, fez a defesa dela no Senado. Além disso, os trâmites para a realização do afastamento de Dilma foram cumpridos rigorosamente desde o acolhimento do pedido pela Câmara de Deputados via o presidente da instituição, o julgamento dos deputados que autoriza o Senado a investigação mais aprofundada, o recebimento do pedido no Senado, o afastamento de Dilma do cargo de presidente após o Senado compreender que precisaria ser investigada a denúncia e o afastamento definitivo dela do cargo de presidente para que Michel Temer assumisse o posto.

A própria *Veja* admite que a presidente não é alvo de investigações legais, mas acredita que a saída dela do poder seja importante e necessária, devido à precarização que atingiu a gestão dela como mecanismo de governo:

(...) Dilma perdeu as condições de governar (...) De um lado, seu governo esfacelou-se com a crise política e econômica, incapaz de mover-se em qualquer direção. De outro, Dilma apesar de não estar sob investigação oficial, fragilizou-se fatalmente diante de denúncias que atingem a constelação que a

cerca (...). Seja qual for o futuro do país, que a obra tenha a assinatura de brasileiros generosos (VEJA, 2016, p.47).

De alguma forma, quando alguns participantes da pesquisa não conseguem explicar a realização do *impeachment* para além da força das paixões vai ao encontro do discurso da revista. Nesse mesmo texto intitulado *Muro, a hora e a paz*, ao mesmo tempo que a publicação recomenda que os brasileiros precisariam superar as diferenças ideológicas e os ressentimentos para que o país possa caminhar rumo à prosperidade com os últimos procedimentos para o final do processo de impedimento, na imagem que ilustra a matéria há dois homens instalando barreiras no gramado Congresso para separar aqueles que são contra e a favor do *impeachment* com a legenda *Primeiro passo: A divisória que ficará entre os favoráveis e os contrários ao impeachment, em frente ao Congresso, em Brasília: poucas vezes a sensatez foi tão necessária*. A revista enaltece o processo como uma guerra em que há perdedores e ganhadores:

Em todas as batalhas, o gesto mais digno é a generosidade na vitória. Quem ganha não tripudia, mas deixa que o perdedor se recomponha diante da própria derrota. A generosidade está no centro das sociedades pacíficas e ordeiras. É um alerta adequado no momento em que a crise política se aproxima do seu ápice, com a votação do impeachment na Câmara dos Deputados. No gramado, diante do Congresso Nacional, uma cerca, que alguns apelidaram de Muro de Berlim, vai dividir as plateias, mas só os espíritos desarmados poderão, de fato, garantir a ausência de tumultos (VEJA, 2016, p.47).

Compreender que a política seja um campo, na intenção pensada por Pierre Bourdieu (2004) é válido a partir do momento em que são considerados elementos relacionais, enquanto movimentos de tensão, lutas e poder que entram em disputas para controle, dominação e legitimação de bens e propósitos. Entretanto, considerar que a política, bem como os movimentos democráticos garantidos por lei, como é o caso do processo de *impeachment*, ações dentro de um campo de batalha em que há perdedores e ganhadores, é analisar de modo muito reduzido as ações políticas; é entendê-las como um combate em que deverá haver perdedores e ganhadores, sem a precaução de estabelecer diálogos e comunicação, como idealizou Arendt sobre o que é política.

Além do mais, vitória ou derrota de quem? Quem ganha quando há a fragmentação política e há a ascensão das paixões, propostas por atores não-sociais, no espaço público travestidas de movimentação política e democrática? Quem seriam os generosos no caso assinalado pela revista a partir do momento que quem assume a presidência é o vice que se encontrava em franca atividade pela celeridade do *impeachment* e teve seu nome

envolvido em indícios de corrupção? Para além disso, o primeiro escalão de seus ministros esteve igualmente envolvido em casos de corrupção. Pensar em política como um ringue de luta é acreditar na espetacularização de todo processo político como algo pertencente na seara da política e da democracia, fomentando como mais intensidade o maniqueísmo já existente no cenário público. A espetacularização não deixa de ser uma manifestação perversa quando, além de promover o sensacionalismo, também se propõe a dismantelar a qualidade dos processos morais como foi a votação na Câmara dos Deputados sobre a aprovação ou não do pedido de *impeachment*. A votação na Câmara, que votou a aceitação da denúncia para o *impeachment*, precisa ser pontuada de modo mais trabalhado.

### 10. 1 - Entre o espetáculo e a perversão

No dia 17 de abril de 2016, num domingo, os deputados votaram para a autorização ao Senado de investigação do pedido de *impeachment*. Àquela altura, alguns canais abertos e fechados alteraram a programação do dia para transmitirem ao vivo a votação. O evento levou horas de transmissão e trouxe à tona manifestações que não deveriam ser expostas no cenário político, tampouco na Câmara de Deputados. Do lado de fora da instituição, houve a instalação de barreiras de contenção, reforço de policiamento e separação entre aqueles que seriam a favor e contra o *impeachment*. A casa que é uma das representações da democracia no país, torna-se uma espécie de ringue simbólico tanto entre aqueles que estavam votando a acusação como aqueles que acompanhavam do lado de fora.

Naquele dia, do lado de fora do Congresso, um grupo não deixa obscuro o desejo da saída de Dilma Rousseff quando se manifestou com roupas nas cores da bandeira brasileira a euforia do momento com os dizeres: “Cunha, eu te amo”.<sup>91</sup> Amar de modo tão visceral no espaço público traria máculas para as práticas políticas. A vontade de amar cabe em que sentido dentro desse contexto, na eliminação do PT do poder ou pela necessidade de eliminar a corrupção? Como amar um sujeito igualmente maculado pelas marcas da corrupção? Como apontado anteriormente por Assy (2015), as paixões quando trazidas à tona com tamanha intensidade não contribuem para o desenvolvimento da política, muito pelo contrário, deteriora, regride e reduz suas práticas e discursos.

---

<sup>91</sup> O vídeo pode ser assistido em: <http://www.plantaobrasil.net/news.asp?nID=94860>. Acesso: 09 out. 2017.

Enquanto isso, na plenária, raramente os votos foram destinados à moralização da política ou a movimentos que pudessem engrandecer o espaço e a discussão públicos que visariam a valorização da ética. Com exceção de alguns pronunciamentos racionais e sensatos, os votos eram bradados a plenos pulmões em nome de famílias, esposas, netos e filhos que faziam aniversário àquela época, classes trabalhadoras, inclusive em nome de Deus, a despeito do estado ser laico.

A votação foi acompanhada como um espetáculo, um show, uma partida decisiva de alguma competição mundial esportiva. Os votos, principalmente aqueles que eram a favor da abertura do pedido de investigação, eram comemorados freneticamente por entre aqueles que tinham essa proposta por gosto. Embrulhados com a bandeira nacional ou com algum detalhe nas cores verde e amarela na roupa, sucessivamente foram clamados os votos. Destaque para alguns deputados que participaram da votação.

A primeira delas é o deputado Jair Bolsonaro pelo Partido Social Cristão (PSC)<sup>92</sup> pelo estado do Rio de Janeiro, além de referenciar a idoneidade do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, justifica o voto em nome de um dos torturadores que atuou no período ditatorial civil-militar brasileiro: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”<sup>93</sup>. O coronel citado na fala de Bolsonaro foi militar, chefe do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) (1971-1974) do Exército de São Paulo, órgão de repressão política do governo militar. A fala do deputado foi uma manifestação rasteira, misógina e de desqualificação da dor de uma mulher em um momento de sofrimento e privação de liberdade, além de fazer alusão à ditadura, condição gritante da fragmentação da condição política.

O deputado federal pelo partido Solidariedade do Pará (SD-PA), Wladimir Costa, apresenta um discurso energético na sua fala. Depois de justificar o voto, com uma bandeira nas costas, possivelmente a do estado do Pará, ele estoura serpentinas douradas na plenária. Após a cena, é possível acompanhar o presidente da Câmara rindo junto a outros integrantes da mesa da performance do deputado paraense<sup>94</sup>:

---

<sup>92</sup> Atualmente, ele pertence ao Partido Social Liberal (PSL) e em outubro de 2018 venceu as eleições ao executivo nacional.

<sup>93</sup> O vídeo pode ser assistido na íntegra no link: Recuperado de <http://bit.ly/2pM1lQ>. Acesso: 09 out. 2017.

<sup>94</sup> O vídeo pode ser visto em [https://www.youtube.com/watch?v=Uoo2G\\_FlnBs](https://www.youtube.com/watch?v=Uoo2G_FlnBs). Acesso: 09 out. 2017.

Presidente, um colega nosso daqui da Câmara, que não vou citar nome, falou que se nós cassarmos a presidente Dilma hoje, ele vai se mudar do Brasil. Eu já comprei a passagem dele, sem volta. Sai daqui porque nós vamos cassar o Brasil em nome do Pará! Minha mãe, nega Lucimar! Meu sul e sudeste do Pará! Meu tapajós amado! Minha querida nordeste do Pará! Toda área metropolitana! Nós encaminhamos em nome do Brasil, minha mãezinha, dos meus filhos, dos meus amigos do Solidariedade, esse povo querido que vota sim. Nós votamos sim e quem vota sim, coloca a mão para cima, coloca a mão para cima!

Antes de integrar-se ao Solidariedade, Costa pertenceu ao PMDB, partido que já cumpriu quatro mandatos como deputado. Em 2016, o deputado teve o mandato cassado a pedido do Ministério Público Eleitoral (MPE) do Pará por desviar recursos de campanha (conhecido por formação de “caixa dois”), falsificar documentos e não declarar R\$ 410,8 mil em arrecadações. A denúncia foi aceita e o mandato dele foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Pará<sup>95</sup>. Em agosto de 2017, o deputado ganha os holofotes midiáticos ao aparecer tatuados no braço *Temer* e a bandeira brasileira estilizada. No primeiro momento, ele diz que a tatuagem era definitiva, mas logo desmente o gesto.

A deputada Raquel Muniz, do Partido Social Democrata (PSD) pelo estado de Minas Gerais, justificou o voto a favor da abertura do processo alegando que seria possível fazer uma boa administração pública como faz o prefeito de Montes Claros, cidade governada pelo marido dela, Ruy Muniz, também integrante do PSD. Com a bandeira nacional em punhos, ela discursa a favor da abertura do *impeachment*:

Voto que é para dizer que o país tem jeito. E o prefeito de Montes Claros mostra isso para todos nós com a sua gestão. O meu voto é por Tiago, por David, Gabriel, Mateus, minha neta Julia, minha mãe Elsa. Meu voto é pelo norte de Minas. É por Montes Claros. É por Minas Gerais. Sim! Sim! Sim! Sim! Sim! Sim! Sim! Sim!<sup>96</sup>

Após proclamar o voto, aos pulos, ela desfralda a bandeira nacional intensamente. No dia seguinte ao episódio, Ruy Muniz foi preso por ser acusado de desvio de verba pública que seria destinada à compra de combustível e foi utilizada no hospital particular gerenciado pela família deles. Elencar todos os pronunciamentos realizados a par da espetacularização ou baseados em movimentos da paixão renderia um outro trabalho. Entretanto, caberia pontuar que a ânsia que houve para cassar o mandato de Dilma Rousseff arrefeceu com a entrada de Michel Temer. Nem mesmo a intenção de cassar a chapa que elegeu a chapa Dilma-Temer ao executivo nacional prosperou, o que garantiu

<sup>95</sup> Ver em <https://oglobo.globo.com/brasil/tre-pa-cassa-mandato-de-wladimir-costa-deputado-da-tatuagem-22215460>. Acesso: 29 jan. 2018.

<sup>96</sup> O vídeo pode ser visto em <https://www.youtube.com/watch?v=YPZbHlcRmaQ>. Acesso: 09 out. 2017.

a permanência de Temer na presidência. Qual seria a intenção de realizar o *impeachment* que não fosse condenada a chapa eleita? Em junho de 2017, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julgou a chapa como legítima para o exercício das funções a que foi eleita, mesmo havendo fortes indícios de abuso de poder, recebimento de propina e beneficiamento por esquemas de corrupção apontados pelo relator do processo, o ministro Herman Benjamin. A legitimidade da chapa foi julgada com o voto de desempate proferido pelo então presidente da instituição, o ministro Gilmar Mendes, uma figura próxima ao presidente Temer. A título de esclarecimento, o pedido de cassação da chapa foi feito ainda em 2014 a pedido do PSDB, partido que se aliou ao PMDB e que demonstrou participação ativa no processo de *impeachment*. Em entrevista ao jornal *Estado de S. Paulo*, o então presidente do PSDB e senador pelo estado do Ceará, Tarso Jereissati assumiu publicamente que o partido a qual é filiado cometeu “um conjunto de erros memoráveis”, após a saída de Dilma da presidência. Entre os erros elencados pelo correligionário foi de questionamento do resultado das urnas em 2014, posicionar-me contra as medidas adotadas pelo PT (a despeito de haver concordância com as propostas) e, principalmente, segundo Jereissati, de integrar a equipe do governo Temer<sup>97</sup>.

Mesmo sendo um momento crítico para a condição política do país, os participantes da pesquisa não refletiram de modo político ou com a devida importância o fenômeno que foi o julgamento na Câmara sobre a aceitação do processo. Mesmo considerando o episódio vexatório à política nacional, como aponta a participante da pesquisa “foi legítimo, precisava fazer” ou que “demorou para acontecer” ou como outra participante que justifica a necessidade do *impeachment* ao afirmar que “Dilma tem dois neurônios e *tá* (sic) inflamados” e que a presidente “tinha um prazo, e o prazo venceu”.

Essas reflexões apontam para embasar questões sobre o contexto em que se encontrou o pedido de *impeachment* da presidente Dilma. Esse assunto não se encerra nessas linhas, tão pouco nos próximos dias, meses ou anos, todavia, pela necessidade de recorte, esse assunto poderá ser abordado sob outros aspectos em outros enquadramentos teóricos para outras pesquisas. Para concluir os aspectos sobre o contexto desse objeto de pesquisa é importante frisar que procedimentos legais não são suficientes para a garantia da moralidade; não houve a defesa do senso de político defendido nessa pesquisa e houve, de modo significativo, a participação da mídia para a instauração do medo e do pânico

---

<sup>97</sup> A matéria pode ser lida na íntegra no endereço: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nosso-grande-erro-foi-ter-entrado-no-governo-temer,70002500097>. Acesso: 22 nov. 2017.



moral com a permanência do PT no executivo nacional enquanto afetos construídos, como apresentado em alguns dos conteúdos mencionados. O circuito das perversões foi constituído primeiramente pela fantasia de sujeitos acuados dentro da própria situação que criaram e fomentaram como o desenvolvimento econômico da era Lula e as benfeitorias daquele momento a todas as classes sociais. Todavia, a perda de privilégios, a castração do gozo, fez surgir o medo e a necessidade de combate, nem que para isso fosse necessária emergir para o espaço político de discussão a parte mais obscura de nós mesmos. Essas explanações pretendiam oferecer reflexões como os movimentos perversos encontram-se muitas vezes em situações silenciosas e de modo muito sutil em algumas práticas e discursos sociais. A partir de então, a intenção dessa pesquisa é de reconhecer como os interlocutores percebem as representações do *impeachment* no consumo e recepção midiática.

## **11- Metodologia: Circuito de cultura/comunicação e a relação com a experiência estética**

As passagens apresentadas até então também poderiam ser analisadas segundo a metodologia sugerida, pois evidencia a produção de discursos midiáticos para além das noções econômicas e preveem a participação intensa de interlocutores na formação de circuitos. Compreender a comunicação como uma experiência estética das perversões é identificar, na maioria dos casos, as qualidades em que houve deficiências na alteridade entre as práticas comunicacionais, mesmo que isso tenha acontecido de forma muito sutil ou, até mesmo, realizada de modo inconsciente. Os discursos perversos se encontram presentes em muitas de nossas práticas, incluindo, portanto, as ações de comunicação institucionalizadas em âmbito socialmente aceito como, por exemplo, nas atividades de publicidade e propaganda, jornalismo, fotografia, editoração e outras áreas de atuação profissional do campo como apresentadas ao longo dessa pesquisa.

A proposta dessa pesquisa não é de se debruçar sob os vários anos em que foram estudados os conceitos da estética, mas de apresentar a experiência estética, a qualidade de sentir do indivíduo como metodologia para apreciação de objeto e para coleta de informações. A intenção dessa metodologia de coleta vai ao encontro dos preceitos da experiência estética propostos por Dufrenne (2008), em que o objeto contemplado torna-se um quase-sujeito, ou seja, ganha vida nos diversos caminhos que os interlocutores podem desenvolver na sua interpretação. Não há limites, roteiros pré-estabelecidos ou trajetos estipulados para a coleta das informações, os participantes terão a maior liberdade possível para expor suas reflexões. Além disso, por ser uma abordagem livre, os sentimentos e sensações afloram de modo espontâneo; aquilo que é expresso de modo abrupto é uma qualidade mais próxima da livre associação do sujeito ao objeto. A proposta de experiência estética desenvolvida por Dufrenne dialoga com a concepção de Kant<sup>98</sup> sobre a concepção do belo, muito mais subjetivo e desvinculado do objeto. Havendo a interface entre o sujeito e o objeto, o prazer dessa contemplação encontra-se, na verdade, em uma relação desinteressada do objeto, ou seja, o prazer estético está envolvido no sentimento desenvolvido pelo sujeito com a experiência realizada. Com

---

<sup>98</sup> Pelo entendimento de Kant, o valor estético não estava no objeto, mas sim na qualidade do sujeito de julgamento do objeto sem uma finalidade, ou seja, o valor estético é desinteressado e livre. Vale lembrar que em épocas anteriores a Kant, a estética já foi considerada um valor moral, como apresentado por Platão na Antiguidade, e a arte deveria ter a função pragmática no cotidiano da vida.

isso, pela capacidade cognitiva e pela experiência realizada, o sujeito consegue estabelecer o valor do belo, enquanto um movimento da razão.

Dentro dessa concepção que Dufrenne (2008) considera que “toda percepção estética, na medida que é desinteressada, realiza a apoteose do sensível, que é a própria substância do objeto estético” (DUFRENNE, 2008, p.62). Com isso, há um mergulho realizado pelos interlocutores nos objetos estéticos sem a preocupação de intervenções e essa atitude faz ascender o sentimento desenvolvido pelo afeto criado pelas interfaces realizadas. Ainda na esteira do pensamento de Dufrenne (2008):

A verdadeira expressão brota das profundezas do objeto quando essas profundezas ascendem às superfícies e se expõem, todas, no sensível, para despertar no espectador o sentimento singular de uma qualidade afetiva que pode ser enquadrada numa categoria afetiva. (DUFRENNE, 2008, p. 73).

Essas qualidades da experiência estética suscitam no indivíduo o seu posicionamento no mundo, uma forma de se colocar frente ao mundo, como sujeito em movimento e em atividade. O sujeito tem força para o julgamento sobre os valores estéticos, algo que anterior a Kant era restrito às faculdades do objeto. Com essas propostas apresentadas, a pesquisa fundamenta a importância do reconhecimento do sujeito dentro do meio social, seja para produção e reprodução de discursos midiáticos, seja pela capacidade de interpretação e a reverberação desses discursos na cotidianidade.

A escolha da experiência estética nesse primeiro momento da pesquisa se realiza justamente pela capacidade que a metodologia possui de ser livre de qualquer roteiro previamente estabelecido. Os participantes poderão desenvolver suas colocações individualmente sem interrupções frequentes na apreciação dos objetos em análise. A opção por figuras anônimas acontece devido à intenção de compreender a midiatização da perversão entre pessoas comuns, algo semelhante ao idealizado por Hannah Arendt acerca da banalidade do mal. A intenção de organizar esse universo de pessoas com participações individuais para experiência estética acontece devido à qualidade dessa metodologia de suscitar reflexões, percepções e considerações de tal modo que não seja interferido por algum outro participante que possa destacar-se.

Os participantes receberão antecipadamente o conteúdo para análise e poderão fazê-lo da forma que melhor considerar. Como método para a coleta de dados pela experiência estética, essa pesquisa pretende elaborar roteiro de perguntas semiestruturadas devido ao teor qualitativo da pesquisa (Duarte, 2005). Para conhecimento prévio, os participantes também responderão um questionário de perguntas

abertas e fechadas. Após esse procedimento, as fontes poderão exercer a livre explanação do questionamento levantado a partir do objeto proposto para análise. Essa possibilidade permite explorar ao máximo determinado tema, o que vai ao encontro dos processos da experiência estética.

Paralelamente às concepções psicanalíticas apresentadas anteriormente sobre a condição estruturante das perversões, tanto na qualidade clínica, como na condição social, e a experiência estética como metodologia de coleta, esse projeto também se apoia nas contribuições dos Estudos Culturais. O material coletado será analisado pela perspectiva do circuito de cultura, idealizado por Richard Johnson (2006). A importância dos Estudos Culturais para esse estudo acontece pelas saídas metodológicas oferecidas, principalmente no que se refere às interfaces existentes entre a comunicação e os modos de produção de cultura. Ao reconhecer a pluralidade das formas de representações culturais, os Estudos Culturais percebem particularidades de hábitos e costumes de forma individualizada ou de pequenos grupos, legitimando, assim, a participação ativa desses indivíduos como atores de suma importância na composição dos processos comunicacionais e culturais.

Essa visão sobre as formas de produção e consumo de culturas surge na década de 1960 na Universidade de Birmingham, Inglaterra, pelo Center for Contemporary Cultural Studies (CCCS). Um dos principais focos de atuação da área é de fomentar propostas multi, trans e interdisciplinares, ou seja, um diálogo aberto com outras áreas do conhecimento na intenção de reconhecer as contribuições das diversas áreas para a estruturação da cultura como a psicologia, sociologia, semiótica, comunicação, dentre outras. A intenção dos Estudos Culturais foi de reformular as concepções marxistas para o século XX enquanto novas propostas epistemológicas que não se baseassem exclusivamente na dominação pelos referenciais econômicos, mas também culturais.

Entre as contribuições mais concretas estão as revisões marxistas a partir das colocações de Antonio Gramsci. Para o autor, o mais importante para ocorrer mudanças no âmbito social não há, necessariamente, de haver transformações nas infraestruturas como as relacionadas às de ordem econômica. Gramsci acreditava nas interferências nas estruturas culturais como uma forma de transformação, assim, qualquer cidadão, dotado de educação crítica, com o próprio reconhecimento do seu potencial cultural, seria capaz de produzir, consumir e interpretar paradigmas culturais, enfrentando, assim, a hegemonia cultural. Por isso que Gramsci denominou esse sujeito como sendo *intelectual orgânico*, isto é, alguém que estivesse longe das representações clássicas da

intelectualidade enquanto códigos elitistas, mas como sujeitos que são capazes de permear pelas várias camadas sociais e enfrentar as referências de hegemonia. Essas reflexões do autor contribuem de modo epistemológico para contemplar os públicos/consumidores não apenas como meros receptores ou personagens passivos do conteúdo midiático, mas como participantes que, estruturados segundo ordens culturais, conseguem interpretar, de acordo com as suas concepções, os discursos midiáticos.

Outro autor que colaborou para a formação dos Estudos Culturais foi Louis Althusser. De acordo com ele, não foi apenas a cultura uma condicionante para formação social, mas havendo também encadeamentos de condições estruturantes (política, econômicas, culturais...) da sociedade que estão a par da ideologia, ou seja, uma estruturação muito complexa que apresenta níveis que são ao mesmo tempo autônomos, mas que dialogam com outros níveis. A partir da integração e interferências desses elementos encadeados que surgem as manifestações culturais, inclusive oferece concepções mais firmes para compreender sobre as ações econômicas. O entendimento de Althusser foi uma das bases para analisar os modos de produção e consumo, bem como as articulações culturais em forma de circuito (Baker; Jane, 2016).

Esse pensamento também se estende na concepção da metodologia escolhida para a pesquisa: circuito de cultura. Richard Johnson (2006), também estabeleceu alguns deslocamentos quanto às teorias marxistas ao contemplar as estruturas culturais para compreender como são estabelecidos os modos de recepção midiática, estabelecendo uma ponte com as concepções de Antonio Gramsci como o modo de construção de poder, por isso a necessidade de reflexão da cultura enquanto circuito.

Para reconhecer como a atuação dos segmentos da comunicação enquanto fomento e disseminação de perversões, é importante consideramos o conceito de circuito da cultura elaborado por Johnson (2006) que, amparado nas colocações e contribuições dos Estudos Culturais, percebe que cultura formada enquanto produções de materiais que são elaborados em determinados espaços e interpretadas, consumidas e reverberadas por indivíduos ou grupos que estão inseridos no espaço, levando-se em consideração o contexto desses processos. O interesse é perceber que o circuito da cultura, idealizado por Johnson, será apropriado por Ana Carolina Escosteguy (2007) que irá estabelecer diálogos com os estudos de recepção produzidos na América Latina, ainda na perspectiva dos Estudos Culturais, para propor que os circuitos de cultura podem ser considerados também como circuitos de comunicação devido às interferências de produção, consumo e circulação.

Johnson estabelece que o circuito é composto por quatro momentos, sendo o primeiro denominado como *produção* que compete às elaborações anteriores ao material produzido como, por exemplo, as condições culturais e as experiências públicas e privadas e a constituição das representações sociais. A produção idealizada pelo autor encontra-se para além de esquemas da produção capitalista para a obtenção de lucros pela produtividade. Essa etapa é caracterizada pelo autor como sintoma das representações sociais que já se encontram em circulação e as relações privadas, que se encontram em diálogos com as participações subjetivas para a produção. Como apontam Rocha e Marques (2006), a produção é uma noção da cultura vigente que também é provida de sentido, sem deixar de lado, obviamente, os posicionamentos políticos. A produção oferece base para a globalidade do processo cultural e também comunicativo e torna-se um estágio rico de análise como parte das mediações contidas no processo. Por esse modo de pensar que as autoras consideram que a produção como sendo:

(...) uma das dimensões que constituem o processo comunicativo (...) um *status* proeminente de articuladora da mensagem que fomentam práticas interpretativas, que dão subsídios e alimentam o imaginário social, que reforçam ou questionam os valores, que expõem realidades, é, enfim, considerá-la ao lado do processo de codificação, como um *locus* que dá forma e fornece rico material simbólico que em muito auxilia na compreensão da cultura e das realidades sociais as quais representam ou expressam. Além disso, entender a produção como mediação aponta para a superação da forma redutora e simplista que considera a mídia apenas como suporte técnico, mero veículo transmissor de conteúdo (ROCHA; MARQUES, 2006, pp. 39-40).

O segundo momento é compreendido pela materialização do *texto*. O termo texto, para Johnson, não é apenas a estruturação de elementos verbais, mas todos os modos de produção poéticas que elaboram formas discursivas, incluindo vídeos, imagens, linguagens não-verbais<sup>99</sup>. Para o autor:

(...) o texto é apenas um meio no Estudo Cultural; estritamente, talvez, trata-se de um material bruto a partir do qual certas formas (por exemplo da narrativa, da problemática ideológica, do modo de endereçamento, da posição do sujeito, etc.) podem ser extraídas. Ele também pode fazer parte de um campo discursivo mais amplo ou ser uma combinação de formas que ocorrem em outros espaços sociais com alguma regularidade (JOHNSON, 2006, p.75).

---

<sup>99</sup> Não apenas na concepção de Johnson que texto é apenas é compreendido como um conjunto de signos verbais; dentro dos estudos culturais, texto pode ser tudo aquilo que contém sentido, aquilo que pode ser compreendido: "The concept of text suggests not simply the written word, though this is one of its sense, but also all practices that signify. This includes the generation of meaning through images, sounds, objects (such as clothes) and activities (like dance and sport). Since images, sounds, objects and practices are sign systems, which signify with the same mechanism as a language, we may refer to them as cultural texts (Barker; Jane, 2016, p.13).

Para Johnson, o texto não é obrigatoriamente um objeto de estudo dentro dos Estudos Culturais, para ele, o cerne das discussões dentro desse campo de estudos se encontra juntamente na composição no encadeamento das etapas do circuito, levando em consideração também a *vida subjetiva das formas sociais*, ou seja, como são interpretados os textos, segundo a leitura feita pelos sujeitos, não perdendo de vista o contexto em que esses estão e os movimentos subjetivos. Por esse modo que Johnson (2006) considera que:

O contexto determina o significado, as transformações ou a saliência de uma forma subjetiva particular, tanto quanto a própria forma. O contexto inclui (...) situações imediatas (por exemplo, o contexto doméstico do lar) e o contexto ou a conjuntura histórica mais ampla. (JOHNSON, 2006, p. 94).

O terceiro estágio é considerado como sendo a *leitura* que é a apropriação da produção materializada do texto enquanto um elemento discursivo; na leitura, assim como o texto, não cabe apenas o procedimento de percepção de códigos que presentes que serão decifrados em revistas, jornais ou livros, mas também de outros produtos como músicas, vídeos, filmes e documentários. A leitura é, então, a interface realizada entre o texto e o sujeito, levando em consideração os modos de compreensão dessa relação. É importante ressaltar que dentro desse estágio do circuito há, elementarmente, a necessidade de decodificação das propostas discursivas, todavia, mais importante que essa medida, é a compreensão que o sujeito realiza enquanto experiências e conceitos já elaborados e que são construídos em mesclas de referências socialmente compostas e referências individualizadas. No entendimento do autor, as *leituras* devem ser compreendidas também pelas análises de formas textuais paralelamente com a subjetividade dos leitores. Johnson chama a atenção para esse processo como sendo a passagem do *leitor no texto* para *leitor na sociedade*. Analisar as qualidades subjetivas dos indivíduos participantes não é se limitar aos referenciais refratários de identificação, mas trazer à tona competências sociológicas ou históricas e “a capacidade para lidar com uma massa de determinações coexistentes, as quais agem em níveis muito diferentes” (JOHNSON, 2006, p.87).

Dentro desse momento que podemos levar em consideração a intenção de compreensão, não apenas de interpretação dos códigos previamente estabelecidos e fechados na sequência tradicional de decodificação de signos, mas enquanto a fruição do intervalo existente na interface entre sujeito e texto de modo reflexivo. Pelas considerações de Dosse (2017), baseado nas ideias apresentadas por Paul Ricoeur,

pensador que estabeleceu uma ponte entre a fenomenologia e o estruturalismo, aponta que a interpretação se compõe como uma condição metódica da explicação e “esse momento precede, acompanha, fecha e assim, envelopa a explicação” (DOSSE, 2017, p.106), por outro lado, a explicação serviria como uma passagem analítica para a compreensão, algo que vai além da capacidade cognitiva como sendo um movimento libertário da produção de sentido previsivelmente reconhecido. Por esse motivo que Ricoeur, mesmo sendo alvo de críticas por oferecer uma outra proposta epistemológica para o estruturalismo em interface com a fenomenologia<sup>100</sup>, traz à tona o reconhecimento do sujeito para a promoção e circulação do valor de sentido, algo que fora esquecido por várias áreas do conhecimento pela capacidade de reflexão:

Essa dialetização do explicar e do compreender leva Ricoeur a não recusar a pertinência do sujeito, que no estruturalismo é reduzido seja a um sujeito obstaculizado, inacessível a si mesmo, seja simplesmente ao não lugar de um processo sem sujeito. Ele não defende, contra isso, porém a prerrogativa de um *cogito* como ponto de partida intangível, em relação de imediatismo consigo mesmo. O sujeito, segundo Ricoeur, é o ponto de chegada, um sujeito reencontrado após o longo percurso sinuoso de apropriação dos ensinamentos da linguística, da análise literária, da sociologia, da antropologia e da história (DOSSE, 2017, p. 106).

Essas considerações dialogam com os propósitos apresentados por Jacques Rancière (2012) que oferecem outras reconfigurações do papel do sujeito no processo de apreciação, dos movimentos estéticos e também da comunicação. Para o autor, ao sujeito espectador não cabe mais o papel de mero decodificador de mensagens, mas um sujeito ativo e participativo na compreensão da estética como um movimento mais complexo associado à interação entre o objeto, o sujeito e demais considerações ao redor desse processo. Por essa condição que a concepção de Rancière não anula as considerações históricas e culturais para as compreensões dos discursos, o autor traz à tona a subjetividade e o reconhecimento do sujeito nesse processo<sup>101</sup>:

<sup>100</sup> Dosse apresenta, pela uma reflexão de Paul Ricoeur, que foi publicada na revista *Esprit*, de novembro de 1963, o que seria impossível a existência da hermenêutica sem o estruturalismo. Todavia, Dosse afirma que “esse ponto de vista metodológico deve articular-se com outras formas de compreensão, menos inspiradas pelo modelo linguístico e mais na linha do pensamento reflexivo, de uma retomada de sentido, portanto, de uma hermenêutica” (DOSSE, 2017, pp. 109-110).

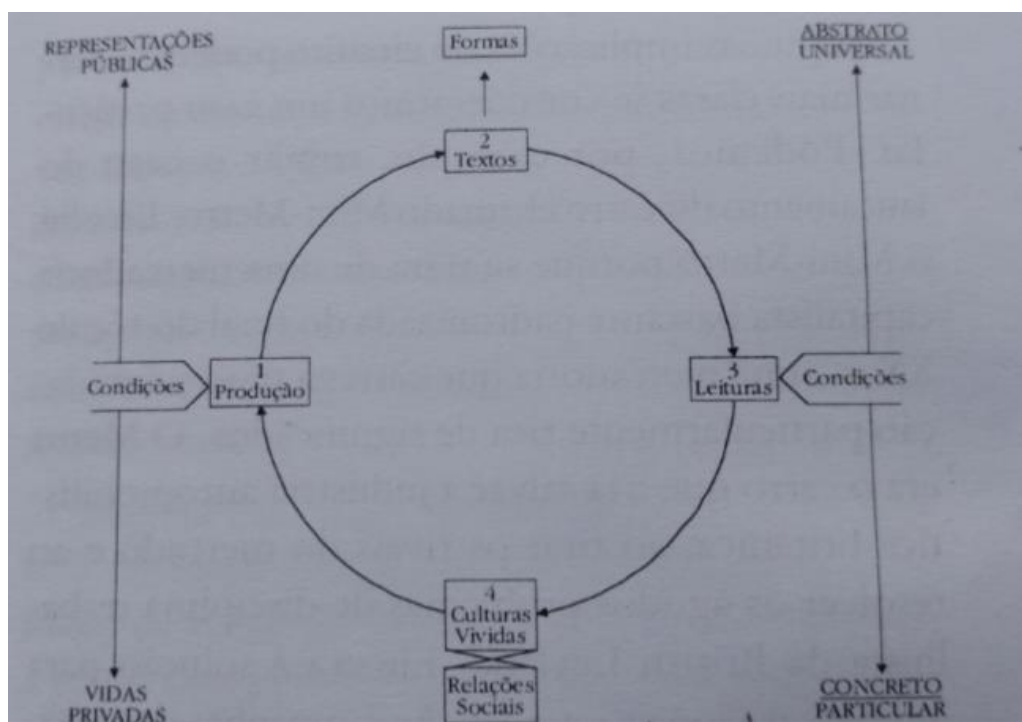
<sup>101</sup> “ (...) os enunciados e as formas de expressão dependem, sem dúvida, de sistemas de possíveis historicamente constituídos, sistemas esses que definem formas de visibilidade ou critérios de avaliação. Mas isso não quer dizer que quando saltamos de um sistema para outro a possibilidade do novo seja a impossibilidade do antigo. O regime estético da arte, por exemplo, é um sistema de possíveis que se constitui historicamente, mas que não abole o regime representativo anteriormente dominante. Num dado momento vários regimes podem coexistir e confundir-se nas próprias obras. ” (RANCIÈRE, 2010, p.58).



Ser espectador não significa uma condição passiva a ser transformada em ativa. É a nossa condição normal. Nós aprendemos e ensinamos, agimos e conhecemos, enquanto espectadores e, assim, associamos o tempo todo o que está sendo percebido com aquilo que já foi visto, já foi dito, já foi feito e já foi sonhado. Não há formas privilegiadas, como não há pontos de partida privilegiados (RANCIÈRE, 2012, p.18).

O quarto estágio do circuito estabelecido pelo autor é aquele em que se encontra a significação do processo da experiência de fruição em que o arcabouço desenvolvido pelas *culturas vividas em interface às relações sociais*, ou seja, esse estágio contempla tanto as produções culturais, bem como as leituras que serão realizadas e legítimas, assim, o entendimento e reconhecimento da cultura nos processos que fazem parte também da recepção em comunicação. O esquema abaixo ilustra os quatro estágios da realização do circuito idealizado por Johnson:

Figura 6 – Circuito de Cultura



Fonte: Johnson (2006, p.35).

Para o autor, a produção cultural é estabelecida por uma série de condições que são amparadas nas concepções estruturadas pelas representações públicas, ou seja, concepções de significação que já se encontram em circulação em condições distintas no âmbito social. O modo de entendimento de representações públicas apresentadas por Johnson se assemelha muito ao conceito de representações sociais desenvolvido por

Denise Jodelet. Para ela, as representações sociais são elaboradas de acordo com as relações que são estabelecidas no meio social por interferência da cultural, ou seja, pelas mediações sociais que são ocorridas enquanto um processo de produção de sentido que são ressignificadas de acordo com as dinâmicas culturais, promovendo também a produção de sentido. Isso não quer dizer que as representações sociais sejam significações atreladas em referência aos estereótipos, esses sim são calcados em representações tradicionais em que, muitas vezes, operam na fantasia de oferecer significações concretas de representações, sendo que atuam, na verdade, apenas no reforço de preconceitos e formas de poder de poder de significação. Assim, as representações sociais, para Jodelet:

(...) estão ligadas tanto a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado de conhecimentos científicos, quanto à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva dos indivíduos (...) representações sociais, enquanto sistemas de interpretação que regem a relação do indivíduo com o mundo e com os outros, que orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais (JODELET, 2001, pp. 21-22).

Essas pessoas são constituídas por referências culturais estabelecidas por outros paradigmas de sentido e que a apropriação desse material pela leitura, fruição ou consumo também oferecem bases para a constituição das representações sociais que são formadas para a significação. Além disso, há também as concepções de vidas privadas. O entendimento desse termo não se refere exclusivamente aos fatos que ocorrem no âmbito privado, mas aquilo que pode ser realizado enquanto práticas de um determinado grupo ou indivíduo:

(...) é sua particularidade e sua concretude que as assinalam como privadas. Elas se relacionam às experiências características de vida e às necessidades historicamente construídas de categorias sociais particulares. Elas não pretendem definir o mundo para aquelas pessoas que estão situadas em outros grupos sociais. Elas são limitadas, locais, modestas. Elas não aspiram à universalidade. Elas estão também profundamente imersas na interação social cotidiana (JOHNSON, 2006, pp. 43-44).

Pelas considerações de Johnson sobre circuito de cultura, Ana Carolina Escosteguy (2007) reconheceu as possibilidades de adaptação elaboradas pelo autor para estabelecer diálogos com os estudos de recepção dentro da perspectiva dos Estudos Culturais sob olhar latino-americano com as teorias desenvolvidas por Stuart Hall (2003) e Jesús Martín-Barbeiro (2003, 2004) quando esses autores levam em consideração as mediações que são realizadas pela comunicação na constituição da cultura. Com as considerações feitas pelas pontes estabelecidas pela autora, o circuito de cultura

idealizado por Johnson passa a ser considerado também como sendo circuito de comunicação.

Entre as interfaces encontradas nas teorias apresentadas e as propostas latino-americanas percebe-se a existência de diálogos encontrados com outras áreas do conhecimento, estabelecendo uma rede interdisciplinar, isto é, a ocorrência da diversidade de pontes com outros saberes; um dos pressupostos dos Estudos Culturais. Uma outra interseção é quanto o reconhecimento do próprio campo da comunicação enquanto práticas de pesquisa. Havia uma preocupação maior nas pesquisas do campo da comunicação em ter como objetivo central as tecnologias empreendidas nas mídias, bem como os discursos promovidos por essas. O que poderia criar uma visão nebulosa do campo da comunicação como tendo um “(...) enfoque fragmentado e esquemático do processo comunicativo e, por sua vez, uma compreensão limitada e reducionista da comunicação independente do viés teórico assumido” (ESCOSTEGUY, 2007, p.117). As contribuições dos estudos da comunicação também foram concebidas não apenas dentro de um universo generalizante das formas de compreensão, consumo e recepção dos textos midiáticos, mas, também, são levadas em considerações realidades mais particulares o que leva a compreender que os processos comunicacionais são ocorrem de modo previsível e idêntico em todos os públicos.

Enquanto procedimentos metodológicos, o circuito de cultura pensado por Johnson em interface à metodologia de Hall se encontra quando este estabelece o modelo de codificação/decodificação do discurso televisivo, mas que pode ser apropriado para as demais mídias existentes. Entre as suas colocações, Hall colocou em xeque o entendimento da recepção enquanto um sistema linear de recepção dos conteúdos midiáticos, questionando a influência exercida pelos discursos midiáticos como sendo manifestada de forma direta e objetiva pela sociedade. Com isso, o público receptor recebe destaque no processo comunicacional e deixa a condição de ser meramente um coadjuvante nesse processo, simplesmente absorvendo os conteúdos apresentados.

No modelo proposto por Hall, há de se reconhecer os textos da comunicação dentro de uma estrutura de consumo como sendo uma produção econômica na sociedade capitalista. Para além disso, no processo de codificação, Hall estabelece a existência de condições materiais e sociais dos produtores, ou seja, são inclusos os contextos sociais da produção dos textos midiáticos. Para isso, como codificação, o primeiro estágio em que se operacionaliza o circuito, o autor elenca algumas condições que oferecem alicerces para essa medida. Primeiramente, o reconhecimento das estruturas institucionais, onde

são construídas as identificações do reconhecimento das partes que operacionalizam o poder, identidade e *ethos*. A consideração dessa parte diagnostica as relações que são estabelecidas anteriores à produção da mensagem propriamente dita, reconhecendo os sujeitos enquanto atores sociais, o lugar que ocupam no seio da sociedade, bem como as práticas que constituem os hábitos e culturas institucionalizados como pertencentes aos códigos de identificação. Pelo estágio do reconhecimento das estruturas institucionais, torna-se elucidativo também a percepção do lugar que ocupam determinadas práticas, bem como a exclusão de atitudes e comportamentos que devem ser excluídos da cultura institucionalizada.

Na sequência, Hall pontua as rotinas de produção. Nessa etapa do modelo proposto por ele acontece a verificação das formas de produções dos textos midiáticos, o que inclui referências burocráticas para o exercício das atuações profissionais, bem como diagnósticos da audiência que seriam considerações acerca do reconhecimento das possíveis audiências, além da identificação da ideologia dos profissionais, isto é, as produções textuais também carregam estruturas ideológicas.

Em outro momento da significação dos textos midiáticos, Hall considera as condições materiais e sociais dos receptores, como decodificação. Ao contrário das primeiras epistemologias de interpretações sobre recepção que consideravam a absorção completa dos conteúdos de modo direto e objetivo, o autor considera que os movimentos de decodificação levam em consideração a autonomia relativa para a geração de sentido, ou seja, as produções textuais não são compreendidas de forma uniforme, tão pouco direta ou única. Como consequência dessa medida, Hall considera que esses sentidos, independentemente da qualidade de significação, adquirem valores sociais e movimentos políticos. Os movimentos políticos aos quais Hall se refere atendem pela participação dos atores sociais nas tramas da cultura e da sociedade, não compreendendo os movimentos como ações energéticas ou feições partidárias, mas como ações de promoção social. Assim, o processo comunicativo é compreendido como sendo para além da decodificação da ordem semântica dos signos e:

(...) as práticas de recepção não podem ser simplesmente vistas em termos comportamentais, mas são ordenadas por estruturas de compreensão, bem como produzidas por relações econômicas e sociais. Além disso, é no espaço da recepção que os textos em circulação adquirem valor social ou efetividade política (ESCOSTEGUY, 2007, pp. 125-126).

A recepção passa a ser compreendida não enquanto um fenômeno automático e que repercute no tecido social de modo espontâneo, previsível e direto, mas se prolonga

no tempo nas tramas que são elaboradas pelos interlocutores. E são por essas tramas que o sentido se encontra, nos intercâmbios de ideais, nas experiências de compreensão, nos modos de vida de cada sujeito ou grupo que vai de acordo com as mediações que são realizadas. Por essa perspectiva que para compreender a recepção não poderia se limitar no surgimento de ações comportamentais. A escolha dessa metodologia contempla também a posição ocupada pelo leitor dentro do processo comunicacional e as relações que são estabelecidas pelo contato com os textos e o sujeito, essa entidade composta pela subjetividade, história, valores morais que são levados em consideração para a apreciação da leitura. Por essa observação é que serão consideradas as reflexões sobre midiatização, uma forma de reverberar o fato em acontecimento, rompendo com o cotidiano e fazendo com que o processo de comunicativo não se encerre na codificação e decodificação de mensagens, mas o compreendendo como um circuito que avança à condição funcionalista e estabelece condições de afetos para a circulação e ressignificação dos conteúdos comunicacionais.

Por essas considerações que a midiatização é trazida à tona. A midiatização opera em outra esfera de atuação que não é de reconhecer a própria mídia como a centralidade dos seus discursos e práticas pela chave de pensamento funcionalista, mas enquanto uma marca na vida social. A perspectiva de análise nos processos de midiatização não se concentra na chave de entendimento de dominação e exploração prevista, principalmente, pelos estudos da Teoria Crítica. A midiatização é compreendida como uma série de mediações entre todos os participantes da produção do processo comunicacional que têm caráter simbólico, tecnológico, cultural e que pode ser edificado pela linguagem, legislações, subjetividades, cognição, além de uma série de outras mediações que estruturam as sociabilidades. Dessa forma que Muniz Sodré considera que a midiatização:

(...) é uma ordem de mediações socialmente realizadas – um tipo particular de interação, portanto, a que poderíamos chamar de tecnomediações – caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *médium*. Trata-se de um dispositivo cultural historicamente emergente no momento em que o processo da comunicação é a técnica e mercadologicamente redefinido pela informação, isto é, por um produto a serviço da lei estrutural do valor, também conhecida como capital (SODRÉ, 2006, p. 20-21).

Pelo olhar adotado do autor, a midiatização é considerada uma nova forma de compreender a vida. Ainda na esteira do seu pensamento, assim como foi Aristóteles desenvolveu na Antiguidade o conceito de *bios theoretikos* (sobre a vida contemplativa),

*bios politikos* (para expressar a vida política) e o *bios apolaustikos* (a vida prazerosa), Muniz acredita que a mídia seja o valor da vida contemporânea, mediada segundo a tecnologia e permanente no seio social enquanto práticas e discursos, por isso a denominação dele de *bios midiático*, um conceito pareado ao da midiatização. Segundo o autor, a presença da mídia no cotidiano de sujeitos ou grupos desenvolve valores de *ethos* para ações rotineiras e da cultura:

Partindo-se da classificação aristotélica, a midiatização ser pensada como tecnologia de sociabilidade ou um novo *bios*, uma espécie de *quarto âmbito* existencial, onde predomina (muito pouco aristotelicamente) a esfera dos negócios, com uma qualificação cultural própria (a “tecnocultura”). O que já se fazia presente, por meio da mídia tradicional e do mercado, no *ethos* abrangente do consumo, consolida-se hoje com novas propriedades por meio da técnica digital (SODRÉ, 2011, p. 25).

O paralelo estabelecido entre a metodologia proposta por Johnson e os conceitos de midiatização encontra-se na intenção de reconhecer as interações e mediações que são arquitetadas e que originam elementos culturais “e a cultura na sociedade midiatizada tem na comunicação um elemento estruturante; não na perspectiva de um agendamento cego de pautas sociais, mas como dimensão contemporânea da esfera pública” (BARROS, 2012, p. 85). Em pensamento semelhante, Fausto Neto (2008) acredita que a cultura midiática constrói formas discursivas e sociais e estabelece a criação de áreas de afetação em vários setores da sociedade, o que contempla também as mudanças tecnológicas e a interferência nas sociabilidades e formas de comunicação.

Na perspectiva apresentada por Braga (2008), as midiatizações buscam estudar não as lógicas da produção das práticas midiáticas como sendo inexoráveis, mas compreender as “experiências sociais da produção de circuitos e de dispositivos interacionais para, através das percepções aí obtidas, identificar os riscos, os desafios, as potencialidades e os direcionamentos preferenciais” (p.50), ou seja, a comunicação está para além da concepção do trânsito de informação de um ponto a outro, mas está envolvida com aspectos afetivos e culturais e, também, nas mediações que os sujeitos elaboram. Como apresentou Martin-Barbero (2003), ao afirmar que a comunicação é mais que meios, mas está mais envolvida com as mediações. As mediações nesse caso estruturam subjetividades, códigos culturais e modos de percepção não apenas para decodificar mensagens midiáticas, mas para compreender as relações com que os sujeitos percebem os acontecimentos e também tecem a própria história. Da mesma forma que as subjetividades também estruturam *ethos* e códigos culturais.

Essas considerações são importantes para legitimar os objetos empíricos escolhidos e os posicionamentos teórico-metodológicos. Os objetos empíricos dessa pesquisa tornam-se mediados enquanto acontecimento, seja pela circulação e reverberação que tiveram, seja porque o assunto também apresenta grandes sinais de circulação e podem apresentar conteúdos perversos. Para isso, a pesquisa se debruça sobre os objetos propostos na introdução: as capas da revista *Veja*, de edições de 2014 a 2017, totalizando 53 capas selecionadas de modo aleatório. O período escolhido diz respeito às movimentações da eleição presidencial, o primeiro ano da posse de Dilma Rousseff, a conclusão do *impeachment*, a assunção de Michel Temer ao executivo nacional e as consequências dessas movimentações. A intenção de selecionar capas é justamente porque essa parte da publicação tem maior visibilidade na nos primeiros movimentos de interface com os interlocutores e por resumir de modo mais consistente os conteúdos da edição. A partir das leituras dos participantes foi possível analisar como houve a promoção de discursos que muitas vezes careciam de pensamento político e que foram suscitados pelos contextos que prezavam pelo *impeachment*, contexto esse que não é vindo apenas das práticas midiáticas, mas também de signos culturais daquele momento.

### **11. 1 Participantes da pesquisa**

Para reconhecer o circuito de comunicação e cultura pela circulação de perversões, esse projeto organizou grupos de pessoas anônimas de Londrina (Paraná), cidade de aproximadamente 500 mil habitantes, localizada ao norte do estado. A escolha desses grupos se deve à proximidade do pesquisador com a cidade. Não houve critérios delimitados para conceber o universo de participantes para pesquisa, indo ao encontro do pensamento de Arendt ao acreditar que o mal não se encontra em determinados setores sociais, mas de modo rasteiro, silencioso, em pessoas convencionais enquanto sintoma da ausência de reflexão. A coleta de informações foi encerrada até o chamado ponto de saturação, ou seja, a quantidade de pessoas que repetiriam considerações iguais ou semelhantes sobre os temas abordados na pesquisa, como aponta Daniel Bertaux:

la saturation est le phénomène par lequel passe un certain nombre d'entretiens (...) le chercheur ou l'équipe a l'impression de plus rien apprendre de nouveau, du moins en ce qui concerne l'objet (...) de l'enquête (...) et, je n'y ajouterai ici qu'une précision essentielle: le chercheur ne peut être assuré d'avoir atteint la saturation que dans la mesure où il a consciemment cherché à diversifier au maximum ses informateurs (BERTAUX, 1980, pp. 205-207).

A seleção dos participantes foi por convocação que também pode contar com o auxílio de colegas que me indicaram pessoas que estariam dispostas a colaborar com a pesquisa. A obtenção dos dados a seguir foi por meio de questionário a que os participantes responderam sobre o perfil socioeconômico, conhecimento sobre os conceitos que regem a pesquisa e hábitos de leitura. As entrevistas foram realizadas de 10 de fevereiro a 02 de março de 2018, esse momento de realização acontece porque teria de haver um tempo necessário para que os interlocutores pudessem sintetizar os acontecimentos no cenário político.

Os participantes receberam os arquivos por e-mail de capas da revista *Veja* de 2014 a 2017, a escolha desse período acontece devido à grande publicação de capas destinadas a investigar os desvios de verba de suposto esquemas de corrupção, além da intensa publicação também de conteúdos sobre o PT e seus integrantes, incluindo Dilma Rousseff e Lula.

Quadro 1 – Perfil dos participantes

<b>Identificação</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Profissão</b>	<b>Estado civil</b>
(A)	49	F	Superior Incompleto	Artista plástica	Casada
(B)	66	F	Superior Completo	Cozinheira/aposentada	Viúva
(C)	28	M	Ensino médio completo	Serviços gerais	Solteiro
(D)	30	F	Superior completo	Supervisora de atendimento em call-center	Casada
(E)	57	F	Pós-graduação	Empresária	Casada
(F)	41	M	Superior Completo	Veterinário/empresário	Casado
(G)	33	M	Superior Completo	Designer	Solteiro
(H)	32	M	Superior Completo	Funcionário público municipal	Solteiro

Fonte: Autor

A renda familiar dos participantes varia de R\$ 2 mil a R\$ 20mil, o que confere que todos os participantes não se encontram em diálogo com a pobreza extrema ou em condição de vulnerabilidade econômica. Entre os participantes, apenas (B), (D) e (E) exercem a maternidade, nenhum dos entrevistados é pai. É importante frisar que a



elaboração desses conceitos é sobre o entendimento deles acerca dos termos, não sendo questionado se tal conceito estaria correto ou incorreto de acordo com qualquer posicionamento teórico. O conteúdo apresentado foi transcrito do questionário respondido pelos participantes, preservando, inclusive, deslizes ortográficos e concordância verbo-nominal.

Quadro 2 – Conceitos-chave

<b>Participante</b>	<b>Descreva o conhecimento sobre perversão</b>	<b>Descreva o conhecimento sobre política</b>
(A)	Comportamentos menores: traição, crueldade, crueldade com animais; psicopatias; inveja, cinismo, fantasia, etc.	Nesse momento a política é a arte de enganar as pessoas
(B)	À primeira vista, soa como uma coisa ruim-perversa-mau	Tento entender a política, mas ela anda a cada minuto ao bel-prazer dos seus políticos e ideiais.
(C)	Perverso coisas que não está no habito do dia a dia.	Não gosto muito de política
(D)	Acredito que perversão é tudo aquilo que constrange o outro, de forma que ele não possa se defender e quanto pode não o faz, tamanha vergonha	Todos são politizados, mesmo que não curtem, precisam ser. O mundo gira em torno de um banco de favores, não existe somente direita e esquerda, existe necessidades, prioridades e interesses.
(E)	Perversões para mim são ações violentas e más com intenções de persuadir e alterar comportamento de indivíduos.	Todo ser humano é político. Na nossa vida, somos políticos na interação com nossos pares, seja no trabalho, na família, na vida em sociedade. Conheço também a política partidária que é necessária para a governabilidade do país.
(F)	Conceito psicológico, associado por indivíduos que sofreram algum desvio psicológico	(Não respondeu)
(G)	Ato de ser ruim a outra pessoa, sem seu consentimento	Raso, não aprofundado

(H)	Perversões são atos ou atitudes sexuais fora da normalidade, que poderá dispor de formas sexuais diferente ou mais intensas como, por exemplo, o sexo em público, talvez, uma forma mais liberta de se relacionar sexualmente sem pudores	Política é a ciência ou ato de governar grupos/comunidades que é capaz de interferir de forma positiva ou negativa na vida das pessoas.
-----	---	---

Fonte: Autor

Entre esses entrevistados, a perversão compreende como algo nocivo à sociedade, associada a comportamentos cruéis, violentas ou más, além de estar associada também a questões psicológico, uma espécie de desvio. A compreensão de perversão ficou muito semelhante à atribuída ainda no final do século XIX até a primeira metade do século XX quando essas eram associadas a comportamentos que seriam considerados repugnantes. No imaginário coletivo, perversão ou comportamentos perversos estão associados a distúrbios, uma representação que persiste enquanto uma força de sentido devido aos valores culturais associados a esse conceito.

Sobre política, apenas a participante (D) a concebeu como algo para a vida em sociedade, além de ser também uma questão partidária para governar. A política sendo interpretada como algo feito para *enganar*, um *jogo de interesses* ou algo que gira *em torno de favores* ou que é algo que não desperta interesse abre caminhos para duas concepções que se complementam. O primeiro deles é a descrença nas movimentações políticas enquanto representatividade, os caminhos que foram traçados para a atuação partidária, muitas vezes, enveredaram para movimentos nebulosos e corruptos. Por outro lado, o efeito dessa descrença fortalece comportamentos letárgicos e ausentes de reflexão que podem ser prósperos para o desenvolvimento de movimentos perversos. Compreender política, como veremos a seguir, é estabelecer contato com a vida pública e na intenção de projeção do bem-estar comum, mesmo na existência de adversidades e posicionamentos divergentes. A intenção de analisar as respostas do questionário, bem como as percepções sobre as capas, não é de menosprezar ou ridicularizar os posicionamentos apresentados; esses discursos são sintomas das mediações realizadas por esses sujeitos que podem ser sintomas também de ausência de reflexão para o fomento de práticas perversas.

Uma outra pergunta do questionário era sobre a existência de relação entre comunicação, nas vertentes do jornalismo e da publicidade, na intenção de promover

cultura e perversão. Ou seja, a intenção desse questionamento foi de perceber se os participantes conseguiam visualizar se a comunicação, em especial as práticas de jornalismo e publicidade, teria a força de promover discursos para a formação de culturas perversas. E os posicionamentos foram os seguintes:

Quadro 3 – Relação entre comunicação e perversão

<b>Participante</b>	<b>Descreva se há relação entre comunicação/jornalismo/publicidade, perversão e cultura</b>
(A)	Sim, existe; mas não consigo descrever
(B)	Existe e muito. Hoje a comunicação é rápida e nos chega no minuto ocorrido. Então, as coisas são expostas e rapidamente as pessoas assimilam ideias.
(C)	Não sei falar sobre isso
(D)	Sim há relação, pois há muita liberdade, pouca interpretação ou muita má interpretação, “elas” estão mais preocupadas com o que os outros vão achar ao invés de preocupar-se com a causa raiz.
(E)	Como consumidora, eu penso que a mídia pode atuar para manter o sistema perverso existente como também para criar novos. Muitas vezes, ela [mídia] age de forma parcial a favor dos poderosos e do capitalismo
(F)	A relação está diretamente ligada para a cultura sexual, porém a perversão está fora de controle, devido ao psicológico individual.
(G)	Acredito que caiba tudo em comunicação, até perversão. E até a ideia de perversão vai encontrar formas diferentes dentro de cada cultura.
(H)	Creio que há relação do jornalismo/comunicação com tudo que nos cerca, ele é responsável por transmitir coisas que muitas vezes estão distantes de nós ou desconhecemos. A perversão eu vejo como uma forma de ser livre de liberdade, ser o que se é e fazer o que tem vontade. Vejo que isso é extremamente importante para as pessoas que são muito limitadas ao seu modo de vida. Às vezes ser pervertido pode ser liberador.

Fonte: Autor

Como as observações e concepções sobre o conceito de perversão foram individuais sobre aquilo que os participantes compreendem com perversão, alguns posicionamentos são não muito claros, com as respostas dos participantes (D) e (F), muito embora esses tendem às questões da sexualidade, é pertinente observar que os participantes pontuaram o termo associado à *muita liberdade* ou *fora de controle*. Mesmo não conseguindo significar a atuação perversa dentro dessa relação, os participantes acreditam que haja sistemas que permitam o surgimento e a ocorrência de signos

perversos pela mídia. Além disso, aos olhos dos participantes há a percepção de que existe a relação, entretanto, não há o esclarecimento sobre como são estruturadas essas relações. Um posicionamento que chamo a atenção é o da participante (E) que percebe que há interesses por parte da mídia na intenção de cultivar ou até mesmo desenvolver novos signos perversos como cultura. Por essa perspectiva, há a presença de um ponto primordial que fomenta a moral perversa que é a existência da montagem que foi apresentada anteriormente como sendo a necessidade da criação da realidade como a permanência do gozo e outro. A montagem discursiva da mídia é sintoma da cultura perversa de menosprezo do espaço público de discussão, além disso, a montagem dessa qualidade pode ser compreendida como uma relação sintomática com os desejos dos sujeitos, ao menos, entre a maioria dos participantes da pesquisa que preza pelo desaparecimento de determinados grupos ou sujeitos do cenário político-partidário, obscurecendo também as possibilidades de visibilidade desses grupos ou sujeitos afetados e as condições de diálogo político. Essa consideração leva a crer que pode haver a existência de discursos perversos nas práticas midiáticas, todavia, por outro lado, há também a participação da sociedade na promoção desses discursos pelos afetos que são arquitetados. A parte que segue nessa tese apresenta os pontos considerados mais importante dos depoimentos apresentados pelos participantes acerca da concepção sobre as capas das revistas e o entendimento deles sobre o episódio do *impeachment*.

## 12- A experiência estética da política pelas capas da *Veja*

A opção das capas tornou-se frutífera justamente porque a sua leitura pode ser imediata e atrativa. Ler os discursos verbais não é exatamente a mesma operação de ler imagens, há particularidades na recepção que faz com que haja distinções. Mesmo reconhecendo as possibilidades diversas de consumo entre os dois discursos, a intenção dessa pesquisa não é de estabelecer as diferenciações, até porque, como apresentado na metodologia do circuito de Johnson, o texto não é fundamental para essa análise. Entretanto, no posicionamento de Silva (2011), o recurso das capas é utilizado pelas revistas porque:

(...) pretendem trazer o mais importante da semana, exercendo os cortes das edições de acordo com os próprios critérios, a capa pretende propagandear a revista por meio do que é mais atrativo entre o que é mais relevante. Busca seduzir o leitor, trazer seu olhar e seu interesse. Capas e imagens apostam no olhar fragmentado. Oferecem um sentido que vem ao encontro da organização do mundo em que vivemos: ritmo, aparência e fragmento. Organiza o tempo, que é um “ao mesmo tempo”. As capas compõem a imagem do próprio meio de comunicação (...) são imagens sintéticas, tratam de um tempo condensado, formado por meio de fragmentos, contando com uma leitura rápida. A síntese, no caso, é o que se elege como fundamental na forma do instantâneo. Para isso, são utilizados códigos que reiteram significados tradicionais e que não deixam ver a historicidade dos signos, na medida em que o tempo de uma imagem sintética é não apenas rápido, é o tempo do presente, é a simultaneidade. (SILVA, 2011, p.14-15)

O modo da autora compreender as capas das publicações não se encontra exclusivamente na concepção dos signos imagéticos e semióticos, mas também enquanto sintoma do tempo em que se encontra. Os signos contidos nessa composição estão entrelaçados nas propostas históricas dos contextos e também nas tramas culturais do momento vivido. Para além dessa concepção que explicaria o motivo das formações discursivas, a pesquisa também acredita que os conteúdos midiáticos veiculados também vão ao encontro dos desejos da sociedade enquanto uma força de desejo. O que isso quer dizer? Mesmo com a ocorrência de discursos de poder que prezam pela hegemonia de determinadas práticas, há também o afeto e mediações realizados pelos interlocutores para a circulação desses discursos. Obviamente que sempre haverá resistência e diferentes modos de realizar a recepção desses discursos, mas, se há essa possibilidade de formação discursiva é porque ela é sintoma dos contextos e dos afetos que são suscitados.

Além dessas concepções, essa parte da pesquisa pretende reconhecer no discurso dos participantes pontes entre os pressupostos da formação de práticas perversas,

discursos que podem não ser exatamente perversos, mas prósperos para essa evolução e, também, com a possibilidade de degradação do espaço político, desenvolvido por Arendt. Conforme apresentado, a experiência estética é a interface realizada entre o sujeito e o objeto, e através dessa relação, os participantes puderam expor suas considerações acerca das representações imagéticas e dos assuntos referentes às temáticas sobre a política brasileira, tendo como recorte o *impeachment* por que passou a presidente Dilma Rousseff. Um ponto crucial entre todos os participantes da pesquisa foi a necessidade da realização do *impeachment*, ou seja, com exceção do participante (G) que desde as primeiras movimentações da possibilidade de *impeachment* se posicionou contrário, todos concordaram com a ocorrência do processo a despeito de acreditar também que foi um procedimento *agressivo* ou até mesmo *sujo e manipulado*. O primeiro questionamento a ser feito foi justamente esse: como algo que pode ser *sujo, manipulado* ou feito por *poderosos para tirar a Dilma* pode ser algo aceito dentro do espaço político, concebendo a política na chave de compreensão arendtiana da discussão da polis em nome do bem-estar comum? A concepção dos interlocutores de acreditar que dentro do campo da política todas as movimentações, independentemente da qualidade moral ou ética, podem ser executadas é sintoma dos discursos midiáticos que contextualizam a necessidade do *impeachment*. Fundamentar a proposta do impedimento de uma chefe de estado por caminhos débeis de moralidade poderá render frutos e ações perversas no espaço social, uma vez que a discussão pública não permeia mais a intenção da coletividade, mas os gostos, interesses e paixões narcísicos e individuais. Mais uma vez, trazendo o posicionamento de Mannoni sobre “eu sei, mas” para expressar a moral perversa, os participantes, ao qualificarem o *impeachment* sob esse viés, também renegam a qualidade democrática e política e ratificam movimentos perversos no espaço político.

Essas considerações não foram obtidas apenas pela estética das capas da revista, mas pela vivência que tiveram naquele período e pela experiência de vida para reconhecer a legitimidade do processo. Não raro os participantes trouxeram durante as participações outras leituras de outros canais de comunicação e também as conversas com amigos, familiares ou ambiente de trabalho para ratificar os posicionamentos. Os participantes (C) se arrependera de ter sido a favor da realização do *impeachment*. O participante (H) não exatamente se arrependeu, mas pondera os resultados das manifestações, o posicionamento dele será acompanhado no decorrer da pesquisa. O participante (C) acreditou na possibilidade de mudança com uma mulher na presidência, entretanto, no

decorrer dos anos percebeu as denúncias, foi a favor da saída de Dilma, mas, atualmente revê os seus próprios pensamentos e atitudes:

A primeira vez que a Dilma foi eleita, eu votei nela, queria que fosse uma mulher. Na segunda vez, já não votei em ninguém, anulei o voto. Naqueles dias de *impeachment* eu queria que ela saísse, era muita roubalheira. Muita coisa, corrupção. Depois que aconteceu, eu arrependi porque piorou/ Ok. Hoje você seria a favor do *impeachment*?/ Não.

O participante (H) não se arrependeu totalmente de ser a favor do *impeachment* realizado. Ele, que chegou a participar de uma manifestação pública contra a corrupção, acredita que sua presença nesses atos foi contra a corrupção e contra a atuação do PT no governo. O participante se coloca como sendo mais de posicionamentos de esquerda, votou na primeira eleição de Dilma Rousseff e em 2014 votou em Luciana Genro, candidata do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), fortemente ligado a posicionamentos de esquerda, todavia, ele acredita que assuntos sobre mercado financeiro e política econômica deveriam ser mais liberais. Acerca da saída da presidente, ele apresenta que houve interesse de determinados grupos por esse fato e também houve a colaboração de veículos de comunicação para a concretização do processo de impedimento:

Hoje eu acho que não era um motivo ter saído [Dilma Rousseff da presidência]. Eu era a favor [do *impeachment*], motivado pelas pessoas, pela necessidade de mudança. Pela situação que cada um vive (silêncio) por uma rebeldia. Eu li o motivo todo. O real motivo do *impeachment*, as pedaladas, calhou com várias denúncias do PT. Votei na Dilma, não na reeleição dela. Votei para Luciana Genro e votei no deputado do Psol. Tenho posicionamento de esquerda, mas não sei te dizer economicamente se sou socialista, acho que o mercado deve ser liberal. O socialismo é utópico. Acho que deveria criar outra forma de gestão (...). Acho tão importante a finalização do mandato e o *impeachment* é algo super sério. Só que era do interesse dos deputados a saída [de Dilma Rousseff]. Nessa época eu não era favorável [à permanência de Dilma].

Como possibilidade de mudar, o participante considera que apoiou o movimento de saída da presidente por vários motivos: alguns dos seus amigos apoiaram e a participação da mídia no fomento do processo que, segundo ele, prezava por mudanças “[o *impeachment*] pela mídia que foi intensamente motivado por mudanças, o Brasil iria mudar. Talvez vai entrar Michel Temer, talvez consiga. Com Dilma estava muito ruim”. Do ponto de vista da comunicação é importante analisar que a opinião dele tem base nas relações sociais que o circula, isso não necessariamente oferece base para acreditar que o sujeito seja influenciável, mas certamente aponta para considerar que os afetos, interfaces e relações que estão presentes na vida de qualquer sujeito.

No momento da pesquisa, o participante reconhece que foi um ato muito agressivo à sociedade a organização do *impeachment*, mas também afirma que ter sido a favor do processo em 2015 foi por conta da aversão que tinha pelo PT. Para ele “Governo é PT<sup>102</sup>”, uma vez que por grande parte de sua vida o Brasil foi governado por petistas, e reconheceu no partido uma série de acusações de corrupção. Essa situação, para ele, foi propícia para o desenvolvimento daquilo que ele chamou de “aversão ao PT”, e a *Veja* também contribuiu para a formação desse sentimento. “Houve preconceito contra o PT e fui me manifestar contra a corrupção. Você acreditava que era contra a corrupção, seja lá o que for. Julga-se a legalidade. A população pedia a saída do PT, *PT é corrupção*. Outros partidos também” (grifo nosso). Mesmo reconhecendo a possibilidade de corrupção entre outros partidos, coube aos políticos do PT a equiparação com sinônimo de corrupção, sintoma que a aversão foi mais canalizada às ilicitudes de um partido. “A raiva que você tem de Dilma vai para o PT”.

Sobre a condição do *impeachment* ter sido motivado por uma questão de gênero, o participante acredita que não houve relação. Como pontuado anteriormente, ele já foi eleitor de Dilma e eleitor de outras mulheres na política, além de admirar a participação feminina em eleições. Para ele, o processo não foi motivado por essa questão e não considera o processo como perverso, entretanto, em alguns momentos ele classifica que foi agressivo à figura da presidente que, para ele, a viu sozinha e desemparada.

Eu acho que penso nela como injustiçada. Não sei exatamente, não sei...nao sei [não sabe se foi exatamente perverso]... Grosseiro? Ruim? Às vezes, eu acho que sim. Talvez não seja o motivo. Não foi perverso. Sabe de tudo que pode vir. Sabe as cobras que estão lidando.

Ele acredita que o uso do *impeachment* foi excessivo pelo fato de ter recorrido ao uso das pedaladas fiscais. Mesmo reconhecendo que pode ser enquadrado como crime de responsabilidade fiscal, a medida foi desproporcional para a circunstância. O participante também não tem convicção se Dilma Rousseff seria uma criminosa, justamente pelo fato de achar desproporcional a medida de afastamento e, ao mesmo tempo, acredita que “quem cometeu um crime é criminoso”:

Talvez com ela foi perverso [*o impeachment*]. Acho que ela ficou muito sozinha. Foi todo mundo contra ela. Para ela foi muito triste. Eu a vejo como uma mulher forte, apesar do denunciamento (sic). Não tenho ódio da Dilma,

---

<sup>102</sup> A afirmação do participante refere-se que quando começou a ter noção de política, a presidência foi exercida por governo petista.



eu a via nela como desonesta. Minha mãe é forte como a Dilma. Fiz minha opinião através de diversas formas: conversas (família toda a favor, amigos) Globo News, nesse momento, influenciou. A gente vê a Globo: ‘é crime, é crime’ assim. (...) eu não sei ao certo se me arrependi. Não era para tanto. Eu tenho ..., mas, é crime. (...) Não me arrependo.

O participante apresenta afirmações cambaleantes e imprecisas, entretanto, ele mesmo faz a seguinte afirmação sobre o período em que ocorreu o processo: “*Eu não tinha questionamentos. Motivado pela comoção contra o PT. (...) mas também não me arrependo*” (grifo nosso). Esse posicionamento evidencia que no espaço público há a presença da paixão de modo que não contribui para o debate da política. A paixão, nesse caso, não pode ser interpretada como a libido que motiva o desejo e torna-se combustível para a ação, mas como o pensamento que, como o próprio participante apresenta, origem de algo que futuramente pode ser questionado. Além disso, se formos trazer o pensamento de Fromm sobre as práticas coletivas, o fato de que todos agirem de modo homogêneo e hegemônico não quer dizer que essa sociedade seja saudável, ao contrário, as manifestações massivas de ódio podem ser sintomas agudos da doença social causada pela abstenção de refletir enquanto ação política.

O posicionamento do participante não é exceção após todo o processo de impedimento, justamente porque os casos de corrupção, envolvendo políticos não apenas do PT, não cessaram. Certamente como ele, houve outras pessoas crentes que as manifestações públicas eram contra a corrupção, ainda mais com o desânimo com as práticas adotadas pelo governo sucessório de Michel Temer. A própria fala do participante é sintomática para a ocorrência de respostas muitas vezes imprecisas ou moventes: a ausência de questionamentos e a motivação alimentada por paixão.

Os demais participantes concordaram com a legitimidade do processo, bem como também concordaram com o modo como foi realizado. A participante (B) relata o seu modo de ver o processo de impedimento de Dilma Rousseff:

Não acho que foi golpe. Foi *impeachment*. A mídia colaborou para tudo isso. O *impeachment* foi organizado pelos poderosos de Brasília e por gente que queria a Dilma fora; foi tudo manipulado./ Então, o que você tem a me dizer sobre o processo como um todo? Foi necessário. Ela fazia muita coisa ruim./ Então, o fato de ser manipulado e ter arquitetado pelos poderosos de Brasília, como você mesma disse isso justifica a ocorrência do *impeachment*?/ Sim, precisava dar um rumo com a política.

Esse posicionamento apresenta, de outra forma, a questão da paixão em cena no espaço público sem a reflexão necessária para impedir algo mais agressivo ainda na condição política. Como algo que é considerado como *manipulado* pode ser útil em *dar*

*um rumo à política* pode ser útil e justificável no espaço político, sendo que, conforme apresentado, a política é agir junto pela visibilidade? E, mais uma vez, a moral perversa se faz presente na renegação da ordem do espaço político. Valores como manipulação não deveria constar nas discussões públicas para *dar um rumo à política*. Esse movimento não deixa de ser uma montagem, uma vez que compõe saídas para a aniquilação do debate em nome das paixões.

O participante (F) acredita que “a política brasileira fere os direitos sociais e econômicos, ao invés de governar para o povo”. Ele também acredita que a imagem dos políticos brasileiros está desgastada e essa situação transparece nas práticas corruptas. Ele também acredita que houve participação da imprensa no aceleração do processo, não apenas da *Veja*, mas de muitos veículos de comunicação. Para ele, “o processo foi sujo, muito sujo”, e que mais cedo ou mais tarde aconteceria devido aos escândalos de corrupção:

*O impeachment* foi sujo, muito sujo. A mídia, a imprensa mostrou a verdade. Tinha muita coisa ruim no governo e foi comprovado isso. O *impeachment* ira acontecer por causa disso. (...) O *impeachment* foi mais político, eles que mais quiseram fazer. (...) [O *impeachment*] Foi legítimo, precisava fazer (...)

Para ele, o *impeachment* demorou para acontecer, mas demorou não por conta da participação popular, mas por conta dos políticos envolvidos e pela lentidão da democracia. O participante acredita que o processo não foi pensando para a sociedade, mas como uma forma de autopromoção dos políticos envolvidos para as próximas eleições, mais um sinal de montagem no espaço público:

Demorou para acontecer, demorou para o povo abrir o olho, os políticos que querem fazer autopromoção para próxima eleição (...) articulação política. (...) foi feito um esquema. (...) necessário, porém sujo. A população ficou meio à parte. Necessário por que o povo precisaria saber do que estava acontecendo. (...) Para mim, a *Veja* mostrou a verdade. (...) A *Veja* contribuiu para que o *impeachment* acontecesse. Não só a *Veja*. Eles expuseram a verdade. A mídia é um mar de tubarão quem pegar a fatia maior vai ter mais credibilidade. Expondo os podres.

A imprudência do participante acontece quando ele pontua que a revista apresenta a verdade, sem considerar o que poderia ser verdade, além de considerar o processo como sendo “sujo e necessário”. Assim, como apresentado anteriormente, como a arquitetura desses valores desliza sobre códigos morais e ainda pode ser conjugada na ação política? Ele também aborda sobre as manifestações que ocorreram contra a corrupção. O

participante acredita que estas foram efetivamente promovidas para combater a corrupção e que hoje não se encontram mais em atividade porque “não surtiu o efeito esperado. O povo cansou de se manifestar”. A intenção de promover o processo de *impeachment* da forma como o participante sugeriu trouxe como sintoma articulações e movimentações dentro do cenário político partidário que, para ele, foram consideradas manipuladas, mesmo assim, ele acredita que as manifestações são legítimas e necessárias para aquele momento, mais um sinal de subversão do espaço político em função de aspectos perversos, conforme apresentaram Sibony e Szpacenkopf. Obviamente que a ocorrência das manifestações deve ser considerada legítima em se tratando do espaço público e político da democracia, o que torna o pensamento da participante de certa forma nebuloso é de legitimar essa ocorrência nem a percebendo como fruto de articulações obscuras.

O ponto de acreditar na legitimidade do *impeachment* foi também abordado pela participante (A). Para ela, assim que Dilma assumiu o posto do executivo nacional na reeleição, a presidente visivelmente “não tinha condições de governar o país”. A participante (A), assim como o participante (F), considerou o processo de impedimento da presidente não foi golpe, como foi apontado por alguns segmentos sociais. A incompetência de Dilma, a inabilidade de formação de apoio no Congresso Nacional e a insatisfação da população quanto ao governo para os participantes seriam condições suficientes para começar o processo de impedimento, a despeito de não haver esses pontos para legitimação legal e jurídica. Quanto à participação da revista de fomentar a necessidade do *impeachment*, a participante (A) acredita que os meios de comunicação não tiveram parcela de responsabilidade:

A Dilma não tinha condições nenhuma, outros exemplos de líderes mulheres tinham mais condições. Não foi pelas capas que tirei a conclusão que não gosto do PT (...) A revista mostrou o que estava acontecendo, uma verdade. É uma face do que estava acontecendo (...) Eu não leio a revista Veja (...) a gente vai vivendo vendo outras coisas e você tira as suas próprias conclusões (...) as verdades que a *Veja* mostrou se justifica a necessidade de *impeachment*

Por essa passagem, é possível reconhecer o valor de outras mediações que os sujeitos realizam para estabelecer movimentos de consumo e recepção e o fato da revista *apresentar uma verdade*, quer dizer, ao ponto de vista da participante, afinidade entre suas mediações e o discurso da publicação. É importante considerar que o sentido de verdade apresentado pelos participantes (A) e (F) corroboram com o posicionamento da revista, ou seja, mesmo não sendo consumidores de *Veja* houve a criação de afetos

narcísicos para afetos, conforme apresentado por Lacan. Esse caso, o narcisismo foi condição legitimatória para ser compartilhado enquanto ação política.

Mesmo não sendo consumidora da revista, que se posicionou fortemente contra o Partido dos Trabalhadores, a participante (A) apresenta sintonia com as propostas discursivas da revista e como a revista precisa ser vendida para que possa se manter, a publicação apresentou uma verdade que, segundo ela, é verdadeira porque expressa o descontentamento da população com o governo Dilma. Além disso, a participante reconhece a insatisfação política da presidente de modo muito simples, acreditando que:

(...) Dilma não tinha condição de tocar esse país pra frente, não teve um discurso dela que não justificasse ela no poder (...) a revista mostrou um fato, as pessoas estavam insatisfeitas e isso justifica as capas, mas a revista sempre malhou [governo] independente de quem estava no poder (...) se você for ver aquelas capas era exatamente aquilo que estava acontecendo na rua (...) não acredito que a publicidade, não foram as capas da *Veja* fez contra o PT tenha levado a Dilma a cair. A *Veja* não tem nenhum papel nisso, apesar de saber que as imagens são muito fortes. Desde que a Dilma entrou no palácio pela segunda vez, as pessoas estavam insatisfeitas. Era fácil ver isso pelo dia a dia. Cadê o dinheiro? Imposto subindo, gasolina subindo (...) percebi isso pelas pessoas que conversei, pelos amigos que conversei, vc sai na rua e vai percebendo isso, no ônibus (...) os meios de comunicação não tiveram nenhuma parcela, foram as pessoas que fizeram, alguns não tinham nem comida no prato.

Por essa passagem, a construção do pensamento dela também é feita pelas mediações dos seus espaços de convivência como, por exemplo, com seus amigos. Esses processos, identificado por Martín-Barbero como sendo mediações, não apresentam os meios de comunicação como fonte centralizadora da opinião pública, a despeito de promover tal fenômeno com muita intensidade, mas reconhece outras interfaces para a formação discursiva de sujeitos e grupos. Para o autor, a mediação “significava que entre estímulo e resposta há um espesso espaço de crenças, costumes, sonhos, medos, tudo o que configura a cultura cotidiana” (MARTÍN-BARBERO, 2000, p. 154), algo muito semelhante ao processo de leitura elaborado por Johnson em que há a necessidade de considerar os aspectos particulares e universais para a interface com os produtos culturais.

Paralelamente a essa condição, houve, mais uma vez, a montagem sobre os cânones da democrática que também foram subvertidas. Dilma foi eleita pelo voto popular e as denúncias de corrupção não atingiram diretamente a ela, mas ao partido. Qual seria a condição que a inviabilizaria a permanência dela na presidência para além do desejo de aniquilação?

Um ponto crítico apontado pela participante foi de reduzir de modo tão simplório a satisfação da população como a ausência de comida e a presença de buracos na rua:

refletir sobre a política como uma proposta linear em que as demandas e projetos sejam relações de causa e efeito dentro de um cenário que abrange tensões e outras relações existentes, sem contar que considera o ser humano enquanto apenas um sujeito que está na própria vida enquanto existência metabólica, como apresentou Hannah Arendt sobre o *animal laborans* e não fortifica a sua participação política sobre as demandas que ela mesma apresentou. Obviamente que a condição social da população é importante de ser vista e levada em consideração e que isso pode ou não agravar a opinião pública sobre os políticos partidários, entretanto, o posicionamento da participante apresenta debilidade, uma vez que a fome e a desigualdade não foram erradicadas no cenário social brasileiro depois do processo de *impeachment*. Acreditar que o processo foi legítimo pela insatisfação da população que viu os impostos aumentando é um argumento de fraca base de sustentação, uma vez que, como veremos na análise dos contextos do circuito, a grande maioria que fez parte das manifestações contra a corrupção não eram de pessoas que passaram por situações de vulnerabilidade, mas, sim, sujeitos da classe média.

De acordo com a participante (E), a revista apresenta discursos tendenciosos e se posiciona abertamente contra o PT. A tradução do fetiche se faz presente mais uma vez. Para a participante, a revista estrutura discursos contra o partido e que, no momento de realização da pesquisa, ela percebeu que *Veja* também começou a atacar o governo Temer:

Eu acho a *Veja* bem tendenciosa e às vezes, até parcial. Ali ela deixa bem claro para a gente a ojeriza dela com o PT e agora com o PMDB porque está ‘batendo’ muito no Temer (...) ela pega menos pesado com o PSDB, apesar de ter publicado sobre o Aécio (...) para os leitores, eu acredito que ela deixa a desejar quando ela poderia falar mais, mais sobre cultura, saúde, ética, moral, educação também. Não apenas educação sistematizada, mas a educação moral mesmo, para o cidadão. (...) que fizesse mais a favor de uma sociedade mais justa, mais ética. (...) porque ficar ‘batendo’ só em termos políticos não resolve (...) Na verdade, isso que ela está fazendo deve ter interesse dela, ter grandes interesses dela ali

Sobre a legitimidade do *impeachment*, a participante acredita que foi legítimo devido à participação dos políticos em esquemas de corrupção e que envolveu governantes nesses esquemas que deveriam sair do espaço político. Ela ainda acredita que foi legítimo quando saiu o Collor, no movimento de *impeachment* realizado em 1992:

Vou te dizer. Não apenas pela *Veja*, mas por tudo que vi, é legítimo. Ficou claro que envolveu os governantes nessa corrupção (...) Teve motivo suficiente para isso [*impeachment*], teve motivo claro para isso. Porque (pensativa) ela [Dilma] se envolveu, né? Tá claro que ela se envolveu direta ou indiretamente,

ela sabia de tudo, ela estava envolvida. E nós precisamos de governantes que moralize o nosso país, que dê (sic) bons exemplos. Eu considero que não, como eles falam lá? Golpe. Não foi golpe. É legítimo. Qualquer um que deveria fazer isso tem que tirar, acho que o Temer tem que tirar.

A participante acredita que mesmo com a tendência da revista a determinados partidos e posicionamentos contra o Partido dos Trabalhadores, ela acredita que o *impeachment* foi legítimo. Para ela, a revista:

Ela trouxe *furos*<sup>103</sup>, ela estava buscando, procurando. A *Veja* foi a que mais trouxe furos nessa fase. Trazer para o leitor as ações da presidente. Toda semana ela trazia algo novo. Ela foi tendenciosa nesse sentido de tentar agilizar esse *impeachment*/ A despeito da revista pegar no pé do PT, como você mesma apontou, e ser tendenciosa, você acredita que foi legítimo? O legítimo não tem nada a ver com a *Veja*. Ela foi tendenciosa de tentar agilizar esse *impeachment*, ela tinha interesses sobre isso. O legítimo que estou vendo é que a Dilma realmente se envolveu numa crise numa crise moral muito grande, né? Que foi...foram várias empresas públicas, principalmente a Petrobras, para mim é isso. Agora, a *Veja* foi um veículo de comunicação que atuou muito forte para divulgar isso para a sociedade. Ela foi buscar informações novas, como diz, para ‘colocar fogo na fogueira’, tá? Mas, a *Veja*, eu não acho ela culpada pelo *impeachment*. Eu não acho que foi a *Veja* que causou o *impeachment*, o que causou o *impeachment* foram as ações erradas, a falta de honestidade da Dilma que, lógico, mandada pelo Lula. A *Veja* fomentou o *impeachment*. O *impeachment* viria sem *Veja*. Eu acredito na Justiça, porque a Justiça estava atuando. Fizeram um trabalho forte, nunca trabalharam tanto(...) Agora, eu não sei quem começou primeiro, se foi a *Veja* que despertou na Justiça [investigações]. Mas, o que eu acredito é na Justiça. (...) fizeram um trabalho forte, atuaram bem.

Quando passarmos para analisar a construção discursivas a revista, perceberemos o diálogo como o desejo da participante e o discurso de *Veja* e a fetichização do PT no espaço político. Conforme apresentamos anteriormente sobre a composição dos fetiches, na fala da participante, o PT não deixa de ser um fetiche, pelos apontamentos de Lacan e Freud porque houve a necessidade da criação de outras realidades, isto é, o fetichização do partido ocorre, no ponto de vista da participante, porque a eliminação das referências petistas seria traduzida como desenvolvimento econômico e social. Além disso, a participante apresenta que o *impeachment* foi necessário para que reconstituir a moral política brasileira:

(...) possamos desconstruir a crise moral que estamos mergulhados (...) precisamos moralizar com pessoas honestas (...) pensando no povo brasileiro, o *impeachment* foi necessário, foi necessário moralizar, destruir essa crise moral, tentar colocar gente nova. Para mim, a *Veja* foi um veículo que

<sup>103</sup> O termo *furo* empreendido pela participante refere-se à linguagem jornalística e diz respeito ao ato do jornalista ou meio de comunicação apresentar primeiramente um fato de interesse que pode ser de interesse público ou alguma informação relevante dentro da cobertura de fatos.

fomentou tudo isso/ Mesmo pegando no pé do PT? (...) Agora, de uma maneira geral, não só a *Veja*, mas todos os veículos de comunicação, *Jornal Nacional*, eles ajudam a acelerar os processos. Eu acho que a *Veja* acelerou, o *Jornal Nacional* acelerou (...).

A participante também pontua sobre a participação popular em movimentos que se propunham em combater a corrupção, os chamados *paneleiros*, que foi motivo de capas da *Veja*:

Eu avalio como eu me vejo dentro disso, eu faço parte disso. Eu participei das passeatas em Londrina. Nós batemos panelas aqui, não todas as vezes, mas algumas. Assim, o povo está cansado, *tá* todo mundo cansado, a carga tributária brasileira é muito alta, eles não estão empregando o dinheiro dos impostos nos serviços necessários para a sociedade. Acho que isso tem a ver assim com o fundo do poço, o povo chegou no limite e ver a classe política brasileira viver no oásis. Você viu, o prefeito de Londrina não pagou o IPTU<sup>104</sup>, ele não pagou a taxa de coleta de lixo. Ele não pagou. Lógico que isso foi uma armação. (...) o povo se sentiu enterrado na lama, um pedido de socorro.

A participante trouxe para o discurso uma realidade da qual ela vive, contextualizar as movimentações que acontecem em âmbito nacional com as vivências particulares é um dos mecanismos para formação cultural, são mediações que são feitas a partir das suas concepções e linguagens que são atravessadas é que se constroem os sentidos para ela dos conteúdos que consome. Sob outro ângulo, a participante não fugiu à regra do pensamento desenvolvido por Fromm para considerar uma sociedade doente sob o aspecto de que a grande maioria adquire e pratica determinados comportamentos. Mesmo reconhecendo que naquele momento as manifestações tivessem sido importantes para despertar a sociedade, não consegue mensurar com a mesma clareza e objetividade os motivos que levaram à sociedade não se manifestar com as denúncias que surgiram após o final do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, sobre a ausência de manifestações contra Temer, ela afirma:

Eu...eu tenho que pensar em falar isso (...) o povo está atento, observando...o posso está acreditando na ação da Justiça, a Justiça atuou forte, apesar que tem o Gilmar Mendes que é parcial, tem um ou outro corrupto e agora o que o povo está aguardando é a prisão do Lula, ela está vindo aí. Esse tempo que o povo está aguardando é para isso, para prender o Lula. O povo está acreditando na prisão.

---

<sup>104</sup> Em janeiro de 2018, a população de Londrina foi surpreendida com aumentos exorbitantes no IPTU que ultrapassaram mais de 100% , dependendo da localidade e da metragem do imóvel. A indignação da participação é que o prefeito, Marcelo Belinati, do Partido Progressista (PP), não se atentou que por sete anos nunca pagou pelo condomínio, ele que mora em um condomínio fechado.

Quanto à atuação do presidente Michel Temer, a participante acredita que ele não seja muito diferente dos políticos do PT, entretanto pontua que a intenção de permanência de Temer como presidente acontece por que classifica que a atuação dele, principalmente na área econômica, como sendo satisfatória.

O Temer não é um presidente legítimo para mim. Tem a classe dos empresários brasileiros que acha que é bom que ele fique. Ele foi muito esperto. A equipe dele foi muito boa. O Temer está lá por que o povo acha melhor com o Temer do que sem o Temer. A crise política seria maior sem ele a despeito dele ser corrupto (...) é isso que acredito, eu sou empresária, na área de venda. Eu também penso nisso (...) Mas, vamos deixar ele lá porque a economia está melhorando (...) ele está conseguindo, senão o povo estava na rua. (...) A gente precisa melhorar a economia, depois, claro, pensar em educação, saúde, saneamento para a população.

Conforme citado anteriormente, o sentido da permanência do PT para ela seria sinal de atraso e por isso o fetiche de eliminação, entretanto, por de trás desse véu, conforme apresentado por Julien, há a legítima intenção de aniquilar o partido para a manutenção do gozo pelo capital. Em outras palavras, o comportamento dela de se manifestar contra o PT se camufla contra a corrupção e se realiza, na verdade, para a manutenção dos gozos adquiridos. Sob outro aspecto, a neurose da permanência e repetição dos seus comportamentos não deveriam ser interrompidas, já que a permanência de Temer no executivo nacional ofereceria essa possibilidade de extensão do gozo. Todavia, o gozo apresentado por ela não é um gozo político em que todos poderia fazer uso, mas um gozo narcísico, fechado em si mesmo ou, no máximo, entre os semelhantes que usufruem da mesma condição que a participante.

A mediação que a participante realiza atravessa os próprios interesses, mesmo reconhecendo que Temer não seja digno do cargo por ser ilegítimo. Levar em consideração apenas os aspectos econômicos para reconhecer os avanços do país é limitar as demais áreas que são importantes para o reconhecimento dos valores políticos. A atitude da participante contesta mais a atuação corrupta do PT que os demais integrantes de outros grupos. Sendo empresária e dependente do mercado econômico e financeiro como modo de obtenção da renda, a participante acredita que a manutenção favorável do cenário econômico seria suficiente para a manutenção de outros esquemas de corrupção.

O discurso da participante foi muito rico porque houve a possibilidade de criar pontes com os conceitos desenvolvidos pela psicanálise apresentado anteriormente. Entre mais um deles é a autoerotismo proposto por Freud, ou seja, a necessidade de desenvolver o gozo em si mesmo ou entre aquilo que se identifica consigo. Assim como a criança



promovia o gozo no toque do próprio corpo, nesse caso, o gozo não é pelo corpo, mas por aquilo que pertence ao sujeito, descartando a possibilidade do gozo para além da concepção do outro. Esta neurose é o que promove a manutenção da sexualidade ainda muito imatura. O contato com aquilo que seria estranho à promoção do gozo quase o mal-estar e esse sujeito ou grupo pode ser analisado, conforme analisado anteriormente pela visão de Safatle, como um *invasor potencial*. Essa condição pode ter como sintoma movimentos perversos, uma vez que pode promover a renegação da castração e a possibilidade de interrupção do gozo.

O modo da participante pensar vai ao encontro de refletir sobre a política contemporânea apresentada por Han (2017) ao considerar que um dos traços mais marcantes das práticas políticas não é mais a arquitetura de planos coletivos, mas a estruturação da escolha de representantes que vai ao encontro dos anseios individuais do mesmo modo que as propostas dos representantes são direcionadas a intenções segmentadas. De acordo com o autor, essa tendência é sintoma atual acerca daquilo que ele denomina como sendo *tiranía da intimidade*, em que os pressupostos privados invadem o espaço público e político. Para ele, o espaço público e a política perdem a possibilidade de agir comum, conceito desenhado por Hannah Arendt como sendo primordial ao estabelecimento do espaço público de discussão:

A tirania da intimidade psicologiza e personaliza tudo, e até mesmo a esfera pública não escapa desse processo. Assim, os políticos não são avaliados por suas ações. Seu interesse está voltado para a pessoa, o que provoca neles coerção por encenação. A perda do caráter público deixa atrás de si um vazio onde se derramam a intimidade e as estâncias privadas. No lugar do caráter público entra a publicização da pessoa; o público se transforma em espaço de exposição, afastando-se cada vez mais do espaço do agir comum. (HAN, 2017, pp. 81-82)

Um outro ponto a ser analisado é perceber a sintonia entre o discurso apresentado pela participante e o discurso da revista. A revista, para ela, se posiciona contra o PT e os correligionários do partido, do mesmo modo, a participante também se posiciona contra o partido; não do mesmo modo que a revista, mas através das mediações que a participante realiza. Quando ela afirma “que o povo está aguardando é a prisão do Lula, ela está vindo aí” e por isso que não há manifestações massivamente compostas contra o governo Temer ou quando ela afirma que “A crise política seria maior sem ele a despeito dele ser corrupto (...) é isso que acredito, eu sou empresária, na área de venda. Eu também penso nisso (...) Mas, vamos deixar ele lá porque a economia está melhorando (...)” é

promover hierarquias quanto à responsabilidade dos representantes e também promover considerações desniveladas entre os políticos. Selecionar e hierarquizar aqueles que seriam dignos de conviver no espaço público é também um sinal perverso, como aponta Roudinesco, porque evidencia a necessidade de pulsão de morte do outro.

Mesmo considerando Temer como ilegítimo para o exercício do cargo de executivo, ela não atribui a ele a mesma crítica ao ex-presidente Lula ou à Dilma. Muito pelo contrário, como Temer ainda se compromete como a economia do país, segundo a participante, ele deve permanecer no posto de presidente da república. Percebe-se que, mesmo em posicionamento diferentes, os discursos se alinham e estruturam os afetos que circulam no bojo social, ou seja, os discursos da mídia não estão alienados aos discursos que se encontram enquanto sintomas de desejos de parcela da sociedade.

A participante (B) também apresentou crítica quanto a forma como a política partidária é conduzida no Brasil. Ela considera como sendo o atravessamento de que “todo fazem o que quer. Isso aqui está um desmando geral”. Ela aponta a capa que ilustra o senador Aécio Neves e afirma “Esse aqui fala o que quer, na hora em que quer, ninguém fala nada. Olha, por mim, teria acabado com todos eles para ver se a geração nova mudava alguma coisa.” Outra figura do cenário político que ela critica é o juiz Sergio Moro “O Moro fala de corrupção e *parará* e ele ganha uma fortuna. Você que é um professor, meu irmão que é professor que tá tentando criar um cidadão não ganha nem um começo”. Quanto à Dilma Rousseff, a participante pontua: “A Dilma coitada...tem dois neurônios, e *tá* (sic) inflamado. Na verdade, eu acho um pau mandado para o Lula continuar mandando. O resto está uma pouca vergonha nacional (...) você não acha ninguém para votar”. Neste discurso, a participante deixa clara, além da aversão à Dilma, a dessubjetificação da condição de outro ser humano, que, no caso, é uma chefe de Estado como apontou Szpacenkopf. Obviamente que a participante tem o dever e obrigação de criticar a presidente ou aquilo que a incomoda, todavia, fazê-los trazendo as paixões à tona torna-se um gesto desqualificante ao espaço político.

Mesmo sendo a favor do *impeachment* e não o considerando como golpe, a participante acredita que Michel Temer não deveria ser presidente “O Temer, acho uma temeridade. Ele, para mim, é um perigo solto”, mesmo assim, suas críticas são voltadas à Dilma, a Lula e ao PT. A participante acredita que não é golpe, num primeiro momento, porque não sabe como aconteceu todo o processo “Nem tudo que acontece chega na gente. A mídia deveria ser mais liberal, porque a mídia fala o que ela quer”. Por esse ponto que ela também acredita que o *impeachment* foi manipulado, principalmente pela mídia e por

aqueles que ela chama de *poderosos*, que seriam pessoas que têm interesses fortes pela saída da presidente. Por isso, ela acredita que o processo de impedimento de Dilma e as manifestações contra a corrupção foram motivadas pela mídia, sendo, assim, frutos de manipulação:

O povo foi incitado a fazer isso, e foi; e acha que está tudo bem agora? /A mídia incitou. O povo tem direito de ir para rua, mas não sei se foi por conta ou porque foi incitado. A mídia não está falando mais nada. Não está incitando mais ninguém, que está tudo bem, está minimizando as coisas ruins. A mídia influencia para o bem ou para o mal. A Dilma tinha o prazo e o prazo venceu. Aí ela começou a ficar muito cabeça-dura e o *jararaca* [ela se refere à capa em que Lula aparece simulando Medusa com os cabelos de jararaca] ficou com medo. Na verdade, quem tirou foi o lá de cima, a gente só fez de conta que tirou como foi o caso do Collor.

O fato do povo ser incitado aponta à intenção de agir sem a devido reflexão. Até mesmo a articulação dos fatos e as analogias da participante não apresentam lógicas quando são apresentadas. Quando questionada se o processo de *impeachment* foi perverso justamente por que houve manipulação da mídia, ela apresenta dificuldades de articular uma ideia mais enfática. Primeiramente, ela acredita que foi criada a imagem de Dilma como sendo *coitadinha*. Depois, ela acredita que mesmo havendo as manipulações, o tempo de Dilma terminou e não consegue explicar também por que o povo não foi mais às ruas para reivindicar o fim da corrupção como fez na gestão da petista. Como ela considera que o tempo da Dilma terminou sendo que ela foi eleita por quatro anos ao executivo nacional e não havia passado em um ano de governo quando Eduardo Cunha acatou o pedido do *impeachment*? Por essa passagem, a montagem perversa atravessa também a refutação da democracia brasileira quanto à permanência dos governantes segundo as paixões de aniquilamento dos envolvidos no processo. Na mesma proporção, ela acredita que não houve motivos concretos para que ela saísse do poder:

(...) Ela caiu porque...Ela caiu? Ninguém tira...a Dilma saiu porque era a hora, chegou um tempo que não dava mais. Porque o povo não está lá brigando na rua? Não sei, por que brasileiro cansa. Acho que fez uma grande coisa em tirar ela e deixar o Temer. Agora tinha que sair para rua para fechar aquele *puteiro* lá em cima e começar do zero (...). Manipularam o povo para tirar. Uma forma de perversidade. Aos olhos de quem lutou tanto, ele é legítimo para sair. Mas, acho que foi legítimo. A gente não tem a certeza se foi manipulado. Se o povo não sabe que foi manipulado, foi legítimo. Justifica a saída dela, mesmo não havendo a justificativa dela sair/ Você acredita que deu a hora dela? Eu? Eu acho que ela não deveria ter entrado.

Da mesma forma que apontaram outros participantes, ela também acredita na manipulação como movimento presente no espaço público para ação política de modo

naturalizado. Legitimar montagens dessa qualidade na política traz profundas lacunas na organização do espaço e abre brechas para a instalação de ações narcísicas em nome dos próprios gozos. Sobre a legitimidade do processo como um todo, a participante reconhece como sendo válido, mesmo com as manipulações e a presença de interesses nem sempre tão nobre:

(...) Na verdade, não tinha um motivo plausível para tirar a fantoche [Dilma], mas ela não estava fazendo como o Collor que fez aquela baiuca toda, de tirar a poupança de todo mundo. Ela ia para televisão só para falar abobrinha. Não sei se teve perversidade. Vejo como manipulação. Teve grande manipulação, agora se teve perversidade...ai, Jesus... A manipulação é uma forma de manipulação, né? Foi manipulado. Agora se foi legítimo...O brasileiro quando vota não pode tirar se se arrepender? Pode, né? Então, foi legítimo. Se está certo o impeachment? Eu acho que está, só não acho que esse aqui não deveria ficar no lugar (aponta para uma das capas que mostra Temer). Deveria ter novas eleições. Mas, que ela tem muita merda na cabeça dessa mulher. (...) Meu neto fala melhor que ela.

Mais uma vez, a reflexão acerca de um processo tão traumático no meio social como é o *impeachment* perpassa a questão dos gostos e paixões. De fato, Dilma Rousseff não apresentava os melhores discursos, nem os discursos esperados de uma chefe de estado e apresentava temperamento intransigente marcante, o que poderia enfraquecer seu lado de articuladora. Entretanto, pontuar estas condições no espaço político é algo muito reducionista para compreender que a justificativa do impedido acontecesse por esse viés e como fruto de manipulação de *poderosos* e também da mídia. Como a própria participante pontuou, não houve fatos concretos que justificassem o processo, entretanto, ela mesma afirma que foi necessário e legítimo. Essa passagem justifica uma das hipóteses levantadas pela tese de acreditar que o *impeachment* foi fomentado por pessoas que se ausentaram da qualidade de pensar e fizeram dos referenciais petistas objetos de fetiche para gozo. Para além disso, fortalece também a ideia de alucinação apresenta Ab'sáber não apenas no exemplo de combater com figuras fantasmagórica (comunistas, socialistas, etc...), mas de não conseguir articular a própria fantasia que a assola, pois, a participante não consegue elencar qual elemento verdadeiramente precisa ser combatido.

A participante (D) também afirma que há muitas regras não muito nobres para a prática da política partidária brasileira, como ela mesma aponta, o cenário político tornou-se um “banco de favores”, em que os políticos negociam as operações obscuras em prol de seus próprios privilégios. Para ela, a gestão de Dilma foi apenas “uma passagem de faixa do Lula para ela”. Esta condição pode expressar, de fato, o desgaste do presidencialismo de coalizção, prática corriqueira das condições e articulações

realizadas por políticos profissionais e que se encontra deveras desgastado pela condição de oferecer margens para especulações nocivas, alianças imorais e outros comportamentos que prezam pelo esfarelamento do espaço político. Além disso, de modo sintético, ela expõe o quanto a política tornou-se a manutenção das questões narcísicas em defesa da legitimação pessoal ou de determinados grupos. A naturalização de estruturas alheias ao sentido da política no espaço público é também o que oferece prosperidade às perversões.

Quanto à legitimidade do processo, a participante acredita que tenha sido “legítimo em partes”. A divisão existente no processo se justifica porque o *impeachment* foi público e aberto, além de seguir as regras vigentes pela Constituição. Mas por ser um “banco de favores” muitas coisas ficariam escondidas, que “a gente nunca vai saber se houve compra de votos ou não”. Além do mais, a legitimidade do processo aconteceu para ela porque “houve muita corrupção, muita ligação. Como alguém liga para o outro e fala que vai rasgar o documento. De onde saiu o meme *tchau, querida*<sup>105</sup>”.

Num primeiro momento, a participante acreditava que o *impeachment* não iria acontecer e quando ocorreu, pensou que poderia “ser uma ruína”. Entretanto, ela aponta: “Continuei levando cedo, indo trabalhar, não pararam de ter multas, a vida tem que seguir, tem que fazer o Brasil girar”. O discurso da participante pode ser analisado pelo viés do pensamento de Hannah Arendt sobre o triunfo do *animal laborans*. Conforme já apresentado anteriormente, esse conceito classifica o ser humano como sendo o reprodutor do trabalho para a manutenção da vida biológica e metabólica. Ao contrário do *homo faber* que utiliza do seu trabalho para a transformação da natureza em objeto e isso pode ser útil à sociedade, o *animal laborans* se mantém na repetição exaustiva da atividade mecânica do labor. Mesmo após o *impeachment* acontecer, acreditar que o “o Brasil precisa girar” como a repetição de um dia comum é não refletir sobre a dimensão do problema em questão. Além do diálogo com as propostas de Arendt, o discurso da participante também pode ser percebido pela condição desenvolvida pelo capitalismo, como abordado anteriormente nas considerações de Lacan, ao submeter pessoas aos códigos de mais-valia que é aspecto de valorização não pela condição de participação política, mas pela capacidade de produtividade no meio capitalista.

---

<sup>105</sup> Ela se refere à conversa grampeada com autorização do juiz Sergio Moro e indevidamente divulgada, uma vez que um chefe de estado não pode ser grampeado. Na ocasião, Dilma e Lula articulam a possibilidade dele assumir um ministério para que possa ter foro privilegiado.

Mesmo reconhecendo que as manifestações de ruas, contra ou a favor do *impeachment*, serem consideradas válidas, a presença do trabalho como força legitimadora para vida social é algo presente no discurso da participante que acredita que as manifestações que aconteceram nos dias da semana causam dúvidas a ela, algo que ela não pontua nas manifestações orquestradas aos finais de semana contra a corrupção:

(...) eu acho que as que tiveram no sábado e domingo são extremamente válidas. Não que as que manifestaram no dia da semana não sejam trabalhadoras, mas só se houve uma grande coincidência dessas pessoas estarem de férias, de folga, de licença para ir em um dia da semana para manifestar. Eu achei um tanto estranhas. Eu não sou da esquerda, nem da direita. Não acredito nisso. Acredito que tenha interesse por trás. Eu acho válida. Contribuem para o espaço democrático. Só o fato de ser ouvida é válido. Você está cerceando os meus direitos, temos um problema aí. Desde que não vandalize, não quebre.

Ela também acredita que as manifestações contribuíram para o processo de impedimento, mas que depois de um tempo “as pessoas se acomodaram”. Ela acredita que os grupos que organizaram as manifestações têm importância porque apresentam outro ponto de vista, já que “nem todos têm acesso à TV Senado”:

(...) foi bonito. “o gigante acordou”. Pronto, o gigante dormiu de novo. As pessoas são conformadas. Chega época de eleição, elas lembram que tem que reclamar. Quando chegar reajuste, elas lembram que tem que reclamar. Vem um novo incômodo, elas vão acostumando. Lembro do gás de cozinha, elas reclamaram. Elas estão acostumadas a viver nessa bola de neve. As pessoas são preguiçosas. Foi o impacto social que incomodou essa bola de neve e daqui a pouco a poeira vai abaixar. Eu acredito que é do brasileiro mesmo. (...) Eu tento mudar a situação, se eu não conseguir, eu mudo de situação. Não tenho o hábito de reclamar, as pessoas são acomodadas. (...) Eles começaram a apoiar no Moro, depois teve aquele “Eu não votei na Dilma”, esses grupos foram muito importantes...são necessários e legítimos. Estão no direito deles.

A posicionamento de Moro no discurso da participante pode ser explicado pela necessidade de haver uma figura patriarcal na condução da horda, como proposto por Freud na obra *Totem e o tabu*, o movimento neurótico da intenção de promover, mesmo que depois tenha de mata-lo, de elencar um ente central para a junção do grupo. Essa condição, como conforme apresentada anteriormente com o recorte da ascensão totalitária, é alarmante uma vez também que promove a centralização de forças em uma figura. Sobre a legitimidade, ela o considera como legítimo em partes, porque impediram a Dilma Rousseff de continuar o mandato, mas “pararam por aí”:

O problema é a causa e a raiz. Foram lá, conseguiram atenção, mas não funcionou em nada. Mexeu daqui, mexeu dali, e pararam. Como o cara vai ser presidente, administrar o país. Só mostraram a poeira debaixo do tapete, mas não tiraram. Foi legítimo, mas não foi válido por que as pessoas são acomodadas. Tirei a mulher de lá, mas não adiantou nada. Entrou o vice que concordava com o plano dela. Mas, não adiantou (...) Foi legítimo porque foi pública, mas não teve efeito. Deu moralizada, mas efeito não tem. Eu acredito que ela deveria ter saído, mas não só ela.

Sobre a possibilidade de compreender que o *impeachment* foi impulsionado pelo fato de ser uma mulher no comando do país, a participante acredita que se tivesse sido um homem, o tratamento seria diferente, “se fosse com o Lula, nem teria acontecido”. A condição de ser mulher na presidência incomodou as estruturas machistas da sociedade brasileira, acredita ela. Entretanto, ela não considera que pelo fato de Dilma ser mulher contribuiu para o *impeachment*:

A sociedade é machista. Isso está mudando? Está, mas a passos bem lentos (...). Eu digo que foi legítimo por ter sido público, mas o que aconteceu nos bastidores a gente nunca vai fazer (...) Não foi perverso, da mesma forma que ela foi taxada, o juiz Moro também foi taxado, não acredito que houve perversidade. (...) o fato de ser mulher sempre vai pesar. Isso não sou eu que estou falando, são pesquisas que falam. (...). Eu não vi perversidade, se vc tem que escolher um lado, você vai defender o lado. Isso não toma vc perverso, a não ser que minta. O fato de ser mulher facilitou o *impeachment*, mas não chega a ser perverso, mas para a mulher em si é mais difícil.

O participante (H) foi o único do universo selecionado que posicionou contra os discursos da revista e também contra os processos de *impeachment* da presidente. De todas as entrevistas realizadas, essa foi a que mais tempo durou. A intenção do participante de evidenciar o conhecimento sobre política, filosofia e demais assuntos pertinentes ao tema fez que a conversa se estendesse por quase duas horas, devido ao comportamento apresentado, foram poucas as considerações que poderiam ser aproveitadas na pesquisa.

Negro e profissional formado pelo sistema de cotas das universidades públicas acredita que o impedimento pelo qual Dilma Rousseff passou tenha sido agressivo. Por outro lado, o participante também analisa criticamente as gestões dos petistas quanto aos modos de governabilidade: “O governo do PT foi muito intransigente, muito corrupto. Agiu de modo muito semelhante como o PMDB fez também. O PT apenas colheu frutos do passado”. Mesmo com o posicionamento crítico quanto às gestões petistas, o participante também considerou que a prisão de Lula seria uma forma de demonstrar ainda mais a fragilidade política. “Acredito que não haja provas cabais para a prisão, mas

como uma nuvem de ódio ao PT está circulando, fica difícil enfrentar (...) Se o Lula for preso, saio no dia seguinte em protesto. ”

Os posicionamentos e as explicações do participante eram muito prolixos. Um exemplo foi considerar sobre a legitimidade do processo de *impeachment*, mesmo não concordando com o modo como foi realizado, ele acreditou que os acontecimentos acerca do ocorrido “foi consequência das alianças feitas pelo PT (...) e que muitas vezes o PT não governou para a população”. As considerações do participante são válidas a partir do momento que há a necessidade de reflexão sobre suposto envolvimento do partido em esquemas de corrupção. Essa possibilidade de governança denominada como presidencialismo de coalizção, marcado pelas alianças realizadas para a manutenção das estratégias de poder, encontra-se desgastada, essa ideia será abordada com detalhadamente no decorrer da pesquisa. Entretanto, considerar que as falhas apresentadas pelo participante poderiam causar o *impeachment* é, de alguma forma, perceber que a política partidária um jogo sem escrúpulos e que por isso seriam naturais todos os movimentos ocorridos antes, durante e após o processo de impedimento.

Quando questionado sobre a possibilidade do *impeachment* ter sido impulsionado pelo fato de ser uma mulher no executivo nacional, o participante, mais uma vez, teceu discurso semelhante ao posicionamento sobre as alianças feitas pelo PT: “Eles sabiam que isso poderia acontecer. Primeira mulher a assumir e do PT... Acreditaram que isso não poderia afetar o governo, que não seria nada, foi um erro (...) Poderiam ter se precavido porque os ataques viriam de qualquer forma”. Dentro desse pensamento, acreditar que a política é o composto de estratégias de defesas contra posicionamentos que não deveriam ser praticados no espaço público engrandece os movimentos de intolerância e torna qualquer possibilidade de comunicação e sociabilidade. Como pode ser de responsabilidade da presidente eleita a existência e o combate de prática e discursos misóginos contra uma figura pública para o exercício do executivo nacional? Pensar a política como um campo composto por inimigos é também oferecer margens para ações que esfazem o debate e a discussão públicos.

A amostra de participantes pode não evidenciar o pensamento e a ação completa de toda a realidade acerca do consumo e recepção dos discursos da revista sobre o *impeachment*, todavia, essa também não é o propósito da pesquisa. Por outro lado, a hipótese proposta de que sujeitos absolutamente convencionais oferecerem vigor a discursos ausentes de reflexão impulsionados pelas práticas midiáticas em forma de circuito toma corpo na investigação. Cada um a seu modo, trazendo à tona suas



perspectivas, desejos, medos e crenças observam e traçam a realidade e os modos de compreender os discursos que estão em circulação e também de produzir discursos que igualmente circularão. A deficiência de reflexão crítica sobre assuntos pertinentes à política e o desprezo pelo PT apresentado nos discursos pelos participantes, até mesmo daquele que se posicionou contra o processo de impedimento de modo veemente, tornam-se condições para o exercício de recepção e consumo da revista e, também, de estabelecer mediações pela realidade vivida.

Um ponto de destaque da pesquisa foi de atentar que a percepção dos participantes é atravessada pelas suas experiências, vivências e referenciais, todavia, mesmo sendo de classe sociais diferentes, gênero e idades diferentes há traços semelhantes como a percepção da política como sendo um campo de batalha, ou seja, qualquer estratégia é válida para arquitetar planos e estratégias, a busca de ideais mais individualizantes que coletivos, a debilidade de refletir e criticar sobre a movimentação político-partidária e também sobre outros olhares acerca da realidade que os cerca.

Sob o ponto de vista da psicanálise, podemos pontuar dois acontecimentos. O primeiro deles é de considerar a formação do *sinthoma*, já apresentado anteriormente como uma das contribuições lacanianas à psicanálise. O *sinthoma* é a repetição dos pensamentos e comportamentos de modo a não ser simbolizados. A repetição acontece pelo prazer que isso proporciona, a despeito da existência da angústia que isso possa gerar ao longo do tempo. A fetichização do partido, bem como de elementos que remetam ideologicamente ao PT, são frutos da formação do *sinthoma*, aquilo que provoca o gozo. Todavia, a repetição renitente não é exclusivamente a promoção de prazer, pois os comportamentos não são suficientes para o entendimento do psiquismo humano. Há algo para além dessa condição, a ocorrência do gozo esconde e camufla o desejo de destruição, ou seja, a permanência dessa qualidade de *sinthoma* não está envolvido com o sintoma enquanto condição de angústia pelo aniquilamento do outro. A permanência do *sinthoma* é, na verdade, a formação de fetiche para esconder a incapacidade de lidar com a diferença daquilo que foge ao ego narcisicamente construído.

Paralelamente a essa condição, essa qualidade de gozo que é praticada pelos participantes e pelos discursos midiáticos não deixa de ser autoerótico, na medida em que é proposto, praticado e reverberado entre pessoas que apresentam condições subjetivas semelhantes. A prática autoerótica é a permanência do gozo narcísica que não reconhece qualquer intruso nessa fantasia. Semelhantemente à masturbação, o compartilhamento do gozo entre semelhantes constrói não evolui para a contemplação de outras formas de

prazer para além daquilo que se conhece. A neurose da renitência do gozo anda lado a lado da necessidade de permanecer o gozo entre os semelhantes e, na medida do possível, também se propõe a aniquilar, anular ou, até mesmo exterminar aquilo que seria agressivo às paixões narcísicas.

Por essa reflexão que o espaço político se torna fragmentado quando invadido por expressões narcísicas das paixões. Nesse momento da pesquisa, serão reconhecidos como o discurso dos integrantes da pesquisa estão presentes no discurso da revista, a despeito de nem todos os participantes serem leitores ou assinantes da *Veja*, o que fortalece a ideia de que os discursos circulam de modo desimpedido no espaço público. Para além disso, é importante considerar conceitos de política e democracia, já que esses termos foram clamados veementemente na campanha de 2014.

### 13 - Discursos e práticas midiáticas perversas: desavenças políticas

A intenção dessa parte da pesquisa é de considerar como a revista articula montagens pelo discurso na intenção de criar realidades a par dos próprios interesses, mas que também comungam das considerações de parte dos participantes. Mesmo considerando o vigor da potência das montagens nos discursos midiáticos que poderia ser denominada como doutrinação de mentes, perceberemos que entre os discursos da revista em interface aos discursos dos participantes há relações de conjugação como, por exemplo, a necessidade de eliminar o PT da participação pública, a defesa dos ideais econômicos e a crença na necessidade do *impeachment*. Isto é, a produção discursiva não está longe dos códigos morais e culturais que estão em circulação, muito menos distante dos processos de leituras que são elaborados, mas são sintomas dos afetos que são promovidos e dos referenciais que estão em circulação.

Essas referências oferecem bases consistentes para a proliferação de ações que pecam pela ausência de reflexão e podem proliferar signos no cenário político partidário, tornando-se, inclusive, alicerces para justificar a necessidade de eliminar partidos e pessoas do cenário público sem a devida reflexão que isso poderá ocorrer no meio social. A relação existente entre as mediações realizadas e a midiaticização dos casos de corrupção é o que faz surgir códigos de irreflexão para a instauração de circuitos que operam discursos e práticas perversas. Houve certa repulsa aos posicionamentos considerados de esquerda, além de fomentar a necessidade da saída da presidente Dilma Rousseff para o desenvolvimento econômico, político e, principalmente, moral do país.

Entre os afetos promovidos em relação à política brasileira, ainda mais no segundo mandato de Dilma Rousseff, foi a necessidade de afirmar o crescimento do caos moral, da desordem política e econômica e, por isso, a instrumentalização para a formação de montagens com o intuito de desenvolver argumentos para o impeachment, entretanto, essa percepção já foi aclamada pela população muito antes da realização do pleito em 2014. Entretanto, a formação das montagens encontra-se presente, mesmo que incubada, na imaginação e no desejo de alguns sujeitos. De fato, alguns índices tornaram-se alarmantes como desemprego que atingiu 8,5% em 2015, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), isso representou que 1,273 milhões pessoas a mais ficaram sem emprego em 2015, em relação ao ano anterior<sup>106</sup>. Além disso, a

---

<sup>106</sup> Ver em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-12/brasil-fecha-2015-com-aumento-no-desemprego>. Acesso: 10 jul. 2017.

inflação naquele mesmo ano fechou como uma das mais altas desde 2002, chegou ao índice de 10,67%<sup>107</sup>. A intensa variação desses índices representa a queda do poder de compra e, conseqüentemente, a diminuição do consumo, sintomas que foram muito perceptíveis à sociedade, ainda mais à classe média.

A questão da confiança no PT também ficou abalada, não apenas enquanto promessas de governabilidade, mas, também enquanto uma agremiação de pessoas solidárias às causas democráticas que surgiram no final da ditadura civil-militar, época de fundação do partido. A proposta do PT, ainda no começo dos anos de 1980, foi de regimentar políticas voltadas a posicionamentos de resistência e, obviamente, mais intrincada à classe trabalhadora<sup>108</sup>. Esses posicionamentos persistiram até à última campanha eleitoral do século XX quando a atuação partidária do partido, as conjunturas culturais sobre os modos de operacionalizar campanhas políticas pelos referenciais de profissionalização e a debilidade da militância<sup>109</sup> também contribuíram para que a confiança no partido ficasse estremecida.

A primeira vez que o PT assumiu o executivo nacional, em 2003, havia fatores que colaboraram para que Lula fosse presidente. De acordo com Secco (2015), o governo de Fernando Henrique Cardoso, presidente eleito em 1995 e reeleito em 1998, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), apresentava algumas lacunas, por isso, o autor denominou com *grande tournant* a ascensão do PT no cenário político partidário. “O governo de Fernando Henrique Cardoso, distante da massa, abalado pelas privatizações exacerbadas e pela desvalorização da moeda logo depois de sua segunda vitória, deixou a Lula o poder do encanto das multidões” (Secco, 2015, p.197-198) uma forma de encerrar o ciclo de ações neoliberais que começou com Fernando Collor e se estendeu com Fernando Henrique Cardoso, mas que não obtiveram sucesso desejado.

---

<sup>107</sup> Ver em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/inflacao-oficial-fica-em-1067-em-2015.html>. Acesso: 10 jul. 2017.

<sup>108</sup> Mesmo tendo essa perspectiva de atuação, no PT nos primórdios de seu surgimento não houve relação direta com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) todavia, o que não quer dizer que alguns comunistas não tivessem afinidades com o partido que nascera nos últimos anos da ditadura civil-militar brasileira.

<sup>109</sup> Segundo Secco (2015) as mudanças ocorridas nas estruturas internas do partido, bem como novas reconfigurações sociais e culturais acerca dos espaços públicos de manifestações e reivindicações, fizeram com que a militância ficasse enfraquecida. Entretanto, uma consideração que ele pontua, que faz sentido dentro do ponto de vista estratégico, é quanto à profissionalização; os militantes foram substituídos por cabos eleitorais, além da incidência de planos de marketing e comunicação para divulgação de ações das diretrizes de governo. “O comparecimento da militância à rua foi substituído pelos cabos eleitorais profissionalizados e os grandes comícios de primeiro de maio trocados por shows com prêmios para o público (automóveis e casas). Foi nítida a diminuição deste espaço da política (...) A militância batia em retirada. Alguns disseram que havia mudado a base de classe do partido, outros que a organização de base havia desaparecido. O fato era a profissionalização” (SECCO, 2015, pp.180-182).

Dessa forma, a proposta do PT seria, de alguma forma, a preservação do Estado na política posicionando-se, inclusive, contra as denúncias de corrupção existentes nas gestões anteriores. Entretanto, alguns casos foram levantados dentro do próprio partido entre os dirigentes mesmo antes das eleições que elegeram Lula como presidente<sup>110</sup>. O caso refere às divergências entre Cesar Benjamin (um dos fundadores do PT) e a Articulação de Esquerda (organização de entidades e instituições que se reconhecem de posicionamento de esquerda em ações políticas) sobre a participação de empresas privadas ao financiamento de campanhas em 1994 e a prática de caixa dois no pleito de 1998, acusação feita por outro integrante do partido sobre a campanha de Lula naquele ano<sup>111</sup>. A confiança no partido começou a ser quebrada a partir de situações como essa em que houve também a permanência de esquemas de corrupção e desvio de verba e alterações nas linhas ideológicas e de ações governamentais. Os esquemas de corrupção se estenderam durante as duas gestões de Lula e também de Dilma e houve, também, indícios de corrupção em ministérios, Congresso Nacional, gestões municipais e demais áreas participativas.

Já na gestão de Dilma Rousseff, a desconfiança partiu de outras práticas que fizeram com que a credibilidade dela e a do partido ganhassem ares de debilidade de articulação e respeito no meio político e na sociedade. Além das questões econômicas e instabilidade financeira que promoveram o descontentamento com a petista, o fato dela não ter honrado medidas anunciadas ainda em campanha também contribuíram fortemente para que Dilma não fosse bem aceita no cenário político e também o envolvimento de correligionários em esquemas de desvio de verba, lavagem de dinheiro e outras fraudes. Entre as propostas que Dilma havia afirmado foi a de não alterar a legislação previdenciária e trabalhista, entretanto, mesmo antes de tomar posse para o segundo mandato, no final de 2014, ela elaborou várias medidas que alterariam a obtenção de pensão por morte, seguro-desemprego e seguro defeso (garantia reservada a pescadores artesanais em época de suspensão de pesca).

---

<sup>110</sup> “Benjamin atacou José Dirceu e acusou a Articulação e a direção do PT de usar dinheiro de empreiteiras. Mais especificamente revelou que a campanha de José Dirceu ao governo do estado de São Paulo recebera doações vultosas da Odebrecht (...) O caso Paulo de Tarso, é paradigmático. Ex-militante da ALN [Ação Libertadora Nacional] e assessora da administração petista de São José dos Campos (SP), ele denunciou pessoas próximas de Lula por transferência ilegal de recursos públicos para os cofres do PT (algo conhecido no país por ‘caixa 2’ e largamente praticado por todos os partidos. Demitido da prefeitura e submetido a uma comissão de ética, foi expulso.” (SECCO, 2015, p. 178).

<sup>111</sup> Atualmente, julho de 2017, Benjamin não é mais filiado ao PT; é secretário municipal da cidade do Rio Janeiro, posto que assumiu ao ser convidado por Marcelo Crivella, do Partido Republicano Brasileiro (PRB), um dos partidos de oposição ao PT.

As medidas mais intensas foram o novo período para a obtenção de seguro-desemprego; anteriormente, seis meses seriam suficientes para que o trabalhador reivindicasse o auxílio, como a mudança seriam necessários 12 meses; no caso de segundo pedido, o tempo seria de 18 meses de trabalho. Os pescadores artesanais também deveriam ter ao menos um ano de registro em carteira e três anos de atuação profissional para requerer ao benefício. No caso de pensão por viuvez, para solicitar o benefício, a parte requerente deve ter ao menos dois anos de casamento ou união estável e dois anos de contribuição à Previdência. Além disso, não haveria pensão vitalícia para todas as ocorrências em casos de viuvez. Passaria a entrar em vigor o fator previdenciário que estabelece o período que o beneficiário poderá receber a pensão: abaixo de 21 anos, o pensionista recebe o benefício por três anos; entre 22 e 32 anos, o benefício vigoraria por seis anos; e entre 32 e 43 anos, o pensionista receberia por 15 anos. Assim, a morte passaria a gerar economia aos cofres públicos. As regras da medida também atingem os servidores públicos que se aposentaram com 70% do valor do benefício. O quadro abaixo apresenta outras medidas que seriam alteradas caso o pacote de intervenções de Dilma fosse aprovado pelo Congresso Nacional:

Quadro 4- As mudanças previdenciárias propostas por Dilma Rousseff

Benefício	Como era	Como seria
Seguro-desemprego	Com seis meses de contribuição, o trabalhador demitido tem direito ao benefício	Terá direito o trabalhador demitido com pelo menos 18 meses de contribuição
Abono-salarial	Destinado ao trabalhador que exerceu alguma atividade, que poder ter sido ininterrupta, por um mês de até dois salários mínimos, receberá um salário mínimo.	Para receber terá que exercer ao menos seis de atividade registrada em carteira e o cálculo será referente ao período realizado.
Pensão por morte	Tem direito à pensão o viúvo (a) independente da faixa etária ou	Carência de dois anos de contribuição e o benefício varia de acordo com a idade do cônjuge.

	tempo de contribuição	
Auxílio-doença	A empresa arca com a 15 dias de afastamento e o benefício é de 91% do salário do trabalhador, limitado ao teto do INSS.	O período passa a ser de 30 dias do profissional afastado e o cálculo é realizado com base nas últimas 12 contribuições.

Fonte: INSS, quadro produzido pelo autor da pesquisa

A despeito de haver esses problemas de ordem econômica e social e a ausência de comprometimento de Dilma quanto às propostas de campanha, a classe média, uma das interlocutoras mais relevante dos discursos midiáticos, também se sentiu incomodada com ações desenvolvidas pelo partido que não agradou aos interesses da classe como os programas assistenciais que permearam as políticas dos governos petistas como os de transferência de renda, ofertas de bolsas e financiamentos. A despeito das manifestações iniciais terem sido incentivadas pela classe média, os afetos fomentados não se restringiram apenas a essa classe, mas permeou entre várias classes independentemente de qualquer outras variantes (escolaridade, sexo, profissão, etc...), além de haver participação efetiva da mídia para construir sociabilidade. A adesão aos movimentos pode ser legítima a partir do momento em que o espaço público está comprometido com a manifestação pública, todavia, nesse caso, houve a usurpação dessa qualidade para o desenvolvimento de signos perversos e a formação de montagens para justificar o aniquilamento de determinados grupos e sujeitos.

Apontar uma definição universal ao que seria classe média, ainda mais a brasileira, é algo muito arriscado e requer uma visão que vai além da concepção econômica. Avritzer (2016), baseado em Weber, aponta que a formação da classe média não é composta exclusivamente pelas considerações de Karl Marx ao relatar que existe uma camada social que detém o poder e os meios de produção e outra camada oprimida por aquela que possui os meios de produção, que seria a classe média tradicional, entendida quase que exclusivamente pelo viés econômico. Os elementos que compõem a classe média são também de ordem cultural. Nas últimas décadas do século XX, a classe média esteve envolvida, de acordo com o autor, a uma série de processos econômicos como a ampliação de profissionais liberais, o acesso à educação superior, bem como o aumento de bens de consumo de produtos duráveis e não-duráveis e mudanças de hábitos comportamentais (alimentação, lazer, cultura, etc....). Paralelamente aos avanços de

consumo, uma parcela que se encontrava ao limbo desses códigos consegue ascender por novos arranjos sociais (que incluem políticas assistenciais, financiamentos e outras medidas) que reconfiguraram novos panoramas às estruturas sociais oferecendo outros modos de convivência e consumo. Assim, essa nova proposta de classe média, não mais a tradicional compreendida pela ordem daqueles que detém os meios de produção, tem uma nova roupagem e justamente essa nova proposta foi o que incomodou as classes mais tradicionais.

Algumas medidas propostas pelo governo Lula também agradou as diferentes classes pela possibilidade de consumo como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de aproximadamente 10% para a compra de automóveis, além da redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que caiu de 2,5% para 1,5% para esse tipo de compra. Além disso, houve também a redução de IPI para eletrodomésticos da linha branca (geladeira, fogão, etc...), dependendo do produto adquirido, o desconto poderia alcançar a redução de 10% do imposto<sup>112</sup>. A despeito dessas medidas agradarem a classe média tradicional, não foram suficientes para reconhecer a redução das desigualdades entre todos os setores sociais. Logicamente que tais medidas foram marcantes para a população pela possibilidade de aquisição de bens, entretanto elas estiveram mais associadas ao estímulo de consumo que à promoção de cidadania e reconhecimento social. Assim, essa classe média (Avritzer, 2016, p. 103), composta por segmentos que obtiveram a ascensão social pelo consumo, juntamente à classe média tradicional, formou um contingente que tem a renda familiar de R\$ 1 mil a R\$ 5 mil e que, além das novas possibilidades de consumo, reconfigurou outros comportamentos da sociedade brasileira:

(...) esse fenômeno alterou a relação entre a classe média baixa e a alta e teve forte impacto político. A classe média tradicional, também chamada de alta, foi marcadamente afetada pelas mudanças que reduziram a desigualdade e levaram à mobilidade no mercado de trabalho, uma vez que é forte consumidora de serviços domésticos, cujos profissionais foram beneficiados pelas mudanças no mercado de trabalho. (...) A classe média tradicional no Brasil também se viu comprometida por uma questão de status, que despontou em diversas situações recentes, como no caso do acesso de jovens da nova classe média a shopping centers, episódios conhecidos como “rolezinhos”. Nessa ocasião já se manifestou uma questão que “aflinge” os brasileiros de classe média, que é o convívio em espaços sociais não compartilhados anteriormente (AVRITZER, 2016, pp. 103-104).

---

<sup>112</sup> Ver em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/10/ipi-de-moveis-e-linha-branca-sobe-nesta-terca-feira.html>. Acesso: 11 jul. 2017.



A partir das reflexões do autor sobre essa nova classe média, consideramos que alguns movimentos perversos começam a aflorar, pois são sintomas da incapacidade de estabelecer afetos, diálogos e reconhecimento de alteridade no espaço público, trazendo à discussão as reflexões de Arendt sobre política e as considerações de Szpancekopf sobre a perversão social. A dificuldade de lidar com aquilo que é *diferente* dos espaços já cristalizados torna-se a angústia de obtenção de gozo. Assim foram, por exemplo, os chamados *rolezinhos*<sup>113</sup>, quando grupos compostos majoritariamente por jovens de classes baixas iam aos shoppings-center em grandes números. Longe de ser uma manifestação social por igualdade ou algo do tipo, mas suficientemente incômodo para desagradar a classe média. A noção de preservação dos valores da classe média tradicional, baseada na concepção de exploração do trabalho e a manutenção de valores conversadores, foi um dos motivos de argumentação para revista mesmo antes das disputas eleitorais de 2014.

A permanência das estruturas sociais e das representações cristalizadas de indivíduos foram propostas discursivas da revista *Veja* da edição de número 2315, de 03 de abril de 2017. Na ocasião, a matéria de capa trazia mudanças das leis de empregabilidade de funcionários domésticos e as mudanças que isso poderia acarretar nas famílias e pessoas que contratam esses profissionais; assim foi o projeto de lei que deu origem à lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. A lei reconhece a obrigatoriedade de registro em carteira desses profissionais, bem como o pagamento dos direitos trabalhistas até então não reconhecidos (FGTS, férias remunerada, dia de descanso remunerado, licença maternidade, licença saúde, etc...).

---

<sup>113</sup> Os *rolezinhos* foram convocações de pessoas, em sua maioria de jovens, a shopping centers principalmente na cidade de São Paulo e região metropolitana que chamaram a atenção por ser um grande contingente, em sua maioria de jovens, principalmente de áreas periféricas. O movimento que não tem uma proposta política de visibilidade preocupou autoridades a ponto de haver intervenção judicial e a criação de esquemas de abordagens e revista e interdição entre os frequentadores desses espaços. Ver em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/conheca-historia-dos-rolezinhos-em-sao-paulo.html>. Acesso: 19 set. 2017.

Figura 7



Revista Veja, edição nº 2315, 03 de abril de 2013  
Reprodução do original

A imagem da capa que tratou sobre esse assunto trouxe um homem branco de gravata e avental lavando a louça com semblante de desilusão no rosto. Além disso, a chamada da capa dessa edição é: *Você amanhã – As novas regras trabalhistas das empregadas são um marco civilizatório para o Brasil – e um sinal de que em breve as tarefas domésticas serão divididas entre toda a família*, há a necessidade de preservação dos status social que não prezam por mudanças, estabelecendo relações de trabalho e cultura cristalizados, ou seja, não cabem aos sujeitos brancos engratados a realização de atividades domésticas. A estigmatização das representações é manifestação perversa, pois refratam os códigos de sentido e representação.

A defesa dos valores burgueses basilares e da classe média (composta por sujeitos ou grupos tradicionais ou de novos grupos advindos da ascensão social) também aparece em outras propostas discursivas da revista em outras montagens. A edição de nº 1969, de 16 de agosto de 2006, a *Veja* estampa na capa uma moça negra empunhando o título de eleitor com a chamada de capa: *Ela pode decidir a eleição - Nordestina, 27 anos, educação média, R\$ 450 por mês, Gilmara Cerqueira retrata o eleitor que será o fiel da balança em outubro*.

A formação do discurso perverso nesse caso se encontra em alguns aspectos. O primeiro deles é reconhecer o estigma social que mulheres negras, nordestinas e pobres na realização das eleições daquele período, como se as pessoas com esse perfil não pudessem participar dos atos políticos garantidos pela condição democrática. Conforme apresentamos anteriormente, segundo reflexões de Arendt, o reconhecimento político do sujeito é legítimo pela visibilidade que esse pode usufruir. A desqualificação da vida pública é um modo de atribuir ao sujeito o limbo das práticas e vivências políticas, privando-o dos modos de representação e liberdade. Qual seria o problema que pessoas como Gilmara pudessem definir os rumos políticos do país? Outra montagem perversa é de atribuir sentido à identidade do eleitorado petista. De modo muito rasteiro e estigmatizante, a revista considera que as qualidades da mulher da capa compõem o eleitorado fiel do PT, além de apresentar movimentos de teor misóginos e de preconceitos regional e social; aliás, no decorrer da pesquisa, outras passagens que apresentam referências à misoginia também serão apresentadas. Sob outra condição, a formação de estigmas também está presente no discurso dos participantes quando apontam que a saída de Dilma é porque ela faz parte de um partido corrupto, como apontaram os participantes (E) e (F) ao afirmarem que por haver indícios de corrupção ela deveria abandonar a presidência. Certamente que não compactuamos com as práticas ilegais e ilícitas, todavia, é questionável o súbito interesse por combate à corrupção nos dias de hoje e a fetichização do PT enquanto sinônimo de corrupção.

Figura 8



Revista Veja, edição nº 1969, 16 de agosto de 2006  
Reprodução do original

Os discursos (imagéticos e verbais) não podem ser interpretados exclusivamente na chave de entendimento da ordem semântica. É importante, como já ponderamos anteriormente, que o discurso é um dispositivo tecnológico de poder (Foucault, 2014); sendo assim, há a intenção de manifestar o discurso como sendo uma condição de verdade. Todavia, o vigor da permanência desses discursos no meio social é sintoma da qualidade da sua própria reverberação e dos movimentos de estesia que não fomentados. Isso aconteceu na produção e circulação dos discursos e práticas da ciência no século XIX para estabelecer valores de saúde, normalidade e, inclusive, retidão moral. De forma semelhante são as construções dos textos midiáticos, pois a intenção não é necessariamente de reconhecer o que deverá ser lido, mas como deve ser lido, o que não quer dizer que todos os compreendam de uma única maneira. A circulação dos conteúdos é independente do valor da intenção do texto. Na perspectiva foucaultiana, o discurso tem como proposta a promoção de ação, ou seja, o valor de legitimação para promover a circulação de poder proposta pelo discurso. Sob esse olhar que a classe média brasileira teve um papel fundamental na circulação dos ideais sugeridos pela revista quanto às ações contra os governos petistas e também contra as novas configurações da classe média.

A classe média também foi fundamental para as manifestações que ocorreram em junho de 2013 em decorrência do aumento de R\$ 0,20 nas passagens de transporte público em São Paulo e que mais tarde se espalharam por todo o país. Amparado em pesquisa divulgada pelo IBGE, em 2013, Avrtizer (2016) apresenta que naquelas manifestações o perfil predominante era de pessoas de classe média:

Os manifestantes tinham as seguintes características socioeconômicas: a divisão entre ambos os sexos, 50% de cada um deles; 63% tinham entre 14 e 29 anos; 43% tinham curso superior completo; 24% declararam não trabalhar e 52% declaram estudar. Quando indagada a renda familiar, 23% declararam que tinham renda acima de dez salários mínimos. Esses dados permitem uma caracterização: o perfil central dos manifestantes é composto pela classe média, principalmente pelos filhos desta. É possível que esses dados variem regionalmente, mas dados regionais não estão disponíveis para análise (AVRITZER, 2016, pp. 68).

Em primeiro momento, as manifestações foram organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) que preza pela gratuidade de transporte público para estudantes e para outras demandas referentes aos estudantes. O MPL parte de posicionamentos de esquerda e também da insatisfação com as medidas adotadas pelo governo Dilma. A capacidade de mobilização do grupo e de suas ramificações pelo Brasil foi algo surpreendente, uma vez que foi a primeira grande mobilização em esfera nacional de convocação realizada quase exclusivamente por chamamentos por redes sociais e por espaços digitais. As manifestações ocorridas em junho de 2013 tornaram-se indispensáveis para reconhecer a ressonância no tecido social, a participação social dentro do ambiente digital e novas configurações de ações e participação políticas.

A intenção não é de recriminar ou apontar qualquer motivo que desmereça ou desqualifique a intenção das manifestações de 2013, ainda mais que se trata de uma pauta de ordem coletiva e política que foi orquestrada para o bem comum. Entretanto, a forma como essas manifestações foram apropriadas por outros grupos foi alheia à pauta inicial. desvirtuaram as demandas iniciais e foram enveredadas de maneira desorientada para outros campos de atuação nem sempre legítimos, sendo, inclusive, motivo de argumentação entre os partidos de oposição ao governo de Dilma. Ainda de acordo com Avrtizer, os próprios organizadores do MPL e também dos Comitês Populares dos Atingidos pela Copa<sup>114</sup> (COPACs) perderam o controle das manifestações no decorrer do

---

<sup>114</sup> Esse grupo popular foi composto basicamente por pessoas que foram atingidas pelas obras de adequação à Copa de 2014, já que o Brasil sediou o evento. Além disso, o grupo recebeu mais força

junho daquele ano o que abriu brechas para manifestações conservadoras, partidárias anti-petistas e a miscelânea de outras práticas discursivas como o pedido de intervenção militar:

A perda do controle das manifestações por lideranças do MPL e COPACs se expressa de duas formas adicionais, a saber, com a ascensão de alguns sites de agenda abertamente conservadora entre as autoridades da internet, tais como o Movimento Contra a Corrupção Acorda Brasil. Esse movimento já expressa uma questão que se colocará na conjuntura política depois de 2013: a seletividade na luta contra a corrupção que ignora determinados casos e foca nos elementos que comprometem o PT (...) O próprio MPL percebeu essa perda de controle sobre o movimento e a sua agenda e anunciou no dia 21 de junho que não convocaria novas manifestações e que era contra hostilidade aos partidos de esquerda (AVRITZER, 2016, p. 72).

A segunda mudança identificada pelo autor é quanto às formas de manifestação que surgiram em determinadas cidades. Para Avrtizer, em São Paulo, houve mais ocorrência de assuntos conservadores; no Rio de Janeiro, as manifestações foram marcadas por atos mais radicais envolvendo a depredação de patrimônios públicos e privados; cabendo a Belo Horizonte a manutenção por mais tempo de agendas voltadas a posicionamentos de esquerda. A fragmentação de intenções, bem como a apropriação dos discursos e práticas de reivindicação por outros grupos e sujeitos alheios às propostas iniciais das manifestações, quando analisada sob a ótica da participação pública, enfraquece as ações políticas, uma vez que a noção de senso comum torna-se fragmentada; são brechas que são abertas que objetivam a desqualificação política, anulando o reconhecimento da participação em sociedade. As manifestações de 2013 trouxeram à tona sujeitos insatisfeitos com o governo, para além disso, outras características subjetivas assumiram o espaço público sem a devida reflexão da contribuição dessas práticas à política.

Em outro modo de pensar, Ab'sáber (2015) identifica que esses sujeitos que deram base para o processo de *impeachment* de Dilma não eram apenas pertencentes à classe média, mas também associados ao conservadorismo, uma segmentação social que teve ascensão no cenário político que incluíram, inclusive, demandas sobre esse teor. O autor denomina esse sujeito como sendo *o homem conservador médio*:

(...) tensões políticas, clivagens e afastamentos sociais reais do governo de Dilma Rousseff foram a base da convocação de um outro tipo de agente social,

---

daqueles que acreditavam que o evento não deveria ocorrer no país e os investimentos destinados às obras deveriam ser utilizados em outras esferas como educação, saúde, etc...

que acabou por ser a fera de ataque mais dura, organizada e eficaz, para a corrosão atual da mística petista. Com o realinhamento gradual e real do grande capital contra o governo, o *homem conservador médio*, antipetista por tradição e anticomunista por natureza arcaica brasileira mais antiga – um homem de adesão ao poder por fantasia de proteção *patriarcal e agregada*, fruto familiar do atraso brasileiro no processo da produção social moderna – pode entrar em cena como força política real, deixando de expressar privadamente um mero ressentimento rixoso, carregado de contradições, contra o relativo sucesso do governo lulo-petista, que jamais pode ser verdadeiramente compreendido por ele (AB’SÁBER, 2015, p. 35, com grifos do autor).

Em outro estudo, Ab’sáber apresenta reflexões sobre a atual conjuntura do perfil desses sujeitos com base no passado que não foi elaborado, ou seja, de segmentos sociais que não aceitaram a ascensão de segmentos marginalizados em algum período da história. Assim como no psiquismo humano, aquilo que não teve uma simbolização é guardado como uma pulsão que pode vir à tona em momentos férteis enquanto uma força do inconsciente, são as significações antigas e sem fundamento como o combate ao avanço do comunismo em nome da manutenção de valores conservadores sociais<sup>115</sup>, aflora a sensação de medo que, por sua vez, pode abrir caminhos perversos para combater aquilo que causa estranheza. Assim, a notoriedade daqueles sujeitos que prezam pela extinção do socialismo, do comunismo e dos pensamentos de esquerda seria o sintoma daquilo que não foi simbolizado e ganha a visibilidade no espaço público de modo intenso, mas sem a devida reflexão e elaboração simbólica sobre aquilo que é diferente:

Nosso principal modelo ideológico de fundo, contra a consciência da fração moderna do movimento da nova direita, diz respeito à repetição do *passado não elaborado* do terror antissocial brasileiro, sempre preservado em nosso pacto histórico rigoroso de modernização conservadora, acelerada. Um passado que resiste a passar, com suas cisões e compromissos muito próprios (...) como a grande fantasmagoria de parte importante de nossa classe média e pequena burguesia (AB’SÁBER, 2016, p.26, grifos do autor).

Por essa passagem a noção de medo permeia a classe média (tanto a nova como a mais tradicional) segundo uma perspectiva fantasmagórica e, por isso, a necessidade de

---

<sup>115</sup> Em algumas passagens de disputas políticas maniqueístas, houve aquilo que o autor chama de alucinação, processo próximo à psicose que reconhece castração ao *eu* sem a possibilidade de existência. Isso aconteceu em episódios quando, por exemplo, foi clamado que a permanência do PT na presidência faria ascender o comunismo no país, como se isso seria possível mesmo com as ações do partido de oferecer mais consumo à população e com os altos lucros dos bancos no país. “O anticomunismo é estratégia extremada – ancorado no arcaico liberalismo conservador brasileiro, com fumos de fidalguia, as famosas raízes do Brasil, de origem ibérica e escravocrata – de resgatar o governo de compromissos populares quaisquer, mesmo quando estes compromissos, como no caso dos governos Lula e Dilma, sejam de fato os da inserção de massas no mercado de consumo e de trabalho, evidentemente pró-mercado, capitalista (AB’SÁBER, 2015, p. 37).

defesa que tem como sintoma as práticas de ódio e de violência para desconsiderar aquilo que é diferente do *eu*. Sob uma perspectiva semelhante ao segundo posicionamento de Ab'sáber, Tiburi (2017) acredita que o ódio que veio à tona nas crises políticas, na verdade, também não é recente, mas é um recalque que se encontra na historiografia brasileira que se arrasta desde o período colonial de aversão e repúdio a segmentos sociais menos favorecidos. Mesmo assim, a ascensão do ódio não deixa de ser uma relação de afeto entre os interlocutores dos assuntos referentes à política e a sigla PT não seria utilizada apenas para designar o partido, mas a metáfora daquilo que representaria um sintoma do mal, sem a devida reflexão histórica para considerar as origens de corrupção e da perversão no meio político partidário, além de ser um signo de desavença à paixão:

Para muitos o ódio ao PT corresponde ao velho ódio que elites têm de classes subalternas ou trabalhadoras. Na forma como esse ódio se alastra por meio, inclusive, de operações metafóricas, até mesmo quem não pertence a elite alguma acaba por experimentá-la, já que os afetos são psicologicamente contagiosos. Esse ódio será bem diferente do que se chama de antipetismo, misto de crítica e ressentimento, de oposição, seja oportunista ou fundamentada. O ódio ao PT seria fruto de algo muito anterior ao PT. No caso brasileiro, poderíamos falar em ódio colonial. Independentemente do que o Partido dos Trabalhadores possa ou não ter feito de bom ou de mal em termos políticos, impressiona o uso moralista que sua sigla, transformada em signo, assumiu entre nós. (...) O quanto as metáforas falam mais da sociedade que as inventa do que do "mal" que querem afirmar, é um problema mais do que político (TIBURI, 2017, p.11).

Tiburi, Ab'sáber e Avertizer apresentaram as possibilidades de identificação do perfil dos grupos que começaram com as manifestações ainda em 2013 e se estenderam em 2015, sendo que alguns deles acreditavam que as manifestações seriam mesmo em favorecimento do espaço público. Entretanto, ao longo dos dias, os movimentos se desvirtuaram ou tornaram-se montagens, no sentido empreendido do conceito pela psicanálise, como defende essa tese, o desenvolvimento de comportamentos que recriam a realidade para a obtenção de gozo. Ou seja, houve a apropriação dos movimentos legítimos ao espaço público por sujeitos e grupos que não estavam interessados na promoção das questões políticas.

Chegar a uma conclusão única sobre o perfil desses indivíduos é em vão, justamente pelos vários referenciais que permeiam a composição das subjetividades. Além dessas concepções, é importante considerar também o sujeito identificado por Arendt quanto à banalidade do mal que reconhece no cumprimento da ordem sem a devida reflexão o exercício de prosperidade coletiva. Por essas considerações, cada autor



traz contribuições muito férteis para compreender como são aflorados os discursos de paixões e ódio no espaço público e político. A diversidade do perfil desses sujeitos é interessante para perceber como foram interpretadas as ações que motivaram as manifestações de insatisfação do governo que se verteram em outras manifestações que não necessariamente transpareciam combate à corrupção. E, mesmo com a diversidade de reconhecimento desses sujeitos ou grupos, é relevante perceber a promoção de ausência de diálogo e comunicação no espaço público e a necessidade de firmar territórios pelo discurso midiático, como na revista *Veja*. O desenvolvimento desses afetos foi inflado e apresentado como estratégias para a promoção de ações no espaço público.

Os discursos midiáticos fomentaram a necessidade de mudanças no cenário para a permanência do gozo daqueles que supostamente estariam desprotegidos, na mesma proporção que esses sujeitos alimentaram os discursos midiáticos enquanto forma de insatisfação e a possibilidade de permanecer em gozo. Como apresentado por Ab'sáber e Avertizer a ascensão de determinados segmentos sociais provocou o incômodo nas estruturas mais conservadoras. Freud na obra *O mal-estar na civilização*, já apresentada nessa pesquisa, refere-se à situação desconfortável do sujeito com o outro na vida em sociedade na modernidade e que isso causaria o mal-estar uma vez que os sujeitos não gozam conforme sua intenção narcísica, mas pelas possibilidades de gozo que são ofertadas segundo códigos morais e culturais. Esse ensejo torna-se público no panorama político e nos movimentos da midiaticização a partir de que há movimentação não de questionamento e diálogo de referências democráticas, mas sim a condenação sumária desses signos como a soberania do voto popular para as três eleições consecutivas que levaram petistas ao executivo nacional, o uso de urnas eletrônicas e a apuração dos votos.

A sensação de desamparo e o fantasma de possíveis castrações desses sujeitos tornaram-se motivos para que as paixões avançassem ao cenário político enquanto movimentos de defesa, mas na verdade, tornaram-se argumentos de violência e perversões. Nas palavras de Birman (2017), as ações promovidas pelo narcisismo provocam violências e podem provocar movimentos perversos. A cultura contemporânea promove as possibilidades de gozos sem freios justamente como discurso de felicidades, poderes e realizações pessoais, nem sempre coletivizados:

A presença trágica dessa experiência na subjetividade moderna e os destinos terríficos construídos por esta subjetividade para lidar com o desamparo conduziram as individualidades insofismavelmente para o narcisismo, a violência, a crueldade e a destruição. O desamparo, no entanto, foi articulado precisamente aqui à nostalgia da figura do pai, que como *ausência*, nos

registros simbólico e real, se fazia *presença* aterrorizante pela severidade implacável do supereu. Seria isso então o que conduziria a subjetividade na modernidade às diferentes perturbações do espírito, articuladas que seriam sempre pelo narcisismo, pela violência, pela crueldade e pela destruição (BIRMAN, 2017, p. 67, grifo do autor).

Nesse caso, além do medo oriundo de segmentos sociais que se sentiram acuados pela perda de privilégios houve também a sensação de desamparo, o que poderia ter causado o pânico moral na reeleição de Dilma Rousseff à presidência que seria reconhecida como a permanência da pauta assistencialista de transferências de renda e outras ações. Kenneth Thompson (1998) apresenta reflexões interessantes sobre o que poderia ser pânico moral. O autor acredita que o surgimento desse acontecimento está envolvido com a ameaça a algo sagrado ou fundamental dentro do padrão cultural, relacionado principalmente a ideologias dominantes e que, possivelmente, se sentem acuadas. O pânico moral é também a estratégia escolhida para preservar e manter as forças ideológicas previamente reconhecidas em detrimento de outras influências. Ele é advindo de crises, de mudanças bruscas governamentais ou de condição social e há a participação da população e formadores de opinião como, por exemplo, os meios de comunicação e partes interessadas na formação do pânico, para o surgimento de discursos e práticas cínicas de montagens que passam a ser compreendidas como sendo verdades.

Pela reflexão de Thompson, há duas considerações que podem ser feitas. Primeiramente é a campanha feita para a implantar o desequilíbrio da ordem social que, mesmo que não tenha esse objetivo, cria fragmentações. Esse posicionamento vai ao encontro da formação da montagem dentro da moral perversa ao acreditar que há a intenção de criar uma realidade que, muitas vezes, é sintoma fantasmagórico do desejo. O outro ponto é participação dos meios de comunicação na campanha para a instauração do pânico enquanto manifestação de poder, acrescenta-se a essa condição a participação da população em conjugação com essa realidade. Essa questão envereda para mecanismos de mediação em que os interlocutores reverberam e oferecem outros discursos a partir dos discursos midiáticos e com base em outras mediações, não obrigatoriamente de modo direto, mas pelo afeto que é criado e reverberado no meio social.

Ele ainda completa que o surgimento do pânico moral, além de ser fruto da montagem de determinados grupos, há três características marcantes como a *hostilidade* que percebe de indivíduos ou grupos seriam provocadores do pânico e, por isso, sofreriam hostilidade pela condição em que se encontram. Outra característica é a volatilidade, ou seja, efemeridade do acontecimento que engrandece e se esvazia em curto espaço de

tempo. Além disso, o pânico moral também se caracteriza pela desproporcionalidade entre aquilo que foi disseminado e as ações que causaram no meio social. O modo do autor compreender o pânico moral dialoga com a proposta de atores não-sociais, pois comprometem a qualidade política do espaço público, além de abrir as portas para a instauração de perversões.

Pelo pânico moral, houve a prosperidade do discurso que projetou a ausência de chefe de estado na condução do país e essa situação deveria ser revertida antes que o caos fosse instaurado de modo concreto, aliada ao descontentamento da população, como consta no discurso das participantes (A) e (B) e paralelamente também às reflexões de Freud na obra *Totem e o tabu*, que aponta sobre a angústia da ausência de um chefe. Esse discurso foi baseado no medo desenvolvido pela fantasia daqueles que possivelmente perderiam seus privilégios. Assim, a angústia sofrida por aqueles que se sentiram desprotegidos das ameaças de mais um governo petista, bem como a suposta invasão de legados comunistas e socialistas, e a possibilidade de perder os privilégios adquiridos ao longo de anos por meio de distinção social foram motivos para montagens perversas dentro do campo político e democrático. A busca pelo gozo sem recalque e sem marcas impulsionou os diversos grupos não-sociais para a intenção de promover o gozo narcísico e irrestrito, mesmo que para isso houvesse a necessidade de sublimar os signos da cultura e dos procedimentos democráticos.

É importante reconhecer, mais uma vez, que esse texto não pretende defender o posicionamento dos governos petistas. A corrupção deve ser combatida independentemente do partido político, entretanto, o questionamento a ser feito é quanto a lisura do processo e das atividades praticadas. A intenção de articular a saída do PT do executivo nacional, bem como do espaço público, não esteve necessariamente atrelada ao combate da corrupção, mas ao extermínio do partido de cena pública em nome do gozo de determinados segmentos sociais. Por esse motivo, essa pesquisa vai compreender as manifestações de *impeachment* realizadas em 2015 como sendo ações narcísicas e que abriram as portas para movimentos perversos na medida que contemplaram apenas gozo individuais e de determinados grupos e não foram concebidas enquanto benefício coletivo, tampouco de aspecto político porque não houve a intenção de promover o debate, o diálogo e a participação política. Os pedidos de *impeachment* foram arquitetados não exatamente pelo fim da corrupção ou preocupação moral, mas para eliminar signos que lembrassem o PT ou ações de esquerda do cenário político. Essa dinâmica não pode ser equiparada a ações políticas, mas a movimentos de defesa de determinados grupos

elaborada por sujeitos na intenção da permanência do gozo e distinção social e fomentado pelos discursos midiáticos. Como na reflexão de Birman sobre o narcisismo contemporâneo. :

(...) o narcisismo foi incrementado, pois cada um pensava apenas no próprio gozo (...). Com efeito, povos, nações e etnias se confrontavam brutalmente em nome da preservação e da expansão do gozo próprio, procurando apropriar-se ostensivamente do gozo do outro. O deslocamento foi a disseminação e diversificação da violência em todos os registros de existência, regulada sempre que foi pela busca do gozo próprio e para retirar todos os entraves à sua expansão. Com isso a destruição humana e a crueldade passaram a ganhar cada vez mais corpo e espaço na subjetividade, sendo sempre autorizadas e legitimadas pelo gozo sem limites (BIRMAN, 2017, pp.71-72).

As colocações do autor foram apropriadas para essa pesquisa para compreender que a paixão e o ódio emergentes pelas discussões sobre política que, na verdade, se manifestaram como aversão àquilo que poderia oferecer alguma ameaça ao gozo e não obrigatoriamente na movimentação política em busca de saída da situação crítica. Nesse caso, as ações perversas não foram apenas ao PT, mas a qualquer lembrança e assimilação ao partido que deveriam ser repulsadas. O outro, nessa situação, não era apenas aqueles que apresentavam simpatia ao partido ou aos próprios políticos do PT, mas a todos aqueles que representariam possibilidades de castração ao gozo narcísico desses grupos e sujeitos.

Nos pronunciamentos feitos pela presidente em cadeia nacional de rádio e televisão, grupos contrários a ela e ao partido convocavam a população para que no período de exibição fizessem barulho suficiente para que Dilma não fosse ouvida. Das janelas e sacadas de prédio ou dos quintais de casas, várias pessoas batiam panelas com o intuito de ignorar a fala da presidente. Chamados de *paneleiros*, esses sujeitos começaram suas manifestações no dia 08 de março de 2015, dia internacional da mulher, mas permaneceram em todos os pronunciamentos oficiais dela. Não escutar e limitar a atuação de outro, ainda mais uma chefe de estado, segundo preceitos de afinidade guiados pelas paixões, torna-se perverso na medida em que esses gestos visam anular a condição de alteridade no espaço público, além de provocar o silenciamento do discurso do outro. Sob a pena de Arendt, isso não é política, é violência. Conforme apresentado anteriormente, a autora percebeu na visibilidade do outro uma condição de reconhecimento de manifestação política, dessa forma, o silenciamento de uma chefe de estado pelo barulho não contribui para o engrandecimento da política, mas torna-se um

ato de intransigência narcísica de indivíduos que nem se quer prestam-se a ouvir o outro, independentemente do conteúdo do discurso proferido.

A edição de número 2438, de 12 de agosto de 2015, a *Veja* trouxe na capa uma fotografia de mãos aparentemente femininas simulando o bater de panela com a chamada: *O Brasil pede socorro*, o assunto de capa contempla o dossiê chamado *A mensagem do panelaço* com as matérias: *Um diálogo de surdos*, *O fim da farsa*, *Ela veio para ficar*, *Uma situação (sur)real* e *Falto mais capitalismo*. Além da participante (E) que afirmou ter participado de panelaços, a participante (B) também deslegitima o discurso da presidente enquanto chefe de estado ao acreditar que o neto de apenas três anos de idade teria condições de apresentar discursos mais capacitados que os de Dilma. Essas considerações fortalecem a ideia de que a mídia não exatamente manipula informações, mas constrói panoramas a partir dos desejos circulantes.

Figura 9



Revista Veja, edição nº 2438, de 12 agosto de 2015  
Reprodução original

A primeira matéria alega a incapacidade do governo de ver a insatisfação da população e, naquela época, devido pelo alto índice de rejeição, a publicação já calcava a

possibilidade de saída de Dilma como fim para o pânico moral que foi instaurado pela midiaticização quanto ao seu governo:

Segundo o Datafolha, Dilma conquistou o título de presidente mais impopular do país. Seus índices de reprovação e aprovação são de, respectivamente, 71% e 8%, ambos recorde. A tempestade parece mesmo perfeita. O risco de não terminar seu segundo mandato, real (Pereira, 2015, p.46).

Além disso, a mesma matéria traz uma fotografia de Michel Temer, de braços cruzados e boca cerrada, com a legenda: “*Mal-entendido O vice-presidente Michel Temer e o apelo pela governabilidade: o Brasil precisa de ‘alguém que tenha a capacidade de reunificar a todos’*”, um discurso que desenha a possibilidade dele assumir o executivo nacional por traçar caminhos para as possibilidades de *impeachment*. A segunda matéria traz a prisão de José Dirceu, figura marcante nos governos petistas e no combate à ditadura civil militar brasileira nas décadas de 1960 e 1970 quando participou ativamente contra esse regime. Com duas imagens, sendo uma delas, ele ainda jovem e outra no momento da prisão, José Dirceu estampa a abertura da matéria com o título: “*O fim da farsa – A prisão do ex-ministro José Dirceu sepulta uma utopia que nunca existiu e marca o início do encerramento de um ciclo de populismo e corrupção que devastou o Brasil*”. A matéria seguinte é sobre as delações premiadas, quando acusados têm o benefício de contribuir com as investigações e receberem a possibilidade de pena reduzida. A outra matéria é quanto aos índices econômicos, bem como a desvalorização do real e das commodities para exportação. E a última matéria apresenta como a ascensão dos governos petistas são sintomas da ausência de capitalismo, tendo como base o livro *Capitalismo: modo de usar*, de autoria do economista brasileiro Fabio Giambiagi. É pertinente considerar como a revista compõe as matérias de acordo com sua proposta de reconhecer como os problemas de ordem política no Brasil estão intrinsecamente considerados a ações envolvendo posicionamentos de esquerda, além de enaltecer as referências capitalistas para o desenvolvimento da nação e também dos sujeitos e essas propostas também estão presentes nos discursos dos participantes. A intenção da revista de promover essas práticas é muito antes das primeiras manifestações de insatisfação do governo de Dilma Rousseff.

#### 14- Muito antes de 2013

Esse capítulo pretende apresentar como as referências antipetistas já se encontravam em circulação muito antes da ascensão de Dilma Rousseff assumir a presidência. Reconhecer esses valores dialoga com os referenciais de produção acerca das representações públicas e o universo abstrato universal da leitura do circuito proposto, ou seja, a produção dos discursos está muito ligada aos valores que se encontram em ressonância como prática hegemônica. A ausência de empatia entra a publicação e o PT e seus dirigentes e partidários não é algo propriamente dito novo, como apresenta Secco (2015) em estudo realizado pela revista Forum, em 2005, de junho a dezembro, sobre o espaço dedicado a críticas explícitas ao governo petista. Para o autor, “vinte e duas capas da revista *Veja* somente três não tinham uma denúncia explícita ao PT. Cinco capas eram contrárias a Lula pessoalmente. Assim, o PT passou a atacar a imprensa atribuindo a ela um comportamento partidarizado” (SECCO, 2015, p.217). A mesma intenção da revista permaneceu em 2016, das 54 capas daquele ano, 42 foram destinadas a abordar a situação de Dilma no cenário político-partidário ou sobre os avanços e retrocessos das investigações da Lava-jato.

As duas realidades evidenciam a fetichização da revista pelo partido; uma perseguição intensa e articulada com a intenção de promover a anulação do partido no cenário político, o que seria desnecessário sob o ponto de vista da ação política de Arendt. Além disso, as expressões referentes ao PT seriam o *sinthoma*, o objeto que se repete pela insistência da linguagem da sociedade, que não consegue ter um sentido para além das referências da repetição de manifestação da fala. A repetição do *sinthoma* pode ser a qualidade de alguma angústia, todavia, não deixa de ser um gozo pela renitência da prática que, no caso, torna-se perverso pela necessidade de aniquilação.

Anos antes da polarização partidária de 2013, a revista mostrava indícios de retaliação ao partido, uma situação que já se encontrava àquela altura em circulação. Na edição de número 2074, de 20 de agosto de 2008, a revista *Veja* apresentou como matéria de capa o título *Os erros não são só deles: Os estudantes brasileiros são os piores nos ranking internacionais mas... mais de 90% dos professores e pais aprovam as escolas*. A imagem da capa era um menino em idade escolar escrevendo no quadro-negro a frase *O insino no Brasiu é otimo*.

Figura 10



Revista Veja, edição nº 2074, de 20 de agosto de 2008  
Reprodução original

O exemplo apresenta nuances contra ideologias de esquerda para justificar a *cegueira social* nas escolas, apresentado pela revista, além de apresentar o movimento *Escola sem partido*, organização que acredita que há doutrinação ideológica em instituições de ensino e que atualmente tende a acreditar que existe também doutrinação acerca da diversidade sexual aos alunos, isto é, que há incentivo de professores para que alunos tenham posicionamentos de esquerda e também homoerótico<sup>116</sup>. O conteúdo das matérias é desvirtuado do assunto da capa. O dossiê dessa edição apresenta a pesquisa realizada pela CNT/Sensu, encomendada pela própria revista, que aponta a satisfação com a educação entre pais que têm filhos em escola privada, 89%, e que 90% dos professores se dizem capacitados para dar aula. A montagem tem a intenção de apresentar que pais e alunos estão sendo enganados, a despeito dos números comprovarem o contrário:

<sup>116</sup> Ver em <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,relatores-da-onu-denunciam-escola-sem-partido-e-classificam-projeto-de-censura,70001737530>. Acesso: 29 jan. 2018.



A reportagem que vai ler pretende chamar a atenção para as raízes dessa cegueira e contribuir para que pais, professores, educadores e autoridades acordem para a dura realidade cuja reversão vai exigir mais do que todos estão fazendo atualmente – mesmo os que, como é o caso em especial dos pais, acreditam estar cumprindo exemplarmente sua função. (WEINBERG; PEREIRA, 2008, p. 74)

Como forma de subverter isso, no quadro com o título *Para eles, a Finlândia é aqui*, são apresentados índices mais alarmantes da educação brasileira que, segundo a revista, são informações do Ministério da Educação (Mec), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação (Inep) e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A matéria se envereda para desmerecer posicionamentos denominados de esquerda presentes em escolas, justificando que a pesquisa aponta o uso desses ideais como algo para além do embasamento teórico-metodológico em sala de aula, mas como uma forma de doutrinação escolar por parte dos professores. A causa da cegueira apontada pela revista é a doutrinação a que os estudantes e pais são submetidos constantemente em sala de aula, isto é, cria-se um ambiente homogeneizante, uniforme e resumido de outros posicionamentos. A matéria, em tom alarmista, destaca que alguns personagens, sempre de posicionamento de esquerda, deveriam ser abordados de modo mais ponderado ou neutro, como é o caso de Che Guevara:

Muitos professores brasileiros se encantam com personagens que em classe mereceriam um tratamento mais crítico, como o guerrilheiro argentino Che Guevara, que na pesquisa aparece com 86% de citações positivas, 14% de neutras a zero, nenhum ponto negativo (WEINBERG; PEREIRA, 2008, p. 82).

Em mesmo nível de igualdade, o discurso da revista coloca Che Guevara e o pedagogo Paulo Freire e que ambos são referências para doutrina da esquerda em ambiente escolar. Todavia, essa recomendação trata-se de montagem a partir do momento que a revista é claramente contra posicionamentos de esquerdas. A intenção, na verdade, não é exatamente de refletir sobre posicionamentos e autores de esquerda, mas é de anular a promoção desses referenciais, um movimento de violência, como apresentado anteriormente, segundo Hannah Arendt. A necessidade de combater signos de esquerda deu base para as manifestações contra o PT. O antipetismo tornou-se marcante nas manifestações a favor do *impeachment* nos espaços públicos e políticos, pois além do partido que estava (e permanece) envolvido em esquemas de corrupção, uma camada da sociedade dividia conquistas com camadas até então menos favorecidas socioeconomicamente, ou seja, o sentimento de antipetismo não nasceu ao léu, mas fruto do desejo de uma sociedade que se sentiu desfavorecida de privilégios, não

necessariamente de direitos civis. Logicamente que propor que todos os cursos e procedimentos pedagógicos e de aprendizagem de uma escola restrinjam-se ao pensamento freireano causaria déficit no aprendizado e também no entendimento do campo da pedagogia, todavia, há vários hiatos que impossibilitam comparações entre o pedagogo e Che Guevara no sentido de acreditar que haja doutrinação. Como exemplo, a pesquisa aponta que 29% dos professores utilizam Paulo Freire em sala de aula. O que representa este índice? Não houve uma explicação plausível para além da paixão contra posicionamentos de esquerda. Uma outra matéria com o título *Prontos para o século XIX: muitos professores e seus compêndios enxergam o mundo como ele era no tempo dos tálburis. Como justificativa de “incentivar” a cidadania, incutem ideologias anacrônicas e preconceitos esquerditas nos alunos* (p.76) apresenta a desqualificação do pensamento de esquerda e mais uma vez a deliberação da instauração do pânico em ambiente escolar:

Não é bobagem. A doutrinação esquerdista é predominante em todo o sistema escolar privado e particular. É algo que os professores levam mais a sério do que o ensino das matérias de classe, conforme revela pesquisa CNT/Sensus encomendada por Veja. Pobres alunos. Eles estão sendo preparados para viver no fim do século XIX, quando o marxismo surgiu como uma ideologia modernizante, capaz não apenas de explicar mais de mudar o mundo para melhor, acelerando a marcha da história rumo a uma sociedade sem classes. Bem, estamos no século XXI, o comunismo destruiu a si próprio em miséria, assassinatos e injustiças durante suas experiências reais no século passado. (WEINBERG; PEREIRA, 2008, p. 74)

Os posicionamentos de esquerda, bem como figuras comunistas, como é o caso de Che Guevara, ainda se tornam tabus na sociedade brasileira, referências que ainda se alojam no inconsciente coletivo como signos de atrasos sociais. Não raras foram as expressões que repudiavam comunistas e socialistas no século XX no espaço político e a ausência de uma simbolização desses referenciais nocivos alimentam fantasias na atualidade. A aversão aos códigos de esquerda foi um dos motivos de extermínio durante a Segunda Guerra, da mesma forma que, no Brasil, foi motivo de perseguição durante a ditadura civil-militar e, na atualidade, não foi apenas identificada em 2008 pela edição da revista, mas também nas manifestações a favor do *impeachment* que aconteceram em 2015 e que associaram o PT a referências comunistas e socialistas. Da mesma forma que em anos anteriores, foi prezada a ausência de diálogo e comunicação em nome da violência no espaço político.

Acreditar que há doutrinação em escolas por ideais marxistas ou de posicionamentos de esquerda esbarra numa condição de alucinação, como apresentado por

Ab'sáber (2015), que promove como consequência a perseguição de sujeitos e grupos. Promover esse tipo de atitude é desqualificar a condição política de diálogo e discussão é perverso na condição de anular posicionamentos e promover a homogenia de considerações epistemológicas de conhecimento. Os participantes da pesquisa em momento algum consideraram a presença de discursos doutrinários de esquerda em escola ou instituições de ensino, entretanto, em vários momentos sugeriram o afastamento do PT da esfera pública de discussão como sendo o princípio de toda a corrupção presente na política partidária. Na continuação da matéria, são elencados 130 livros didáticos de História e Geografia que, segundo a revista, doutrinariam os alunos aos ideais marxistas ou que apresentariam alguma deficiência epistemológica<sup>117</sup>. Para encerrar o dossiê, a *Veja* apresenta a ONG *Escola sem partido*, que preza pela neutralidade ideológica. A onda de limitação de assuntos em aula, esse movimento também se incomodou com o *Kit contra homofobia*, que foi idealizado no primeiro governo Dilma, em 2011, e que foi chamado de *Kit Gay*, acreditando também que os valores doutrinários poderiam ser perpassados pela *ideologia de gênero*, fundamento que acredita que a sexualidade é fruto da educação doutrinária escolar<sup>118</sup>. Por esse lado, o material que seria utilizado para combater a homofobia nas escolas é pervertido a algo degradante ao espaço político como sendo doutrinador de desejos e sexualidades.

Uma outra montagem presente nesse dossiê é quanto à possível necessidade de fomentar discursos neutros. Conforme já apresentamos, o discurso jamais seria neutro porque, como apresenta Foucault, é uma tecnologia do exercício de poder. Mais que promover um sentido, o discurso é expresso na intenção de promover ações, circular enquanto sintoma de verdade e de poder. O discurso da revista não quer apenas acreditar que posicionamentos de esquerda sejam repugnantes, mas também de fazê-los silenciar segundo seus próprios preceitos de verdade; nem que para isso sejam necessárias alianças a grupos que também estão exercendo os mesmos tipos de afeto.

---

<sup>117</sup> Entre os profissionais que fizeram parte da equipe que analisou os livros está o professor Marco Antonio Villa, historiador e forte crítico das políticas adotadas pelo PT e autor do livro *Década perdida – Dez anos de PT no poder* (2013), além de ser comentarista em programas jornalísticos de rádio e televisão. Além de Villa, Octaciano Nogueira também foi consultado sobre os livros didáticos, os economistas Mailson de Nóbrega (ministro do governo de José Sarney e atualmente é colunista da revista), Sérgio Vale e o filósofo Roberto Romano.

<sup>118</sup> Há no site da instituição movimentos contrários à diversidade sexual como pretexto para doutrinação. Ver em: <http://www.escolasempartido.org/component/acymailing/archive/view/mailid-43/key-7e520a1cbe6deddc38327955c4c533be/subid-307-6d836d908ff0bc2a9dff156540bdcb92> . Acesso: 09 maio 2017.

Para além desse tema, assim como Silva (2009) apresentou que a revista se posicionou em defesa de propósitos neoliberais a partir do período de redemocratização até a chegada dos anos 2000, a defesa dos interesses da classe média permaneceu durante os anos de 2010 nas páginas da *Veja* como uma forma de crítica aos governos petistas. Vale lembrar que foi a classe média que promoveu as primeiras manifestações em 2013 e também promoveu as primeiras manifestações a favor do *impeachment*, obviamente, que essa promoção não circulou apenas nessa classe social, mas foi apropriada por outras e reverberadas no espaço público.

A edição da revista do dia 11 de novembro de 2015 retrata o sufoco que a classe empresarial passa no Brasil com a alta carga tributária e os processos burocráticos que emperrariam o desenvolvimento econômico do país, principalmente sobre as pequenas empresas, as *scale-ups* ou *start-ups*. Mais uma vez o desenvolvimento econômico é tido como exclusivo na promoção de desenvolvimento do país, a despeito de qualquer outra variante social. Logicamente que a burocracia é um gargalo para o desenvolvimento do país, Dufor (2013) acredita que a burocracia seja também signo perverso pela desqualificação do outro e pelo exercício de poder aplicado em nome de procedimentos que podem não ser frutíferos ao espaço político.

A capa traz também um homem branco, engratado, assustado e afixado no fundo branco com fitas adesivas vermelhas, a mesma cor que identifica o PT. A chamada de capa dessa edição tem como manchete: *Deixem ele crescer! Na semana do desastre do eSocial<sup>119</sup>, uma pesquisa inédita em 32 cidades mostra que o monstro burocrático esmaga com mais força justamente os empresários que ousam crescer e gerar empregos. É de lascar!*

---

<sup>119</sup>O eSocial é um projeto do governo federal que visa unificar as informações que são enviadas pelo empregador em relação aos empregados à Previdência sobre a tributação dos impostos trabalhistas. Mais informações no site <http://www.esocial.gov.br/conheca.aspx>, Acesso: 04 maio 2016.

Figura 11



Revista Veja, edição nº 2451, de 11 novembro de 2015  
Reprodução original

A matéria apresenta empresários que se sentem atados pelas cargas tributárias e são retratados pela burocratização de ações de empreendimento. Alguns desses empresários realizam estratégias para que possam amenizar o efeito da carga como, por exemplo, a mudança da sede do empreendimento para estados com menor tributação. E mesmo construindo um cenário desolador sobre a carga tributária do país, a revista apresenta que os pequenos empresários sofrem com os tributos a que são submetidos:

O desastre do e-Social ofereceu a milhares de cidadãos uma pequena mostra do massacre diário enfrentado pelos brasileiros que dão emprego, empreendem, criam empresas, fazem negócios. Brasileiros que, de certo modo, precisam gerar um boleto do e-Social quase todos os dias. Por isso, tornou-se óbvio dizer que os empresários e empreendedores são heróis nacionais. Eles navegam diariamente num oceano de burocracia – softwares que não funcionam, leis que mudam toda a hora, tributos que têm troca de alíquota, regras que não servem para nada – e frequentam com infeliz assiduidade o tempo da burocracia nacional, os cartórios. (MELO, 2015, p.75)

Em outro trecho da matéria, os empresários são enaltecidos, a despeito dos entraves impostos pelo governo, “Nesse ambiente hostil, muitos ainda conseguem inovar

e crescer (...) em pelo menos 20% seu número de empregados ou sua receita, a cada ano. (...) criam 3,3 milhões dos 5,6 milhões de empregos gerados de 2010 a 2012” (MELO, 2015, p. 76). Os números reportam que mesmo com o compromisso tributário, a evolução econômica desse setor ainda se apresenta em ascensão, denotando que apenas a classe empresarial é responsável pelo desenvolvimento econômico do país, deslegitimando a atuação do governo para o sucesso apontado pela revista.

Do ponto de vista da composição do discurso midiático, a pesquisa de um órgão competente, Endeavor, legitima a posição da revista, validando em números e porcentagens a necessidade de afrouxamento tributário para a classe empresarial, enfatizando que apenas esta é capaz de promover o desenvolvimento da economia brasileira, desconsiderando índices sociais como analfabetismo, desigualdade social e outros índices sociais. Além disso, fomenta também uma visão conservadora que visa à manutenção da ideologia do progresso oitocentista de que o desenvolvimento da nação se encontra quase que exclusivamente no crescimento econômico. A crença no trabalho para o desenvolvimento da sociedade também foi apresentada na pesquisa pelos discursos das participantes (D) e (E). Para a primeira participante houve a crença de que o trabalho seria condição legitimadora de pertencimento social e a crítica às manifestações ocorridas durante a semana contra o *impeachment* que poderiam atrapalhar o desempenho das atividades labores, já a outra participante, por ser empresária, o cenário econômico poderia melhorar com a saída de Dilma do executivo nacional, a despeito de Michel Temer assumir e ela não ter confiança sobre a atuação dele na presidência, mas seria melhor para o cenário econômico.

Por outro lado, a necessidade de retirar os políticos pertencentes ao PT do espaço público sustenta a possibilidade de apoiar que o vice-presidente assumira o executivo nacional. A edição de número 2452, de 18 de novembro de 2015, publicada antes do aceite do pedido de impeachment, apresentou a simpatia pelo vice-presidente Michel Temer para assumir o posto do executivo nacional, estampando numa fotografia em close com a chamada de capa: *O plano Temer: como o vice-presidente e seu partido se preparam para assumir o governo caso Dilma caia*. A intenção de que os petistas não sejam mais governantes do país está presente no discurso da participante (E) que acreditava que as manifestações de combate à corrupção foram legítimas sobre seu propósito, posicionamento também encontrado no discurso dos participantes (F) e (G) e o discurso da participante (A) julgou que Dilma não teria condição alguma de dirigir o país. Mesmo reconhecendo as marcas e consequências que o *impeachment* pode trazer ao

cenário político, houve essa promoção em nome da própria condição, não exatamente sob o ponto de vista de concerto político.

Figura 12



Revista Veja, nº 2452, de 18 de novembro de 2015  
Reprodução do original

A intenção de eliminar o PT do cenário político esteve presente em quase todos os discursos dos participantes seja de modo muito superficial de combate à corrupção, seja no desejo de acreditar que a prisão de Lula traria um alento à população. A matéria apresenta ações para a crise política e a interlocução com nomes para o possível mandato a que foi destinado. Nessa edição, a revista o apresenta como sendo um homem discreto, muito semelhante à representação que foi construída da esposa e, até mesmo, um articulador silencioso:

Temer se portou sempre com discrição, evitou polêmicas e mediu cuidadosamente cada palavra dita, a fim de se equilibrar entre interesses diversos e muitas vezes contraditórios. Aos olhos do público, tornou-se retrato do político sem sal. Nos bastidores, no entanto, consolidou-se como um especialista na arte de trabalhar em silêncio, costurar acordos de coxia e escalar degraus na hierarquia do poder (BONIN; PEREIRA, 2015, p.45).

Essas representações fornecem condições para perceber que o campo associado da matéria analisada é uma questão mais profunda: o que está em jogo são as relações de poder. O próprio discurso da revista evidencia a capacidade do então vice-presidente de “trabalhar em silêncio” e “costurar acordos de coxia”, ações consideradas e já pontuadas nessa pesquisa como montagens e controvérsias ao sentido da política, pois não estão a par da visibilidade e reconhecimento oferecidos pelas manifestações políticas. A revista reconheceu na figura do então vice-presidente uma figura capaz de articular-se na obscuridade e na ausência de visibilidade política, o que também não deixa de ser uma possibilidade de gozo frente aos seus interlocutores, como também sugeriu uma das participantes da pesquisa.

Além da intenção de banir do espaço político representantes da sigla PT e de possíveis ideologias de esquerda, o discurso da revista valoriza o mérito obtido nas urnas pelos partidos de direita. A construção discursiva da revista deixa clara a manutenção de classes privilegiadas ao retratar a direita pela imponência do corpo torneado, pelas roupas utilizadas no figuro e pelas características do modelo estampado na capa.

Figura 13



Revista Veja, edição nº 2499, de 12 de outubro de 2016  
Reprodução original



A imagem da capa traz um homem de costas, trajando terno, sendo que o braço direito está exposto como se estivesse rasgado a roupa com os músculos do bíceps enrijecidos e tem como chamada *A força da direita: na primeira eleição depois do fim dos governos do PT, o eleitorado premia os conservadores – e isso não se deve apenas à difusão do antipetismo*. A matéria começa com a frase “Foi a maior curva à direita que o Brasil fez neste século” (ZALIS, 2016, p. 39). Prefeituras como a de São Paulo, onde tem o maior colégio eleitoral do país com mais de 8,8 milhões de eleitores<sup>120</sup>, não tiveram segundo turno. O candidato João Dória, do PSDB, foi eleito com 53,29% dos votos à prefeitura de São Paulo em primeiro turno com larga vantagem em relação ao segundo candidato, Fernando Haddad, do PT, com apenas 16,70%.

A revista atribui que o crescimento da direita no pleito a três fatores. O primeiro delas é quanto à força que movimentos antipetistas ganham o cenário, o segundo é quanto à identificação ascendente entre o eleitorado com os posicionamentos de direita, e o terceiro é quanto ao “triunfo, ainda lento e gradual, de um mal perigoso: a antipolítica, bandeira levantada, quase sempre, por candidatos do conservadorismo” (Zalis, 2016, p. 39). A própria revista elenca o antipetismo como condição para ascensão da direita, algo também muito marcante em todos os participantes. Este sentimento não foi necessariamente fruto da manipulação midiática, mas sensação que se encontrava em evidência, fomentado muito antes do início do processo de *impeachment*, o que pode tornar clara a formação do circuito pelos afetos desenvolvidos em intercâmbio entre a produção dos conteúdos e a leitura dos participantes.

Conforme apresentamos anteriormente, há segmentos sociais que fizeram aflorar movimentos que atuaram em frentes conservadoras, seja por ações contra os governos petistas, seja pelo exercício de interesses próprios. Por essas passagens que o espaço político pode ser fragmentado e colocado em risco por discursos e práticas que possam desqualificar ou desmerecer a diversidade de representações. E, mais uma vez, as paixões e tendências pessoais são sobrepostas às ações políticas. Por esse motivo que trazemos à tona as concepções arenditianas sobre política sob o olhar de Schio (2012) ao considerar que dentro do espaço político caberiam apenas as ações públicas estabelecidas pelo senso comum, entretanto, quando há quebras no tecido político evidencia-se que:

---

<sup>120</sup> Ver em <http://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/sao-paulo-tem-o-maior-numero-de-eleitores-do-pais-diz-tse/> Acesso: 28 jul. 2017.

(...) ‘o interesse coletivo’ torna-se muitas vezes a roupagem para os interesses particulares e grupais. Idealmente tratando, eles deveriam ser ‘suspendidos’ em prol dos interesses de todos. (...) O senso comum permite a comunicação, a organização e a possibilidade de um sentir também em comum, ou seja, no convívio humano, na pluralidade, surge uma noção compartilhada de realidade. Do contrário, há a perda da capacidade de distinguir o verdadeiro do falso, abrindo espaço à mentira, à violência, enfim, à extinção da vida política. (SCHIO, 2012, pp.184-187)

Por essa perspectiva que as ações de cunho muito particularizado não contribuem para o espaço político, todavia, são esses os valores que se encontram em circulação no espaço público, uma situação presente no discurso dos participantes. As preferências e sugestões não precisam deixar de existir, todavia, deveria haver a reflexão sobre a necessidade da permanência desses discursos no espaço político e não apropriadas como sendo dignas de ocupar os referenciais públicos. A imagem de um homem branco, engratado e exibindo os músculos, de certa forma, é sintoma do enfraquecimento do fantasma das forças de esquerda que assolou a classe média durante alguns anos, e o atestado do término do medo que ainda persiste em assombrar, segundo a revista, o século XXI, a ideologia de esquerda.

O apoio a propostas fomentadas pelo PSDB é constante na revista, muitas vezes, bem nítido, como é o caso da edição de número 2187, de 20 de outubro de 2010. Mesmo com o resultado da urna favorável ao PT, o que levou Dilma Rousseff à presidência pela primeira vez, derrotando José Serra, do PSDB, a publicação publicou à altura a capa que acredita que o Aécio Neves, senador pelo estado de Minas Gerais pelo PSDB, seria uma boa alternativa para ocupar, possivelmente, o cargo mais alto do executivo brasileiro. De sorriso largo, paletó aberto e carregando o botão verde de confirmação de uma urna eletrônica no peito, a publicação o considera como sendo *o político das viradas eleitorais impossíveis*. A intenção de formar a opinião favorável ao candidato teve resultados nas próximas eleições, quando Aécio Neves concorreu com Dilma Rousseff e, mesmo com o apoio da revista, não obteve sucesso nas urnas, o que gerou a indignação do partido para a articulação do *impeachment*. A garantia do discurso visual proposto pela publicação não ultrapassa as estruturações de paixões no espaço público com a preferência pelo partido que se alinha ao pensamento neoliberal.

Figura 14



Revista Veja, edição nº 2187, de 20 de outubro de 2010.

Na época da publicação, as investigações da Lava Jato ainda não haviam chegado ao PSDB, algo que aconteceu sete anos depois e foram publicadas pela revista quando o próprio Aécio Neves foi citado em depoimentos de Benedito Junior, ex-executivo da Odebrecht, empresa ligada aos esquemas de lavagem de dinheiro no governo PT, com obras espalhadas em todo o Brasil. A citação de Aécio envolve uma espécie de *contrapartida* da empreiteira com a construção da Cidade Administrativa do governo mineiro, a construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, em Rondônia, que envolve a participação da Cemig, empresa pública do estado de Minas Gerais, prestadora de energia elétrica, entre os anos de 2007 e 2010. O suposto esquema de corrupção seria realizado com depósitos em uma conta em Nova York, pela atuação da irmã do senador, a jornalista Andrea Neves, que foi presa preventivamente pelo envolvimento no caso.

Na cobertura da *Veja* sobre a citação do senador tucano, as imagens não revelam sinais de angústia ou signos de sensacionalismo como o uso de cores quentes, expressões faciais de desespero; houve a sobriedade para abordar o tema, o que incluíram poucas fotografias de Aécio, sendo que todas elas em tom de serenidade e altivez, como apresenta a edição de número 2524, de 05 de abril de 2017. A foto da capa, o senador aparece com

olhar distante e tem como chamada de capa *A vez de Aécio: ex-executivo da Odebrecht afirma que a empresa depositou propina para Aécio Neves numa conta em Nova York operada por sua irmã. Ele nega*. A participante (E) pontuou a intenção da revista de ser mais agressiva contra o PT em comparação aos integrantes dos demais partidos, principalmente de direita. O senador disputou a presidência com Dilma, perdendo o turno, o que o tornou uma figura emblemática na oposição ao PT. O discurso de combate à corrupção petista foi tema do discurso dele em debate televisivo em momento de campanha eleitoral ao afirmar que existe uma maneira de acabar com a corrupção no Brasil seria: “Vamos tirar o PT do governo”<sup>121</sup>.

Com o avanço das investigações, o senador teve o mandato suspenso em duas oportunidades por conta das acusações a que teve que responder. Na intenção de promover o discurso da fantasia de proteção contra a ameaça do atraso social e o combate ao medo que acerca a população quanto à economia e à corrupção cria-se a imagem de um sujeito ilibado das suspeitas de corrupção que esteja a par do posicionamento ideológico da revista. Um sinal de montagem que vai ao encontro de movimentações que não são políticas pela tendenciosidade ideológica e pela vontade neurótica de camuflar a realidade, além de ir ao encontro do desejo da classe média de ter um representante no executivo nacional. Do mesmo modo, não foi clamor popular contra as ações corruptas do senador ou do partido a que pertence o que faz acreditar que o combate é direcionado a determinados grupos.

A necessidade de equipar a condição entre os políticos com aqueles pertencentes ao PT torna-se montagem à medida que não apresenta reflexão sobre condição em que cada figura se encontra. Essa formação imagética e discursiva vai ao encontro daquilo que foi apresentado pelos participantes que evidencia a descrença na política partidária brasileira, há o descontentamento com a classe política, todavia, equiparar as representações ao mesmo nível é um equívoco; da mesma forma que considerar que qualquer político representa a mesma condição de descrença é anular a própria falta de condição de refletir. A edição de número 2477, de 11 de maio de 2016, traça esse discurso quando apresenta uma imagem escura e sombria de Dilma pareada com a imagem de Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados e que teve o mandato cassado naquele ano após ser reconhecido pela participação em lavagem de dinheiro e desvio de verba pública. Essa edição teve como chamada de capa: *Tchau, querida, Tchau, querido/*

---

<sup>121</sup> Ver em <https://www.youtube.com/watch?v=lyEnn8ZNIh0>. Acesso: 26 fev. 2018.

*Como o impeachment da Dilma e a queda de Cunha, o Brasil tem chance histórica de fazer uma limpeza inédita na vida pública/ Veja acompanhou os últimos dias da presidente/ Por que a derrocada do deputado é o primeiro revés de Temer.* A comparação entre os dois políticos torna-se desproporcional à medida que Cunha encontra-se preso desde outubro de 2016 e já foi condenado pelo juiz Sergio Moro a mais de 15 anos pelos crimes cometidos (corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas) e, ao menos até a conclusão dessa tese, Dilma permanece em liberdade e não houve quaisquer condenações dadas a ela durante as investigações sob nenhum aspecto, salvo o *impeachment*.

Figura 15



Revista Veja, edição nº 2477, de 11 de maio de 2016  
Reprodução do original

Qual seria a intenção da revista de apresentar esse tipo de discurso? Qual seria a garantia de que a saída de ambos melhoraria a condição política do país que não fosse pela aversão que a revista apresenta frente à Dilma e ao PT? Mesmo que a revista considere que Cunha seja o revés para a atuação de Temer na presidência, que de fato foi após o surgimento de outras denúncias, acreditar na equivalência da saída dos dois para a melhoria do cenário político, é limitar de modo muito extremista o pensamento político que uma mera substituição de dirigentes seria suficientemente forte para reconfigurar o cenário da política partidária brasileira. A mera substituição que obedece a uma lógica

tacanha que Arendt também não concorda que seja interessante ao espaço político<sup>122</sup>. Não houve, ao menos de modo mais consistente, saídas para repensar as práticas políticas tampouco reflexões que pudessem ser minimamente engrandecedoras às questões públicas, houve, assim, estratégias para eliminar determinados indivíduos ou grupos dos esquemas de poder e representação para que outros esquemas de corrupção fossem traçados.

Para além das representações dos políticos que vão ao encontro com as propostas ideológicas da revista, a *Veja* raramente apresenta depoimento de fontes, dificilmente encontram-se aspas e citações dos personagens envolvidos no assunto da matéria. A matéria intitulada *De volta ao passado: a política econômica da presidente Dilma Rousseff é uma eficiente máquina de retrocesso, que levou os brasileiros a reviver a inflação e a recessão, traumas que pareciam já ter sido superados de forma definitiva pelos governos anteriores* traz sete páginas sobre reflexão histórica das condições econômicas brasileiras em comparação com os anos de 1950 (retrocesso da participação da indústria no PIB, atualmente de 10,9% contra 11,5% em 1950), 1953 (Criação da Petrobras), 1974 (Crescimento inflado pelo estatismo, mesmo em período ditatorial, a revista considera essa condição como positiva), 1981 (Recessão de -8,1% de 2014 a 2016 contra -8,5% entre 1981-1983), 1993 (Ano em que o governo instaurou o imposto do cheque e que o governo Dilma pretendia reintroduzir) e 1997 (cheque-especial: 278% contra 284% de junho de 1995; e o rombo das contas públicas R\$-17 bi (negativo) contra saldo positivo de R\$1,8 bi, em 1997).

A matéria não apresenta falas ou depoimentos de ministros ou representantes do governo para esclarecer tais números. Há a crença na apresentação de números como sintomas de verdade. A máxima da prática do exercício do jornalismo de *escutar os dois lados* não tem sentido em muitos textos da revista. Colher informações entre as partes envolvidas seria primícias irredutível para a produção de textos de cunho jornalístico. A ausência de outros posicionamentos, explicações ou quaisquer outras manifestações envereda para discursos tendenciosos sobre o tema abordado.

---

<sup>122</sup> A distinção política principal entre o senso comum e a lógica é que o senso comum pressupõe um mundo comum no qual todos cabemos e onde podemos viver juntos, por possuímos um sentido que controla e ajusta todos os dados sensoriais estritamente particulares àqueles de todos os outros; ao passo que a lógica, e toda a auto-evidência que procede o raciocínio lógico, pode reivindicar uma confiabilidade totalmente independente do mundo e da existência de outras pessoas" (ARENDR, 1993, p. 48).

Em um dos trechos da matéria, há a seguinte frase “Resta a Dilma se iludir com o autoengano de usar uma imaginária crise internacional para justificar a debacle de seu governo” (Guandalini; Sakate, 2016, p.64), há depoimentos da presidente em momentos anteriores à matéria veiculada sobre as condições econômicas do país, entretanto, em momento algum há explicações de fontes do governo sobre os números apresentados. O depoimento dessa matéria é com o economista Heron do Carmo, professor da Universidade de São Paulo (USP) e também do economista Sergio Vale ao afirmar que “Dilma conseguiu pegar o pior de cada governo que tivemos”. Há a necessidade de criar estratégias discursivas, montagens, que justificassem a saída da presidente do cargo, a mesma intenção promovida pelos participantes da pesquisa. Não houve a preocupação de ouvir fontes que poderiam oferecer, inclusive, panoramas para sair da crise que surgiu. Para além dos depoimentos, os números e índices podem ser verdadeiros, todavia, quando apresentados nesse aspecto não desenvolvem reflexões precisas sobre a realidade, tornam-se comparações que não são equivalentes devido às diferenças de contextos.

A mesma composição textual permanece na matéria *O governo se desintegra: o PMDB ameaça abandonar a aliança política, o vice-presidente se rebela, o Supremo interrompe o processo de impeachment, parlamentares brigam em plenário e dinheiro de corrupção voa pela janela*. A matéria em questão apresenta a carta de Michel Temer criticando a postura de Dilma Rousseff sobre ele, para o então vice-presidente, Dilma o interpretava como uma *peça decorativa*. Em toda a matéria, há apenas a citação de Fernando Collor de Mello, senador do PTB, pelas Alagoas, sobre o governo Dilma, que disse “Já foi, não se recupera mais”, a citação de Fernando Henrique Cardoso “sem clima não há razão para o impeachment” e curtos trechos da carta escrita por Temer, pensamento muito semelhante ao da participante (A) que acreditou que Dilma não teria condições de assumir a presidência.

A ausência de depoimentos das fontes envolvidas no caso também se encontra na matéria *O golpe do recorta e cola: plágios, banalidades, platitudes e erros de português compõem o “estudo” que o caçula de Lula diz ter feito para a empresa investigada pela PF que pagou a ele 2,5 milhões de reais*, da edição de número 2455, de 9 de dezembro de 2015. A matéria ilustra o suposto esquema de corrupção entre o Luís Cláudio Lula da Silva, filho mais novo de Lula, proprietário da empresa LFT Marketing Esportivo e Marcondes & Mautoni, empresa lobista voltada a atender o mercado automobilístico. O esquema de fraude beneficiaria a LFT com contratos fantasmas em troca de outros benefícios ao setor em que a Marcondes & Mautoni atua. De acordo com a apuração da

revista, o projeto de Luís Cláudio, além de ser fraco de conteúdo, apresentava plágios e uma série de deslizes ortográficos. Possivelmente, alguma fonte foi ouvida a acerca do caso, entretanto, nenhuma delas aparece de modo explícito com os depoimentos visivelmente demarcados. A matéria é estruturada enquanto uma narrativa, uma história que é contada a partir dos documentos que integram o processo, bem como a subjetividade do narrador. Porque não ouvir as fontes envolvidas no caso e, a partir da pesquisa realizada nos depoimentos da investigação policial, realizar a baliza da situação?

A matéria se apresenta enquanto testemunho da investigação e da coleta do depoimento como no trecho que mostra Mauro Marcondes no inquérito da delegacia:

Conforme, porém, as perguntas do policial [delegado Marlon Cajado dos Santos] foram ficando mais difíceis (quais seriam os outros sócios do investimento do tal centro de exposição?, que referências profissionais o declarante tinha de Luís Cláudio Lula da Silva que o fizeram contratá-lo para esse trabalho?, para quantos e quais clientes sabia que a LFT já havia trabalhado?), Marcondes foi se tornando monossilábico, até, por fim, invocar o direito de permanecer em silêncio. Do meio para o fim do depoimento, nada mais respondeu (Marques; Nunes, 2015, pp. 98-99).

Colher depoimento de participantes do evento ou presenciar o acontecimento pessoalmente para a produção de material jornalístico não são práticas pejorativas para o exercício da profissão, muito pelo contrário, pode trazer nuances e percepções que muitas vezes passariam despercebidas na objetividade canônica do jornalismo, traria à tona o *choque do real*, conceito desenvolvido por Beatriz Jaguaribe (2007), em que o “autor ganha a tatuagem legitimadora da experiência” (p.109), apresentado no texto de Ana Claudia Peres (2016), que é a promoção da sinestesia de viver o fato:

Ou seja, quanto mais vivenciado o drama pelo autor, mais ele vai se parecer autêntico. Desse modo, “o choque do real” visa produzir intensidade uma vez que o apelo dos meios de comunicação tem sido “fazer com que a imagem ou a narrativa midiática seja mais preta de realismo do que a nossa realidade fragmentária e individual” (PERES, 2016, p.101).

A possibilidade da tessitura jornalística deveria ser utilizada para trazer detalhes do acontecimento, entretanto, da forma como foi conduzida, elimina a participação das personagens que se encontram envoltas ao acontecimento. A narrativa pode tornar-se mais real, mas torna-se, na mesma medida, tendenciosa e unilateral. Essa perspectiva de narrativa pode ser interpretada como montagem quando a intenção é de silenciar outros discursos. Construir a narrativa baseada nas impressões dos jornalistas que presenciaram o acompanhamento do fato ou nas considerações levantadas a partir da atuação policial



esvazia o aspecto de debate e de visões aos leitores, legitimando apenas posicionamentos que possam colaborar com os propósitos da publicação.

Para avançar na pesquisa quanto aos pontos perversos, em outra passagem, a pesquisa se estende em compreender como o acompanhamento legal não garante a incidência de discursos e práticas perversas no ambiente político. Isso não quer dizer que toda lei apresenta cunho perverso, de forma alguma, entretanto reflete sobre os modos de articulação para implantar o vigor ou a derrubada de uma lei pode servir para argumentar as movimentações no cenário público e político.

## 15 - Considerações finais

Essa tese pretendia ao longo das explicações evidenciar a promoção do circuito de perversão que ocorreu na formação do *impeachment* de Dilma Rousseff a partir de reflexões de Hannah Arendt sobre política em diálogo como as reflexões da psicanálise e da comunicação. A metodologia proposta por Johnson evidencia que a produção dos textos está mais associada aos contextos e às formas de recepção que à produtividade industrial e também aos valores das culturas vividas e as subjetividades dos sujeitos em tela. Certamente que há discursos e práticas hegemônicos, todavia, a produção não está desvinculada com códigos que estão em circulação e os valores hegemônicos, no caso da promoção do *impeachment* não estão associados exclusivamente às classes sociais, mas aos afetos promovidos.

A intenção da revista de projetar o impedimento de Dilma, mesmo que para isso fossem necessárias as construções de montagens, como saída para a crise que o Brasil, encontrava respaldo e o aval na sociedade enquanto uma qualidade de desejo e formação de afeto para a formação do circuito. Ou seja, o circuito em questão foi desejado pela população brasileira como sendo a hegemonia dos desejos em ressonâncias que se tornaram sintomas da ausência de reflexão e de pensar. Enquanto os interlocutores estiveram à margem dos processos comunicacionais, no entendimento da comunicação como circuito, eles ganham força e robustez na participação social.

A circulação depende desse sujeito que vive em sociedade; sua capacidade de convivência e comunicação tornam-se forças motrizes dentro do cenário comunicacional. Esse olhar sobre a comunicação refaz outro caminho que não seja exatamente os meios de comunicação como fantasmas manipuladores da opinião pública, mas passam a ser compreendidos como sintomas dos signos que se encontram em circulação fomentados por esses sujeitos. Essa perspectiva não quer dizer obrigatoriamente que todos os meios de comunicação têm os mesmos posicionamentos ou que todos os sujeitos apresentam os mesmos modos de refletir sobre qualquer acontecimento, mas que essa relação é sintomática aos acontecimentos que estão diante dos nossos próprios olhos.

Na formação do circuito de perversão, esses interlocutores abstiveram-se da qualidade de refletir sobre as consequências dos seus desejos, aliás, as paixões e os desejos mais narcísicos foram postos em cenário político como condição moral de pertencimento social. Ao menos, pelo consumo das capas da revista, torna-se frágil acreditar que esses sujeitos foram manipulados pela mídia, a despeito desta exercer papel fundamental para a formação cultural. O *impeachment*, de base muito mais antipetista

que de combate à corrupção, se concretizou porque houve a circulação de afetos perversos, fosse pela formação de montagens, fetichismo e obsessão intensa na representação dos signos associados ao PT (movimentos sociais, transferência de renda, ideologia e pensamentos de esquerda, etc...) como sendo nocivos ao espaço de político de discussão, fosse pela promoção da violência na tentativa de silenciar posicionamentos contrários às práticas de poder. Estes códigos, na verdade, podem ser compreendidos pelos valores que não foram ainda elaborados na sociedade brasileira e, por isso, se armazenam no Inconsciente, até mesmo coletivo, como elementos que precisam ser abafados ou renegados ao esquecimento. A revista não exatamente manipulou mentes ou doutrinou legiões para promover o *impeachment*, mas fomentou e trouxe à tona os desejos mais rasos ao espaço público de discussão em movimentos de paixões e defesas narcísicas.

Este entendimento compreende a complexidade e o grau de mediação para compor o processo comunicacional. A leitura dos textos, compreendida como recepção e consumo, atravessa áreas muito mais complexas e densas que a mera intervenção funcionalista e mecanicista desenvolvida nos primeiros estudos da comunicação; evidenciamos que outras medidas são trazidas à cena: subjetividades, linguagens, valores éticos e políticos cirandam na composição do circuito que pode até ser hegemônico (como apresentado na tese), mas imprevisível.

É importante retomar o conceito de política abordado nessa tese que, segundo Hannah Arendt, é a qualidade de compreender as melhores saídas ao espaço público em ações promovidas em concerto, ou seja, em conjunto. Isso não quer dizer que todos devam ter os mesmos posicionamentos; para Arendt, a política se faz na diversidade e heterogeneidade de pensamentos. Acreditar que a aniquilação de partidos, sujeitos ou referenciais que fogem do esquadro hegemônico de poder é política é também acreditar que a violência e a perversão podem estar presentes nos espaços de discussão e comunicação. Ainda na esteira do pensamento de Arendt, as pessoas que fomentaram o *impeachment* não são necessariamente perversas ou dotadas de grandes maldades ou estupidez, mas são formadas e mediadas por culturas que favorecem a qualidade de pensar de modo mais individual que em concerto. Acreditar que o processo de impedimento foi *sujo, manipulado* ou *tendencioso* é renegar (empreendendo o valor do termo segundo a psicanálise) que esses valores poderiam participar do espaço político de debate. A presença desse discurso enaltece uma das hipóteses da tese que o processo de *impeachment* foi fomentado pela ausência de reflexão da população.

Acerca das perversões, seria muito mais fácil acreditar que as manifestações que acontecem sob a ótica analisadas pela tese seriam frutos da natureza dos homens, algo semelhante à evolução da espécie ou algo neste sentido. Levar em conta esse propósito é desconsiderar todas as ideias defendidas nessa tese, a subjetividade dos sujeitos e as movimentações de sentido arquitetados pela cultura. A natureza humana deveria ser compreendida como a possibilidade biológica da raça humana, a construção da subjetividade, dos desejos e medos atravessam esse paradigma e forma não a natureza, mas a condição humana é um leque muito maior e mais complexos que os cânones referentes à biologia e metabiologia dos homens. Todavia, como apresentado por Arendt e também por Roudinesco, as perversões podem fazer parte do cotidiano da cidade, das práticas e discursos de sujeitos ou camufladas em montagens, inclusive em leis. A reflexão deixada por essa tese também é de que as perversões se encontram soltas e em trânsito nos mais variados ambientes, todavia, deveria ser combatida (já que jamais seria exterminada) no gerenciamento do espaço público, tampouco fomentada pelos discursos e práticas midiáticos.

Sobre os estudos da comunicação, tornou-se evidente que a mídia não necessariamente manipula as mentes e os comportamentos, mas, de forma muito intensa, participa do cotidiano para formar discursos, práticas e conhecimentos. No caso do *impeachment*, com exceção da primeira participante, todos os demais acreditam que o processo foi incentivado pela mídia e, de fato, esta foi um agente catalisador do desempenho do processo por apresentar discursos hegemônicos sobre os acontecimentos. O conteúdo veiculado e também que se encontra em ressonância no espaço público não é algo alheio às movimentações que ocorrem em circulação, a despeito da necessidade de comercialização dos produtos culturais, estes se tornam sintomas de recortes no tempo e no espaço.

Sob outro aspecto, a tese também apresenta a intenção de refletir a comunicação pela necessidade de estabelecer pontes e diálogos com outras áreas do conhecimento, ainda em se tratando de estudos de consumo e recepção. A comunicação não é um campo puro, no sentido de ser independente de outras áreas, aliás, ao menos dentro das ciências humanas e sociais, possivelmente nenhuma o seja. Todavia, essa característica seja mais marcante dentro do campo da comunicação. Esta situação no campo da comunicação não é exatamente uma debilidade ou fragilidade é o estado da condição dos estudos da comunicação enquanto formação epistemológica. A intenção de construir o pensamento comunicacional torna-se maior e mais fortalecido quando são estabelecidas pontes com

outras áreas do conhecimento e com outros campos do saber. Essa construção não deslegitima, tampouco desmerece, a estruturação da ciência e do campo em comunicação, muito pelo contrário, a comunicação torna-se a epistemologia que costura e traz à tona reflexões que possam ser aproveitadas por outras áreas, a despeito da existência de elementos perversos.

## 17- Referências bibliográficas

- AB'SÁBER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.
- \_\_\_\_\_. Nova direita, velha formação. **Revista Cult**, n. 212, dezembro 2015, pp. 25-28.
- AFFONSO, Pedro Henrique Bedin. **Contribuições à topologia lacaniana**. 1ªed. São Paulo: Zagodoni, 2016.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro**. São Paulo: Cortez, 2016.
- \_\_\_\_\_. Sociedade da corrupção: o que leva políticos e empresários a se entregar à indecência escancarada? **Estado de S. Paulo**  
<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,sociedade-da-corrupcao-o-que-leva-politicos-e-empresarios-a-se-entregar-a-indecencia-escancarada,10000096326> , 31 dezembro 2016) Acesso: 19 jun. 2017.
- AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do; ARIAS NETO, José Miguel. A montagem perversa positiva na revista Nin. **Revista Famecos**, v. 25, n. 1, pp. 1-27, Porto Alegre, 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2018.1>.
- AMARAL, Muriel Emídio Pessoa, BERTOLLI FILHO, Claudio; BAPTISTA, Maria Manuel Rocha Teixeira. A perversão como estética política para a sexualidade: notas sobre a revista Nin. **Brasiliana - Journal for Brazilian Studies**, v.6, n.1, pp.280-298, 2017. <https://doi.org/10.25160/v6.i1/ga.5>
- AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. Perversão à parisiense: quando o mal está na rua. **Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación**, n. 15, v. 00, pp. 278-310, Sevilha, 2017a.
- \_\_\_\_\_. Perversão e política no impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Latinoamericana de Comunicación Chasqui**, n.135, v.1, pp.55-70, Quito, 2017b.
- AMARAL, Márcia Franz. Sensacionalismo, um conceito errante. **Revista Intexto**, v.2, n. 13, pp.1-13, Porto Alegre, 2005.
- ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**. São Paulo: Editora Summus, 1994.
- ARAGÃO, Murillo de. **Reforma política: o debate inadiável**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A promessa da política**. 3ªed. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

- \_\_\_\_\_. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- \_\_\_\_\_. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a violência**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará 1994.
- \_\_\_\_\_. **A dignidade da política: ensaios e conferências**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martim Claret, 2001.
- ASSY, Bethania. **Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt**. 1ªed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- \_\_\_\_\_. Introdução à edição brasileira: “Fases privadas em espaços públicos”- por uma ética da responsabilidade. ARENDT, Hannah, **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- AUAD, Denise. Os direitos sociais na Constituição de Weimar como paradigma do modelo de proteção social da atual Constituição Federal Brasileira. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 103, 337-355, 2008.
- AVRTIZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BARKER, Chris; JANE, Emma A. **Cultural studies: theory and practice**, 5ª ed. London: Sage, 2016.
- BARROS, Laan Mendes. Recepção, mediação e midiaticização: conexões entre teorias europeias e latino-americanas. JANOTTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Angela; JACKS, Nilda. **Mediação & Midiaticização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012, p. 70-106.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 2001.
- BARTHES, R. **Literatura e Semiologia**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- BASTOS, Marcos Toledo. Medium, media, mediação e midiaticização. A perspectiva germânica. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (Orgs.). **Mediação & Midiaticização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, p. 53-78, 2012.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. 4ªed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

- BERTAUX, Daniel. L'approche biographique. Sa validité methodologique, ses potentialités. **Cahiers Internationaux de Sociologie**. Paris, v.69, p. 197-225, 1980
- BIRMAN, Joel. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BITTAR, Eduardo C. **Curso de filosofia política**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- BLACK, Edwin. **IBM e o Holocausto: a aliança estratégica entre a Alemanha nazista e a mais poderosa empresa americana**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.
- BLEICHMAR, Hugo. **Introdução ao estudo das perversões**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BONIN, Robson; PEREIRA, Daniel. O plano Temer. **Revista Veja**, n.46, ed. 2452, p.44-50, 2015.
- BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: JANOTTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda. **Mediação & Midiatização**. Salvador: EDUFBA: Brasília, 2012, pp. 31-52.
- BRAUNSTEIN, Néstor. **Gozo**. São Paulo: Escuta, 2007.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.
- BRUM, Juliana. A hipótese do Agenda-setting: estudos e perspectivas. **Razón y Palabra**, v.3, n. 35, 2003.  
Acesso em <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n35/jbrum.html>. Acesso em: 07 jan. 2017.
- BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- \_\_\_\_\_. Estética do flagrante: Controle e prazer nos dispositivos de vigilância contemporâneos. In: **Revista Cinética**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://www.revistacinetica.com.br/cep/fernanda\\_bruno.htm](http://www.revistacinetica.com.br/cep/fernanda_bruno.htm)>. Acesso em: 14 março. 2015.
- BUCCI, Eugênio. Na TV, os cânones do jornalismo são anacrônicos. In: MIRANDA, Danilo Santos de. **Ética e cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2004, pp.121-133.



CALLIGARIS, Contardo. A sedução totalitária. In: VVAA. **Clínica do Social – Ensaios**, pp. 107-118, São Paulo: Escuta, 1991.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim. O estruturalismo. In: **Revista Alfa**. São Paulo v.11, n.1, pp.43-88, 1967.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CHAUÍ-BERLINCK, Luciana. **O inconsciente**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

CLARKE, Kevin. **Porn from Andy Warhol to X-tube**. Berlim: Bruno Gmünder, 2011.

COSTA, Jurandir Freire. **A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II**. São Paulo: Escuta, 1995.

\_\_\_\_\_. Sociedade da corrupção: o que leva políticos e empresários a se entregar à indecência escancarada? **Estado de S. Paulo**  
<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,sociedade-da-corrupcao-o-que-leva-politicos-e-empresarios-a-se-entregar-a-indecencia-escancarada,10000096326> , 31 dezembro 2016) Acesso: 19 jun. 2017.

DALLAGNON, Deltan. **A luta contra a corrupção: a Lava Jato e o futuro de um país marcado pela impunidade**. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

DARMON, Marc. **Ensaio sobre a topologia lacaniana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Maria das Graças Leite Villela. Le sinthome In: **Ágora**. Rio de Janeiro, v.9, n.1, pp.91-101, 2006.

DÍAZ, Esther. **Las grietas del control: vida, vigilância y caos**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2010.

\_\_\_\_\_. **A filosofia de Michel Foucault**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DELEUZE, Gilles. **Presentacion de Sacher-Masoch: el frio y el cruel**. Madrid: Taurus Ediciones, 1973.

DOR, Joël. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

DOSSE, François. **A história do estruturalismo: o campo do signo – 1945/1966**. Vol.1. Bauru: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. **Paul Ricoeur: um filósofo em seu século**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUFRENNE, Mikel. **Estética e filosofia**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

DUFOUR, Dany-Robert. **A cidade perversa: liberalismo e pornografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

\_\_\_\_\_. **Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Circuitos de cultura/circuitos de comunicação: um protocolo analítico de integração da produção e recepção. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 4, nº 11, 115-135: São Paulo, 2007.

FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma analítica da midiaticização. **Matrizes**: São Paulo, v.1, n.2, p.85-105, 2008.

FERRAZ, Flavio Carvalho. **Perversão**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2000.

FERREIRA, Jairo. Um caso sobre a midiaticização: caminhos, contágios e armações da notícia. FAUSTO NETO, Antonio, et. al (orgs.) **Midiaticização e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008, pp.51-70.

FIGUEIRAS, Rita. **A mediaticização da política na era das redes sociais**. Lisboa: Aletheia, 20017.

FILLOUX, Jean C. **O inconsciente**. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

FLORESTA, Cleide; BRASLAUSKAS, Ligia. **Técnica de reportagem e entrevista em Jornalismo: roteiro para uma boa apuração**. São Paulo: Saraiva, 2009.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2012.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREUD, Sigmund. **O totem e o tabu**. Penguin: São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **A psicologia das massas e análise do eu**. L&PM: Porto Alegre, 2013.

\_\_\_\_\_. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v.XXI. **Fetichismo** (1927). Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v. VII. **Um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos** (1901-1905). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. Obras incompletas, v. 5: **Neurose, psicose, perversão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

\_\_\_\_\_. Obras completas de Freud, v. 13: **Conferências introdutórias à psicanálise** (1916-1917). 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v. XIX. **O ego e o id e outros trabalhos** (1923-1925). Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. **Introducción al narcisismo y otros ensayos**. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v. VII. **Um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos** (1901-1905). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FROMM, Erich. **Meu encontro com Marx e Freud**. 7ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979a.

\_\_\_\_\_. **Psicanálise da sociedade contemporânea**. 9ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979b.

\_\_\_\_\_. **O medo à liberdade**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1983.

FRY, Peter; MacRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. – São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. 27ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GERAS, Norma. Fetice. In: BOTTOME, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p.149-150.

GOLDENSOHN, Leon. **As entrevistas de Nuremberg**: conversas de um psiquiatra com seus réus e as testemunhas. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia?** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

\_\_\_\_\_. **Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

HEYWOOD, Andrew. **Political theory: an introduction**, 2ªed. New York: Palgrave, 1999.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOHLFELDT, Antonio. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 42-51, 1997.

\_\_\_\_\_. Espiral do silêncio. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v.5, n. 8, 1998, p. 36-47.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

JAGUARIBE, Beatriz. **O choque do real: estética, mídia e cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

JULIEN, Philippe. **Psicose, perversão e neurose: a leitura de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

JENKINS, Henty. **Cultura de convergência**. São Paulo: Aleph, 2006.

JODELET, Denise. (org.) As representações sociais. In: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

KAHR, Brett. **Exibicionismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Ediouro; São Paulo: Segmento-Duetto, 2005.

KEHL, Maria Rita. A publicidade e o mestre do gozo. **Revista Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v.1, n.2, 2004, p. 77-91.

LACAN, Jacques. O Seminário, livro 20: **Mais, ainda** (2ª edição revista). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_. O Seminário, livro 16: **de um outro ao outro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. O Seminário, livro 5: **As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. O Seminário, livro 22: **R.S.I.** (inédito), 1974-1975.

\_\_\_\_\_. O Seminário, livro 23: **O sintoma**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

\_\_\_\_\_. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LANTERI-LAURA, George. **Leituras das perversões**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

LEFORT, Claude. **Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **Inteligência coletiva: para uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2007.

LIPPS, Theodor. O conceito de inconsciente na Psicologia. In: **Natureza Humana**, São Paulo, v.2, n.3, pp. 335-356, 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. Mediação e recepção: algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. **Revista Matrizes**, v.8, n. 1, pp. 65-80, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LUSTIG, Oliver. **KZ: dicionário do campo de concentração**. Rio de Janeiro, Imago, 1991.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editoria UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ofício do cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. Comunicação e mediações culturais. Entrevistador: Claudia Barcelos. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 151-163, 2000.

MARQUES, Hugo; NUNES, Walter. O golpe do recorta e cola. **Revista Veja**, São Paulo, nº49, ed. 2455, p.96-100, 2015.

MARTINO, Luis Mauro Sá; MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. A afetividade do conhecimento na epistemologia: a subjetividade das escolhas na pesquisa em Comunicação. **Revista Matrizes**, v. 12, n. 2, p. 217-231, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i2p217-234>

MATHEUS, Leticia Cantarela. **Narrativas do medo**: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MANIN, Bernard; URBINATI, Nadia. A democracia representativa, é realmente democracia?: entrevista. [outubro, 2016]. **Dois pontos**: Curitiba, São Carlos, v. 13, n. 2, p. 143-156

MANNONI, Octave. **Chaves para o imaginário**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MELO, Carolina. Punidos por crescer. **Revista Veja**, São Paulo, n.45, ed.2451, p. 74-82, 2015.

MILLER, Jacques-Alain. **O osso de uma análise + o inconsciente e o corpo falante**. 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora/ UFOP: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

NAGERA, Humberto. **Conceitos psicanalíticos básico da teoria da libido**. São Paulo: Cultrix, 1981.

NETTO, Wladimir. **Lava jato**: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

NÓBREGA, Maílson. Impeachment não é golpe. **Revista Veja**, n. 2474, 20 de abril de 2016, p.30.

OLIVEIRA, Walter Ferreira; SILVA, Thomas Josué. O poder, a ética e a estética: contextualizando o corpo e a intersubjetividade na sociedade contemporânea. In: PASSOS, Izabel C. Friche (org.). **Poder, normatização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp.119-126, 2008.

OROZCO, Guilherme; REYES, Rodrigo González. **Una cortada metodológica**: abordajes cualitativos en la investigación em comunicación, medios y audiências. México: Productora de Contenidos Culturales Sagahón Repoll, 2011.

PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. **Metamorfoses entre o sexual e o social: uma leitura psicanalítica sobre a perversão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

PEREDA, Myrta Casas de. Recusa, seu efeito estrutural e sua dimensão patogênica. In: **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v.30, n.3, p.539-545, 1996.

PEREIRA, Daniel. Um diálogo de surdos. **Revista Veja**, n. 2438, 12 de agosto 2015, pp. 44-50.

PEREIRA, Mario Eduardo Costa. Kraff-Ebing, a Psychopathia Sexualis e a noção de criação médica de sadismo. In: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v.12, n.2, p. 370-386, 2009.

PERES, Ana Claudia. Narrar o outro: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas. **Galaxia**, n. 31, p. 92-104, 2016.

PETRY, André. A cabeça de Moro. **Revista Veja**, n. 2458, 30 de dezembro 2015, pp. 48-56.

PORTAL R7. **Maior diretor da Rede Globo confirma que houve manipulação nas eleições de 89**. In: <http://entretenimento.r7.com/famosos-e-tv/noticias/maior-diretor-da-rede-globo-confirma-que-houve-manipulacao-nas-eleicoes-de-89-20111204.html>, 2011 . Acesso em: 21 mar. 2017.

PORTAL TERRA. **Propaganda chinesa é acusada de ser 'a mais racista da história'**. Acesso em: <https://noticias.terra.com.br/mundo/propaganda-chinesa-e-acusada-de-ser-a-mais-racista-da-historia,54be44838dda6995517bd3803542583cqwjll1hh.html>. Acesso: 02 jan. 2017.

PORTARI, Rodrigo; FRANÇA, Renné. O jornalismo faz gênero? LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editores, 2014.

QUILES, Manuel Ignacio. **Neuroses**. Ática: São Paulo, 1986.

QUINET, Antonio. **Édipo ao pé da letra: fragmentos de tragédia e psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

REALI JUNIOR, Miguel; PASCHOAL, Janaína C.; BICUDO, Hélio. **Denúncia e pedido de impeachment da Presidente da República Dilma V. Rousseff**. Brasil, 2015. <https://ep00.epimg.net/descargables/2015/12/03/753f58eed8d66adf4ad11129cb833401.pdf> . Acesso em: 28 set. 2017

RIBEIRO, Alex. **Caso Escola Base: os abusos da imprensa**. São Paulo: Ática, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

\_\_\_\_\_. **Estética e Política: a partilha do sensível**. Lisboa: Dafne Editora, 2010.

ROCHA, Simone Maria; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. A interseção do processo comunicativo: o diálogo entre a produção e a recepção. In: JACKS, Nilda; SOUZA, Maria Carmem Jacob de Souza (orgs.) **Mídia e recepção: televisão, cinema e publicidade**. Salvador: Edufba, 2006, pp. 32-55.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SADALA, Glória; MARTINHO, Maria Helena. A estrutura em psicanálise: uma enunciação desde Freud. **Ágora**. Rio de Janeiro, v.14, n.2, pp.243-258, 2011.

SAFATLE, Vladimir. **Fetichismo: colonizar o outro**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. **Circuitos de afetos: corpos políticos, desamparado e o fim do indivíduo**. 1ªEd. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. São Paulo: FGV Editora, 2017.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 4ª ed, Cotia: Ateliê Editorial, 2015.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SIBONY, Daniel. **Perversions – dialogues sur des folies “actuelles”**. Paris: Éditions Grasset & Fasquelle, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. – Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1988-2002)**. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SILVA, Ana Cristina Teodoro da. **Temporalidades em imagens de imprensa: capas de revista como signos de olhares contemporâneos**. Maringá: Eduem, 2011.

SCHIO, Sônia Maria. **Hannah Arendt: história e liberdade: da ação à reflexão**. Porto Alegre: Clarinete, 2012.



STOLLER, Robert J. **Perversão**: a forma erótica do ódio. São Paulo: Hedra, 2014.

SÓFOCLES. **Édipo rei**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. MORAES, Denis. **Sociedade midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 19-32.

\_\_\_\_\_. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

SOUZA, Washington Luiz. Ensaio sobre a noção de poder em Michel Foucault. In: **Revista Múltiplas Leituras**, São Bernardo do Campo, v.4, n.2, p. 103-124, 2011.

SZPANCEKOPF, Maria Izabel Oliveira. **Perversão social e reconhecimento na atualidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

\_\_\_\_\_. **O olhar do poder**: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TALESE, Gay. **O voyeur**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.23-48, 1990.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da comunicação**. 2ªed. Uberlândia: EDUFU, 2009.

TIBURI, Marcia. PT como metáfora. **Revista Cult**, n. 22, julho, 2017.

THOMPSON, Kenneth. **Moral panics**. London: Routledge, 1998.

TOURINE, Alain. **Após a crise**: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **O que é democracia?** Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada**: filosofia da sensação. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

WEIBERG, Monica; PEREIRA, Camila. Você sabe o que estão ensinando a ele? **Veja**, n. 33, ed. 2074, 20 agosto 2008, pp. 72-75.

\_\_\_\_\_. Prontos para o século XIX. **Veja**, n. 33, ed. 2074, 20 agosto 2008, pp. 76-86.

VEJA. **A beleza do impeachment**, nº2455, 9 de dezembro de 2016, p. 14.

VILLA, Marco Antonio. **Década perdida**: dez anos de PT no poder. Rio de Janeiro: Record, 2013.

VEYNE, Paul. **O império greco romano**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ZALIS, Pieter. Curva à direita: na leitura convencional do pleito, o eleitor fez triunfar o antipestismo, mas algo mais ocorreu: o Brasil amanheceu mais conservador – e isso marcará 2018. **Revista Veja**, n. 2499, 12 outubro 2016, pp. 38-42.

## Anexos

## 1. Capas da revista Veja















## 2. Questionário e termo de anuência da pesquisa

### TERMO DE CIÊNCIA

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do documento \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_t  
 como ciência da participação da pesquisa elaborada por Muriel Emídio Pessoa do Amaral, portador do CPF 041768459-29, aluno regular do Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, Campus Bauru. A pesquisa tem como título provisório “Circuitos de perversões – a perversão como experiência estética na comunicação”, que a realização em Portugal conta com registro 88881.134634/2016-01, na Capes, de acordo com as seguintes condições:

- Anonimato da minha identidade
- Os dados colhidos não são obtidos para finalidades financeiras, justificando apenas para fins acadêmicos
- Os dados colhidos não serão repassados a terceiros
- Autorização de registro, desde que os conteúdos sejam descartados ao final da produção da pesquisa.

Deste modo.

Aceito.

\_\_\_\_\_

Londrina

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

## Questionário

Sexo/Identidade: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Renda familiar (aprox.) \_\_\_\_\_

Quantidade de moradores na casa \_\_\_\_\_

1) Descreva seu conhecimento sobre perversão

---

---

---

2) Descreva seu conhecimento sobre política

---

---

---

3) Descreva seu conhecimento sobre diversidade sexual e sexualidades

---

---

---

4) Descreva seu conhecimento sobre movimentos migratórios contemporâneos

---

---

---

5) Descreva se há relação entre comunicação/jornalismo/publicidade, perversão e cultura

---

---

---

6) Descreva se há possibilidades de perversões serem positivas

---

---

---

7) Quais são as principais fontes de informação. Enumere em ordem crescente:

( ) jornais

- revistas
- televisão
- sites de notícias
- blogs
- redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter)
- outras, quais \_\_\_\_\_

8) Com que frequência lê livros de literatura?

- Menos de um por mês
- Mais de um por mês
- Mais de cinco por mês
- até por mês
- Não tenho o hábito

9) Qual o título do último livro que leu?

---

---

10) Com que frequência lê artigos, livros e outros conteúdos de cunho científico/acadêmico?

- Menos de um por mês
- Mais de um por mês
- Mais de cinco por mês
- Não tenho o hábito

11) Quanto tempo determina diariamente para leitura de notícias, independente da mídia (jornal, sites, televisão, etc...):

- menos de meia hora
- até uma hora
- mais de uma hora
- até duas horas
- não tenho hábito

12) Acessa ou lê algum veículo de comunicação semanal? Qual?

---

---